

Equatorial Energia S.A.

**Demonstrações contábeis em
31 de dezembro de 2023**

Equatorial Energia S.A.

Demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2023

Índice

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.....	1
BALANÇO PATRIMONIAL	8
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	9
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE	10
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	11
DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA – MÉTODO INDIRETO.....	12
DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO	13
NOTAS EXPLICATIVAS	
1 CONTEXTO OPERACIONAL	14
2 BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS.....	22
3 POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS.....	25
4 ASSUNTOS REGULATÓRIOS.....	52
5 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	57
6 APLICAÇÕES FINANCEIRAS	58
7 CONTAS A RECEBER DE CLIENTES (CONSOLIDADO)	59
8 VALORES A RECEBER (DEVOLVER) DA PARCELA A E OUTROS ITENS FINANCEIROS (CONSOLIDADO).....	61
9 IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR (CONSOLIDADO).....	63
10 PARTES RELACIONADAS.....	64
11 INVESTIMENTOS.....	67
12 ATIVO FINANCEIRO DA CONCESSÃO (CONSOLIDADO)	71
13 IMOBILIZADO (CONSOLIDADO).....	72
14 INTANGÍVEL (CONSOLIDADO)	73
15 ATIVOS DE CONTRATO (CONSOLIDADO).....	79
16 ATIVO NÃO CIRCULANTE MANTIDO PARA VENDA.....	81
17 FORNECEDORES (CONSOLIDADO).....	82
18 EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	83
19 DEBÊNTURES	88
20 IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER (CONSOLIDADO).....	93
21 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CORRENTES E DIFERIDOS	94
22 DIVIDENDOS A PAGAR (CONTROLADORA)	98
23 VALORES A PAGAR DE ACORDO COM O PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL – EQUATORIAL PARÁ	99
24 PROVISÃO PARA RISCOS JUDICIAIS E DEPÓSITOS VINCULADOS (CONSOLIDADO)	101
25 PIS/COFINS A SEREM RESTITUÍDOS A CONSUMIDORES	110
26 PATRIMÔNIO LÍQUIDO	113
27 RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA (CONSOLIDADO)	121
28 CUSTOS DO SERVIÇO E DESPESAS OPERACIONAIS (CONSOLIDADO)	123
29 ENERGIA ELÉTRICA COMPRADA PARA REVENDA (CONSOLIDADO)	124
30 RESULTADO FINANCEIRO	125
31 BENEFÍCIO PÓS-EMPREGO (CONSOLIDADO)	126
32 INSTRUMENTOS FINANCEIROS.....	138
33 DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA.....	158
34 SEGMENTO DE NEGÓCIOS	160
35 COMPROMISSOS FUTUROS	162
36 CRÉDITOS ESPECIAIS - FUNAC.....	162
37 EVENTOS SUBSEQUENTES.....	167

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas da
Equatorial Energia S.A.
São Luís - MA

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Equatorial Energia S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Chamamos a atenção para o descrito na nota explicativa nº 35 às demonstrações contábeis individuais e consolidadas, que a Companhia mantém registrado na rubrica de outros créditos a receber “Créditos especiais – Funac”, no montante de R\$ 854.732 mil líquidos de provisão para perdas. Os referidos créditos são provenientes dos passivos contenciosos administrativos e judiciais da controlada CELG Distribuição S.A. - CELG D, relativos aos fatos geradores ocorridos até a venda do controle acionário da atual controlada para a Eletrobrás que foram assumidos pelo Estado de Goiás por meio da Lei Estadual 17.555/2012 e regulamentação definida pelo Decreto Estadual nº 7.732 de 28 de setembro de 2002. A diretoria da Companhia vem monitorando a expectativa de recebimento destes valores, bem como avaliando os eventuais impactos em suas demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações contábeis. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações contábeis da Companhia.

Reconhecimento da receita de energia distribuída, mas não faturada

As receitas de fornecimento de energia elétrica são reconhecidas quando do consumo da energia, conforme regime de competência, independente do seu faturamento, uma vez que o faturamento é efetuado tomando como base ciclos de leitura que em alguns casos se sucedem ao período de encerramento contábil. O saldo de contas a receber derivado do fornecimento não faturado totaliza R\$ 1.401.295 mil em 31 de dezembro de 2023 e está divulgado na nota explicativa nº 7 às demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

O cálculo da receita não faturada foi considerado um assunto significativo para a nossa auditoria devido à relevância dos valores envolvidos e às especificidades atreladas ao processo de estimativa, o qual leva em consideração dados históricos, parametrização de sistemas, além de julgamentos por parte da diretoria acerca da estimativa de consumo por parte dos consumidores, a fim de garantir que a receita seja mensurada de forma acurada e contabilizada na competência correta.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) a compreensão e documentação do processo de estimativa, com revisão das premissas adotadas por parte da Diretoria; (ii) estimativa independente da alocação do volume de energia entre as diferentes categorias de clientes considerando o histórico de consumo ao final do período e a comparação com a estimativa de volume por categoria de cliente calculada pela Companhia; (iii) teste de detalhe com base amostral dos dados e relatórios extraídos do sistema de faturamento, que são utilizados na realização dos cálculos da estimativa de receita não faturada, (iv) procedimentos analíticos para desenvolver uma expectativa independente baseada no comportamento histórico dos saldos em análise; (v) reconciliação do saldo de receita de fornecimento de energia não faturada com os registros contábeis; e (vi) comparação da premissa de consumo médio estimado pela Companhia com o consumo médio real referente ao faturamento do ciclo subsequente ocorrido em janeiro de 2024.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a receita não faturada, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que as políticas de mensuração e reconhecimento adotadas pela Companhia e controladas, assim como as respectivas divulgações, são aceitáveis no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Teste de recuperabilidade de ativo imobilizado e intangível

Anualmente a Companhia realiza o teste da redução ao valor recuperável (teste de *impairment*) dos saldos de ativo imobilizado e intangível da Companhia e de suas controladas, conforme divulgados nas notas explicativas nºs 13 e 14 às demonstrações contábeis individuais e consolidadas. As projeções preparadas para realização dos testes de recuperabilidade envolvem um elevado grau de julgamento e a necessidade de que sejam desenvolvidas estimativas dos valores em uso baseadas em cálculos e premissas relacionados ao desempenho futuro dos negócios. Em razão do alto grau de julgamento envolvido, e ao impacto que a definição das premissas tem nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, consideramos este um assunto significativo para nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) revisão do modelo utilizado para mensurar o valor recuperável e as premissas e metodologias utilizadas pela Companhia e suas controladas, em particular aquelas relacionadas às projeções de receitas futuras, taxa de crescimento, taxa de desconto utilizada nos fluxos de caixa, margem de lucro de todas as unidades geradoras de caixa; (ii) envolvimento de especialistas em avaliação para revisão da taxa de desconto utilizada nos fluxos de caixa; e (iii) revisão das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas sobre as premissas utilizadas nos cálculos de recuperabilidade dos referidos ativos.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre o teste de valor recuperável dos ativos imobilizado e intangível, de acordo com o CPC 01 (R1) – Redução ao valor recuperável de ativos, que está consistente com a avaliação da Diretoria, consideramos que os critérios e premissas de valor recuperável dos ativos imobilizado e intangível preparados pela Diretoria, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas, são aceitáveis, no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Tributos diferidos

Conforme descrito na nota explicativa nº 21, a Companhia apresenta, no ativo não circulante, saldo consolidado de R\$ 2.729.099 mil referente a créditos tributários diferidos provenientes de prejuízos fiscais, bases negativas de contribuição social e de diferenças temporárias dedutíveis, cujo reconhecimento e recuperabilidade estão fundamentados em estudo elaborado pela diretoria sobre a geração de lucros tributáveis futuros. A estimativa de geração de lucros tributáveis futuros requer julgamento e interpretação de leis tributárias, bem como a projeção de resultados futuros. O monitoramento desse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria devido à relevância dos valores em relação ao total de ativo, bem como em relação aos efeitos no resultado do exercício, e grau de julgamento utilizado nas projeções de lucros tributáveis futuros, suas estimativas e premissas, e do impacto que eventuais alterações nessas premissas e estimativas poderiam trazer às demonstrações contábeis.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) utilização de profissionais especializados em tributos para a análise das bases que deram origem aos créditos tributários sob a legislação tributária vigente, (ii) revisão do modelo utilizado para mensurar as projeções de lucros tributários futuros e as expectativas de reversão dos créditos tributários ao longo do tempo, envolvendo as premissas e metodologias utilizadas pela Companhia e suas controladas, em particular aquelas relacionadas às projeções de receitas futuras, taxa de crescimento, alíquotas dos tributos, margem de lucro das Companhias, bem como alinhamento dessas premissas com os estudos deliberados pelos órgãos competentes das Companhias; (iii) análise da adequação das divulgações efetuadas nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre os tributos diferidos, que está consistente com a avaliação da Companhia, consideramos que o mecanismo de mensuração e registro, assim como as respectivas divulgações, são aceitáveis no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Controles gerais de tecnologia de informação

A Companhia e suas controladas, devido ao elevado número de transações, utiliza-se de uma complexa estrutura de sistemas e controles de tecnologia da informação, sejam eles manuais, automatizados e dependentes dos sistemas integrados de gestão. A eficácia no desenho e na operação destes controles é de suma importância para que os registros contábeis e, por consequência, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas estejam livres de erros materiais. Essa estrutura encontra-se em diferentes níveis de maturação e os riscos relacionados aos processos de tecnologia da informação relevantes para as transações processadas nos diferentes sistemas podem resultar em informações críticas incorretas, inclusive as utilizadas na elaboração das demonstrações contábeis. Devido à importância dos controles gerais de tecnologia da informação, consideramos essa área como relevante para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, (i) a avaliação do desenho e da eficácia operacional dos controles gerais de TI (“ITGCs”) implementados pelas Companhias para os sistemas considerados relevantes para o processo de auditoria; (ii) analisamos, em bases amostrais, o processo de autorização e concessão de novos usuários, de revogação tempestiva de acesso a colaboradores transferidos ou desligados e de revisão periódica de usuários; (iii) avaliamos as políticas de senhas, configurações de segurança e acesso aos recursos de tecnologia; (iv) avaliamos se as mudanças nos sistemas foram devidamente autorizadas e aprovadas pela Diretoria das Companhias; (v) analisamos o processo de gestão das operações, com foco nas políticas para realização de salvaguarda de informações e a tempestividade no tratamento de incidentes. Esses procedimentos, quando necessário, foram executados com o envolvimento dos nossos profissionais de tecnologia para nos auxiliar na execução desses procedimentos.

A combinação das deficiências dos controles internos encontradas no processo de gestão de acessos e mudanças representou uma deficiência significativa e, portanto, alteraram a nossa avaliação quanto à natureza, época e ampliou a extensão de nossos procedimentos substantivos planejados para obtermos evidências de auditoria suficientes e adequadas no tocante às contas contábeis envolvidas.

Os nossos procedimentos adicionais incluíram, dentre outros, a realização de testes para controles compensatórios, complementados quando de sua ausência ou ineficácia por avaliação substantiva da integridade dos relatórios produzidos pelos sistemas relacionados e utilizados em nossos procedimentos de auditoria.

Com base nos resultados dos procedimentos acima, consideramos aceitáveis as informações extraídas dos sistemas da Companhia para planejamento e execução dos nossos testes no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaboradas sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado, individual e consolidada, foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Fortaleza, 25 de março de 2024.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC CE-001042/F



Carlos Santos Mota Filho
Contador CRC PE-020728/O

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

Ativo	Notas	Controladora		Consolidado		Notas	Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022		2023	2022	2023	2022
Ativo										
Circulante										
Caixa e equivalentes de caixa	5	1.389.062	460.753	4.612.248	3.166.362	17	3.796	2.655	4.809.010	4.397.501
Aplicações financeiras	6	1.971.316	26.578	7.625.439	4.714.434	17,1	-	-	369.172	331.953
Contas a receber de clientes	7	-	-	8.414.799	7.689.205		888	643	205.953	236.985
Aquisição de combustível - conta CCC		-	-	64.777	84.236	18	-	501.404	3.774.590	9.402.827
Serviços pedidos		-	-	723.654	656.979	19	96.672	125.480	1.487.352	1.406.261
Valores a receber da parcela A e outros itens financeiros	8	-	-	97.933	394.179	20	5.251	2.221	1.093.205	1.229.154
Impostos e contribuições a recuperar	9	8	35	1.700.574	1.426.692		30	42	132.698	343.418
Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar		63.355	53.313	725.430	612.529		-	-	479.822	195.764
Dividendos a receber	10	147.834	382.410	-	-	22	507.356	381.207	619.904	468.800
Devolução de capital social a liquidar	10	-	312.647	-	-		-	-	198.179	154.807
Almoxarifado		-	-	135.608	278.860		-	-	617.800	566.210
Depósitos judiciais	24	1.705	695	11.386	5.711		14.778	16.973	152.172	148.764
Instrumentos financeiros derivativos	32,2	-	-	7.607	88.972	21,5	-	-	49.625	56.919
Compromissos futuros	35	-	-	24.928	-	23	-	-	65.509	43.829
Outras contas a receber		85.482	56.940	1.287.576	1.133.164	24	-	-	648.839	601.291
Ativos de contrato	15	-	-	1.388.395	1.437.976	25	-	-	1.140.393	1.235.312
		3.658.762	1.293.371	26.820.354	21.689.299	31	-	-	86.125	72.111
						32,2	-	-	104.914	41.775
							-	-	15.566	29.643
						35	-	-	11.692	-
							11	4	1.295.743	1.136.525
Total do ativo circulante		4.000.204	1.293.371	27.952.915	21.689.299		628.782	1.030.629	17.358.263	22.099.849
Não circulante										
Aplicações financeiras	6	-	-	557.220	538.139		-	-	791.119	-
Contas a receber de clientes	7	-	-	857.872	1.048.922		-	-	-	-
Valores a receber da parcela A e outros itens financeiros	8	-	-	16.277	61.921		-	-	-	-
Impostos e contribuições a recuperar	9	-	20	2.746.025	3.491.238		-	-	-	-
Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar		12.801	22.801	260.806	115.858		-	-	-	-
Serviços pedidos		-	-	91.654	54.235		-	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	21	-	-	2.729.099	2.277.811		-	-	-	-
Depósitos judiciais	24	169	170	716.105	653.611		-	-	-	-
Sub-rogação da CCC - valores aplicados		-	-	20.444	85.120		-	-	-	-
Benefício pós-emprego	31	-	-	30.756	32.616		-	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	32,2	220.986	585.313	220.986	589.564	21	75.135	199.006	2.640.491	2.493.928
Compromissos futuros	35	-	-	23.959	-	21,5	-	-	1.096.910	1.117.292
Outras contas a receber		119.695	121.691	867.271	660.538	23	-	-	886.004	905.743
Investimentos	11	21.674.339	20.353.467	24.546	27.047	24	-	-	5.141.478	5.337.621
Ativo financeiro da concessão	12	-	-	13.025.072	10.034.604	25	-	-	2.077.303	3.717.709
Imobilizado	13	668	3.230	7.349.632	4.984.105	32	-	-	1.319.963	1.112.845
Intangível	14	6.301	6.284	31.447.954	29.245.320		-	-	201.211	208.546
Direito de uso		-	-	521.482	155.204	11	225.202	78.369	-	-
Ativos de contrato	15	-	-	14.183.377	14.872.245	32,2	-	-	441.696	282.486
							-	-	88.744	90.232
							-	-	24.739	-
						35	-	-	-	-
Total do ativo não circulante		22.034.959	21.092.976	75.690.537	68.928.098		28.480	35.410	1.021.243	599.343
Total do ativo		26.035.163	22.386.347	103.643.452	90.617.397		4.313.138	4.741.365	60.210.411	49.950.568
Passivo										
Circulante										
Fornecedores	17	3.796	2.655	4.809.010	4.397.501		-	-	-	-
Fornecedores - Risco sacado	17,1	-	-	369.172	331.953		-	-	-	-
Obrigações e encargos sobre folha de pagamento		888	643	205.953	236.985		-	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	18	-	501.404	3.774.590	9.402.827		-	-	-	-
Debêntures	19	96.672	125.480	1.487.352	1.406.261		-	-	-	-
Impostos e contribuições a recolher	20	5.251	2.221	1.093.205	1.229.154		-	-	-	-
Impostos e contribuições sobre o lucro a recolher		30	42	132.698	343.418		-	-	-	-
Valores a devolver da parcela A e outros itens financeiros	8	-	-	479.822	195.764		-	-	-	-
Dividendos a pagar	22	507.356	381.207	619.904	468.800		-	-	-	-
Contribuição de iluminação pública		-	-	198.179	154.807		-	-	-	-
Encargos setoriais		-	-	617.800	566.210		-	-	-	-
Participação nos lucros		-	-	152.172	148.764		-	-	-	-
PIS e COFINS diferidos	21,5	-	-	49.625	56.919		-	-	-	-
Valores a pagar de acordo com o plano de recuperação judicial	23	-	-	65.509	43.829		-	-	-	-
Provisão para riscos judiciais	24	-	-	648.839	601.291		-	-	-	-
PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores	25	-	-	1.140.393	1.235.312		-	-	-	-
Benefício pós-emprego	31	-	-	86.125	72.111		-	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	32,2	-	-	104.914	41.775		-	-	-	-
Passivo de arrendamento		-	-	15.566	29.643		-	-	-	-
Compromissos futuros	35	-	-	11.692	-		-	-	-	-
Outras contas a pagar		11	4	1.295.743	1.136.525		-	-	-	-
		628.782	1.030.629	17.358.263	22.099.849		-	-	-	-
Passivos relacionados a ativo não circulante mantido para venda	16	-	-	791.119	-		-	-	-	-
Total do passivo circulante		628.782	1.030.629	18.149.382	22.099.849					
Não circulante										
Fornecedores	17	-	-	194.811	330.514		-	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	18	-	-	18.034.095	17.103.172		-	-	-	-
Debêntures	19	3.984.321	4.428.580	23.156.107	13.271.265		-	-	-	-
Valores a devolver da parcela A e outros itens financeiros	8	-	-	972.444	690.667		-	-	-	-
Impostos e contribuições a recolher	20	-	-	2.913.172	2.689.205		-	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	21	75.135	199.006	2.640.491	2.493.928		-	-	-	-
PIS e COFINS diferidos	21,5	-	-	1.096.910	1.117.292		-	-	-	-
Valores a pagar de acordo com o plano de recuperação judicial	23	-	-	886.004	905.743		-	-	-	-
Provisão para riscos judiciais	24	-	-	5.141.478	5.337.621		-	-	-	-
PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores	25	-	-	2.077.303	3.717.709		-	-	-	-
Benefício pós-emprego	32	-	-	1.319.963	1.112.845		-	-	-	-
Encargos setoriais		-	-	201.211	208.546		-	-	-	-
Provisão para perda em investimento	11	225.202	78.369	-	-		-	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	32,2	-	-	441.696	282.486		-	-	-	-
Passivo de arrendamento		-	-	88.744	90.232		-	-	-	-
Compromissos futuros	35	-	-	24.739	-		-	-	-	-
Outras contas a pagar		28.480	35.410	1.021.243	599.343		-	-	-	-
Total do passivo não circulante		4.313.138	4.741.365	60.210.411	49.950.568					
Patrimônio líquido	26									
Capital social	26,1	9.308.724	8.872.296	9.308.724	8.872.296					
Adiantamentos para futuro aumento de capital		-	7.147	-	7.147					
Ações em tesouraria	26,5	-	(642.725)	-	(642.725)					
Reservas de capital	26,2	2.095.380	187.518	2.095.380	187.518					
Reservas de lucros	26,3	9.810.127	8.245.816	9.810.127	8.245.816					
Ajuste de avaliação patrimonial	26,4	(120.988)	(55.699)	(120.988)	(55.699)					
Patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Companhia		21.093.243	16.614.353	21.093.243	16.614.353					
Participação dos acionistas não controladores		-	-	4.190.416	1.952.627					
Total do patrimônio líquido		21.093.243	16.614.353	25.283.659	18.566.980					
Total do passivo e patrimônio líquido		26.035.163	22.386.347	103.643.452	90.617.397					

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

Notas	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Receita de implementação de infraestrutura, O&M e outras, líquidas	-	-	39.460.592	25.699.609
Remuneração dos ativos da concessão, líquida	-	-	1.524.485	1.432.898
Receita operacional líquida	-	-	40.985.077	27.132.507
Energia elétrica comprada para revenda	-	-	(17.012.953)	(10.921.316)
Custo de construção	-	-	(8.129.445)	(5.153.279)
Custo da operação	-	-	(3.700.147)	(2.491.141)
Custos de energia elétrica, construção e operação	-	-	(28.842.545)	(18.565.736)
Lucro bruto	-	-	12.142.532	8.566.771
Receitas (despesas) operacionais				
Despesas com vendas	28	-	(982.349)	(789.078)
Despesas gerais e administrativas	28	(73.879)	(2.278.845)	(1.598.146)
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	28	-	(642.522)	(264.995)
Resultado da equivalência patrimonial	11	2.750.916	1.797.781	-
Outras despesas operacionais, líquidas	28.1	(907)	(591.407)	(637.339)
Total de receitas (despesas) operacionais		2.676.130	(4.495.123)	(3.289.558)
Resultado antes do resultado financeiro, imposto de renda e contribuição social		2.676.130	7.647.409	5.277.213
Receitas financeiras	30	519.151	3.395.525	3.498.413
Despesas financeiras	30	(1.243.559)	(8.008.145)	(6.082.889)
Resultado financeiro	30	(724.408)	(4.612.620)	(2.584.476)
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		1.951.722	3.034.789	2.692.737
Imposto de renda e contribuição social - correntes	21.4	-	(248.357)	(605.659)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	21.4	123.871	89.852	(165.075)
Impostos sobre o lucro		123.871	(158.505)	(770.734)
Lucro líquido do exercício		2.075.593	2.876.284	1.922.003
Resultado atribuível aos:				
Acionistas da controladora		2.075.593	2.075.593	1.373.938
Acionistas não controladores		-	800.691	548.065
Lucro líquido do exercício		2.075.593	2.876.284	1.922.003
Lucro por ação básico - R\$	26.6	1,80941	1,24896	
Lucro por ação diluído - R\$	26.6	1,79555	1,24232	
Quantidade de ações ordinárias no final do exercício (em milhares de ações)		1.147.108	1.128.935	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022
Lucro líquido do exercício		2.075.593	1.373.938	2.876.284	1.922.003
Outros resultados abrangentes					
Itens que serão reclassificados posteriormente para o resultado					
Resultados abrangentes (<i>hedge</i> e benefícios pós-emprego, líquidos de tributos diferidos)		(65.289)	99.609	(46.131)	101.443
Outros resultados abrangentes do exercício, líquido de impostos		(65.289)	99.609	(46.131)	101.443
Total dos resultados abrangentes		2.010.304	1.473.547	2.830.153	2.023.446
Acionistas controladores		2.010.304	1.473.547	2.010.304	1.473.547
Acionistas não controladores		-	-	819.849	549.899
Total dos resultados abrangentes		2.010.304	1.473.547	2.830.153	2.023.446

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

Notas	Reservas de lucros										Participação dos acionistas não controladores	Patrimônio líquido consolidado	
	Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Ações em tesouraria	Reservas de capital	Legal	Reserva para investimento e expansão	Reserva de lucros a realizar	Reserva de dividendos adicionais	Ajuste de avaliação patrimonial	Resultado do período			Patrimônio líquido da controladora
Saldos em 31 de dezembro de 2021	4.655.287	-	(642.725)	155.745	184.726	7.221.951	1.398.202	55.176	(272.001)	-	12.756.361	1.848.111	14.604.472
Aumento de capital	4.217.009	-	-	-	(184.726)	(1.250.000)	-	-	-	-	2.782.283	-	2.782.283
Redução de capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(83.471)	(83.471)
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	7.147	-	-	-	-	-	-	-	-	7.147	-	7.147
Valor justo das opções de compra (<i>Vesting period</i>)	-	-	-	25.477	-	-	-	-	-	-	25.477	-	25.477
Opções de recompra	-	-	-	5.950	-	-	-	-	-	-	5.950	-	5.950
Mudança na participação relativa	-	-	-	346	-	-	-	-	-	-	346	(346)	-
Aquisição de investimento - Transações entre acionistas	-	-	-	-	-	-	-	-	(395)	-	(395)	-	(395)
Perda por recebimento desproporcional de dividendos - Transações entre acionistas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Participação dos acionistas não controladores no patrimônio líquido das controladas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(9.599)	(9.599)
Reversão de perdas em transação entre sócios	-	-	-	-	-	(117.088)	-	-	117.088	-	-	-	-
Dividendos adicionais distribuídos	-	-	-	-	-	-	-	(55.176)	-	-	(55.176)	(70.628)	(125.804)
Dividendos intermediários pagos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(181.334)	(181.334)
Realização da reserva de lucros a realizar	-	-	-	-	-	-	(54.877)	-	-	-	(54.877)	-	(54.877)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado abrangente do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado de <i>hedge accounting</i> de fluxo de caixa	-	-	-	-	-	-	-	-	(92.670)	-	(92.670)	(7.477)	(100.147)
Benefício pós-emprego - Resultado atuariais	-	-	-	-	-	-	-	-	192.279	-	192.279	9.311	201.590
Destinação do Lucro	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.373.938	1.373.938	548.065	1.922.003
Constituição da Reserva Legal	26.3.1	-	-	-	68.697	-	-	-	-	(68.697)	-	-	-
Constituição dos dividendos obrigatórios	22	-	-	-	-	-	-	-	-	(326.310)	(326.310)	(100.005)	(426.315)
Constituição dos dividendos adicionais propostos	26.3.4	-	-	-	-	-	-	3.968	-	(3.968)	-	-	-
Constituição da reserva de investimento e expansão	26.3.2	-	-	-	-	974.963	-	-	-	(974.963)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	8.872.296	7.147	(642.725)	187.518	68.697	6.829.826	1.343.325	3.968	(55.699)	-	16.614.353	1.952.627	18.566.980
Aumento de capital	26.1	436.428	(7.147)	-	-	-	-	-	-	-	429.281	10.000	439.281
Ações em tesouraria vendidas	26.5	-	-	642.725	346.954	-	-	-	-	-	989.679	-	989.679
Valor justo das opções de compra (<i>Vesting period</i>)	26.7.1	-	-	-	15.296	-	-	-	-	-	15.296	-	15.296
Aquisição de participação em controlada dos acionistas não-controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3.403.000	3.403.000
Mudança na participação relativa	26.2	-	-	-	1.545.612	-	-	-	-	-	1.545.612	(1.545.612)	-
Participação dos acionistas não controladores no patrimônio líquido das controladas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(9.997)	(9.997)
Dividendos adicionais distribuídos	-	-	-	-	-	-	-	(3.968)	-	-	(3.968)	(144.845)	(148.813)
Realização da reserva de lucros a realizar	26.3.3	-	-	-	-	-	(63.595)	-	-	-	(63.595)	-	(63.595)
Resultado abrangente do período	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultados abrangentes (<i>hedge</i> e benefícios pós-emprego, líquidos de tributos diferidos)	-	-	-	-	-	-	-	-	(65.289)	-	(65.289)	19.158	(46.131)
Destinação do Lucro	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.075.593	2.075.593	800.691	2.876.284
Constituição da Reserva Legal	26.3.1	-	-	-	103.780	-	-	-	-	(103.780)	-	-	-
Constituição dos dividendos obrigatórios	22	-	-	-	-	-	49.234	-	-	(492.953)	(443.719)	(294.606)	(738.325)
Constituição dos dividendos adicionais propostos	26.3.4	-	-	-	-	-	-	8.885	-	(8.885)	-	-	-
Constituição da reserva de investimento e expansão	26.3.2	-	-	-	-	1.469.975	-	-	-	(1.469.975)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	9.308.724	-	-	2.095.380	172.477	8.299.801	1.328.964	8.885	(120.988)	-	21.093.243	4.190.416	25.283.659

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Demonstrações do valor adicionado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Receitas				
Vendas de produtos e serviços e receitas de construção	-	-	54.834.576	36.958.239
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	-	-	(642.522)	(264.995)
Outras receitas	-	17	28.407	4.957
	-	17	54.220.461	36.698.201
Insumos adquiridos de terceiros (inclui ICMS e IPI)				
Custos dos produtos e dos serviços vendidos	-	-	(25.142.398)	(16.074.595)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(38.564)	(46.418)	(3.288.192)	(2.110.337)
Variações das margens dos ativos de contrato	-	-	-	(118.080)
Subvenção - CCC	-	-	(3.336)	(38.269)
Outras despesas	(907)	(34.731)	(661.905)	(744.772)
	(39.471)	(81.149)	(29.095.831)	(19.086.053)
Valor (aplicado) adicionado bruto	(39.471)	(81.132)	25.124.630	17.612.148
Depreciação e amortização	(115)	(113)	(1.873.371)	(1.209.716)
Valor (aplicado) adicionado líquido gerado pela Companhia	(39.586)	(81.245)	23.251.259	16.402.432
Valor adicionado recebido em transferência				
Receitas financeiras	539.349	372.641	3.509.917	3.621.184
Resultado de equivalência patrimonial	2.750.916	1.797.781	-	-
Amortização do direito de concessão	-	-	(573.436)	(515.402)
	3.290.265	2.170.422	2.936.481	3.105.782
Valor adicionado total a distribuir	3.250.679	2.089.177	26.187.740	19.508.214
Distribuição do valor adicionado				
Empregados				
Remuneração direta	30.760	21.772	706.779	500.803
Benefícios	1.310	911	279.601	280.769
FGTS	283	294	90.030	92.283
Outros	-	-	-	-
	32.353	22.977	1.076.410	873.855
Tributos				
Federais	(100.891)	68.612	7.832.624	5.826.846
Estaduais	-	-	6.355.412	4.775.531
Municipais	-	-	13.806	9.300
	(100.891)	68.612	14.201.842	10.611.677
Remuneração de capitais de terceiros				
Juros	662.549	572.637	6.161.603	4.302.411
Aluguéis	65	72	25.059	17.790
Outros	581.010	50.941	1.846.542	1.780.478
	1.243.624	623.650	8.033.204	6.100.679
Remuneração de capitais próprios				
Dividendos	452.604	330.278	747.210	430.283
Lucro retido no exercício	1.622.989	1.043.660	1.328.383	1.043.660
Participação dos não controladores no lucro do exercício	-	-	800.691	448.060
	2.075.593	1.373.938	2.876.284	1.922.003
Valor adicionado	3.250.679	2.089.177	26.187.740	19.508.214

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro líquido do exercício	2.075.593	1.373.938	2.876.284	1.922.003
Ajustes para:				
Amortização e depreciação	115	113	1.873.371	1.209.716
Amortização do direito de concessão	-	-	573.436	515.402
Resultado de equivalência patrimonial	(2.750.916)	(1.797.781)	-	-
Baixa de ativos de contrato, intangível, financeiro e imobilizado	2.607	-	180.075	179.371
Atualização dos ativos de contrato e financeiro	-	-	(2.241.141)	(1.904.649)
Margem de construção - Transmissão	-	-	(171.294)	(98.418)
Encargos de dívidas, juros, variações monetárias e cambiais líquidas	662.551	572.647	4.463.120	2.771.189
Perdas com instrumentos derivativos	-	-	745.727	619.987
Realização futura de contratos de energia elétrica	-	-	51.115	48.704
Ajuste a valor presente	-	-	(17.275)	205.558
Provisão e atualização para perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	-	-	657.786	266.898
Baixa de recebíveis incobráveis	-	-	(67.222)	-
Provisão e atualização de encargos setoriais	-	-	343.947	226.013
Provisão e atualização para riscos judiciais	-	-	281.746	(211.807)
Valores (a receber) a pagar da parcela A e outros itens financeiros	-	-	(1.127.150)	(839.910)
Rendimentos de aplicações financeiras	(240.729)	(146.746)	(1.210.334)	(1.120.112)
PIS e COFINS diferidos	-	-	91.004	100.906
Imposto de renda e contribuições sociais diferidos	(123.871)	58.491	(89.852)	165.075
Impostos de renda e contribuições sociais correntes	-	-	248.357	605.659
Valor justo das opções de compra	11.600	5.394	67.282	41.767
Opção de compra de ações	364.326	(172.182)	364.326	(172.182)
PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores	-	-	(40.472)	264.330
Perda na alienação de investimento	-	36.461	-	36.461
Provisão da participação nos lucros	1.952	5.532	104.489	82.377
Plano de aposentadoria e pensão	-	-	132.835	116.184
Reversão de provisão para perda de estoque (ativos de contrato)	-	-	245.311	160.194
Outros	-	-	71.755	(45.674)
	3.228	(64.133)	8.407.226	5.145.042
Variações em:				
Contas a receber de clientes	-	-	177.803	969.201
Aquisição de combustível - conta CCC	-	-	19.459	(21.039)
Serviços pedidos	-	-	(73.651)	1.925
Depósitos judiciais	(1.009)	(410)	(72.952)	(21.893)
Devolução de capital a liquidar	312.647	-	-	-
Almoxarifado	-	-	143.252	(66.292)
Impostos e contribuições a recuperar	47	(20)	(90.917)	(469.320)
Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar	3.452	(33.158)	(29.543)	(243.628)
Sub-rogação da CCC	-	-	64.676	-
Valores a receber da parcela A e outros itens financeiros	-	-	(25.346)	1.978.887
Ativos de contrato	-	-	(65.097)	(5.659)
Outras contas a receber	(74.016)	(37.310)	(228.035)	370.111
Fornecedores	1.141	(302)	230.358	(929.557)
Obrigações e encargos sobre folha de pagamento	246	98	(447.551)	(302.874)
Impostos e contribuições a recolher	3.030	(1.497)	530.008	245.198
Impostos e contribuições sobre o lucro a recolher	(12)	-	175.021	(505.273)
Contribuição de iluminação pública	-	-	43.372	6.437
Encargos setoriais	-	-	(326.863)	(178.883)
Participação nos lucros	(4.147)	(5.343)	(100.518)	(73.396)
Plano de aposentadoria e pensão	-	-	(108.501)	(57.531)
Riscos judiciais pagos	-	-	(497.777)	211.990
Outras contas a pagar	6	(4)	204.107	(147.311)
PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores	-	-	(12.164)	45.693
Recebimento de dividendos	708.976	1.557.085	-	7.875
Caixa proveniente das atividades operacionais	953.589	1.415.006	7.916.367	5.959.703
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	-	(376.509)	(63.436)
Juros pagos/recebidos	(657.503)	(452.331)	(4.400.679)	(2.428.760)
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais	296.086	962.675	3.139.179	3.467.507
Fluxo de caixa de atividades de investimento				
Aquisições no ativo intangível, ativos de contrato, imobilizado e obrigação especiais	(177)	(3.277)	(9.148.054)	(4.495.115)
Devolução do preço pago pelo antigo controlador	-	-	142.090	-
Aumento de capital em investidas	(1.159.200)	(8.578.084)	10.000	-
Aquisição de investimentos	-	(118)	-	-
Alienação de investimentos	-	88.077	-	88.077
Aquisição de participação em controlada dos acionistas não-controladores	-	-	3.403.000	-
Caixa líquido adquirido na aquisição de investimento	-	-	-	(8.056.434)
Caixa líquido de subsidiária em processo de alienação	-	-	(60.787)	-
Aumento (redução) de capital em investidas	-	450.883	-	(49.118)
Resgates (aplicações) financeiras	(1.704.009)	2.427.048	(1.838.578)	3.773.819
Fluxo de caixa utilizado nas atividades de investimento	(2.863.386)	(5.615.471)	(7.492.329)	(8.738.771)
Fluxo de caixa de atividades de financiamento				
Amortização de empréstimos e financiamentos	-	-	(11.456.082)	(3.587.151)
Captação de empréstimos e financiamentos	1.286.782	500.000	6.752.267	4.966.152
Captação de debêntures	1.578.983	1.986.761	15.424.094	4.169.436
Amortização de debêntures	(448.400)	-	(5.556.180)	(1.928.333)
Amortização do passivo de arrendamento	-	(36)	(22.932)	(23.568)
Recebimento de instrumentos financeiro derivativos	-	-	61.916	159.796
Valores pagos referente a acordos com plano de recuperação judicial	-	-	(26.321)	(13.160)
Partes relacionadas - recebimento de mútuos	44.417	-	-	-
Aumento de capital	429.281	2.782.283	429.281	2.782.283
Dividendos pagos	(385.133)	(704.021)	(796.686)	(1.091.565)
Alienação de ações em tesouraria	642.725	-	642.725	-
Ganho com alienação de ações em tesouraria	346.954	-	346.954	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	7.147	-	7.147
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	3.495.609	4.572.134	5.799.036	5.441.037
Aumento (redução) em caixa e equivalentes de caixa	928.309	(80.662)	1.445.886	169.773
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	460.753	541.415	3.166.362	2.996.589
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	1.389.062	460.753	4.612.248	3.166.362
Aumento (redução) em caixa e equivalentes de caixa	928.309	(80.662)	1.445.886	169.773

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais)

1 Contexto operacional

A Equatorial Energia S.A. (“Companhia” ou “Equatorial” ou “Controladora” ou, conjuntamente com suas Controladas, referidas como “Grupo”), é uma sociedade anônima de capital aberto, domiciliada no Brasil, com sede na Alameda A, Quadra SQS, nº 100, Loteamento Quitandinha, bairro Altos do Calhau, cidade de São Luís, Estado do Maranhão, tem por objetivo a participação em outras sociedades, prioritariamente em operações de geração, distribuição, transmissão de energia elétrica e saneamento. A Companhia possui ações negociadas no Mercado de Balcão Organizado do Brasil, Bolsa, Balcão S.A (B3) sob o *ticker* “EQL3” e, desde 2008, participa do Novo Mercado.

1.1 Entidades controladas

A Companhia mantém investimentos conforme demonstrado a seguir:

Distribuição de energia:	Tipo de sociedade	Participação societária	Estado e área de operação	Nº de consumidores*	Nº contrato de concessão	Prazo de concessão	Início da concessão	Término da concessão
Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.	Sociedade anônima aberta	Indireta, 96,50%	Pará	2.989.823	182/1998	30 anos	28/07/1998	27/07/2028
Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.	Sociedade anônima aberta	Indireta, 65,11%	Maranhão	2.738.710	060/2000	30 anos	11/08/2000	10/08/2030
Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A.	Sociedade anônima aberta	Indireta, 99,96%	Goiás	3.444.114	063/2000	30 anos	08/07/2015	07/07/2045
Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D	Sociedade anônima aberta	Indireta, 95,12%	Rio Grande do Sul	1.923.222	081/1999	30 anos	07/07/2015	06/07/2045
Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.	Sociedade anônima fechada	Indireta 94,94%	Piauí	1.502.471	001/2018	30 anos	18/10/2018	17/10/2048
Equatorial Alagoas Distribuidora de Energia S.A.	Sociedade anônima fechada	Direta, 77,39%	Alagoas	1.350.037	002/2019	30 anos	19/03/2019	18/03/2049
Companhia de Eletricidade do Amapá Sociedade anônima fechada	Indireta, 99,98% Amapá	217.453	001/2021	30 anos	24/11/2021	23/11/2051		
Transmissão de energia:	Tipo de sociedade	Participação societária	Estado (sede)	Área de operação (linha de transmissão)	Nº contrato de concessão	Prazo de concessão	Início da concessão	Término da concessão
Equatorial Transmissora 1 SPE S.A.	Sociedade anônima fechada	Indireta, 100%	Brasília	Bahia	007/2017	30 anos	10/02/2017	09/02/2047
Equatorial Transmissora 2 SPE S.A.	Sociedade anônima fechada	Indireta, 100%	Brasília	Bahia	008/2017	30 anos	10/02/2017	09/02/2047
Equatorial Transmissora 3 SPE S.A.	Sociedade anônima fechada	Indireta, 100%	Brasília	Bahia e Piauí	010/2017	30 anos	10/02/2017	09/02/2047
Equatorial Transmissora 4 SPE S.A.	Sociedade anônima fechada	Indireta, 100%	Brasília	Bahia e Minas Gerais	012/2017	30 anos	10/02/2017	09/02/2047
Equatorial Transmissora 5 SPE S.A.	Sociedade anônima fechada	Indireta, 100%	Brasília	Bahia e Minas Gerais	013/2017	30 anos	10/02/2017	09/02/2047
Equatorial Transmissora 6 SPE S.A.	Sociedade anônima fechada	Indireta, 100%	Brasília	Bahia e Minas Gerais	014/2017	30 anos	10/02/2017	09/02/2047
Equatorial Transmissora 7 SPE S.A.	Sociedade anônima aberta	Indireta, 100%	Brasília	Pará	020/2017	30 anos	10/02/2017	09/02/2047
Equatorial Transmissora 8 SPE S.A.	Sociedade anônima aberta	Indireta, 100%	Brasília	Pará	048/2017	30 anos	21/07/2017	20/07/2047
Saneamento:	Tipo de sociedade	Participação societária	Estado	Nº de consumidores*	Nº contrato de concessão	Prazo de concessão	Início da concessão	Término da concessão
Concessionária de Saneamento do Amapá SPE S.A.	Sociedade anônima fechada	Indireta, 80%	Amapá	81.486	001/2021	35 anos	13/07/2022	12/07/2057

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação

31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais)

Geração de energia:	Tipo de sociedade	Participação societária	Estado	Área de operação	Energia contratada (MWm)	Prazo de outorga	Início outorga	Final outorga
Eólica Baixa Verde S.A.	Sociedade anônima fechada	Indireta, 100%	Rio Grande do Norte	Rio Grande do Norte	6	35 anos	11/08/2010	11/08/2045
Eólica Pedra do Reino S.A.	Sociedade anônima fechada	Indireta, 100%	Bahia	Bahia	10	35 anos	30/06/2010	30/06/2045
Eólicatec Sobradinho S.A.	Sociedade anônima fechada	Indireta, 100%	Bahia	Bahia	6,8	35 anos	03/08/2011	03/08/2046
Eólica Moxotó S.A.	Sociedade anônima fechada	Indireta, 100%	Rio Grande do Norte	Rio Grande do Norte	8,4	35 anos	18/04/2011	18/04/2046
Nova Ventos do Morro do Chapéu Energias Renováveis S.A.	Sociedade anônima fechada	Indireta, 100%	Ceará	Ceará	13,1	35 anos	30/06/2011	30/06/2046
Nova Ventos do Parazinho Energias Renováveis S.A.	Sociedade anônima fechada	Indireta, 100%	Ceará	Ceará	14	35 anos	08/07/2011	08/07/2046
Nova Vento Formoso Energias Renováveis S.A.	Sociedade anônima fechada	Indireta, 100%	Ceará	Ceará	13,5	35 anos	08/07/2011	08/07/2046
Nova Ventos de Tianguá Energias Renováveis S.A.	Sociedade anônima fechada	Indireta, 100%	Ceará	Ceará	14,1	35 anos	04/07/2011	04/07/2046
Nova Ventos de Tianguá do Norte Energias Renováveis S.A.	Sociedade anônima fechada	Indireta, 100%	Ceará	Ceará	13,1	35 anos	04/07/2011	04/07/2046
Eólica Serra de Santana S.A.	Sociedade anônima fechada	Indireta, 100%	Rio Grande do Norte	Rio Grande do Norte	8,1	35 anos	17/08/2011	17/08/2046
Eólica Lagoa Nova S.A.	Sociedade anônima fechada	Indireta, 100%	Rio Grande do Norte	Rio Grande do Norte	13,5	35 anos	03/08/2011	03/08/2046
Eólica Seridó S.A. Sociedade anônima fechada	Indireta, 100%	Rio Grande do Norte	Rio Grande do Norte	12,7	35 anos	11/08/2011	11/08/2046	
Eólica Paraíso S.A.	Sociedade anônima fechada	Indireta, 100%	Rio Grande do Norte	Rio Grande do Norte	9	35 anos	02/05/2012	02/05/2047
Eólica Lanchinha S.A.	Sociedade anônima fechada	Indireta, 100%	Rio Grande do Norte	Rio Grande do Norte	13,2	35 anos	02/05/2012	02/05/2047
Eólica Cabeço Vermelho S.A.	Sociedade anônima fechada	Indireta, 100%	Rio Grande do Norte	Rio Grande do Norte	13,6	35 anos	14/07/2014	14/07/2049
Eólica Cabeço Vermelho II S.A.	Sociedade anônima fechada	Indireta, 100%	Rio Grande do Norte	Rio Grande do Norte	9	35 anos	18/07/2014	18/07/2049
Ventos de São Clemente I Energias Renováveis S.A.	Sociedade anônima fechada	Indireta, 100%	Pernambuco	Pernambuco	15,3	35 anos	25/11/2014	25/11/2049
Ventos de São Clemente II Energias Renováveis S.A.	Sociedade anônima fechada	Indireta, 100%	Pernambuco	Pernambuco	14,2	35 anos	25/11/2014	25/11/2049
Ventos de São Clemente III Energias Renováveis S.A.	Sociedade anônima fechada	Indireta, 100%	Pernambuco	Pernambuco	14,5	35 anos	27/11/2014	27/11/2049
Ventos de São Clemente IV Energias Renováveis S.A.	Sociedade anônima fechada	Indireta, 100%	Pernambuco	Pernambuco	14,6	35 anos	28/11/2014	28/11/2049
Ventos de São Clemente V Energias Renováveis S.A.	Sociedade anônima fechada	Indireta, 100%	Pernambuco	Pernambuco	15,7	35 anos	27/11/2014	27/11/2049
Ventos de São Clemente VI Energias Renováveis S.A.	Sociedade anônima fechada	Indireta, 100%	Pernambuco	Pernambuco	13,3	35 anos	27/11/2014	27/11/2049
Ventos de São Clemente VII Energias Renováveis S.A.	Sociedade anônima fechada	Indireta, 100%	Pernambuco	Pernambuco	10,7	35 anos	28/11/2014	28/11/2049
Ventos de São Clemente VIII Energias Renováveis S.A.	Sociedade anônima fechada	Indireta, 100%	Pernambuco	Pernambuco	9,5	35 anos	27/11/2014	27/11/2049
Eólica Pedra Rajada S.A.	Sociedade anônima fechada	Indireta, 100%	Rio Grande do Norte	Rio Grande do Norte	11	35 anos	02/04/2015	02/04/2050
Eólica Pedra Rajada II S.A.	Sociedade anônima fechada	Indireta, 100%	Rio Grande do Norte	Rio Grande do Norte	10,1	35 anos	02/04/2015	02/04/2050
Eólica Boa Esperança I S.A.	Sociedade anônima fechada	Indireta, 100%	Rio Grande do Norte	Rio Grande do Norte	14,4	35 anos	20/08/2015	20/08/2050
Eólica Pedra do Reino IV S.A.	Sociedade anônima fechada	Indireta, 100%	Rio Grande do Norte	Bahia	9,7	35 anos	12/05/2016	12/05/2051
Vila Sergipe 1 Empreendimentos e Participações S.A.	Sociedade anônima fechada	Indireta, 100%	São Paulo	Rio Grande do Norte	Variável	35 anos	26/12/2018	26/12/2053
Vila Rio Grande do Norte 1 Empreendimentos e Participações S.A.	Sociedade anônima fechada	Indireta, 100%	São Paulo	Rio Grande do Norte	Variável	35 anos	26/12/2018	26/12/2053
Vila Rio Grande do Norte 2 Empreendimentos e Participações S.A.	Sociedade anônima fechada	Indireta, 100%	São Paulo	Rio Grande do Norte	Variável	35 anos	26/12/2018	26/12/2053
Vila Sergipe 2 Empreendimentos e Participações S.A.	Sociedade anônima fechada	Indireta, 100%	Rio Grande do Norte	Rio Grande do Norte	Variável	35 anos	21/03/2019	21/03/2054
Vila Sergipe 3 Empreendimentos e Participações S.A.	Sociedade anônima fechada	Indireta, 100%	Rio Grande do Norte	Rio Grande do Norte	Variável	35 anos	21/03/2019	21/03/2054
Vila Piauí 3 Empreendimentos e Participações S.A.	Sociedade anônima fechada	Indireta, 100%	Rio Grande do Norte	Rio Grande do Norte	Variável	35 anos	21/03/2019	21/03/2054
Vila Piauí 1 Empreendimentos e Participações S.A.	Sociedade anônima fechada	Indireta, 100%	São Paulo	Rio Grande do Norte	Variável	35 anos	26/03/2019	26/03/2054
Vila Piauí 2 Empreendimentos e Participações S.A.	Sociedade anônima fechada	Indireta, 100%	São Paulo	Rio Grande do Norte	Variável	35 anos	26/03/2019	26/03/2054
Vila Alagoas II Empreendimentos e Participações S.A.	Sociedade anônima fechada	Indireta, 100%	Rio Grande do Norte	Rio Grande do Norte	Variável	35 anos	12/03/2020	12/03/2055
Vila Espírito Santo I Empreendimentos e Participações S.A.	Sociedade anônima fechada	Indireta, 100%	Rio Grande do Norte	Rio Grande do Norte	Variável	35 anos	12/03/2020	12/03/2055
Vila Espírito Santo II Empreendimentos e Participações S.A.	Sociedade anônima fechada	Indireta, 100%	Rio Grande do Norte	Rio Grande do Norte	Variável	35 anos	12/03/2020	12/03/2055
Vila Espírito Santo III Empreendimentos e Participações S.A.	Sociedade anônima fechada	Indireta, 100%	Rio Grande do Norte	Rio Grande do Norte	Variável	35 anos	12/03/2020	12/03/2055
UFV Sol do Pilar S.A.	Sociedade anônima fechada	Indireta, 100%	São Paulo	Não operacional	-	-	(a)	-
Ribeiro Gonçalves Solar VI S.A.	Sociedade anônima fechada	Indireta, 100%	São Paulo	Não operacional	-	-	(a)	-
Ribeiro Gonçalves Solar VII S.A.	Sociedade anônima fechada	Indireta, 100%	São Paulo	Não operacional	-	-	(a)	-
Ribeiro Gonçalves Solar VIII S.A.	Sociedade anônima fechada	Indireta, 100%	São Paulo	Não operacional	-	-	(a)	-
Sertão Solar Barreiras XV S.A.	Sociedade anônima fechada	Indireta, 100%	São Paulo	Não operacional	-	-	(a)	-
Sertão Solar Barreiras XVI S.A.	Sociedade anônima fechada	Indireta, 100%	São Paulo	Não operacional	-	-	(a)	-
Sertão Solar Barreiras XVII S.A.	Sociedade anônima fechada	Indireta, 100%	São Paulo	Não operacional	-	-	(a)	-
Sertão Solar Barreiras XVIII S.A.	Sociedade anônima fechada	Indireta, 100%	São Paulo	Não operacional	-	-	(a)	-
Sertão Solar Barreiras XIX S.A.	Sociedade anônima fechada	Indireta, 100%	São Paulo	Não operacional	-	-	(a)	-
Sertão Solar Barreiras XX S.A.	Sociedade anônima fechada	Indireta, 100%	São Paulo	Não operacional	-	-	(a)	-
Sertão Solar Barreiras XXI S.A.	Sociedade anônima fechada	Indireta, 100%	São Paulo	Não operacional	-	-	(a)	-

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação

31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais)

Geração de energia:	Tipo de sociedade	Participação societária	Estado	Área de operação	Energia contratada (MWm)	Prazo de outorga	Início outorga	Final outorga
Ribeiro Gonçalves Solar III S.A.	Sociedade anônima fechada	Indireta, 100%	São Paulo	Não operacional	-	-	(a)	-
Ribeiro Gonçalves Solar IV S.A.	Sociedade anônima fechada	Indireta, 100%	São Paulo	Não operacional	-	-	(a)	-
Ribeiro Gonçalves Energia Solar SPE Ltda.	Sociedade limitada	Indireta, 100%	Piauí	Não operacional	-	-	(a)	-
Serra do Mel VIII Ltda.	Sociedade limitada	Indireta, 100%	São Paulo	Não operacional	-	-	(a)	-
Serra do Mel IX Ltda.	Sociedade limitada	Indireta, 100%	São Paulo	Não operacional	-	-	(a)	-
Serra do Mel X Ltda.	Sociedade limitada	Indireta, 100%	São Paulo	Não operacional	-	-	(a)	-
Vila Echoenergia Empreendimentos e Participações S.A.	Sociedade anônima fechada	Indireta, 100%	São Paulo	Não operacional	-	-	(a)	-
Ribeiro Gonçalves Solar II S.A.	Sociedade anônima fechada	Indireta, 100%	São Paulo	Não operacional	-	-	(a)	-
Ribeiro Gonçalves Solar I S.A.	Sociedade anônima fechada	Indireta, 100%	São Paulo	Não operacional	-	-	(a)	-
Comercialização de energia:	Tipo de sociedade	Participação societária	Estado					
Equatorial Renováveis S.A.	Sociedade anônima fechada	Indireta, 100%	São Paulo					
Equatorial Comercializadora de Energia Ltda.	Sociedade limitada	Indireta, 100%	São Paulo					
Echoenergia Comercializadora de Energia Ltda.	Sociedade limitada	Indireta, 100%	São Paulo					
Prestação de serviços:	Tipo de sociedade	Participação societária	Estado					
Equatorial Serviços S.A.	Sociedade anônima fechada	Direta, 100%	Maranhão					
Equatorial Telecomunicações S.A.	Sociedade anônima fechada	Indireta, 100%	Maranhão					
Equatorial Geração Distribuída SPE S.A.	Sociedade anônima fechada	Indireta, 100%	Maranhão					
Equatorial Engenharia e Construções S.A.	Sociedade anônima fechada	Indireta, 100%	Maranhão					
E-Nova Instalação e Manutenção Ltda.	Sociedade limitada	Indireta, 100%	Maranhão					
Equatorial Finanças S.A.	Sociedade anônima fechada	Indireta, 100%	Maranhão					
Echoenergia Suprimentos e Empreendimentos Ltda.	Sociedade limitada	Indireta, 100%	Rio Grande do Norte					
Holdings de Distribuição de Energia, Geração, Saneamento e Transmissão:	Tipo de sociedade	Participação Societária	Estado					
Equatorial Energia Distribuição S.A.	Sociedade anônima fechada	Direta, 74,21%	Maranhão					
Equatorial Transmissão S.A.	Sociedade anônima fechada	Direta, 100%	Distrito Federal					
Equatorial Participações e Investimentos S.A.	Sociedade anônima fechada	Direta, 100%	Maranhão					
Equatorial Participações e Investimentos II S.A.	Sociedade anônima fechada	Direta, 100%	Maranhão					
Equatorial Participações e Investimentos III S.A.	Sociedade anônima fechada	Direta, 100%	Maranhão					
Equatorial Participações e Investimentos IV S.A.	Sociedade anônima fechada	Direta, 99,75%	Maranhão					
Echoenergia Participações S.A.	Sociedade anônima fechada	Indireta, 100%	São Paulo					
Echoenergia Crescimento S.A.	Sociedade anônima fechada	Indireta, 100%	São Paulo					
Echo Holding I S.A.	Sociedade anônima fechada	Indireta, 100%	Ceará					
Ventos de São Clemente Holding S.A.	Sociedade anônima fechada	Indireta, 100%	Ceará					
Ventos de São Jorge Holding S.A.	Sociedade anônima fechada	Indireta, 100%	Ceará					
Serra do Mel Holding S.A.	Sociedade anônima fechada	Indireta, 100%	São Paulo					
Serras Holding S.A.	Sociedade anônima fechada	Indireta, 100%	Rio Grande do Norte					
Ribeiro Gonçalves Solar Holding S.A.	Sociedade anônima fechada	Indireta, 100%	São Paulo					
Barreiras Holding S.A.	Sociedade anônima fechada	Indireta, 100%	São Paulo					

(*) Referente ao total de consumidores considerando os mercados cativo e livre, não auditado.

(a) Empresas pré-operacionais e sem previsão para a entrada em operação ao longo do exercício de 2024.

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais)

As políticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme nas Companhias consolidadas e são consistentes com aquelas utilizadas no exercício anterior.

Todos os saldos e transações entre a Companhia e suas controladas foram eliminados na consolidação.

1.2 Acordo de acionistas - Operações com Equatorial Piauí e Equatorial Alagoas

1.2.1 Equatorial Piauí

Em 21 de março de 2023, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a transferência da totalidade das ações da Equatorial Piauí, através de aumento de capital, representativas de 94,94% do capital social, de titularidade da Companhia, para a também controlada Equatorial Distribuição S.A. Na mesma data, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a celebração de um acordo de investimento entre a Companhia e o Itaú Unibanco S.A. (“Itaú”), regulando os termos e condições para a realização de um novo investimento, pelo Itaú, na Equatorial Distribuição S.A., através da subscrição e integralização de ações preferenciais classe B do capital social da Equatorial Distribuição S.A. (“Acordo de Investimento”) no montante de aproximadamente R\$ 2.103.000. O aporte foi consumado naquele dia e, em 23 de março de 2023, o Acordo de Investimento foi firmado, no qual o investimento, pelo Itaú na Equatorial Distribuição, foi implementado (“Operação”).

Com a conclusão da Operação, o Itaú passou a ser titular de 559.308.511 ações preferenciais classe B de emissão da Equatorial Distribuição, as quais, em conjunto com as 397.661.749 ações preferenciais classe A de emissão da Equatorial Distribuição já anteriormente detidas pelo Itaú, representam 20,83% do capital social total da Equatorial Distribuição e a totalidade das ações preferenciais de sua emissão.

A Companhia, por sua vez, obteve, com a conclusão da Operação, 1 ação ordinária adicional de emissão da Equatorial Distribuição, passando a ser titular de um total de 3.637.513.056 ações ordinárias de emissão da Equatorial Distribuição, representativas de 79,17% do capital social total da Equatorial Distribuição. Como consequência dessa transação, a Equatorial Distribuição S.A. passou a ser controladora direta da Equatorial Piauí, com participação de 94,94% de seu capital social, enquanto a Companhia se tornou controladora indireta da Equatorial Piauí e, conseqüentemente, a Equatorial Distribuição assumiu a qualidade de emitente das Notas Comerciais Escriturais e de emissora das Debêntures, anteriormente adotada pela Companhia.

1.2.2 Equatorial Alagoas

Em 21 de dezembro de 2023, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a transferência parcial das ações da Equatorial Alagoas, através de aumento de capital, representativas de 19% do capital social, de titularidade da Companhia, para a também controlada Equatorial Distribuição S.A. Na mesma data, o Conselho de Administração da Equatorial Energia S.A. aprovou a celebração de aditivo no acordo de investimento entre a Companhia e o Itaú Unibanco S.A., com a interveniência e anuência da Equatorial Energia Distribuição S.A., cujo objetivo é regular os termos e condições para a realização de investimento na Equatorial Distribuição, pelo Itaú, no valor de R\$ 1.300.000, mediante a emissão de 70.921.986 ações preferenciais Classe B adicionais às existentes (“Novas Ações Preferenciais Classe B”) e de 236.406.620 novas ações preferenciais classe C, de emissão da Equatorial Distribuição, sujeito à verificação de algumas condições precedentes e ao cumprimento de certas obrigações estabelecidas no Acordo de Investimento, bem como à correspondente implementação da Operação nos termos do Acordo de Investimento.

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais)

Após a finalização, o Itaú passou a ser titular de 236.406.620 ações preferenciais classe C, de emissão da Companhia e 70.921.986 ações preferenciais classe B as quais, em conjunto com as 397.661.749 ações preferenciais classe A e 559.308.511 ações preferenciais classe B já anteriormente detidas pelo Itaú, representam 25,79% do capital social total da Equatorial Distribuição e a totalidade das ações preferenciais de sua emissão. A Companhia, por sua vez, obteve, com a conclusão da Operação, 1 ação ordinária adicional de emissão da Equatorial Distribuição, passando a ser titular de um total de 3.637.513.057 ações ordinárias de emissão da Equatorial Distribuição, representativas de 74,21% do capital social total da Equatorial Distribuição. Como consequência dessa contribuição, a Equatorial Distribuição passou a ser investidora da Equatorial Alagoas, com participação correspondente a 19% do capital social total da Equatorial Alagoas, porém permanecendo o controle com a Companhia.

1.2.3 Dividendos privilegiados

Observado o disposto no estatuto social da Equatorial Distribuição, arquivado na Junta Comercial do Estado do Maranhão, sob o nº 20231575033, em sessão de 29/12/2023:

1) Enquanto houver Ações Preferenciais Classe A e Ações Preferenciais Classe B, nos termos do artigo 17, § 2º da Lei das Sociedades por Ações, as Ações Preferenciais de emissão da Equatorial Distribuição terão direito aos dividendos distribuídos pela Equatorial Distribuição, de acordo com os termos e condições estabelecidos abaixo, em cada exercício social, aos seus acionistas, até que o valor total pago seja equivalente aos montantes abaixo (“Dividendos Privilegiados PNA e PNB”) sendo certo que os Dividendos Privilegiados devidos aos titulares das Ações Preferenciais Classe A e Ações Preferenciais Classe B serão alocados na proporção de 19,60% para as Ações Preferenciais Classe A e 80,40% para Ações Preferenciais Classe B, exceto em relação ao item (1.1.2) abaixo, cuja distribuição será 100% (cem por cento) alocada exclusivamente para as Ações Preferenciais Classe B e com prioridade em relação à distribuição prevista no item (1.1.1) abaixo.

1.1) 15% e 27,10% do Lucro Líquido auferido pela Equatorial Distribuição no respectivo exercício, para as distribuições relativas ao primeiro semestre do exercício social de 2023:

(1.1.1) em relação às Ações Preferenciais Classe A e as Ações Preferenciais Classe B, 15% do lucro líquido apurado pela Equatorial Distribuição de acordo com a definição constante do artigo 191 da Lei das Sociedades por Ações, feitas as deduções exigidas no artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações e subtraindo-se do valor resultante os valores que tenham sido auferidos pela Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A., pela Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A., pela Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A. e pela Equatorial Alagoas Distribuidora de Energia S.A. , (as “Subsidiárias”), no âmbito das ações judiciais de cunho fiscal nas quais as Subsidiárias são autoras, tendo como objeto de discussão débitos de PIS/COFINS (“Ações Fiscais”) e que, efetivamente, passem a compor o lucro líquido da Companhia (líquidos dos tributos porventura incidentes sobre os recebimentos referentes às Ações Fiscais e já consideradas quaisquer outras deduções aplicáveis) (“Lucro Líquido”) auferido pela Equatorial Distribuição no respectivo período, para as distribuições relativas ao primeiro semestre do exercício social de 2023; e

(1.1.2) Adicionalmente, exclusivamente, para as Ações Preferenciais Classe B, e com prioridade em relação à distribuição prevista no item (1.1.1) acima, 27,10% do Lucro Líquido auferido pela Equatorial Distribuição no respectivo período, para as distribuições relativas ao primeiro semestre de 2023.

1.2) 15% do Lucro Líquido auferido pela Equatorial Distribuição no respectivo exercício, para as distribuições relativas ao segundo semestre do exercício social de 2023;

1.3) 15% do Lucro Líquido auferido pela Equatorial Distribuição no respectivo exercício, para as distribuições relativas ao exercício social de 2024;

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais)

1.4) 15% do Lucro Líquido auferido pela Equatorial Distribuição no respectivo exercício, para as distribuições relativas ao exercício social de 2025;

1.5) 20% do Lucro Líquido auferido pela Equatorial Distribuição no respectivo exercício, para as distribuições relativas ao exercício social de 2026;

1.6) 35% do Lucro Líquido auferido pela Equatorial Distribuição no respectivo exercício, para as distribuições relativas ao exercício social de 2027;

1.7) 55% do Lucro Líquido auferido pela Equatorial Distribuição nos respectivos exercícios, para as distribuições relativas ao exercício social de 2028 e ao exercício social de 2029; e

1.8) 60% do Lucro Líquido auferido pela Equatorial Distribuição nos respectivos exercícios, para as distribuições a partir do exercício social de 2030 em diante.

2) Na hipótese de as Ações Preferenciais Classe A ou as Ações Preferenciais Classe B deixarem de existir, cada um dos percentuais mencionados no item "1" acima será proporcionalmente reduzido em 19,60% (dezenove inteiros e sessenta centésimos por cento), caso as Ações Preferenciais Classe A deixem de ser emitidas, e em 80,40% (oitenta inteiros e quarenta centésimos por cento), caso as Ações Preferenciais Classe B deixem de ser emitidas, exceto com relação ao item (1.1.2) acima, cuja distribuição será 100% (cem por cento) alocada exclusivamente para as Ações Preferenciais Classe B, os quais não serão distribuídos caso somente as Ações Preferenciais Classe A estejam emitidas.

3) Enquanto houver Ações Preferenciais Classe C, nos termos do artigo 17, § 2º da Lei das Sociedades por Ações, as Ações Preferenciais Classe C terão direito aos dividendos distribuídos pela Equatorial Distribuição, em cada exercício social, aos seus acionistas, até que o valor total pago seja equivalente aos montantes abaixo:

3.1) 3,50% do Lucro Líquido auferido pela Equatorial Distribuição no respectivo período, para as distribuições relativas ao segundo semestre do exercício social de 2023, observado o disposto no item (ii.8) do Parágrafo Segundo do Artigo 5º do Estatuto Social da Equatorial Distribuição, ao exercício social de 2024 e ao exercício social 2025;

3.2) 21% do Lucro Líquido auferido pela Equatorial Distribuição no respectivo exercício, para as distribuições relativas ao exercício social de 2026; e

3.3) 25% do Lucro Líquido auferido pela Equatorial Distribuição nos respectivos exercícios, para as distribuições relativas ao exercício social de 2027 em diante.

A distribuição de dividendos da Equatorial Distribuição fica condicionada à existência de lucros, cabendo aos acionistas, em Assembleia Geral, propor dividendos acima do percentual obrigatório de 25% do lucro líquido.

1.3 Eventos climáticos - Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica (CEEE-D)

Em 15 e 16 de junho de 2023, fortes chuvas atingiram o Estado do Rio Grande do Sul e 22% dos clientes atendidos pela controlada CEEE-D tiveram falha no fornecimento. O fenômeno natural gerou falta de energia para cerca de 422 mil clientes. A controlada da Companhia acionou o plano de contingência e mobilizou estrutura extra, realizando monitoramento em tempo real no seu centro de operação.

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais)

Em 13 de julho de 2023, um ciclone extratropical atingiu o Estado do Rio Grande do Sul e 38% dos clientes atendidos pela controlada CEEE-D tiveram falha no fornecimento. O fenômeno natural gerou falta de energia para cerca de 730 mil clientes. A controlada da Companhia acionou o plano de contingência e mobilizou estrutura extra, realizando monitoramento em tempo real no seu centro de operação.

Entre 7 e 11 de agosto de 2023, temporais com rajadas de vento de 40 a 70 km/h impactaram no fornecimento de energia dos clientes para cerca de 150 mil clientes (8% do total de consumidores). No mês de setembro, evento climático com característica similar, porém com maior duração (entre 4 e 27 de setembro) atingiu cerca de 1,1 milhão de consumidores (58% do total de consumidores) distribuídos em toda área de concessão.

As principais ações tomadas pela controlada CEEE-D durante esses eventos foram:

- Priorização de situações de risco a vida: retirada de grandes blocos de carga e mobilização de cargas essenciais, tais como reposição de mais de 1.200 postes e outras estruturas essenciais;
- Utilização de mais de 510.000 metros de cabos para recomposição da rede; e
- Mobilização de 550 equipes alocadas em todas as regiões do Estado.

No exercício de 31 de dezembro de 2023, a controlada da Companhia registrou, no passivo e nas despesas operacionais, R\$ 1.669, referente a processos judiciais movidos por seus consumidores, totalizando 540 processos, além de incremento de R\$ 4.100 em despesas operacionais referentes a serviços de *call center*, apoio ao atendimento e materiais.

1.4 Cisão – Echoenergia Participações e Echoenergia Crescimento

Em linha com a estratégia de crescimento do negócio de geração solar e investimento em novos projetos pelo grupo econômico da Companhia, foi efetuado dois movimentos societários no Grupo, ambos com o objetivo de garantir uma simplificação societária e clareza na estratégia.

Em 06 de abril de 2023, foi formalizada a primeira cisão parcial de ativos e passivos da Companhia, aprovada por meio de Assembleia Geral Extraordinária. Como resultado da primeira cisão, as investidas Sertão Solar Barreiras XV; Sertão Solar Barreiras XVI; Sertão Solar Barreiras XVII; Sertão Solar Barreiras XVIII; Sertão Solar Barreiras XIX; Sertão Solar Barreiras XX e Sertão Solar Barreiras XXI passam a ser investidas da empresa Echoenergia Crescimento S.A.

Em 21 de julho de 2023 foi formalizada a segunda etapa de cisão parcial de ativos e passivos da Companhia Echoenergia Participações S.A., aprovada por meio de Assembleia Geral Extraordinária. Como resultado da segunda cisão, as investidas abaixo passam a ser controladas 100% da empresa Echoenergia Crescimento S.A.:

Empresas

Sertão Solar Barreiras XV
Sertão Solar Barreiras XVI
Sertão Solar Barreiras XVII
Sertão Solar Barreiras XVIII
Sertão Solar Barreiras XIX
Sertão Solar Barreiras XX
Sertão Solar Barreiras XXI
Ribeiro Gonçalves Holding
Sol Serra do Mel VIII
Sol Serra do Mel IX
Sol Serra do Mel X
Vila Echoenergia
Echoenergia Comercializadora

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais)

1.5 Subsidiária em processo de alienação - Integração Transmissora de Energia S.A. - INTESA

Em 1º de novembro de 2023, foi divulgado ao mercado que, conforme aprovado em reunião realizada pelo Conselho de Administração em 30 de outubro de 2023, foi celebrado o Contrato de compra e venda de ações entre a Equatorial Energia S.A. (Vendedora) e a Infraestrutura e Brasil S.A. (Compradora), com interveniência e anuência da *Caisse de dépôt et placement du Québec* (CDPQ), por meio da qual as partes acordaram, dentre outras matérias, a aquisição de 100% das ações representativas do capital social da INTESA.

A Integração Transmissora de Energia S.A. (“INTESA”), sociedade anônima de capital fechado, constituída em 20 de dezembro de 2005, controlada pela Companhia, domiciliada no Brasil, na Cidade de Brasília, Distrito Federal, no ST SCS - B, Quadra nº 09, Bloco A, Sala 1201, Parte 8, Centro Empresarial Parque Cidade, Asa Sul, CEP 70.308-200. A INTESA tem por objetivo explorar e operar a concessão de serviço público de transmissão de energia elétrica para construção, montagem, operação e manutenção de instalações de transmissão, de acordo com o Edital do Leilão nº 01/2005 da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). O Contrato de Concessão nº 002/2006 assinados entre a ANEEL e a INTESA em 27 de abril de 2006, estabelecem regras a respeito de tarifa, regularidade, continuidade, segurança, atualidade e qualidade dos serviços e do atendimento prestado aos consumidores. O prazo de concessão são 30 (trinta) anos, com vencimento em 26 de abril de 2036.

O valor total da operação (*enterprise value*) está estimado em R\$ 716.929, considerando um *equity value* de R\$ 396.371, sendo R\$ 313.871 pagos pela compradora para a vendedora na data do fechamento da operação mais o *earn out* do valor remanescente, que serão atualizados pelo CDI entre 31 de dezembro de 2023 e a data do efetivo pagamento. O *enterprise value* considera ainda a dívida líquida de 31 de dezembro de 2023, no valor de R\$ 320.558. A operação teve aprovação obtida pelo Conselho Administrativo de Defesa (CADE), em 12 de janeiro de 2024, e pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), em 05 de março de 2024.

Em 21 de março de 2024, a Equatorial Energia S.A. (Vendedora) e a Infraestrutura e Brasil S.A. (Compradora) efetivaram o fechamento da operação. Assim, como resultado do processo, a Compradora adquiriu 100% do capital social votante da controlada INTESA, e pagou, a título de preço de aquisição, valores que foram atualizados referente à transação para, aproximadamente, R\$ 320.913, de acordo com a data de fechamento.

Conforme divulgado no Comunicado ao Mercado, em 01 de novembro de 2023, o valor remanescente no montante de até R\$ 84.494 é referente a *earn-out*, baseado no processo de revisão da INTESA, atualizado pela variação do CDI entre a “data-base” e a data de fechamento, bem como demais ajustes, positivos ou negativos, como previsto no Contrato. Eventuais valores serão pagos nas condições estabelecidas em Contrato.

Em 31 de dezembro de 2023, por ter atendido aos requerimentos do CPC 31 – Ativo não circulante mantido para venda e operações descontinuadas, a Companhia passou a registrar os ativos e passivos da INTESA no grupo “Ativo não circulante mantido para venda” e “Passivos relacionados a ativo não circulante mantidos para venda”, respectivamente. A mensuração do valor justo de ativo classificado como mantidos para venda teve como base o valor de venda, líquido dos custos, constante no contrato de compra e venda das ações da subsidiária INTESA, entre a Companhia (Vendedora) e Infraestrutura e Brasil S.A. (Compradora). Mais detalhes estão descritos nas notas explicativas nº 3.21 e 16 – Ativo não circulante mantido para venda.

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais)

1.6 Indicadores de continuidade de fornecimento – Equatorial Goiás

Por meio do Despacho nº 3.498, de 06 de dezembro de 2022, a ANEEL aprovou o Plano de Transferência do controle da concessão da controlada Equatorial Goiás para Equatorial Participações e Investimentos S.A., como alternativa à extinção da concessão, observado o afastamento do art. 9º do Anexo VIII da REN nº 948, de 2021, pelo período de 3 (três) anos (2023, 2024 e 2025), exclusivamente quanto à abertura de processo administrativo punitivo voltado à aplicação da penalidade de declaração de caducidade da concessão em caso de eventual descumprimento do DEC ou do FEC ou do critério de eficiência com relação à Gestão Econômico-Financeira.

Por meio do Despacho nº 3.498, de 06 de dezembro de 2022, a ANEEL aprovou o Plano de Transferência do controle da concessão de Goiás para a Equatorial Participações e Investimentos S.A., como alternativa à extinção da concessão, observado o afastamento do art. 9º do Anexo VIII da REN nº 948, de 2021, pelo período de 3 (três) anos (2023, 2024 e 2025), exclusivamente quanto à abertura de processo administrativo punitivo voltado à aplicação da penalidade de declaração de caducidade da concessão em caso de eventual descumprimento do DEC ou do FEC ou do critério de eficiência com relação à Gestão Econômico-Financeira.

A Administração, ciente de suas obrigações, instaurou o Plano de 100 dias, a contar da data de aquisição, que teve como objetivo o aprofundamento das análises e elaboração de ações estruturantes para a situação operacional da concessão. Considera-se assim que houve um adequado planejamento para o atingimento dos limites regulatórios que foram, inclusive, pauta no calendário da Revisão Tarifária Periódica de 2023, cujo processo junto à ANEEL foi finalizado em 17 de outubro de 2023, quando foram definidos os novos limites globais para o DEC e FEC da concessão que vigorarão a partir de 2024 e que deverão ser cumpridos pela controlada Equatorial Goiás.

2 Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas nos Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

As controladas da Companhia, quando aplicável, também se utilizam das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais)

Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações contábeis. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão das demonstrações contábeis individuais e consolidadas foi autorizada pelo Conselho de Administração da Companhia em 25 de março de 2024.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia foram preparadas com base no custo histórico e ajustadas para (i) o valor justo de instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos e (ii) por meio de resultado e outros resultados abrangentes, quando requerido nas normas.

2.3 Moeda funcional e de apresentação e transações em moeda estrangeira

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia e de suas controladas. Todos os saldos apresentados foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia e de suas controladas pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são reconhecidas no resultado, com exceção de itens monetários designados como parte de um hedge de investimento líquido, sendo essas diferenças reconhecidas diretamente em outros resultados abrangentes até o momento da alienação do investimento líquido, quando são reconhecidas na demonstração do resultado.

2.4 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

2.4.1 Julgamentos sobre premissas e estimativas

Na preparação destas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis do Grupo e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação

31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais)

As estimativas e julgamentos significativos utilizados pela Companhia na preparação destas demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Tópico	Notas	Descrição
Consolidação	3.1.2	Determinação se o Grupo detém de fato o controle sobre uma investida;
Combinação de negócios	3.1.1	Determinação se um conjunto de atividades, ativos adquiridos e passivos assumidos atendem a definição de negócio, se houve a transferência de controle para o Grupo; determinação de valor justo de ativos e passivos adquiridos, bem como da contraprestação transferida. Maior detalhamento na nota indicada ao lado.
Equivalência patrimonial em investidas	3.1.4 e 11	Determinação se o Grupo tem influência significativa sobre uma investida;
Receita operacional líquida	3.2 e 26	Julgamento sobre determinação e classificação de receitas por obrigação de <i>performance</i> , entre receita de implementação da infraestrutura, receita de remuneração dos ativos de contrato e receita de operação e manutenção
Provisões para ressarcimento	3.2.3	Reconhecimento e mensuração sobre as principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos
Ativo financeiro da concessão	3.4 e 12	Critério de apuração e atualização do ativo financeiro da concessão;
Valores a receber (devolver) da parcela A e outros itens financeiros	3.5, 8 e 32	Crítérios regulatórios e premissas sobre determinados itens
Intangível	3.6 e 14	Cálculo da amortização do ativo intangível da concessão
Imobilizado	3.7 e 13	Cálculo da depreciação do ativo imobilizado e provisão para desmobilização.
Ativos de contrato	3.8 e 15	Julgamento sobre aplicabilidade da interpretação de contratos de concessão
Benefício pós-emprego	3.11 e 31	Estimativa dos custos dos planos de aposentadoria com benefícios de assistência médica pós-emprego
Imposto de renda e contribuições sociais diferidos	3.12.2 e 20	Recuperabilidade e estimativas das diferenças temporárias
Contas a receber de clientes	3.14.1, 7 e 32	Estimativas dos montantes da receita sobre a energia fornecida, porém não faturada;
Instrumentos financeiros	3.14 e 32	Julgamento de definição do método e das premissas de avaliação de valor justo dos instrumentos financeiros
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	3.17.2.1, 7.2 e 32	Crítérios de análise de risco de crédito para determinação da provisão para redução ao valor recuperável;
Provisão para riscos judiciais	3.19 e 23	Reconhecimento de provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas (mensuração e avaliação da probabilidade de perda)
Planos de opção de compra de ações	25.7 e 32.4	Probabilidade de exercício de opções
Valor justo de instrumentos financeiros derivativos	2.4.2 e 32.4	Definição do valor justo através de técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado, para ativos e passivos financeiros não cotados em mercados ativos.

2.4.2 Mensuração do valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá:

- No mercado principal para o ativo ou passivo; e
- Na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou o passivo. O

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível pela Companhia e suas controladas.
(Valores expressos em milhares de reais)

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais)

A Companhia e suas controladas estabeleceram uma estrutura de controle relacionada à mensuração de valor justo. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo, incluindo os valores justos de Nível 3.

A equipe de avaliação revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar valor justo, a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar se a conclusão de que tais avaliações atendem aos requisitos dos CPC/ IFRS, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia e suas controladas usam dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;

Nível 2: técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável; e

Nível 3: técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível.

A Companhia e suas controladas reconhecem, quando aplicável, as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do exercício das demonstrações contábeis, em que ocorreram as mudanças.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na nota explicativa nº 32.3 – Categoria e valor justo dos Instrumentos financeiros.

3 Políticas contábeis materiais

A Companhia e suas controladas aplicaram as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, exceto pelas novas normas incluídas na nota explicativa nº 3.21.2 – Novas normas, alterações e interpretações ainda não vigentes.

3.1 Base de consolidação

3.1.1 Combinações de negócios

Combinações de negócio são registradas utilizando o método de aquisição quando o conjunto de atividades e ativos adquiridos atende à definição de um negócio e o controle é transferido para o Grupo. A contraprestação transferida pela aquisição de uma subsidiária compreende os seguintes componentes: (i) o valor justo dos ativos transferidos; (ii) os passivos assumidos do negócio adquirido; (iii) o valor justo de qualquer ativo ou passivo resultante de uma contraprestação contingente, quando aplicável; e (iv) o valor justo de qualquer participação acionária pré-existente na subsidiária, quando aplicável. A Companhia reconhece a participação de não controlador em uma subsidiária adquirida pela participação proporcional da participação dos acionistas não controladores nos ativos líquidos identificáveis a valor justo desta subsidiária.

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais)

Qualquer contraprestação contingente a pagar é mensurada pelo seu valor justo na data de aquisição. Se a contraprestação contingente é classificada como instrumento patrimonial, então ela não é remensurada e a liquidação é registrada dentro do patrimônio líquido. As demais contraprestações contingentes são remensuradas ao valor justo em cada data de relatório e as alterações subsequentes ao valor justo são registradas no resultado do exercício.

Qualquer ágio que surja na transação é testado anualmente para avaliação de perda por redução ao valor recuperável. Ganhos em uma compra vantajosa são reconhecidos imediatamente no resultado. Os custos da transação são registrados no resultado conforme incorridos, exceto os custos relacionados à emissão de instrumentos de dívida ou patrimônio.

Estimativas e julgamentos críticos

No processo de mensuração da combinação de negócio a Administração da Companhia aplica premissas e técnicas de avaliação nos principais elementos (ativos adquiridos e passivos assumidos) identificados na aquisição. Aplicação dessas premissas e técnicas de avaliação envolve julgamento por parte da Administração, com base em seu modelo de negócio e gestão, e as características individuais dos elementos que estão sendo avaliados. Como resultado, o valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos mensurados inicialmente na combinação de negócios podem sofrer variações significativas entre os resultados projetados pela Companhia e os resultados reais alcançados, estas variações podem ocorrer em função de revisão de fatores de investimentos, estratégicos ou operacionais, além do nível de crescimento e da taxa de desconto.

3.1.1.1 Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A. (antiga CELG Distribuição S.A.)

Em 22 de setembro de 2022, foi celebrado o contrato de compra e venda de ações entre a Equatorial Participações e Investimentos S.A. (compradora) - controlada da Companhia - e Enel Brasil S.A. (vendedora), nos termos do qual as partes acordaram a aquisição, pela compradora de 282.965.232 ações ordinárias, representando 99,964% das ações representativas do capital social da Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A. Em 08 de novembro de 2022, transitou em julgado a aprovação da operação de compra e venda pelo CADE. Em 06 de dezembro de 2022, a ANEEL, por meio do Despacho nº 3.498/2022, anuiu a transferência de controle da Equatorial Goiás à Equatorial Participações, com prazo de implantação da operação de até 120 dias a partir da data do Despacho.

Em 29 de dezembro de 2022 foi concluída a operação e a Equatorial Participações assumiu oficialmente o controle da Equatorial Goiás e passou a consolidá-la. 2023 é o primeiro exercício em que a Equatorial consolida o resultado das operações desta controlada.

Em outubro de 2023 a Companhia efetuou recebimento de R\$ 142.038 , junto à antiga controlada da Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A., referente a ajuste de preço de compra. Esse valor foi ajustado na alocação do preço de aquisição e modificou o valor dos investimentos e ativos intangíveis nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, respectivamente. O ajuste como requerido pelo CPC 15 foi ajustado nos quadros das demonstrações contábeis referentes ao exercício de 2023, para fins de comparabilidade os saldos de 2022 foram modificados nestes montantes.

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais)

3.1.2 Controladas

A Companhia controla uma entidade quando está exposta a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações contábeis de controladas são incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas a partir da data em que a Companhia obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir.

3.1.3 Participação de acionistas não controladores

A Companhia elegeu mensurar qualquer participação de não controladores inicialmente pela participação proporcional nos ativos líquidos identificáveis da adquirida na data de aquisição, bem como sobre o valor justo nos ativos identificáveis e passivos assumidos.

Mudanças na participação da Companhia em uma subsidiária que não resultem em perda de controle são contabilizadas como transações de patrimônio líquido.

3.1.4 Investimentos em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial

Os investimentos da Companhia em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial compreendem suas participações em empreendimentos controlados.

Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações contábeis incluem a participação da Companhia no lucro ou prejuízo líquido do exercício e outros resultados abrangentes da investida até a data em que a influência significativa ou controle conjunto deixa de existir.

3.1.5 Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações intragrupo, e quaisquer ativos e passivos, patrimônio líquido, receitas, despesas e fluxos de caixa relacionados a transações entre entidades do grupo, são eliminados integralmente. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação do Grupo na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

Os prejuízos intragrupo podem indicar uma redução no valor recuperável de ativos, que exige o seu reconhecimento nas demonstrações consolidadas. O Pronunciamento Técnico CPC 32 - Tributos sobre o Lucro se aplica a diferenças temporárias, que surgem da eliminação de lucros e prejuízos resultantes de transações intragrupo.

3.2 Reconhecimento de receita

As controladas da Companhia reconhecem as receitas, de acordo com o que estabelece o CPC 47/IFRS 15 – Receita de Contrato com Cliente, ou à medida que satisfazem a obrigação de *performance* ao transferir bens e serviços ao cliente. O ativo é considerado transferido à medida que o cliente obtém os serviços contratados.

As controladas da Companhia reconhecem receita das principais fontes de receitas a seguir:

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais)

3.2.1 Distribuição

(i) Receita de distribuição

O faturamento e respectivo reconhecimento da receita de distribuição de energia elétrica são efetuados mensalmente de acordo com o calendário de leitura. Além disso, as controladas da Companhia reconhecem a receita não faturada, correspondente ao período entre a data da última leitura e o encerramento do mês, que é estimada e reconhecida como receita no mês em que a energia foi consumida.

As receitas de distribuição são classificadas como: i) Fornecimento de energia elétrica para o consumidor; e ii) Energia elétrica no mercado de curto prazo. A receita é mensurada com base na contraprestação precificada no contrato com o cliente, recebida ou a receber, líquidas de quaisquer contraprestações variáveis, tais como descontos, abatimentos, restituições, créditos, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares.

(ii) Receita pela disponibilidade – uso da rede

As controladas distribuidoras da Companhia reconhecem receita pela disponibilidade da infraestrutura da rede elétrica de distribuição a seus clientes livre e cativos. Tal receita é calculada conforme Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição – TUSD definida pela ANEEL.

(iii) Receita de construção

As controladas distribuidoras da Companhia contabilizam receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica.

A margem de construção é nula, considerando que: (i) o modelo tarifário não prevê margem de lucro para atividade de construção da infraestrutura; (ii) a atividade fim das Controladas é a distribuição de energia elétrica; (iii) as construções são realizadas substancialmente por meio de serviços de terceiros; e (iv) não há previsão de ganhos em construção nos planos da Administração das controladas distribuidoras da Companhia.

3.2.2 Transmissão

(i) Receita de implementação e melhoria de infraestrutura

As receitas de infraestrutura (que são os serviços de implementação e reforço das instalações de transmissão de energia elétrica), são reconhecidas ao longo do tempo aplicando-se a margem, definida no início do contrato, sobre os gastos incorridos.

(ii) Receita de operação e manutenção (O&M)

A receita de O&M é a contraprestação pelas obrigações de *performance* de operação e manutenção previstas em contrato de concessão. Tais montantes são calculados com base nos custos incorridos, acrescidos da margem projetada definida nas projeções iniciais do projeto. O reconhecimento das receitas de O&M iniciam após o término da fase de construção.

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais)

(iii) Remuneração dos ativos da concessão

Para o reconhecimento da receita de remuneração sobre os ativos de contrato, registra-se uma receita de remuneração financeira pelo método linear, sob a rubrica remuneração dos ativos de contrato, utilizando a taxa de desconto definida no início de cada projeto. Essa atualização mensal deve remunerar a infraestrutura e a indenização que a Companhia espera receber do Poder Concedente no final da concessão. O valor indenizável é considerado pela Companhia como o valor residual contábil no término da concessão.

3.2.3 Geração de energia renovável

(i) Receitas provenientes da geração e comercialização de energia elétrica

A receita operacional advinda do curso normal das atividades das controladas indiretas da Companhia é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços.

A receita proveniente da venda da geração de energia é registrada com base na energia gerada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento ou no preço de mercado em vigor, conforme o caso.

A energia produzida pelas controladas indiretas da Companhia é vendida de duas formas: (i) através de Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado – ACR (Ambiente de Contratação Regulada); e (ii) através de Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no ambiente Livre – ACL (Ambiente de Contratação Livre), ambos registrados na CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica).

Os contratos das controladas indiretas da Companhia possuem características similares, descritas a seguir: (i) Quantidades de energia por MWh mensais determinadas, ou seja, as controladas têm a obrigação de entregar a energia contratada aos seus clientes; (ii) Preços fixos da energia por MWh durante toda vigência do contrato; (iii) As obrigações de desempenho são atendidas mensalmente, conforme a entrega de energia ocorre, uma vez que é dessa forma que os contratos são firmados e controlados; e (iv) As controladas não possuem histórico de inadimplência, ou seja, o recebimento da contraprestação da obrigação de desempenho não é afetado em função do risco de crédito.

Geração excedente: Toda geração de energia produzida acima das quantidades mensais contratadas conforme estipuladas pelos contratos CER são reconhecidos no mês de competência conforme metodologia de cálculo estabelecida em cada contrato, esses valores são divididos em excedentes quadrienais e anuais. São considerados excedentes quadrienais quando a geração acumulada atingir entre 100% e 130% da quantidade de energia contratada e excedentes anuais quando a geração acumulada ultrapassar 130% da quantidade de energia contratada.

Geração deficitária: Toda geração de energia produzida abaixo das quantidades mensais contratadas conforme estipuladas pelos contratos CER são reconhecidos no mês de competência conforme metodologia de cálculo estabelecida em cada contrato, esses valores são divididos em ressarcimentos quadrienais e anuais. São considerados ressarcimentos quadrienais quando a geração acumulada estiver entre o 90% e 100% da quantidade de energia contratada e ressarcimentos anuais quando a geração acumulada for inferior a 90% da quantidade de energia.

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais)

As controladas indiretas da Companhia consideram que tal contraprestação é uma parcela variável prevista no contrato, conforme determinado pelo CPC 47/ IFRS 15 – Receita de contrato com cliente, no qual, a entidade deve estimar o valor da contraprestação à qual a entidade terá direito em troca da transferência dos bens ou serviços prometidos ao cliente, na medida em que for altamente provável que uma reversão significativa no valor das receitas acumuladas não deva ocorrer. A Companhia e suas controladas mensuram a contraprestação variável nos referidos contratos pelo método do valor mais provável.

3.2.4 Saneamento

(i) Serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário

A receita relacionada ao serviço de abastecimento de água e esgotamento sanitário compreende a obrigação de desempenho, sendo reconhecida por ocasião da aferição do volume consumido pelos clientes. As receitas, incluindo a parcela não faturada, são reconhecidas com base na contraprestação, precificada no contrato com o cliente, recebida ou a receber.

(ii) Outros serviços indiretos de água e esgoto

A receita de outros serviços indiretos de água e esgoto refere-se à prestação de serviços de ligação de esgoto, instalações de hidrômetros e ligação e religação de água, sendo as obrigações de desempenho atendidas na conclusão de cada serviço prestado, e a receita reconhecida neste momento.

(iii) Receita de construção

A receita relacionada aos serviços de construção ou melhoria sob o contrato de concessão de serviços é reconhecida baseada no estágio da obra realizada. Essa receita é composta pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo. A Companhia estimou que eventual margem é próxima a zero.

3.3 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos de contas garantidas na demonstração dos fluxos de caixa. Esses saldos são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. As contas garantidas são demonstradas no balanço patrimonial como "Empréstimos", no passivo circulante.

3.4 Ativo financeiro da concessão (ativo indenizável)

Os Contratos de Concessão de Serviços Públicos de Energia Elétrica, celebrados entre a União (poder concedente - outorgante) e as controladas distribuidoras da Companhia (concessionária - operador) regulamentam a exploração dos serviços públicos de distribuição de energia elétrica pelas controladas distribuidoras da Companhia, em que:

- O contrato estabelece quais os serviços que o operador deve prestar e para quem (classe de consumidores) os serviços devem ser prestados;

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais)

- O contrato estabelece padrões de desempenho para prestação de serviço público, com relação à manutenção e à melhoria da qualidade no atendimento aos consumidores, e o operador tem como obrigação, na entrega da concessão, devolver a infraestrutura nas mesmas condições em que a recebeu na assinatura desses contratos. Para cumprir com essas obrigações, são realizados investimentos constantes durante todo o prazo da concessão. Portanto, os bens vinculados à concessão podem ser repostos, algumas vezes, até o final da concessão;
- Ao final da concessão os ativos vinculados à infraestrutura devem ser revertidos ao poder concedente mediante pagamento de uma indenização; e
- O preço é regulado através de mecanismo de tarifa estabelecido nos contratos de concessão com base em fórmula paramétrica (Parcelas A e B), bem como são definidas as modalidades de revisão tarifária, que deve ser suficiente para cobrir os custos, a amortização dos investimentos e a remuneração pelo capital investido.

Com base nas características estabelecidas no contrato de concessão de distribuição de energia elétrica das controladas distribuidoras da Companhia, a Administração entende que estão atendidas as condições para a aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1)/ IFRIC 12 - Contratos de Concessão, a qual fornece orientações sobre a contabilização de concessões de serviços públicos a operadores privados, de forma a refletir o negócio de distribuição elétrica, abrangendo:

- Parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão apurados com base no Valor Novo de Reposição (“VNR”), classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente. O VNR é determinado de acordo com a estimativa dos custos necessários para a substituição completa de um ativo por outros que tenham a mesma funcionalidade, qualidade de serviços e a mesma capacidade que o ativo existente, mensurado pelo valor justo por meio do resultado; e
- Parcela remanescente do ativo financeiro (valor residual) apurada de acordo com a reavaliação do bem, classificada como um ativo intangível em virtude da sua recuperação estar condicionada à utilização do serviço público, através do consumo de energia pelos consumidores.

A infraestrutura recebida ou construída da atividade de distribuição que estava originalmente representada pelo ativo financeiro e intangível das controladas distribuidoras da Companhia é recuperada através de dois fluxos de caixa: (i) parte através do consumo de energia efetuado pelos consumidores (emissão do faturamento mensal da medição de energia consumida/vendida) durante o prazo da concessão; e (ii) parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa.

De acordo com a Lei nº 12.783/2013, o cálculo do valor dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados, para fins de indenização, deve utilizar como base a metodologia de VNR, Base de Remuneração Regulatória (BRR), que é o critério utilizado pela ANEEL para determinar a tarifa de energia das distribuidoras. Bem como, é reconhecida a remuneração da parcela dos ativos que compõe a base de remuneração, inclusive da parcela ainda não homologada pela ANEEL, sendo que esta última é calculada com base em estimativas, considerando, além do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), uma expectativa de glosas baseada na experiência da Administração e no histórico de glosas em homologações anteriores, o que reflete a melhor estimativa de valor justo do ativo. As controladas distribuidoras da Companhia contabilizam a atualização do ativo financeiro indenizável da concessão no grupo de receitas operacionais por refletir com mais propriedade o modelo de seu negócio de distribuição e transmissão de energia elétrica e melhor apresentar sua posição patrimonial e o seu desempenho, conforme OCPC 05 – Contrato de Concessão.

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais)

Essa indenização será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido.

As controladas distribuidoras da Companhia reconhecem um ativo financeiro resultante de um contrato de concessão quando tem um direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro equivalente do poder concedente pelos serviços de construção ou melhorias prestados.

Caso as controladas distribuidoras da Companhia sejam ressarcidas pelos serviços de construção parcialmente através de um ativo financeiro e parcialmente por um ativo intangível, então cada componente da remuneração recebida ou a receber é registrado individualmente e é reconhecido inicialmente pelo valor justo da remuneração recebida ou a receber e não são reclassificados após o seu reconhecimento inicial, a menos que as controladas distribuidoras da Companhia alterem seu modelo de gestão para o ativo financeiro.

3.5 Valores a receber da Parcela A e outros itens financeiros

As tarifas de energia elétricas, conforme modelo tarifário em vigor, devem considerar uma receita suficiente de modo a garantir o equilíbrio econômico-financeiro da concessão. Nesse sentido, as distribuidoras de energia elétrica estão autorizadas a cobrar de seus consumidores: (i) reajuste tarifário anual; e (ii) a cada cinco anos, de acordo com cada concessão, a revisão periódica para efeito de recomposição de parte da Parcela B, e ajuste da Parcela A.

A tarifa de energia elétrica é composta por duas parcelas:

- Parcela A (custos não gerenciáveis): esta parcela deve ser neutra em relação ao desempenho das Controladas da Companhia, ou seja, os custos incorridos pelas controladas da Companhia, classificáveis como Parcela A, são integralmente repassados ao consumidor ou suportados pelo Poder Concedente; e
- Parcela B (custos gerenciáveis): composta pelos gastos com investimento em infraestrutura, gastos com a operação e a manutenção e pela remuneração aos provedores de capital. Essa parcela é aquela que efetivamente afeta o desempenho da entidade, pois possui risco intrínseco de negócios por não haver garantia de neutralidade tarifária para essa parte.

Esse mecanismo de definição de tarifa pode originar diferença temporal que decorre da diferença entre os custos previstos (Parcela A e outros componentes financeiros) e incluídos na tarifa no início do período tarifário, e aqueles que são efetivamente incorridos ao longo do período de vigência da tarifa. Essa diferença constitui um direito a receber pelas Controladas da Companhia nos casos em que os custos previstos e incluídos na tarifa são inferiores aos custos efetivamente incorridos, ou uma obrigação quando os custos previstos e incluídos na tarifa são superiores aos custos efetivamente incorridos. Essas diferenças são registradas pelo regime de competência com base em estimativa como receita, através de um ativo setorial ou de uma redução do ativo financeiro no caso de passivo setorial.

Esses valores serão efetivamente liquidados no próximo período tarifário (quando do efetivo repasse à tarifa) ou, em caso de extinção da concessão, por qualquer motivo, com a existência de saldos apurados que não tenham sido recuperados, serão incluídos na base de indenização já prevista. Esta liquidação é apenas financeira, já que o efeito no resultado do exercício via ajuste de receita já foi reconhecido pelo regime de competência.

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais)

3.6 Ativos intangíveis

3.6.1 Contratos de concessão de serviços e custos subsequentes

As controladas distribuidoras da Companhia reconhecem como um ativo intangível resultante de um contrato de concessão de serviços, quando ela tem um direito de cobrar pelo uso da infraestrutura de tal concessão. Um ativo intangível recebido como remuneração pela prestação de serviços de construção ou melhorias em um contrato de concessão de serviços é mensurado pelo valor justo mediante o seu reconhecimento inicial. Após este reconhecimento tal ativo intangível é mensurado pelo seu custo, deduzidos da amortização acumulada e das perdas por redução do seu valor recuperável. Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios futuros econômicos associados com os gastos serão auferidos pelas controladas Companhia.

Os valores registrados no ativo intangível da controlada Companhia de Saneamento do Amapá – CSA correspondem a valores pagos a título de outorga aos municípios que integram a concessão como condição à exploração da concessão. Esses direitos de concessão são amortizados linearmente pelo prazo de concessão diretamente relacionado.

3.6.2 Obrigações especiais

Obrigações vinculadas à concessão e permissão do serviço público de energia elétrica, constituídas por valores e/ou bens recebidos de Municípios, de Estados, da União Federal e de consumidores em geral, relativos a doações e participação em investimentos realizados em parceria com as controladas distribuidoras da Companhia, não sendo admitida nenhuma baixa, a qualquer título, sem a prévia anuência do Órgão Regulador.

3.6.3 Amortização

A amortização é calculada sobre o custo de aquisição do ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual apurado. A amortização é reconhecida no resultado com base no método linear e limitada ao prazo remanescente do contrato de concessão das controladas da Companhia ou a vida útil estimada dos ativos intangíveis, dos dois o menor, que não ágio, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso. Este método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo.

A vida útil de um ativo intangível, em um contrato de concessão de serviço, é o período a partir do qual as controladas da Companhia têm a capacidade de cobrar do público pelo uso da infraestrutura até o fim da vida útil do bem, limitado ao final do período da concessão. Os métodos de amortização, vidas úteis e valores residuais são revistos caso haja alterações deliberadas pelo órgão regulador.

3.7 Ativo imobilizado

3.7.1 Reconhecimento e mensuração

Os ativos imobilizados são registrados ao custo de aquisição, construção ou formação, que inclui os custos de financiamentos capitalizados, deduzidos da depreciação acumulada e, quando aplicável, pelas perdas acumuladas de redução ao valor recuperável. Incluem, ainda, quaisquer outros custos para colocar os ativos no local e em condição necessária para que este esteja em condições de operar da forma pretendida pela Administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde esses ativos estão localizados e os custos de financiamentos sobre ativos qualificáveis.

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais)

No caso de substituição de componentes do ativo imobilizado, o novo componente é registrado pelo custo de aquisição (reposição) caso seja provável que traga benefícios econômicos para a Companhia e suas controladas e se o custo puder ser mensurado de forma confiável, sendo baixado o valor do componente repostado. Os custos de manutenção são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Os custos com juros sobre financiamentos e custos de financiamentos são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável. Os custos de financiamentos são reconhecidos no resultado com base no método linear em relação às vidas úteis dos ativos fixos a que pertencem.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido (por exemplo, na data que o recebedor obtém controle) ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda.

Eventual ganho ou perda resultante na alienação e/ou baixa de um ativo imobilizado são apurados pela comparação dos recursos advindos da alienação com o valor contábil do bem e são reconhecidos líquidos, dentro de despesas gerais e administrativas, na rubrica “Outros”.

Os bens e instalações utilizados nas atividades de transmissão ou distribuição de energia elétrica são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, doados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização da ANEEL. Os montantes registrados de bens e instalações fazem parte do ativo vinculado às respectivas concessões. Portanto, fazem parte do escopo das políticas descritas nas notas 3.4 Ativo financeiro da concessão e 3.6 Ativos intangíveis.

3.7.2 Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear em relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As taxas utilizadas estão de acordo com o Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico (“MCPSE”), aprovado pela Resolução Normativa nº 674/2015 pela ANEEL que, na avaliação da Administração, representam a vida útil dos bens. A Administração avalia ainda, os prazos de autorização dos parques em face das taxas contidas no (“MCPSE”), aplicadas ao restante da vida útil dos ativos imobilizados, no intuito de assegurar que os prazos de concessão dos parques eólicos não sejam inferiores à vida útil remanescente dos equipamentos. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício social e eventuais ajustes serão reconhecidos como mudanças de estimativas contábeis. A depreciação do ativo imobilizado não ultrapassa o período de autorização dos parques.

Unidade de geração eólica – Pás	15 anos
Unidade de geração eólica – Gerador	20 anos
Unidade de geração eólica – Nacelle	25 anos
Unidade de geração eólica – Torre	30 anos
Benfeitorias	30 anos
Linhas de transmissão	33 anos
Móveis e utensílios	16 anos
Equipamentos móveis e portáteis de comunicação	16 anos
Equipamento de informática	6 anos
Outros equipamentos	16 anos

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais)

3.7.3 Provisão para desmobilização

Os contratos de arrendamento das terras onde os parques eólicos encontram-se instalados, com exceção das controladas indiretas Complexo de São Clemente, Tianguá e Eólica Paraíso S.A, contém cláusulas que obrigam que as controladas indiretas, ao final do prazo contratual, devolvam as terras em condições originais anteriores a implementação dos parques. As controladas indiretas obtiveram, por meio de orçamentos, as premissas dos procedimentos necessários para proceder com a desmobilização. Desta forma, com base em estimativas de mercado, reconheceram as respectivas obrigações a valor presente. Os principais custos a serem incorridos contidos na estimativa do valor da provisão da desmobilização são: desmontagem dos aerogeradores, locação de guias, transporte dos itens a serem descartados, mão de obra para desmontagem e destinação final dos itens descartados. O valor presente da obrigação com desmobilização foi estimado com base no custo unitário para desmobilização de cada aerogerador, multiplicado pelo número de aerogeradores existentes no parque eólico, projetando o valor estimado ao final do prazo contratual dos arrendamentos com base no IPCA e ajustando o respectivo valor a uma taxa de desconto nominal média de 3,5% a.a, em 2023.

3.8 Ativos de contrato

3.8.1 Distribuição

Os ativos de contrato são um direito à contraprestação em troca de bens ou serviços transferidos ao cliente. Conforme determinado pelo CPC 47/ IFRS 15 - Receita de contrato com cliente, os bens vinculados à concessão em construção, registrados de acordo com o escopo do ICPC 01 (R1)/ IFRIC 12 - Contratos da Concessão, devem ser classificados como ativos de contrato em face das controladas da Companhia terem o direito de cobrar pelos serviços prestados aos consumidores dos serviços públicos ou receber dinheiro ou outro ativo financeiro, pela reversão da infraestrutura do serviço público, apenas após a entrada desses bens em serviço (energização), e consequente transferência dos bens em construção (ativos de contrato) para intangível da concessão, em que a natureza da remuneração paga pelo Poder Concedente ao concessionário é determinada de acordo com os termos do contrato de concessão.

Os ativos de contrato (infraestrutura em construção) são reconhecidos inicialmente pelo custo de aquisição.

3.8.2 Transmissão

O serviço público de transmissão de energia elétrica é regulado por meio de contrato de concessão firmado entre a União (Poder Concedente – Outorgante) e as controladas transmissoras da Companhia, a qual compete transportar a energia dos centros de geração até os pontos de distribuição.

O contrato de concessão determina que as controladas transmissoras da Companhia realizem a construção de uma infraestrutura de transmissão ou investimento em sua melhoria.

As controladas da Companhia mantém sua infraestrutura de transmissão disponível para os usuários à medida que as obrigações de desempenho são cumpridas, em contrapartida, recebem a título de contraprestação Receita Anual Permitida (RAP), após o término da fase de construção da infraestrutura, até o final da vigência do contrato.

Os investimentos realizados na infraestrutura de transmissão são amortizados à medida que os recebimentos ocorrem. Eventuais investimentos não realizados geram direito de indenização pelo poder Concedente (quando previsto em contrato) que, no final da concessão, receberá toda a infraestrutura de transmissão.

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais)

A extinção da concessão implicará a reversão ao poder concedente dos bens vinculados ao serviço.

Duas obrigações de *performance* estão contempladas na relação contratual das controladas da Companhia com o Outorgante, a saber: (i) Implementação e melhoria de infraestrutura; e (ii) operação e manutenção (O&M).

À medida que as obrigações de *performance* são cumpridas, a receita é reconhecida contra um ativo de contrato, até a devida homologação pela ANEEL. Após emissão do aviso de crédito (AVC), que é o documento de faturamento da RAP emitido pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), momento em que as controladas da Companhia obtém o direito incondicional de caixa, os valores são classificados como ativo financeiro.

A Administração das controladas da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos das concessões com base nas características econômicas de cada contrato de concessão. Os ativos de contrato se originam à medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto. O ativo contratual é registrado em contrapartida a receita de infraestrutura, que é reconhecida na proporção dos gastos incorridos. A parcela do ativo contratual indenizável, existente em algumas modalidades de contrato, é identificada quando a implementação da infraestrutura é finalizada.

A margem de lucro para implementação da infraestrutura é determinada em função das características e complexidade dos projetos, bem como da situação macroeconômica nos quais os mesmos são estabelecidos, e consideram a ponderação dos fluxos estimados de recebimentos de caixa em relação aos fluxos estimados de custos esperados para os investimentos de implementação da infraestrutura. As margens de lucro são revisadas anualmente, na entrada em operação do projeto e/ou quando ocorrer indícios de variações relevantes na evolução da obra.

A margem de lucro para atividade de operação e manutenção da infraestrutura de transmissão é determinada em função da observação de receita individual aplicados em circunstâncias similares observáveis, nos casos em que as controladas da Companhia tem direito exclusivamente, ou seja, de forma separada, à remuneração pela atividade de operar e manter, conforme CPC 47/IFRS 15 – Receita de contrato com o cliente e os custos incorridos para a prestação de serviços da atividade de operação e manutenção.

Com objetivo de segregar o componente de financiamento existente na operação de implementação de infraestrutura, as controladas transmissoras da Companhia estimam a taxa de desconto que seria refletida em transação de financiamento separada entre a entidade e seu cliente no início do contrato.

A taxa aplicada aos ativos de contrato reflete a taxa implícita do fluxo financeiro de cada empreendimento/projeto e considera a estimativa das controladas da Companhia para precificar o componente financeiro estabelecido no início de cada contrato de concessão, em função das características macroeconômicas alinhadas a metodologia do Poder Concedente e a estrutura de custo capital individual dos projetos.

Estas taxas são estabelecidas na data do início de cada contrato de concessão ou projetos de melhoria e reforços, e se mantêm inalteradas ao longo da concessão. Quando o Poder Concedente revisa ou atualiza a receita que as controladas da Companhia tem direito a receber, o valor contábil dos ativos de contrato é ajustado para refletir os fluxos revisados, sendo o ajuste reconhecido como receita ou despesa imediatamente no resultado do exercício.

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais)

Para a atividade de implementação da infraestrutura, é reconhecida a receita de infraestrutura pelo valor justo e os respectivos custos relativos aos serviços de implementação da infraestrutura à medida que são incorridos, adicionados da margem estimada para cada empreendimento/projeto, considerando a estimativa da contraprestação com parcela variável.

A parcela variável por indisponibilidade (PVI) é estimada com base na série histórica de ocorrências. Em função da dificuldade de previsão antes da entrada em operação de cada projeto, a parcela variável por entrada em operação (PVA) e a parcela variável por restrição operativa (PVRO) são consideradas, quando aplicável, nos fluxos de recebimento quando as controladas da Companhia avaliam que a sua ocorrência é provável.

Para a atividade de operação e manutenção, é reconhecida a receita pelo preço justo preestabelecido, que considera a margem de lucro estimada, à medida que os serviços são prestados.

3.9 Custos de empréstimos

Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um período de tempo substancial para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no exercício em que são incorridos. Os custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo.

3.10 Subvenções e assistências governamentais

Subvenções governamentais são reconhecidas quando houver razoável certeza de que o benefício será recebido e que todas as correspondentes condições serão satisfeitas.

Quando o benefício se refere a um item de despesa, é reconhecido como receita ao longo do período do benefício, de forma sistemática em relação aos custos cujo benefício objetiva compensar.

Quando o benefício se referir a um ativo, é reconhecido como receita diferida e lançado no resultado em valores iguais ao longo da vida útil esperada do correspondente ativo.

Quando as controladas da Companhia receberem benefícios não monetários, o bem e o benefício são registrados pelo valor nominal e refletidos na demonstração do resultado ao longo da vida útil esperada do bem, em prestações anuais iguais.

3.10.1 Benefícios fiscais

A Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) emitiram Laudos Constitutivos que outorgam às controladas da Companhia o direito à redução do imposto de renda de 75% sob a justificativa de modernização total das suas instalações elétricas, diversificação de empreendimento de infraestrutura e implantação de linhas de transmissão na área de atuação da Sudene:

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais)

Companhia	Benefício fiscal	Emissão	Laudo constitutivo	Vigência
Equatorial Maranhão	SUDENE	08/08/2018	101/2018	2018 a 2027
Equatorial Pará	SUDAM	28/12/2018	180/2018	2018 a 2027
Equatorial Piauí	SUDENE	13/12/2018	244/2018	2019 a 2027
Equatorial Alagoas	SUDENE	08/11/2019	66/2019	2019 a 2028
Equatorial Telecom	SUDENE	08/11/2018	173/2018	2019 a 2028
SPE 01	SUDENE	26/10/2020	80/2020	2021 a 2030
SPE 02	SUDENE	26/10/2020	79/2020	2021 a 2030
SPE 03	SUDENE	19/10/2021	146/2021	2022 a 2031
SPE 04	SUDENE	18/08/2021	104/2021	2021 a 2030
SPE 05	SUDENE	18/08/2021	105/2021	2022 a 2031
SPE 06	SUDENE	22/12/2021	216/2021	2022 a 2031
SPE 07	SUDAM	03/05/2022	10/2022	2022 a 2031
SPE 08	SUDAM	30/12/2020	98/2020	2020 a 2029
INTESA	SUDAM	31/12/2018	201/2018	2018 a 2027

Crédito presumido de ICMS

Em 22 de julho de 2021, a Secretaria de Fazenda do Estado do Amapá (SEFAZ) e a Companhia de Eletricidade do Amapá – CEA, firmaram o termo de acordo 001/2021 em que o Estado concederá crédito presumido de 10% (dez por cento) calculados sobre o valor do faturamento bruto dos estabelecimentos da acordante localizados no Estado, no segundo mês anterior ao crédito que deverão ser utilizados, exclusivamente na liquidação de débitos vencidos e vincendos decorrentes do consumo de energia elétrica da Administração Pública Estadual, incluídas suas autarquias e fundações.

Redução do ICMS

A Integração Transmissora de Energia S.A. – INTESA, goza de incentivo fiscal, concedidos mediante Termo de Acordo de Regime Especial - TARE nº 1956/2007 firmado com a Secretaria da Fazenda do Estado de Tocantins. Conforme esse acordo, a base de cálculo do ICMS é reduzida em 60% relativo ao diferencial de alíquotas de importação de máquinas, aparelhos, equipamentos, suas partes, peças e outros materiais, destinados à construção, operação e manutenção das instalações das linhas de transmissão de energia elétrica, localizadas em território tocantinense. Esses incentivos estão sendo mensalmente amortizados pelo prazo do Contrato de Concessão.

REIDI

A Equatorial Transmissora 8 SPE S.A., controlada da Companhia obteve habilitação ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura – REIDI, instituído pela Lei nº 11.488/2007, que concede o benefício fiscal de suspensão das contribuições PIS (Contribuição para o Programa de Integração Social) e COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) nas aquisições de bens ou serviços para as obras de infraestrutura pelo prazo de 5 (cinco) anos, conforme Ato Declaratório Executivo DRF nº 16, de 11 de maio de 2022.

3.10.2 Benefícios para reinvestimentos

São decorrentes de benefício fiscal instituído pelo Governo Federal, através da Lei nº 5.508/1968, modificado pela Lei nº 8.167/1991, Lei nº 9.532/1997, e Medida Provisória nº 2.199/2014, que permite às empresas consideradas de setores prioritários para economia conforme Decreto nº 4.213/2002, que estejam em operação na área de atuação da SUDAM/SUDENE, reinvestir 30% do imposto de renda, calculados sobre a parcela remanescente ao benefício do lucro da exploração, acrescido de outra parcela de 50% de Recursos Próprios desses 30%, em seus projetos técnico-econômicos de modernização ou complementação de equipamentos, ou para investimento em capital de giro no ano-calendário ou ano-calendário subsequente. Os valores são depositados junto ao Banco da Amazônia (BASA) ou Banco do Nordeste (BNB).

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais)

Companhia	Autarquia	Instituição Financeira
Equatorial Maranhão	SUDENE	Banco do Nordeste
Equatorial Pará	SUDAM	Banco da Amazônia
Equatorial Piauí	SUDENE	Banco do Nordeste

3.11 Benefícios a empregados

3.11.1 Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso as controladas da Companhia tenham uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

3.11.2 Planos de contribuição definida

As obrigações por contribuições aos planos de contribuição definida são reconhecidas no resultado como despesas com pessoal relativas à benefícios a empregados. As contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na extensão em que um reembolso de caixa ou uma redução em pagamentos futuros seja possível.

3.11.3 Planos de benefício definido

As obrigações líquidas das controladas distribuidoras da Companhia para os planos de benefício definido são calculadas para cada um dos planos com base na estimativa do valor do benefício futuro que os empregados receberão por serem participantes do Plano de Benefício Definido patrocinado pelas controladas da Companhia. Esse valor é descontado ao seu valor presente e é apresentado líquido do valor justo de quaisquer ativos do plano.

O cálculo da obrigação de plano de benefício definido é realizado anualmente por um atuário qualificado utilizando o método de crédito unitário projetado. Quando o cálculo resulta em um potencial ativo para as controladas da Companhia, o ativo a ser reconhecido é limitado ao valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos futuros do plano ou redução nas futuras contribuições ao plano. Para calcular o valor presente dos benefícios econômicos são levadas em consideração quaisquer exigências mínimas de custeio aplicáveis.

Mensurações da obrigação líquida, que incluem: os ganhos e perdas atuariais, o retorno dos ativos do plano (excluindo juros) e o efeito do teto do ativo (se houver, excluindo juros), são reconhecidos imediatamente em outros resultados abrangentes. As controladas da Companhia determinam os juros líquidos sobre o valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido no período multiplicando o valor líquido de passivo /ativo de benefício definido pela taxa de desconto utilizada na mensuração da obrigação de benefício definido, ambos conforme determinados no início do exercício a que se referem as demonstrações contábeis, levando em consideração quaisquer mudanças no valor líquido de passivo/ativo de benefício definido durante o período em razão de pagamentos de contribuições e benefícios. Juros líquidos e outras despesas relacionadas aos planos de benefícios definidos são reconhecidos no resultado.

Quando os benefícios de um plano são incrementados, a porção do benefício incrementado relacionada a serviços passados prestados pelos empregados é reconhecida imediatamente no resultado. As controladas distribuidoras da Companhia reconhecem ganhos e perdas na liquidação de um plano de benefício definido quando a liquidação ocorre.

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais)

3.11.4 Plano de opção de compra de ações

A Equatorial Energia S.A. concedeu plano de pagamento baseado em ações e opção de compra de ações a executivos e colaboradores da Companhia e de suas controladas.

A Companhia e suas controladas reconhecem os produtos ou os serviços recebidos ou adquiridos em transação com pagamento baseado em ações quando ela obtiver os produtos ou à medida que receber os serviços. Em contrapartida, a Companhia e suas controladas reconhecem o correspondente aumento do patrimônio líquido se os produtos ou serviços forem recebidos em transação com pagamento baseado em ações liquidadas em instrumentos patrimoniais, ou um passivo financeiro, correspondente ao pagamento baseado em ações liquidado em caixa (ou com outros ativos).

O valor justo na data de outorga dos acordos de pagamentos baseados em ações concedidos aos executivos e colaboradores é reconhecido como despesas de pessoal, com um correspondente aumento no patrimônio líquido ou passivo, durante o período em que os empregados adquirem incondicionalmente o direito aos prêmios. O valor reconhecido como despesa é ajustado para refletir o número de prêmios para o qual existe a expectativa de que as condições de serviço e de desempenho serão atendidas, de tal forma que o valor final reconhecido como despesa seja baseado no número de prêmios que efetivamente atendam às condições de serviço na data de aquisição (*vesting date*).

3.12 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido. Quando aplicável, há compensação de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

Conforme orientações do ICPC 22 – Tributos sobre o lucro, a Companhia e suas controladas avaliam se é provável que uma autoridade tributária aceitará um tratamento tributário incerto. Se concluído que a posição não será aceita, o efeito da incerteza será refletido no resultado do exercício. Em 31 de dezembro de 2023, não há incerteza quanto aos tratamentos tributários sobre o lucro apurados pela Companhia e suas controladas.

3.12.1 Imposto de renda e contribuição social corrente

O imposto de renda e a contribuição social corrente são calculados sobre o lucro tributável ou prejuízo fiscal do exercício acrescidos de eventuais ajustes de exercícios anteriores. O montante dos tributos corrente a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo considerando a melhor estimativa quanto ao valor esperado a recolher ou a recuperar. A mensuração é realizada com base nas alíquotas vigentes na data do balanço.

A Companhia e suas controladas compensam os ativos e passivos fiscais correntes se:

- Tiver o direito legalmente executável para compensar os valores reconhecidos; e
- Pretender liquidar em bases líquidas, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais)

3.12.2 Imposto de renda e contribuição social diferido

Os tributos diferidos ativos e passivos são reconhecidos sobre os saldos acumulados de prejuízos fiscais, bases negativas e sobre as diferenças temporárias entre os valores contábeis constantes nas demonstrações contábeis e os montantes apurados conforme os critérios fiscais previstos na legislação tributária.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido na medida em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis contra os quais serão realizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, as reversões dessas diferenças serão limitadas aos lucros tributáveis futuros projetados conforme os planos de negócios da Companhia e de suas controladas pelo período da concessão.

O valor contábil dos ativos fiscais diferidos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo fiscal diferido venha a ser utilizado.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas taxas vigentes na data do balanço.

3.13 Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício e a média ponderada das ações em circulação no respectivo exercício. O resultado por ação diluído é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores, ajustado pelos efeitos dos instrumentos que potencialmente impactariam o resultado do exercício e pela média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos exercícios apresentados, nos termos do CPC 41 (IAS 33) - Resultado por Ação.

3.14 Instrumentos financeiros

3.14.1 Reconhecimento e mensuração inicial

Os contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia e suas controladas se tornarem parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao Valor Justo por meio do Resultado (VJR), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais)

3.14.2 Classificação e mensuração subsequente

(a) Ativos financeiros

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e ao valor justo por meio do resultado (VJR). A Companhia e suas controladas não possuem ativo financeiro ao VJORA.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia e suas controladas mudem o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros e, neste caso, todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia e suas controladas podem optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes (ORA). Essa escolha é feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Companhia e suas controladas podem designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

(b) Ativos financeiros - avaliação do modelo de negócio

A Companhia e suas controladas realizam uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais)

- As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia;
- Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- Como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia e de suas controladas.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

(c) **Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros**

Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia e suas controladas consideram os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia e suas controladas consideram:

Eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa;

Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;

O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e

Os termos que limitam o acesso da Companhia e de suas controladas a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na *performance* de um ativo).

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais)

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente, o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

(d) Ativos financeiros - mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a custo amortizado Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Instrumentos de dívida a VJORA Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.

Instrumentos patrimoniais a VJORA Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

(e) Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR.

Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

3.14.3 Desreconhecimento

(a) Ativos financeiros

A Companhia e suas controladas desreconhecem um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia e suas controladas transferem os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia e suas controladas nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais)

(b) Passivos financeiros

A Companhia e suas controladas desreconhecem um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia e suas controladas também desreconhecem um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

3.14.4 Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia e suas controladas tenham atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.14.5 Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de hedge

A controlada direta Equatorial Alagoas e as controladas indiretas Equatorial Maranhão, Equatorial Pará, Equatorial Piauí, CEEE-D, CEA, Equatorial Telecomunicações e E-Nova mantêm instrumentos financeiros derivativos para proteger suas exposições aos riscos de variação de moeda estrangeira e taxa de juros. As controladas da Companhia não possuem derivativos embutidos.

Os derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são registradas no resultado, com exceção do *hedge* de fluxo de caixa, definido abaixo:

Hedge de fluxo de caixa

Quando um derivativo é designado como um instrumento de *hedge* de fluxo de caixa, a porção efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida em outros resultados abrangentes (ORA) e apresentada na conta de reserva de *hedge*. A porção efetiva das mudanças no valor justo do derivativo reconhecido em ORA limita-se à mudança cumulativa no valor justo do item objeto de *hedge*, determinada com base no valor presente, desde o início do *hedge*. Qualquer porção não efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida imediatamente no resultado.

Conforme CPC 48/ IFRS 9 – Instrumentos financeiros, no início de um relacionamento de *hedge*, a Companhia e suas controladas formalmente designam e documentam a relação de *hedge* à qual deseja aplicar a contabilidade de *hedge* e o objetivo e a estratégia de gerenciamento de risco para realizar o *hedge*.

Para mais informações sobre a identificação do instrumento de *hedge*, do item protegido, da natureza do risco que está sendo protegido e de como a Companhia e suas controladas avaliam se a relação de proteção atende aos requisitos de efetividade de *hedge*, incluindo sua análise das fontes de inefetividade de *hedge* e como determinar o índice de *hedge*, veja nota 32.4 – Instrumentos financeiros derivativos.

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais)

3.15 Capital social

3.15.1 Ações ordinárias

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações são demonstrados no patrimônio líquido com a dedução do valor captado, líquida de impostos.

3.15.2 Ações preferenciais

Ações preferenciais não resgatáveis são classificadas no patrimônio líquido, pois o pagamento de dividendos é discricionário, e elas não geram qualquer obrigação de entregar caixa ou outro ativo financeiro da Companhia e não requerem liquidação em um número variável de instrumentos patrimoniais. Dividendos discricionários são reconhecidos como distribuições no patrimônio líquido na data de sua aprovação pelos acionistas da Companhia.

3.16 Distribuição de dividendos

A política de reconhecimento contábil de dividendos está em consonância com as normas previstas no CPC 25 (IAS 37) – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos contingentes e ICPC 08 (R1) – Contabilização da Proposta de Pagamentos de Dividendos, as quais determinam que os dividendos propostos a serem pagos e que estejam fundamentados em obrigações estatutárias, devem ser registrados no passivo circulante.

O estatuto social da Companhia estabelece que, no mínimo, 25% do lucro líquido anual sejam distribuídos a título de dividendos. Adicionalmente, de acordo com o estatuto social, compete ao Conselho de Administração deliberar sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio e de dividendos. Além disso, a reserva de lucros a realizar, constituída de acordo com o art. 197 da Lei 6.404/76, vem sendo realizada como dividendos a pagar, de acordo com a realização prevista do lucro não realizado de anos anteriores.

A Companhia reconhece um passivo para pagamento de dividendos quando essa distribuição é autorizada e deixa de ser uma opção da empresa ou ainda quando previsto em Lei. Conforme a legislação societária vigente, uma distribuição é autorizada quando aprovada pelos acionistas e o montante correspondente é diretamente reconhecido no patrimônio líquido. A legislação societária estabelece ainda o requerimento de pagamento de um dividendo mínimo obrigatório, após efetuados os ajustes ao lucro auferido no exercício e destinação das reservas também previstas no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações.

Dividendo adicional ao mínimo obrigatório por lei, contido em proposta da administração efetuada antes da data do balanço patrimonial deve ser mantido no patrimônio líquido em conta específica chamada de “dividendo adicional proposto”. Caso a proposição seja realizada após a data do balanço e antes da data de emissão das demonstrações contábeis, tal fato deve ser mencionado na nota explicativa de eventos subsequentes.

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais)

3.17 Redução ao valor recuperável (*impairment*)

3.17.1 Ativos financeiros não derivativos

As controladas da Companhia reconhecem estimativas para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e ativos de contrato.

A Companhia e suas controladas mensuram a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses:

- Títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço;
- Outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial;
- As provisões para perdas com contas a receber de clientes e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento; e
- Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia e suas controladas consideram informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia e de suas controladas, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

As controladas da Companhia elaboraram um estudo que presume o tempo em que o risco de crédito de um ativo financeiro aumenta significativamente se este estiver em atraso. Ver também nota explicativa nº 32.5 – Gerenciamento dos riscos financeiros para mais detalhes. A Companhia e suas controladas consideram um ativo financeiro como inadimplente quando:

- É pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito à Companhia e às suas controladas, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma);
- As perdas de crédito esperadas para a vida inteira são as perdas esperadas com crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplimento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro; ou
- As perdas de crédito esperadas para 12 meses são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço (ou em um período mais curto, caso a vida esperada do instrumento seja menor do que 12 meses).

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia e suas controladas estão expostas ao risco de crédito.

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais)

3.17.2 Ativos financeiros com problema de recuperação

Em cada data de balanço, a Companhia e suas controladas avaliam se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- Dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário;
- Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 90 dias;
- Reestruturação de um valor devido às controladas da Companhia em condições que não seriam aceitas normalmente;
- A probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- O desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia e suas controladas não identificaram ativos financeiros sem expectativa de realização, exceto para o que as controladas da Companhia já reconhecem como estimativa de perda para os ativos, como títulos do contas a receber, que possuem expectativa de perda de realização.

3.17.2.1 Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa e perdas efetivas

As controladas distribuidoras da Companhia adotam a prática de estimativa de perda esperada para créditos de liquidação duvidosa (PECLD), que avalia o risco de crédito dos valores a receber por faixa de atraso considerando a mediana do percentual de não recebimento referente a cada faixa de atraso em cada um dos 12 meses do quinto ano anterior ao período atual, apurando o não recebimento até o último mês do exercício atual. Estabelecendo assim um percentual de estimativa das perdas esperadas para cada faixa de atraso do *aging list*. A estimativa de perdas esperadas é demonstrada em uma matriz de provisão, a qual é resultado do estudo de comportamento de pagamento das faturas de energia elétrica e do percentual de inadimplência dos parcelamentos de maneira coletiva.

Para os parcelamentos relevantes, as controladas distribuidoras da Companhia adotam uma avaliação individual referente ao risco de crédito desde que são previstas no termo de confissão de dívida as garantias de liquidação dos títulos mensalmente. As controladas distribuidoras da Companhia entendem que para as negociações com garantias de recebimento previstas, o risco de crédito é menor que o risco de crédito de título sem garantia de recebimento previsto nos termos. Para isso, as controladas distribuidoras da Companhia adotam uma governança das negociações relevantes realizadas junto a alta administração para deliberação.

Para o reconhecimento de perdas efetivas, as controladas distribuidoras da Companhia baixam do valor contábil bruto de um ativo financeiro que não tenha expectativa razoável de liquidação em sua totalidade ou em parte, sendo os títulos vencidos acima de 10 anos baixados em sua integralidade. As controladas distribuidoras da Companhia não esperam nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos das controladas distribuidoras da Companhia para a recuperação dos valores devidos.

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais)

3.17.3 Ativos não financeiros

As controladas da Companhia possuem apenas uma Unidade Geradora de Caixa (UGC), quando consideradas individualmente, que geram entradas e saídas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa produzidas por outros ativos do grupo ou UGCs.

Adicionalmente, a Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros (exceto estoques, ativos de contrato e impostos diferidos) com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas, procede-se ao teste de *impairment* (redução ao valor recuperável) que consiste na comparação entre o valor líquido contábil dos ativos com o seu valor recuperável, definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

A Companhia realizou avaliação de perda ao valor recuperável, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, conforme nota explicativa nº 14.2 – Avaliação de *Impairment*.

3.18 Ajuste a valor presente (AVP)

3.18.1 Parcelamentos de contas a receber

As controladas da Companhia utilizam a taxa média de 10,95% como taxa de desconto, que reflete juros compatíveis com a natureza, o prazo e os riscos relacionados à transação, levando-se em consideração, ainda, as taxas de mercado praticadas na data inicial da transação, para cálculo do ajuste a valor presente do total dos parcelamentos, em conformidade com o CPC 12 – Ajuste a valor presente.

3.18.2 Outros ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo, são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos, com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração.

3.19 Provisões para riscos judiciais

As provisões para riscos judiciais são constituídas para todos os processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos.

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais)

3.20 Demonstração do valor adicionado (DVA)

A Companhia e suas controladas elaboraram a DVA nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações contábeis conforme BR GAAP aplicável as companhias abertas, enquanto para as IFRS representam informação financeira suplementar.

3.21 Ativos não circulante mantido para venda

O ativo é classificado como mantido para venda quando o seu valor contábil for recuperável, principalmente, por meio de venda e não por meio do seu uso contínuo. Essa condição é atendida somente quando o ativo (ou grupo de ativos) estiver disponível para venda imediata em sua condição atual e sua venda for considerada altamente provável. Esse ativo é mensurado pelo menor valor entre o seu valor contábil e o seu valor justo, líquido das despesas de venda, e apresentado de forma segregada no balanço patrimonial. Mais detalhes na nota explicativa nº 16 – Ativo não circulante mantido para venda.

3.22 Principais mudanças nas políticas contábeis

3.22.1 Novas normas, alterações e interpretações

O *International Accounting Standards Board* (IASB) e o CPC emitiram revisões às normas existentes, aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2023. A Companhia e suas controladas decidiram não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas que ainda não estejam vigentes. A relação destas revisões aplicáveis e adotadas pela Companhia e suas controladas e respectivos impactos é apresentada a seguir:

Revisão e Normas impactadas	Correlação IASB	Data de aprovação (Brasil)	Aplicável a partir de	Impactos contábeis
Pronunciamento Técnico CPC nº 50 Este Pronunciamento vem substituir a norma atualmente vigente sobre Contratos de seguro (CPC 11).	IFRS 17	07/05/2021	01/01/2023	Não houve impacto nas políticas contábeis da Companhia e controladas
Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 20 Pronunciamentos Técnicos CPC 11 – Contratos de seguro; CPC 15 (R1) – Combinação de negócios; CPC 21 (R1) – Demonstração intermediária; CPC 23 – Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro; CPC 26 (R1) – Apresentação das demonstrações contábeis; CPC 27 – Ativo imobilizado; CPC 32 – Tributos sobre o lucro; CPC 37 (R1) – Adoção inicial das normas internacionais de contabilidade; CPC 40 (R1) – Instrumentos financeiros: evidenciação; CPC 47 – Receita de contrato com cliente; e CPC 49 – Contabilização e relatório contábil de planos de benefício de aposentadora.	<i>Classification of Liabilities as Current or Non-current; Extension of the temporary Exemption from applying IFRS 9; Definition of Accounting Estimates; Disclosure of Accounting Policies; e Deferred Tax related to Assets and Liabilities arising from a Single Transaction</i>	01/03/2022	01/01/2023 (ajuste CPC 37, aplicação imediata)	Sem impactos relevantes.
Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 21 Pronunciamentos Técnicos CPC 01 (R1) – Redução ao valor recuperável de ativos; CPC 03 (R2) – Demonstração dos fluxos de caixa; CPC 04 (R1) – Ativo intangível; CPC 15 (R1) – Combinação de negócios; CPC 18 (R2) – Investimento em coligada, em controlada e empreendimento controlado em conjunto; CPC 25 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes; CPC 26 (R1) – Apresentação das demonstrações contábeis; CPC 27 – Ativo imobilizado; CPC 28 – Propriedade para investimento; CPC 31 – Ativo não circulante mantido para venda e operação descontinuada; CPC 33 (R1) – Benefícios a empregados; CPC 37 (R1) – Adoção inicial das normas internacionais de contabilidade; CPC 39 – Instrumentos financeiros: apresentação; CPC 40 (R1) – Instrumentos financeiros: evidenciação; CPC 47 – Receita de contrato com cliente; CPC 48 – Instrumentos financeiros; e CPC 50 – Contratos de seguro.	IFRS 9 e IFRS 17	03/11/2022	01/01/2023	Sem impactos relevantes.

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais)

Revisão e Normas impactadas	Correlação IASB	Data de aprovação (Brasil)	Aplicável a partir de	Impactos contábeis
Pronunciamento Técnico CPC n° 50 Este Pronunciamento vem substituir a norma atualmente vigente sobre Contratos de seguro (CPC 11).	IFRS 17	07/05/2021	01/01/2023	Não aplicável à Companhia
Revisão de Pronunciamentos Técnicos n° 20 Pronunciamentos Técnicos CPC 11 – Contratos de seguro; CPC 15 (R1) – Combinação de negócios; CPC 21 (R1) – Demonstração intermediária; CPC 23 – Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro; CPC 26 (R1) – Apresentação das demonstrações contábeis; CPC 27 – Ativo imobilizado; CPC 32 – Tributos sobre o lucro; CPC 37 (R1) – Adoção inicial das normas internacionais de contabilidade; CPC 40 (R1) – Instrumentos financeiros: evidenciação; CPC 47 – Receita de contrato com cliente; e CPC 49 – Contabilização e relatório contábil de planos de benefício de aposentadora.	<i>Classification of Liabilities as Current or Non-current; Extension of the temporary Exemption from applying IFRS 9; Definition of Accounting Estimates; Disclosure of Accounting Policies; e Deferred Tax related to Assets and Liabilities arising from a Single Transaction</i>	01/03/2022	01/01/2023 (ajuste CPC 37, aplicação imediata)	Não houve impacto nas políticas contábeis da Companhia.
Revisão de Pronunciamentos Técnicos n° 21 Pronunciamentos Técnicos CPC 01 (R1) – Redução ao valor recuperável de ativos; CPC 03 (R2) – Demonstração dos fluxos de caixa; CPC 04 (R1) – Ativo intangível; CPC 15 (R1) – Combinação de negócios; CPC 18 (R2) – Investimento em coligada, em controlada e empreendimento controlado em conjunto; CPC 25 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes; CPC 26 (R1) – Apresentação das demonstrações contábeis; CPC 27 – Ativo imobilizado; CPC 28 – Propriedade para investimento; CPC 31 – Ativo não circulante mantido para venda e operação descontinuada; CPC 33 (R1) – Benefícios a empregados; CPC 37 (R1) – Adoção inicial das normas internacionais de contabilidade; CPC 39 – Instrumentos financeiros: apresentação; CPC 40 (R1) – Instrumentos financeiros: evidenciação; CPC 47 – Receita de contrato com cliente; CPC 48 – Instrumentos financeiros; e CPC 50 – Contratos de seguro.	IFRS 9 e IFRS 17	03/11/2022	01/01/2023	Não houve impacto nas políticas contábeis da Companhia.

3.22.2 Novas normas, alterações e interpretações ainda não vigentes

A partir de 1º de janeiro de 2024, estarão vigentes os seguintes pronunciamentos, os quais não foram adotados antecipadamente pela Companhia e suas controladas:

Revisão e Normas impactadas	Correlação IASB	Data de aprovação (Brasil)	Aplicável a partir de	Impactos contábeis
CPC 06 – Arrendamentos - Passivo de Locação em um Sale and Leaseback (Transação de venda e retroarrendamento) Especifica os requisitos que um vendedor-arrendatário utiliza na mensuração da responsabilidade de locação decorrente de uma transação de venda e arrendamento de volta, a fim de garantir que o vendedor-arrendatário não reconheça qualquer quantia do ganho ou perda que se relaciona com o direito de uso que ele mantém.	IFRS 16	Emissão a nível de IASB	01/01/2024	A Companhia e suas controladas avaliaram os efeitos desta decisão e não identificaram nenhuma aplicação direta ou reflexa para exercício.
Alterações ao IAS 1: Classificação de Passivos como Circulante ou Não-Circulante Especificar os requisitos de classificação de passivos como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem: • O que se entende por direito de adiar a liquidação. • Que o direito de adiar deve existir no final do período das informações financeiras. • Que a classificação não é afetada pela probabilidade de a entidade exercer seu direito de adiar. • Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for ele próprio um instrumento de patrimônio, os termos de um passivo não afetarão sua classificação.	Além disso, foi introduzida uma exigência de divulgação	quando um passivo decorrente de um contrato de empréstimo é classificado	como não circulante e o contrato de empréstimo é classificado	da entidade de adiar a liquidação depende do cumprimento de <i>covenants</i> futuros dentro de doze meses.

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais)

préstimo existentes podem
exigir renegociação.

IAS 1	Emiss ão a nível de IASB	01/01/2024	O G r u p o e s t á a t u a l m e n t e a v a l i a n d o o i m p a c t o q u e a s a l t e r a ç õ e s t e r ã o n a p r á t i c a t u a l e s e a c o r d o s d e e m
-------	--------------------------------------	------------	--

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais)

Revisão e Normas impactadas	Correlação IASB	Data de aprovação (Brasil)	Aplicável a partir de	Impactos contábeis
Acordos de financiamento de fornecedores – Alterações nos CPC 03 (R2) – Demonstrações do fluxo de caixa e CPC 40 (R1) - Instrumentos financeiros: evidenciação) Esclarece as características de acordos de financiamento de fornecedores e exigir divulgações adicionais desses acordos. Os requisitos de divulgação nas alterações têm como objetivo auxiliar os usuários das demonstrações financeiras a compreenderem os efeitos dos acordos de financiamento com fornecedores nas obrigações, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez de uma entidade.	IFRS 7/IAS 7	26/12/2023	01/01/2024	O Grupo está atualmente avaliando o impacto que as alterações terão na prática atual.
Medida Provisória nº 1.185 - Reflexo tributário das Subvenções para Investimento O Governo Federal publicou a MP nº 1.185, que dispõe sobre o crédito fiscal decorrente de subvenção para a implantação ou a expansão de empreendimento econômico, e revoga o artigo 30 da Lei Federal nº 12.973/2014.	N/A	31/08/2023	N/A	A Companhia e suas controladas avaliaram os efeitos desta decisão e não identificaram nenhuma aplicação direta ou reflexa para exercício.

4 Assuntos regulatórios

4.1 Distribuição

4.1.1 Bandeiras tarifárias

Conforme informações do Operador Nacional do Sistema (ONS), o sistema atravessou um período de redução acentuado nos níveis dos reservatórios, com início em julho de 2012 e término em novembro de 2021, com duração de 113 meses retornando ao aumento dos reservatórios a partir de então.

Em 2023, as condições foram favoráveis com previsão de continuidade no ano de 2024. A tabela a seguir demonstra as bandeiras tarifárias que vigoraram em 2022 e 2023.

	Cor da Bandeira	
	2023	2022
Janeiro	Verde	Vermelha Escassez Hídrica
Fevereiro	Verde	Vermelha Escassez Hídrica
Março	Verde	Vermelha Escassez Hídrica
Abril	Verde	Vermelha Escassez Hídrica/Verde
Maiο	Verde	Verde
Junho	Verde	Verde
Julho	Verde	Verde
Agosto	Verde	Verde
Setembro	Verde	Verde
Outubro	Verde	Verde
Novembro	Verde	Verde
Dezembro	Verde	Vermelha Escassez Hídrica

4.1.2 Cobertura Contratual

As distribuidoras de energia elétrica são obrigadas a garantir 100% do seu mercado de energia por meio de leilões regulados pela ANEEL, tendo também a garantia do repasse às tarifas dos custos ou receitas decorrentes das sobras de energia elétrica, limitadas a 5% do requisito regulatório e dos custos decorrentes de déficits de energia elétrica, conforme estabelecido no Decreto nº 5.163/2004. Contudo, quando a distribuidora ultrapassar o referido limite e sendo este ocasionado de forma voluntária, fica exposta à variação entre o preço de compra e o de venda do montante excedente no mercado de curto prazo. Os valores apurados são atualizados monetariamente com base na taxa SELIC e compensados nos processos tarifários subsequentes.

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais)

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, as controladas da Companhia participaram dos Mecanismos de Compensação de Sobras e Déficits (MCSD) de Energia Existente e Energia Nova, Mecanismo de Venda de Excedente (MVE), conforme previsto na Resolução Normativa nº 1.009, de 22 de março de 2022, para adequar seu portfólio contratual para o nível regulatório de cobertura. Ressaltamos que tais mecanismos estão previstos nos procedimentos de comercialização, podendo as distribuidoras declararem déficit ou sobras de energias dos seus contratos de compra de energia do ambiente regulado (CCEARs).

Em 2023, as controladas da Companhia permaneceram dentro do limite de repasse para as tarifas e apresentaram os seguintes níveis de cobertura contratual:

<u>Empresas</u>	<u>Nível de cobertura</u> <u>2023</u>	<u>Nível de cobertura</u> <u>2022</u>
Controladas indiretas		
Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.	99,07%	102,29%
Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.	99,34%	102,63%
Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.	101,62%	104,39%
Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A.	104,49%	101,06%
Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica - CEEE-D	106,91%	108,94%
Companhia de Eletricidade do Amapá - CEA	114,15%	106,12%
Controlada direta		
Equatorial Alagoas Distribuidora de Energia S.A.	105,72%	109,15%

4.1.3 Reajuste Tarifário Anual (RTA) e Revisão Tarifária Periódica (RTP)

Anualmente, a ANEEL apura os novos índices do reajuste tarifário (RTA) das controladas diretas e indiretas da Companhia, adequando suas despesas da Parcela A (custos não gerenciáveis, como compra de energia, encargos setoriais, encargos de transmissão) e, periodicamente, quando há revisão tarifária periódica (RTP) também é feita atualização da Parcela B (custos gerenciáveis).

Neste processo, as CVAs contabilizadas pelas controladas são validadas, devendo ser feita a baixa das diferenças entre o valor apurado por estas e o concedido pela ANEEL no mesmo exercício. A apuração das diferenças desses diversos pontos é chamada de efeito do reajuste nas controladas diretas e indiretas.

Foram definidas as faixas de acionamento das Bandeiras Tarifárias e os valores da tarifa de aplicação de energia, do que trata o Submódulo 6.8, dos Procedimentos de Regulação Tarifária (PRORET) onde podem observar na apresentação da NE 4.1.1 - Bandeiras Tarifárias.

A Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), em Reunião de Diretoria pública, aprovou os seguintes Reajustes Tarifários Anuais e Revisões Tarifárias Periódicas para as controladas distribuidoras da Companhia em 2023:

<u>Controlada</u>	<u>Classificação</u>	<u>Aplicação</u>	<u>Resolução</u> <u>Homologatória</u>	<u>Efeito</u>
Equatorial Maranhão	RTA	23/08/2023	3.251/2023	10,85%
Equatorial Pará	RTP	07/08/2023	3.243/2023	11,07%
Equatorial Piauí	RTP	02/12/2023	3.292/2023	14,70%
Equatorial Alagoas	RTA	23/05/2023	3.203/2023	17,59%
Equatorial Goiás	RTP	17/10/2023	3.279/2023	3,54%
Equatorial CEEE-D	RTA	22/11/2023	3.283/2023	(1,41%)
Equatorial CEA (a)	RTA	13/12/2022	3.163/2022	-

- (a) O processo de Revisão Tarifária Extraordinária da CEA foi inicialmente pautado para julgamento na 46ª Reunião Pública da Diretoria dessa D. ANEEL (RPO), realizada em 12 de dezembro 2023. No entanto, ao término da deliberação, o Ilmo. Sr. Diretor-Geral pediu vista do processo em epígrafe, com o objetivo de avaliar melhor o assunto. Contudo, diante da não definição de nova tarifa, a Concessionária informou que se limitará a continuar aplicando as tarifas definidas em seu processo de reajuste tarifário anual de 2022 (RTA 2022), com a garantia de reaver as diferenças entre o valor efetivamente faturado e as novas tarifas aplicáveis oportunamente.

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais)

O Decreto nº 9.642 de 27 de dezembro de 2018 determina que, a partir de 2019, nos processos de reajuste ou revisão tarifária das distribuidoras, os descontos de que trata o § 2º do referido artigo, que são aqueles aplicados aos consumidores classificados como rural; Cooperativa de Eletrificação Rural; Serviço Público de Água, Esgoto e Saneamento; e Serviço Público de Irrigação; sejam reduzidos à razão de 20% ao ano, até que a alíquota seja zero. Os descontos atualmente conferidos aos consumidores são custeados pela CDE, que repassa às distribuidoras o montante de subsídios concedidos. Com a redução desses descontos, as distribuidoras deixam gradualmente de receber recursos da CDE e passam a receber diretamente desses consumidores.

4.1.4 Encargos Regulatórios

A receita de prestação de serviços de distribuição está sujeita aos seguintes encargos regulatórios, pelas seguintes alíquotas básicas:

- Pesquisa e desenvolvimento (P&D) e Programa de eficiência energética (PEE) – Os percentuais mínimos a aplicar (P&D e PEE) e a recolher (Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), Ministério de Minas e Energia (MME), Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica (PROCEL) e Conta de desenvolvimento energético (CDE), da tabela a seguir:

De 01/01/2023 até 31/12/2025						
P&D (% da ROL)				PEE (% da ROL)		
P&D/ANEEL	CDE	FNDCT	MME	PEE/ANEEL	CDE	PROCEL
0,21 a 0,3	até 0,09	0,3	0,15	0,14 a 0,2	até 0,06	0,05

- Conta de desenvolvimento energético (CDE);
- Encargo de serviços do sistema (ESS); e
- Taxa de fiscalização de serviços de energia elétrica (TFSEE).

A receita já está líquida desses encargos na demonstração do resultado. Veja nota explicativa nº 8 – Valores a receber (devolver) da parcela A e outros itens financeiros, para mais detalhes.

4.1.5 Marco Legal - Geração Distribuída

A Resolução Normativa ANEEL nº 1.059, de 07/02/2023, que regulamenta a Lei 14.300/2022, foi considerada o marco legal da Micro e Minigeração Distribuída. As regras aprovadas abrangem, entre outros, procedimentos relacionados à cobrança pelo uso da rede de distribuição e ao prazo para que a distribuidora realize as obras de conexão dos sistemas.

A Resolução Homologatória nº 3.169, de 29/12/2022, publicou os percentuais de redução, por distribuidora, a serem aplicados na Tarifa de Uso dos Sistemas de Distribuição (TUSD) e na Tarifa de Energia (TE) para estabelecimento da tarifa de aplicação utilizada no faturamento do consumo associado ao Sistema de Compensação de Energia Elétrica (SCEE).

As controladas distribuidoras possuem dentro de sua carteira de clientes, unidades consumidoras classificadas como de micro e minigeração distribuída, que é um sistema em que os consumidores geram sua própria energia elétrica, geralmente por meio de painéis solares ou pequenas turbinas eólicas. A Resolução Normativa ANEEL nº 1.000/2021 define o Sistema de Compensação de Energia Elétrica (SCEE) como um arranjo em que a energia ativa injetada por uma unidade consumidora com microgeração ou minigeração distribuída é cedida à distribuidora local a título de empréstimo gratuito.

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais)

Posteriormente, essa energia é compensada com o consumo da mesma unidade ou outras unidades consumidoras. Quando a energia gerada em determinado mês é superior à quantidade necessária para abater o consumo naquele período, o consumidor fica com excedente de energia que fica registrado como um passivo a restituir ao consumidor. O direito de receber do cliente cativo ou do órgão regulador uma possível sobrecontratação ou exposição involuntária a preços de liquidação são registrados em outros ativos a receber.

4.2 Transmissão

As controladas indiretas da Companhia receberão pela prestação do serviço público de transmissão a Receita Anual Permitida (RAP) que será ajustada anualmente, por meio de resoluções homologatórias emitidas pela ANEEL pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), no mês de julho de cada ano.

A ANEEL procederá à revisão da Receita Anual Permitida (RAP), durante o período da concessão, em intervalos periódicos de 5 (cinco) anos. Para o ciclo 2023-2024, que teve seu início no mês de julho de 2023, a RAP das controladas da Companhia é de:

	RAP	REH	Efeito reajuste tarifário	RTP/REA	Aplicação	Resolução homologatoria	Efeito revisão tarifária
SPE 01	108.244	3.216/2023	3,94%	Revisão Tarifária Periódica	01/07/2023	3.050/2022	9,38%
SPE 02	98.184	3.216/2023	3,94%	Revisão Tarifária Periódica	01/07/2023	3.050/2022	9,39%
SPE 03	143.125	3.216/2023	3,94%	Revisão Tarifária Periódica	01/07/2023	3.050/2022	9,39%
SPE 04	258.238	3.216/2023	3,94%	Revisão Tarifária Periódica	01/07/2023	3.050/2022	9,43%
SPE 05	119.154	3.216/2023	3,94%	Revisão Tarifária Periódica	01/07/2023	3.050/2022	9,42%
SPE 06	147.749	3.216/2023	3,94%	Revisão Tarifária Periódica	01/07/2023	3.050/2022	9,44%
SPE 07	125.159	3.216/2023	3,94%	Revisão Tarifária Periódica	01/07/2023	3.050/2022	9,63%
SPE 08	184.079	3.216/2023	3,94%	Revisão Tarifária Periódica	01/07/2023	3.205/2022	3,94%
INTESA (a)	121.968	3.216/2023	-37,87%	Revisão Tarifária Periódica	01/07/2023	2.565/2019	4,66%

- (a) Em 04 de julho de 2023, através da resolução homologatória nº 3.216/2023 a Agência Nacional de Energia Elétrica “ANEEL” estabeleceu o reajuste das Receitas Anuais Permitidas a partir de 1º de julho de 2023, pela disponibilização das instalações sobre responsabilidade de concessionárias de serviço público de transmissão de energia. Para o ciclo de 2023-2024 o reajuste na receita da controlada foi de R\$ (74.355), ou seja, uma redução de 37,87% em comparação ao previsto no Contrato de Concessão. Esta redução se deve ao previsto na Décima Segunda Subcláusula da Cláusula Sexta do Contrato de Concessão 002/2006-ANEEL, de que a partir do 16º ano de operação comercial, a Receita Anual Permitida – RAP seria de 50% (cinquenta por cento) da RAP do 15º ano de operação comercial. Para esse novo ciclo tarifário, (2023-2024), após passar por reajuste tarifário, a RAP da Companhia é de R\$ 121.968, atualizado anualmente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), por meio de resoluções homologatórias emitidas pela ANEEL.

As controladas indiretas da Companhia deverão executar reforços e melhorias nas instalações de transmissão, objeto dos respectivos contratos, nos termos da regulamentação específica, auferindo as correspondentes receitas a serem estabelecidas pela ANEEL. As receitas decorrentes dos reforços e melhorias, inclusive aquelas relacionadas a novos padrões de desempenho técnico determinados pela ANEEL, serão revisadas, periodicamente na mesma data da RAP.

A controlada indireta da Companhia, SPE 08, possui reforços e melhorias autorizados:

- Em 09 de novembro 2021, a ANEEL por meio da REA nº 10.861/2021 autorizou a implantação de melhoria na instalação da SE Xingu autorizando a substituição do transformador 500/230/13,8 kV. A parcela da RAP estabelecida pela ANEEL é de R\$ 5.708 e o prazo de conclusão até 24 meses; e

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais)

- Em 11 de outubro de 2022, a ANEEL por meio da Despacho nº 2.940/2022 autorizou implantação de reforços na instalação de Altamira - Implementação do Sistema Especial de Proteção, contemplando o sistema de telecomunicação com aquisições de painel, equipamento de gerenciamento e supervisão (MUX), equipamentos de segurança (Firewalls) para rota B na LT 230 kV Xingu - Altamira C1. Prazo de conclusão de até 18 meses.

A controlada indireta da Companhia, SPE 01, em 31 de dezembro de 2023, possuía custos de construção que, referem-se aos reforços e melhorias em andamento, relacionados a REA nº 14.106/2023, com prazo de conclusão até 12 meses e Contrato de Concessão nº 07/2017.

A extinção da concessão implicará a reversão ao Poder Concedente dos bens vinculados ao serviço.

O contrato de concessão é classificado como ativos de contrato e passa a ser classificados como ativo financeiro após emissão do Aviso de Crédito (AVC).

4.2.1 Taxas regulamentares

Os encargos setoriais abaixo descritos fazem parte das políticas de governo para o setor elétrico e são todos definidos em Lei. Seus valores são estabelecidos por Resoluções ou Despachos da ANEEL, para efeito de recolhimento pelas concessionárias dos montantes cobrados dos consumidores por meio das tarifas de fornecimento de energia elétrica e estão classificados sob a rubrica encargos regulatórios a recolher no balanço patrimonial.

Conta de desenvolvimento energético (CDE)

Criada pela Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, com a finalidade de prover recursos para: i) o desenvolvimento energético dos Estados; ii) a competitividade da energia produzida a partir de fontes eólica, pequenas centrais hidrelétricas, biomassa, gás natural e carvão mineral, nas áreas atendidas pelos sistemas elétricos interligados; iii) promover a universalização do serviço de energia elétrica em todo o território nacional. O valor é fixado anualmente pela ANEEL em função da energia elétrica utilizada por unidades consumidoras conectadas às instalações de transmissão. Este valor é recolhido à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE e repassado às unidades consumidoras por intermédio da TUST (tarifa de uso do sistema de transmissão).

Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (PROINFA)

Instituído pela Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, tem o objetivo de aumentar a participação de fontes alternativas renováveis na produção de energia elétrica no país, tais como energia eólica (ventos), biomassa e pequenas centrais hidrelétricas. O valor é fixado em função da previsão de geração de energia elétrica pelas usinas integrantes do PROINFA. Este valor é recolhido à Eletrobras e repassado às unidades consumidoras por intermédio da TUST.

Pesquisa e Desenvolvimento (P&D)

As concessionárias de serviços públicos de distribuição, transmissão ou geração de energia elétrica, as permissionárias de serviços públicos de distribuição de energia elétrica e as autorizadas à produção independente de energia elétrica, excluindo-se, por isenção, aquelas que geram energia exclusivamente a partir de instalações eólica, solar, biomassa, co-geração qualificada e pequenas centrais hidrelétricas, devem aplicar, anualmente, um percentual de sua receita operacional líquida em projetos de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico do Setor de Energia Elétrica – P&D, segundo regulamentos estabelecidos pela ANEEL.

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais)

Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica (TFSEE)

Criada pela Lei 9.427/1996 incide sobre a produção, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica e conforme artigo 29 da Lei nº 12.783/2013, a TFSEE passou a ser equivalente a 0,4% do valor do benefício econômico anual.

4.3 Saneamento básico

4.3.1 Marco legal do saneamento básico

Em 15 de julho de 2020 foi publicada a Lei nº 14.026/2020 alterando o marco do saneamento básico do Brasil. Os principais pontos alterados foram: i) Regionalização: preferência da prestação regionalizada à prestação fragmentada; ii) Metas legais de universalização; iii) Regulação: atribuição a Agência Nacional de Água (“ANA”) para estabelecer diretrizes gerais regulatórias em contexto nacional, dando homogeneidade e segurança jurídica ao setor; iv) Concorrência: estabeleceu-se o princípio da seleção competitiva do prestador de serviço.

A controlada indireta Concessionária de Saneamento do Amapá SPE S.A. (CSA) tem se adaptado institucionalmente para atender a legislação vigente advinda do novo Marco Legal, bem como seus desdobramentos regulamentares complementares, considerando que a CSA esteve em fase de operação assistida até iniciar suas atividades operacionais em 13 de julho de 2022.

4.3.2 Reajuste tarifário

Em 13 de julho de 2023, a Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Estado do Amapá (“ARSAP”) homologou o reajuste tarifário da CSA em 6,79% (seis vírgula setenta e nove por cento), conforme Resolução Nº 003/2023, a ser percebido pelos consumidores da Concessionária no período de 1º de setembro de 2023 a 31 de agosto de 2024.

5 Caixa e equivalentes de caixa

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2023</u>	<u>2022</u>	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Caixa e depósitos bancários à vista	<u>489</u>	<u>616</u>	<u>271.827</u>	<u>197.430</u>
Equivalentes de caixa (a)				
Aplicação direta				
Certificado de Depósito Bancário – CDB	1.327.640	460.106	3.658.761	2.155.698
Operações compromissadas	-	-	380.940	520.842
Poupança	-	-	756	699
Fundo de investimento				
Cotas fundos de investimentos	-	-	-	36
Operações compromissadas	54.034	12	99.425	103.010
Certificado de Depósito Bancário – CDB	6.488	16	71.180	140.075
Títulos públicos	-	3	-	31.127
Fundo de investimento aberto	<u>411</u>	<u>-</u>	<u>129.359</u>	<u>17.445</u>
Subtotal de caixa e equivalentes	<u>1.388.573</u>	<u>460.137</u>	<u>4.340.421</u>	<u>2.968.932</u>
Total (b)	<u>1.389.062</u>	<u>460.753</u>	<u>4.612.248</u>	<u>3.166.362</u>

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais)

- (a) Referem-se a Fundos de Investimentos, Certificados de Depósitos Bancários – CDBs e Operações Compromissadas, de alta liquidez e possuem baixo risco de crédito. Tais aplicações estão disponíveis para utilização nas operações da Companhia e de suas controladas, prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e estão sujeitos a insignificante risco de mudança de valor, ou seja, são ativos financeiros com liquidez imediata. Adicionalmente, os fundos de investimento são investimentos em cotas (FIC), administrados pela instituição financeira, que aloca seus recursos em cotas de diversos fundos abertos de baixo risco, insignificante variação de rentabilidade e alta liquidez, não tendo participação relevante e gestão no patrimônio líquido do fundo aplicado, ou seja, sem exceder 10% do patrimônio líquido. Logo, esses investimentos são classificados como caixa e equivalentes de caixa, conforme CPC 03(R2)/IAS 7 - Demonstrações de Fluxo de Caixa; e
- (b) O aumento de caixa e equivalente de caixa ocorreu devido, principalmente, a transação de investimentos por aumento de capital de não controladores no valor de R\$ 3.403.000 na controlada Equatorial Distribuição, conforme descrito na nota explicativa nº 26.2 - Reservas de capital.

A carteira da Companhia e de suas controladas é remunerada pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e a rentabilidade média ponderada da carteira no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 equivale a 100,65% do CDI (99,48% do CDI em 31 de dezembro de 2022).

6 Aplicações financeiras

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Circulante				
Fundos de investimentos				
Cotas de fundos de investimento (a)	1.758.356	26.140	6.103.877	3.060.433
Cotas de fundos de investimento FIDC (b)	-	-	162.176	342.763
Títulos públicos	134.386	36	276.802	316.157
Letra financeira	78.574	34	149.420	296.067
Fundo de investimento aberto		368	754.195	508.793
Recursos vinculados (c)	-	-	178.969	190.221
Total circulante	1.971.316	26.578	7.625.439	4.714.434
Não circulante				
Recursos vinculados (c)	-	-	557.220	497.463
Contas centralizadoras	-	-	-	40.676
Total não circulante	-	-	557.220	538.139
Total	1.971.316	26.578	8.182.659	5.252.573

- (a) Os fundos de investimentos representam operações de baixo risco em instituições financeiras que devem ter rating mínimo de br AA-, cujos ativos dos fundos possuem vencimentos superiores a três meses e/ou são mantidos com a finalidade de investimentos para construção de projetos de infraestrutura na prestação dos serviços da concessão. São compostos por diversos ativos visando melhor rentabilidade, tais como: títulos de renda fixa, títulos públicos, operações compromissadas, debêntures, CDBs, entre outros, de acordo com a política de investimento da Companhia e de suas controladas. Adicionalmente, os fundos de investimento são aplicações em cotas (FIC), administrados pela instituição financeira, que aloca seus recursos em cotas de diversos fundos abertos com suscetibilidade de variação do valor. A Companhia e suas controladas não possuem gestão e controle direto sobre exposição, direitos, retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento e capacidade de utilizar seu poder para afetar o valor dos retornos sobre esses investimentos;
- (b) Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC) não exclusivo, sendo parte de seus recursos utilizados na operação de antecipação de títulos a pagar a fornecedores do Grupo Equatorial, conforme descrito na nota explicativa nº 17.1 – Fornecedores – Risco sacado; e
- (c) Referem-se às aplicações restritas a garantias de empréstimos e financiamentos, aplicados em títulos públicos e fundos lastreados em títulos públicos.

A carteira da Companhia e de suas controladas é remunerada pela variação do CDI e a rentabilidade média ponderada da carteira, no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, equivale a 102,41% do CDI (103,30% do CDI em 31 de dezembro de 2022).

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais)

7 Contas a receber de clientes (Consolidado)

7.1 Composição dos saldos

	2023				2022			
	Vencidos				Vencidos			
	A vencer	Mais de 90 dias		Total	A vencer	Mais de 90 dias		Total
Até 90 dias		dias	dias					
Residencial	1.206.867	1.005.284	2.944.275	5.156.426	876.152	792.867	2.578.006	4.247.025
Industrial	156.080	32.182	251.521	439.783	132.562	29.807	274.888	437.257
Comercial	498.337	167.913	680.337	1.346.587	421.777	142.286	653.237	1.217.300
Rural	155.526	106.525	340.695	602.746	116.287	85.162	294.069	495.518
Poder público	214.222	83.589	163.262	461.073	160.004	73.081	152.923	386.008
Iluminação pública	75.408	12.434	150.997	238.839	91.950	20.083	164.181	276.214
Serviço público	105.778	43.735	93.363	242.876	93.454	29.266	69.959	192.679
Contas a receber de consumidores faturados	2.412.218	1.451.662	4.624.450	8.488.330	1.892.186	1.172.552	4.187.263	7.252.001
Residencial	845.188	95.389	1.156.167	2.096.744	975.426	101.015	970.456	2.046.897
Industrial	72.506	6.883	68.315	147.704	76.997	3.507	65.727	146.231
Comercial	355.874	18.336	273.556	647.766	385.705	31.641	249.310	666.656
Rural	73.358	7.588	76.475	157.421	81.969	8.479	69.271	159.719
Poder público	364.537	15.929	131.851	512.317	382.733	11.607	117.877	512.217
Iluminação pública	179.316	4.008	22.001	205.325	155.470	21.838	29.250	206.558
Serviço público	90.024	3.341	10.743	104.108	63.680	4.293	9.292	77.265
Parcelamentos (a)	1.980.803	151.474	1.739.108	3.871.385	2.121.980	182.380	1.511.183	3.815.543
Contas a receber de consumidores não faturados (b)	1.401.295	-	-	1.401.295	1.158.654	-	-	1.158.654
Baixa renda (c)	255.532	-	-	255.532	203.849	-	-	203.849
Outras	711.547	-	-	711.547	1.042.487	-	-	1.042.487
Total	6.761.395	1.603.136	6.363.558	14.728.089	6.419.156	1.354.932	5.698.446	13.472.534
(-) Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (PECLD)	(599.006)	(223.785)	(4.632.627)	(5.455.418)	(558.756)	(180.053)	(3.995.598)	(4.734.407)
Total contas a receber clientes	6.162.389	1.379.351	1.730.931	9.272.671	5.860.400	1.174.879	1.702.848	8.738.127
Circulante				8.414.799				7.689.205
Não circulante				857.872				1.048.922

- (a) Os parcelamentos são referentes às renegociações de faturas em atraso e possuem juros de até 1% a.m. Os valores apresentados do contas a receber referentes aos parcelamentos estão líquidos do ajuste a valor presente no montante de R\$ 470.396 em 31 de dezembro de 2023, (R\$ 533.182 em 31 de dezembro de 2022), em contrapartida ao resultado financeiro;
- (b) Corresponde à energia elétrica distribuída, mas não faturada para os consumidores e o seu faturamento é efetuado tomando como base os ciclos de leitura, que em alguns casos após o exercício de encerramento contábil; e
- (c) O Governo Federal, por meio das Leis nº 12.212 e nº 10.438, determinou a aplicação da tarifa social de baixa renda com a finalidade de contribuir para a modicidade da tarifa de fornecimento de energia elétrica aos consumidores finais integrantes da subclasse residencial baixa renda.

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais)

7.2 Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (PECLD)

	<u>2022</u>	<u>Provisões/ Reversões (b)</u>	<u>Baixas (c)</u>	<u>2023</u>
Contas a receber de consumidores faturados	(2.897.838)	(429.969)	48.168	(3.279.639)
Parcelamentos	(1.676.998)	(253.100)	(4.434)	(1.934.532)
Contas a receber de consumidores não faturados	(31.889)	(4.885)	-	(36.774)
Outras (a)	(127.682)	(80.182)	3.391	(204.473)
Total	<u>(4.734.407)</u>	<u>(768.136)</u>	<u>47.125</u>	<u>(5.455.418)</u>

	<u>2021</u>	<u>Provisões/ Reversões</u>	<u>Baixas</u>	<u>Aquisição (d)</u>	<u>2022</u>
Contas a receber de consumidores faturados	(3.011.977)	(24.132)	386.651	(248.380)	(2.897.838)
Parcelamentos	(1.531.341)	(105.212)	99.339	(139.784)	(1.676.998)
Contas a receber de consumidores não faturados	(30.623)	2.185	-	(3.451)	(31.889)
Outras	(83.984)	(68.414)	24.716	-	(127.682)
Total	<u>(4.657.925)</u>	<u>(195.573)</u>	<u>510.706</u>	<u>(391.615)</u>	<u>(4.734.407)</u>

- (a) A rubrica de outras perdas estimadas é composta, principalmente, por: multas sobre o consumo irregular, auto religação e inadimplência, conforme previsto na Resolução ANEEL nº 456 de 29 de novembro de 2000;
- (b) As provisões e reversões do exercício estão apresentadas pelo valor líquido, o qual gerou uma provisão de R\$ 721.011, com impacto de R\$ 705.747 no resultado operacional, conforme nota explicativa nº 28 – Custos do serviço e despesas operacionais, e R\$ 15.264 no resultado financeiro;
- (c) Referente a reversão da PECLD de títulos vencidos há mais de 10 anos, que foram efetivamente baixados do contas a receber; e
- (d) Em 2022, os saldos são provenientes da distribuidora Equatorial Goiás S.A. Para mais detalhes, ver nota explicativa nº 3.1.1 - Combinações de negócios.

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação

31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais)

8 Valores a receber (devolver) da parcela A e outros itens financeiros (Consolidado)

	<u>2022</u>	<u>Constituição</u>	<u>Amortização</u>	<u>Atualização</u>	<u>Constituições com efeito caixa</u>	<u>Créditos de PIS/COFINS</u>	<u>Reclassificação</u>	<u>2023</u>
Parcela A								
CDE - Conta de desenvolvimento energético	566.998	(74.302)	(529.544)	30.411	-	-	(199)	(6.636)
PROINFA - Programa de incentivo às fontes alternativas de energia elétrica	135.350	(26.179)	(167.256)	834	-	-	(151)	(57.402)
Rede básica	534.953	(33.007)	(3.402)	54.038	-	-	(784)	551.798
Compra de energia CVA (a)	(444.741)	(544.177)	(70.181)	(125.948)	-	-	(5.852)	(1.190.899)
ESS - Encargos do serviço do sistema (b)	519.997	5.843	(199.069)	50.378	-	-	(1.169)	375.980
Transporte Itaipu	13.750	22.034	(4.344)	2.500	-	-	(38)	33.902
(-) Repasses da Conta-Covid – Parcela A	77	84	(8.125)	(118)	(75)	-	(832)	(8.989)
	<u>1.326.384</u>	<u>(649.704)</u>	<u>(981.921)</u>	<u>12.095</u>	<u>(75)</u>	<u>-</u>	<u>(9.025)</u>	<u>(302.246)</u>
Itens financeiros								
Sobrecontratação de energia (c)	286.755	(44.531)	125.859	27.952	(19.949)	-	848	376.934
Neutralidade	(100.214)	(78.693)	(128.923)	(18.882)	-	-	-	(326.712)
Ultrapassagem de demanda e reativo excedente	(224.330)	(122.181)	104.903	(17.957)	(2.199)	-	(9.805)	(271.569)
Risco hidrológico (d)	(785.627)	(60.003)	184.864	(51.662)	-	-	-	(712.428)
Compensação créditos PIS/COFINS (e)	1.046	-	2.065.739	49.539	-	(2.060.221)	-	56.103
(-) Repasses da Conta-Covid – Parcela A	(20.530)	(3.430)	1.583	(214)	-	-	(3.749)	(26.340)
Empréstimo escassez hídrica (f)	(429.615)	128.836	342.432	(4.314)	-	-	(138.444)	(101.105)
CDE Modicidade Tarifária – Empréstimo (g)	(370.137)	123.910	389.948	(23.891)	(78.526)	-	(156.353)	(115.049)
Reposicionamento Tarifário - RTD	-	27.359	-	1.992	-	-	-	29.351
Outros (h)	(114.063)	170.875	(389.716)	(54.714)	53.786	-	388.837	55.005
	<u>(1.756.715)</u>	<u>142.142</u>	<u>2.696.689</u>	<u>(92.151)</u>	<u>(46.888)</u>	<u>(2.060.221)</u>	<u>81.334</u>	<u>(1.035.810)</u>
Total	<u>(430.331)</u>	<u>(507.562)</u>	<u>1.714.768</u>	<u>(80.056)</u>	<u>(46.963)</u>	<u>(2.060.221)</u>	<u>72.309</u>	<u>(1.338.056)</u>
Circulante								
Valores a receber	394.179							97.933
Valores a devolver	(195.764)							(479.822)
Efeito líquido	<u>198.415</u>							<u>(381.889)</u>
Não circulante								
Valores a receber	61.921							16.277
Valores a devolver	(690.667)							(972.444)
Efeito líquido	<u>(628.746)</u>							<u>(956.167)</u>
Efeito líquido total	<u>(430.331)</u>							<u>(1.338.056)</u>

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação

31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>2021</u>	<u>Constituição</u>	<u>Amortização</u>	<u>Atualização</u>	<u>Constituições com efeito caixa</u>	<u>Créditos de PIS/COFINS</u>	<u>Reclassificação</u>	<u>Aquisição</u>	<u>2022</u>
Parcela A									
CDE - Conta de desenvolvimento energético	38.172	23.748	238.092	24.772	-	-	-	242.214	566.998
PROINFA - Programa de incentivo às fontes alternativas de energia elétrica	35.227	(8.749)	54.040	9.591	-	-	-	45.241	135.350
Rede básica	403.421	(75.292)	90.317	42.201	-	-	-	74.306	534.953
Compra de energia CVA	1.154.326	(619.844)	(908.169)	45.929	-	-	(1.702)	(115.281)	(444.741)
ESS - Encargos do serviço do sistema	1.437.164	(1.070.050)	7.920	97.465	-	-	-	47.498	519.997
Transporte Itaipu	86	3.476	202	263	-	-	-	9.723	13.750
(-) Repasses da Conta-Covid – Parcela A	(292.908)	-	324.179	(9.180)	-	-	(22.014)	-	77
	<u>2.775.488</u>	<u>(1.746.711)</u>	<u>(193.419)</u>	<u>211.041</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(23.716)</u>	<u>303.701</u>	<u>1.326.384</u>
Itens financeiros									
Sobrecontratação de energia	(295.193)	413.595	139.417	(4.645)	-	-	(10.027)	43.608	286.755
Neutralidade	25.270	(1.492)	(86.915)	(1.090)	-	-	-	(35.987)	(100.214)
Ultrapassagem de demanda e reativo excedente	(272.067)	(62.422)	129.265	(19.106)	-	-	-	-	(224.330)
Acordo bilateral	164	-	14	-	-	-	(26)	38.233	38.385
Risco hidrológico	(337.676)	98.212	(202.696)	(13.649)	-	-	(8.148)	(321.670)	(785.627)
(-) Repasses da Conta-Covid – Parcela A	(198.837)	(1.397)	156.423	(1.808)	-	-	25.089	-	(20.530)
Compensação créditos PIS/COFINS	-	-	1.287.835	-	-	(1.286.789)	-	-	1.046
Empréstimo escassez hídrica	-	381.428	42.647	(28.780)	(758.566)	-	-	(66.344)	(429.615)
CDE Modicidade Tarifária – Empréstimo	-	-	102.401	-	(472.538)	-	-	-	(370.137)
Diferimento Reajuste Tarifário	(91.133)	91.133	-	-	-	-	-	(46.814)	(46.814)
Saldo a compensar	(99.101)	-	99.101	-	-	-	-	-	-
Outros	(146.852)	(212.557)	236.541	27.544	(3.140)	-	14.899	(22.069)	(105.634)
	<u>(1.415.425)</u>	<u>706.500</u>	<u>1.904.033</u>	<u>(41.534)</u>	<u>(1.234.244)</u>	<u>(1.286.789)</u>	<u>21.787</u>	<u>(411.043)</u>	<u>(1.756.715)</u>
Total	<u>1.360.063</u>	<u>(1.040.211)</u>	<u>1.710.614</u>	<u>169.507</u>	<u>(1.234.244)</u>	<u>(1.286.789)</u>	<u>(1.929)</u>	<u>(107.342)</u>	<u>(430.331)</u>
Circulante									
Valores a receber	698.729								394.179
Valores a devolver	-								(195.764)
Efeito líquido ativo	<u>698.729</u>								<u>198.415</u>
Não circulante									
Valores a receber	697.926								61.921
Valores a devolver	(36.592)								(690.667)
Efeito líquido ativo / passivo	<u>661.334</u>								<u>(628.746)</u>
Efeito líquido total	<u>1.360.063</u>								<u>(430.331)</u>

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Valores expressos em milhares de reais)

- (a) O saldo da CVA de energia teve como movimentação: (i) as constituições positivas dos custos com efeito de disponibilidade, risco hidrológico e exposição financeira repassados às distribuidoras, para atendimento do mercado no montante de R\$ 852.993, e das constituições negativas de R\$ 1.397.170, resultando o movimento líquido de constituição negativa de R\$ 544.177. O impacto negativo da amortização do componente financeiro desse item para o exercício de 2023 foi de R\$ 70.181;
- (b) O ESS (Encargo de Serviço do Sistema) está relacionado ao pagamento de usinas térmicas despachadas e que operam com o preço de compra acima do PLD (Preço de Liquidação das Diferenças). O ONS (Operador Nacional do Sistema) aciona despachos das térmicas de forma a garantir a segurança energética do sistema. No processo tarifário das controladas da Companhia, o valor de previsão desse encargo concedido pela ANEEL foi inferior aos custos efetivamente pagos, com isso, até o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a conta de Encargos de Serviços de Sistema (ESS) resultou em uma constituição ativa de R\$ 5.843. O impacto negativo da amortização no exercício foi de R\$ 199.069;
- (c) A constituição do saldo negativo R\$ 44.531 deve-se à venda no mercado de curto prazo a um PLD médio inferior ao preço médio de compra de energia da distribuidora. O impacto da amortização no exercício foi de R\$ 125.859;
- (d) Reconhecimento antecipado dos custos de compra de energia elétrica associados aos riscos hidrológicos, conforme previsto no PRORET submódulo 4.4 – demais componentes financeiros, item 5.11. A previsão de risco hidrológico definida no processo tarifário será revertida no processo tarifário subsequente, devidamente atualizada. Em 31 de dezembro de 2023, o montante era negativo de R\$ 712.428;
- (e) Deve-se à amortização dos valores oriundos de créditos decorrentes da exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/PASEP e da COFINS, conforme previsto no Despacho nº361 de 9 de fevereiro de 2021. Após a homologação do processo de reajuste e revisão tarifária das controladas da Companhia, foi amortizado o montante de R\$ 2.065.739, sendo, a maior concentração dessa amortização na controlada indireta Equatorial Goiás, cujo valor representa R\$ 654.194.
- (f) Valor referente ao repasse de recursos da Conta Escassez Hídrica para as distribuidoras, para cobertura dos itens previstos no art. 2º da Resolução Normativa ANEEL nº 1.008, de 15 de março de 2022, com os seguintes itens: 1) Estimativa do saldo da Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias para a competência de abril de 2022; 2) Custos associados ao Programa de Incentivo à Redução Voluntária do Consumo de Energia Elétrica de que trata a Resolução nº 2, de 31 de agosto de 2021, da Câmara de Regras Excepcionais para Gestão Hidroenergética – CREG; 3) Custo da importação de energia em decisão homologada pela CREG referente às competências de julho e agosto de 2021; 4) Diferimentos de que trata o § 1º-I do art. 13 da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002; 5) Receita fixa referente às competências de maio a dezembro de 2022 do Procedimento Competitivo Simplificado - PCS de 2021, conforme decisão da ANEEL. O prazo para a realização desse recurso é com base no reconhecimento desses valores nos reajustes ou revisões tarifárias de cada controlada e obedece ao ciclo tarifário de 12 meses, podendo ser prorrogado por mais 12 meses. Em 31 de dezembro de 2023 o saldo passivo era de R\$ 101.105;
- (g) Refere-se ao valor recebido das controladas distribuidoras, aportado pela Eletrobras ou por suas subsidiárias nos termos da Resolução CNPE nº 15, de 2021, repassados às concessionárias e permissionárias de distribuição de energia elétrica, até 29 de julho de 2022, nas contas correntes vinculadas ao repasse de Modicidade Tarifária da Conta de Desenvolvimento Energético – CDE, por meio do Despacho nº 1.959/ANEEL de 21 de julho de 2022. O impacto da amortização desse item foi de R\$ 389.948; e
- (h) A movimentação refere-se, principalmente, da repactuação ITAIPÚ (nos termos do Decreto nº 10.665/2021 e a Resolução Homologatória nº 2.969/2021) da controlada indireta CEEE-D, sendo um item novo no reajuste/revisão ocorrido em 2023.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, as controladas da Companhia reconheceram o montante de R\$ 126.332 (R\$ 1.121.319 em 31 de dezembro de 2022) de bandeira tarifária, sendo que R\$ 1.072 (R\$ 948.633 em 31 de dezembro de 2022) obtidos por meio de bandeira tarifária via faturamento junto aos clientes e R\$ 125.260 (R\$ 172.686 em 31 de dezembro de 2022) recebendo via Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeira Tarifárias – CCRBT. A bandeira tarifária foi criada por meio do Decreto nº 8.401/2015 e administrada pela Câmara de Comercialização de Energia – CCEE.

9 Impostos e contribuições a recuperar (Consolidado)

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Circulante		
ICMS a recuperar (CIAP) (a)	422.194	396.152
PIS e COFINS a recuperar (ICMS) (b)	1.195.500	878.836
PIS e COFINS	43.342	95.706
Outros	<u>39.538</u>	<u>55.998</u>
Total circulante	<u>1.700.574</u>	<u>1.426.692</u>
Não circulante		
ICMS a recuperar (CIAP) (a)	812.943	671.802
PIS e COFINS a recuperar (ICMS) (b)	1.866.503	2.754.975
Outros	<u>66.579</u>	<u>64.461</u>
Total não circulante	<u>2.746.025</u>	<u>3.491.238</u>
Total impostos e contribuições a recuperar	<u>4.446.599</u>	<u>4.917.930</u>

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais)

- (a) As controladas da Companhia possuem impostos a recuperar referentes à créditos de ICMS sobre aquisição de materiais destinados ao ativo operacional, apropriados à proporção de 1/48 avos; e
- (b) A controlada direta Equatorial Alagoas e as controladas indiretas CEEE-D, CEA e Equatorial Goiás, possuem ativo referente a PIS/COFINS a recuperar de R\$ 3.062.003 (R\$ 3.633.366 em 31 de dezembro de 2022), líquido de compensação com impostos federais, após publicação do Acórdão do julgamento do Recurso extraordinário julgado pelo Supremo Tribunal Federal (STF), e suportado pelo trânsito em julgado da ação, conforme nota explicativa nº 25 – PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores. Este saldo será realizado mediante compensação dos seguintes tributos federais: imposto de renda e contribuição social, PIS e COFINS e retenções federais. Adicionalmente, a controlada indireta Equatorial Telecom, possui um saldo de R\$ 459 em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 445 em 31 de dezembro de 2022).

10 Partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia e suas controladas possuem transações com partes relacionadas, principalmente, dos empréstimos, dividendos, entre outros, com as empresas descritas abaixo:

Empresas	Notas	Controladora			
		2023		2022	
		Ativo (passivo)	Efeito no resultado receita (despesa)	Ativo (passivo)	Efeito no resultado receita (despesa)
Outras contas a receber					
Controladas indiretas					
Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.	(a)	6.599	17.212	2.744	2.744
Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.	(a)	7.789	27.753	5.381	5.381
Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.	(a)	4.649	19.024	4.439	4.439
Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D	(a)	10.878	35.152	5.548	5.548
Companhia de Eletricidade do Amapá - CEA	(a)	6.437	14.366	2.153	2.153
Equatorial Transmissora 4 SPE S.A.	(a)	3.290	11.554	2.353	2.353
Equatorial Transmissora 5 SPE S.A.	(a)	-	416	167	167
Equatorial Transmissora 6 SPE S.A.	(a)	1.616	5.676	1.156	1.156
Equatorial Transmissora 7 SPE S.A.	(a)	-	67	323	323
Equatorial Transmissora 8 SPE S.A.	(a)	-	114	553	553
Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A.	(a)	23.521	33.266	-	-
Concessionária de Saneamento do Amapá SPE S.A.	(a)	-	204	573	573
Subtotal		64.779	164.442	25.390	25.390
Controlada direta					
Equatorial Alagoas Distribuidora de Energia S.A.	(a)	2.252	7.850	1.421	1.421
Subtotal		2.252	7.850	1.421	1.421
Outras contas a receber - Intercompany					
Controladas indiretas					
Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.	(i)	499	499	-	-
Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.	(i)	1.018	1.018	-	-
Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.	(i)	1.272	1.272	-	-
Subtotal		2.789	2.789	-	-
Controlada direta					
Equatorial Transmissão S.A.	(i)	461	461	-	-
Equatorial Alagoas Distribuidora de Energia S.A.	(i)	360	360	-	-
Subtotal		821	821	-	-
Total		70.641	175.902	26.811	26.811
Mútuos					
Controladas indiretas					
Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A.	(b)	-	489	-	-
Equatorial Transmissão SPE 03 S.A.	(c)	-	1.311	17.485	2.025
Total		-	1.800	17.485	2.025
Recuperação judicial					
Controladas indiretas					
Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.	(d)	129.055	941	130.785	10.864
Total		129.055	941	130.785	10.864

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais)

Empresas	Notas	Consolidado			
		2023		2022	
		Ativo (passivo)	Efeito no resultado receita (despesa)	Ativo (passivo)	Efeito no resultado receita (despesa)
Dividendos a receber					
Controladas diretas					
Equatorial Transmissão S.A.		47.302	-	36.962	-
Equatorial Distribuição S.A.		16.220	-	146.256	-
Integração Transmissora de Energia S.A - INTESA		2.943	-	8.474	-
Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.		-	-	124.018	-
Equatorial Alagoas Distribuidora de Energia S.A.		81.369	-	66.700	-
Total		147.834	-	382.410	-
Devolução de capital social a liquidar					
Controladas diretas					
Equatorial Distribuição S.A.	(e)	-	-	312.647	-
Total		-	-	312.647	-
Outros créditos a receber					
Entidade é plano de benefício pós-emprego					
Equatorial Energia Fundação de Previdência	(f)	-	-	13	-
Total		-	-	13	-
Outras contas a pagar					
Entidade é plano de benefício pós-emprego					
Equatorial Energia Fundação de Previdência	(f)	-	2.773	-	(5.697)
Total		-	2.773	-	(5.697)
Fornecedores					
Outros tipos de partes relacionadas					
Instituto Equatorial	(g)	(29.180)	(39.108)	(6.289)	(7.835)
Total		(29.180)	(39.108)	(6.289)	(7.835)
Valores a pagar de acordo com plano de recuperação judicial					
Outros tipos de partes relacionadas					
Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobras	(h)	(545.166)	(50.261)	(513.942)	(49.971)
Total		(545.166)	(50.261)	(513.942)	(49.971)

- (a) Em 16 de setembro de 2022, foi assinado Instrumento Particular de Remuneração pela Prestação de Garantia Corporativa (fiança/aval), entre as controladas (Contratantes) e a Companhia (Contratada), com o objetivo de remunerar as garantias prestadas sob forma de fiança/aval em contratos. A prestação da garantia possui uma remuneração equivalente a 1% (um por cento) ao ano, *pro rata*, incidente sobre o saldo devedor do título ou contrato garantido;
- (b) Em 06 de janeiro 2023, foi assinado Instrumento Particular de Mútuo, entre Equatorial Goiás e a Companhia no montante de R\$ 25.141 ao custo de CDI + 1,50% a.a., com vencimento final em 27 de fevereiro de 2023;
- (c) Empréstimo mútuo realizado entre a Equatorial Transmissão 03 e a Companhia no montante de R\$ 15.000 a taxa correspondente de 105,5% CDI a.a., com vigência de 24 (vinte e quatro) meses, contados de 15 de julho de 2021;
- (d) Valores provenientes da aquisição direta ou indireta dos créditos constantes no Plano de Recuperação Judicial da Equatorial Pará;
- (e) Conforme a ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 26 de outubro de 2022, foi autorizada a redução de capital da controlada Equatorial Distribuição em R\$ 347.000, dos quais R\$ 312.647 são referentes à Companhia, cujo recebimento aconteceu em janeiro de 2023;
- (f) Os valores com a EQTPREV são provenientes das contribuições da patrocinadora das controladas indiretas Equatorial Maranhão, Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica e controladas diretas Equatorial Piauí e Equatorial Alagoas com sua Fundação de Previdência Complementar;
- (g) Os valores com o Instituto Equatorial referem-se a projetos de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) e Programa de Eficiência Energética (PEE), de gestão corporativa, com a controlada diretas Equatorial Alagoas e as controladas indiretas Equatorial Piauí, Equatorial Pará, Equatorial Maranhão e SPEs 01 a 08;

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais)

- (h) Em 1º de dezembro de 2014, o Juiz da 13ª Vara Civil de Belém decretou, com fundamento no que dispõe os arts. 61 e 63 da Lei 11.102/05, após manifestação do Administrador Judicial e do Ministério Público, como encerrada a recuperação judicial da controlada Equatorial Pará. Essas obrigações só se encerram com seu cumprimento integral, a Centrais Elétricas Brasileiras S.A.- Eletrobras, é detentora de créditos homologados no valor de R\$ 423.463, que serão quitados da seguinte forma: (i) carência para pagamento de principal e juros até agosto de 2019, com juros capitalizados; (ii) juros de 6% a.a. e pagos semestralmente a partir do último dia de setembro de 2019, e incidentes sobre o valor do saldo do principal; e (iii) pagamento do principal: (iii.a) de março de 2027 a setembro de 2030, inclusive, amortizações correspondentes a 5% a.a. do principal em parcelas semestrais; (iii.b) de março de 2031 a setembro de 2033, inclusive, amortizações correspondentes a 10% a.a. do principal ao ano, em parcelas semestrais; (iii.c) em setembro de 2034, o saldo de 50% (cinquenta por cento) do principal; e
- (i) Refere-se ao contrato de compartilhamento de Recursos Humanos e Infraestrutura administrativa cujo reembolso resulta do compartilhamento das despesas condominial, de informática e telecomunicações e, de despesas de recursos humanos, pelo critério regulatório de rateio, nos termos do artigo nº 12 do módulo V da Resolução Normativa da ANEEL nº 948/2021.

Além das operações apresentadas acima, as controladas da Companhia possuem transações, entre si, referentes a compartilhamentos de despesas e arrendamentos, compra e venda de bens e materiais *intercompany*, bens cedidos em comodato, prestação de serviços de telecomunicações e de uso do sistema de transmissão, entre outros, cujos saldos patrimoniais e de resultado, são eliminados de forma integral, nas demonstrações contábeis consolidadas.

10.1 Remuneração de pessoal-chave da Administração

O pessoal-chave da Administração inclui o Comitê de Auditoria Estatutário, Conselho de Administração e Fiscal, o Presidente e Diretores. A remuneração foi fixada em até R\$ 29.100, conforme Assembleia Geral Ordinária, realizada em 28 de abril de 2023 (R\$ 20.000 em 29 de abril de 2022).

Os diretores da Companhia não mantêm nenhuma operação de empréstimos, adiantamentos e outros com a Companhia e suas controladas.

Em 31 de dezembro 2023 e 2022, a Companhia e suas controladas não possuem remuneração na categoria de benefícios de rescisão de contrato de trabalho para suas pessoas chave da Administração.

Os benefícios pós-emprego estão descritos na nota explicativa nº 31 – Benefício pós-emprego e referem-se aos planos de benefícios de aposentadoria e pensão com o objetivo de complementar e suplementar os benefícios pagos pelo sistema oficial da previdência social.

Os diretores executivos possuem o benefício de planos de opção de compra de ações e pagamento baseado em ações. As datas de vencimento e os preços de exercício das opções de compra de ações pelos diretores executivos e detalhes adicionais do plano estão apresentados na nota explicativa nº 26.7 – Planos de opção de compra de ações.

Proporção de cada elemento na remuneração total paga, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023:

	<u>2023</u>	<u>%</u>
Total Remuneração fixa anual	9.124	35%
Salário ou Pró-labore	9.001	35%
Benefícios diretos e indiretos	<u>123</u>	<u>0%</u>
Total Remuneração variável (bônus)	6.250	24%
Total Remuneração baseada em ações	10.598	41%
Benefícios pós emprego	19	0%
Valor total da remuneração	<u>25.991</u>	<u>100%</u>

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais)

10.2 Garantias

A Companhia presta garantia como avalista ou fiadora das controladas nas apólices de seguros e fianças sem ônus ou remuneração e nos contratos de empréstimos e financiamentos com remuneração em 1% a.a. sobre o saldo devedor. As garantias estão descritas nas notas explicativas nº 18.2 e 19.2.

11 Investimentos

As principais informações sobre os investimentos nas controladas estão conforme a seguir demonstradas:

	Participação em 2023	Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022
Avaliados por equivalência patrimonial:					
Equatorial Distribuição (a) (b) (c)	74,21%	7.569.671	4.568.336	-	-
Equatorial Piauí (b)	-	-	2.109.909	-	-
Equatorial Alagoas (c)	77,39%	1.819.331	2.069.749	-	-
Equatorial Serviços	100,00%	100.712	167.170	-	-
Equatorial Transmissão	100,00%	11.186.361	9.618.977	-	-
INTESA (d)	100,00%	-	317.271	-	-
Equatorial Participações	100,00%	759.442	1.308.023	-	-
Equatorial Participações II	100,00%	238.721	194.032	-	-
Equatorial Participações III	100,00%	(225.202)	(78.369)	-	-
Equatorial Participações IV	100,00%	101	-	-	-
Subtotal		21.449.137	20.275.098	-	-
Outros investimentos		-	-	24.546	27.047
Efeito líquido total		21.449.137	20.275.098	24.546	27.047
Total investimentos		21.674.339	20.353.467	24.546	27.047
Provisão para perda em investimento (e)		(225.202)	(78.369)	-	-

- (a) A equivalência patrimonial tomada sobre o resultado do exercício leva em consideração a participação econômica de acordo com item B95 e B96 do CPC 36/IFRS 10, ou seja, a Companhia calcula sua parcela de lucros e prejuízos após efetuar ajustes para refletir os dividendos sobre essas ações, tenham ou não esses dividendos sido declarados;
- (b) Transferência da totalidade das ações da Equatorial Piauí, representativas de 94,94% do capital social, de titularidade da Companhia, para a Equatorial Distribuição S.A., conforme nota explicativa nº 1.2 – Acordo de acionistas. Adicionalmente houve diluição da participação da Equatorial Energia na Equatorial Distribuição, que saiu de 90,15% para 79,17%;
- (c) Transferência de 19% da totalidade das ações da Equatorial Alagoas, de titularidade da Companhia, para a Equatorial Distribuição S.A., conforme nota explicativa 1.2 – Acordo de acionistas. Adicionalmente houve diluição da participação da Equatorial Energia na Equatorial Distribuição, que saiu de 79,17% para 74,21%;
- (d) Reclassificação para ativo não circulante mantido para venda. Para mais detalhes, verificar a nota explicativa nº 16 – Ativo não circulante mantido para venda; e
- (e) Representado pelo investimento indireto na CSA, que apresenta passivo a descoberto. Não houve necessidade de constituir *impairment* sobre os ativos da CSA, uma vez que existem projeções de recuperabilidade. A Companhia realizou avaliação de perda ao valor recuperável, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, conforme nota explicativa nº 14.2 – Avaliação de *Impairment*, e espera que a controlada indireta, adquirida em dezembro de 2021, conclua o processo o “*turn around*” nos próximos 7 anos e passe a apresentar patrimônio líquido positivo.

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais)

11.1 Movimentação dos investimentos em controladas - Controladora

	2022	Aumento de capital	Reorganização societária (a)	Acordo acionário (a)	Dividendos mínimos	Dividendos adicionais	Resultado de equivalência patrimonial	Outros resultados abrangentes	Mudança na participação relativa em controladas	Stock options	Reclassificação (b)	2023
Controladas												
Equatorial Distribuição	4.568.336	-	2.585.592	(2.497.957)	(1.030.640)	(121.079)	2.452.820	58.422	1.545.612	8.565	-	7.569.671
Equatorial Piauí	2.109.909	-	(2.124.622)	-	-	-	21.380	(6.667)	-	-	-	-
Equatorial Alagoas	2.069.749	-	(460.970)	-	(84.863)	(46.940)	318.854	22.358	-	1.143	-	1.819.331
Equatorial Serviços	167.170	-	-	-	-	(40.000)	(25.425)	(976)	-	(57)	-	100.712
Equatorial Transmissão	9.618.977	1.108.000	-	-	(47.303)	-	502.786	3.283	-	618	-	11.186.361
INTESA	317.271	-	-	-	(2.943)	-	43.564	-	-	-	(357.892)	-
Equatorial Participações	1.308.023	11.100	-	-	-	-	(412.649)	(149.407)	-	2.375	-	759.442
Equatorial Participações II	194.032	-	-	-	-	-	36.991	7.698	-	-	-	238.721
Equatorial Participações III	(78.369)	40.000	-	-	-	-	(187.406)	-	-	573	-	(225.202)
Equatorial Participações IV	-	100	-	-	-	-	1	-	-	-	-	101
Efeito líquido total	20.275.098	1.159.200	-	(2.497.957)	(1.165.749)	(208.019)	2.750.916	(65.289)	1.545.612	13.217	(357.892)	21.449.137
Total de investimentos	20.353.467											21.674.339
Total de provisão para perda em investimento	(78.369)											(225.202)

	2021	Aquisição de investimentos	Aumento de capital	Redução de capital	Dividendos mínimos	Dividendos adicionais	Resultado de equivalência patrimonial	Alienação de participação societária	Outros resultados abrangentes	Mudança na participação relativa em controladas	Stock options	2022
Controladas												
Equatorial Distribuição	4.577.589	-	-	(763.530)	(385.452)	(486.091)	1.625.173	-	(14.909)	-	15.556	4.568.336
Equatorial Piauí	2.013.598	36	-	-	(49.227)	-	162.050	-	(19.518)	(23)	2.993	2.109.909
Equatorial Alagoas	2.093.378	82	-	-	(66.700)	(247.176)	273.636	-	14.271	365	1.893	2.069.749
Geradora de Energia do Maranhão	126.377	-	-	-	-	-	-	(126.377)	-	-	-	-
Equatorial Serviços	193.057	-	-	-	-	(2.681)	(24.039)	-	930	(395)	298	167.170
Equatorial Transmissão	2.338.756	-	7.034.084	-	(34.086)	(54.450)	349.130	-	(15.715)	-	1.258	9.618.977
INTESA	304.374	-	-	-	(203)	(9.130)	22.230	-	-	-	-	317.271
Equatorial Participações	(17.039)	-	1.544.000	-	-	-	(389.582)	-	169.919	-	725	1.308.023
Equatorial Participações II	342.075	-	-	-	-	-	(112.676)	-	(35.369)	2	-	194.032
Equatorial Participações III	29.049	-	-	-	-	-	(108.141)	-	-	-	723	(78.369)
Efeito líquido total	12.001.214	118	8.578.084	(763.530)	(535.668)	(799.528)	1.797.781	(126.377)	99.609	(51)	23.446	20.275.098
Total de investimentos	12.018.253											20.353.467
Total de Provisão para perda em investimentos	(17.039)											(78.369)

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação

31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais)

- (a) Transferência da totalidade das ações da Equatorial Piauí, representativas de 94,94% do capital social, de titularidade da Companhia, para a Equatorial Distribuição S.A., conforme nota explicativa 1.2 – Acordo de acionistas. Adicionalmente houve diluição da participação da Equatorial Energia na Equatorial Distribuição, que saiu de 90,15% para 79,17% e transferência de 19% da totalidade das ações da Equatorial Alagoas, de titularidade da Companhia, para a Equatorial Distribuição S.A., conforme nota explicativa n° 1.2 – Acordo de acionistas. Adicionalmente houve diluição da participação da Equatorial Energia na Equatorial Distribuição, que saiu de 79,17% para 74,21%; e
- (b) Reclassificação para ativo não circulante mantido para venda de acordo com o CPC 31/IFRS 5. O valor considera a participação societária no PL da INTESA menos contas a pagar associado à época da aquisição. Para mais detalhes, verificar a nota explicativa n° 16 – Ativo não circulante mantido para venda.

11.2 Informações das controladas --Controladora

A Companhia apresenta abaixo a posição de suas controladas.

Saldos em 2023	Participação societária	Balanco patrimonial					Resultado em 2023					
		Circu ante		N: o circulante		Patrimônio líquido	Receita líquida	Lucro bruto	Receitas/despesas operacionais	Resultado financeiro líquido	Imp. Renda contribuição social	Resultado líquido do exercício
		Ativo	Passivo	Ativo	Passivo							
Equatorial Distribuição	74,21%	577.933	244.197	9.685.995	-	10.019.731	-	-	2.944.798	(1.928)	(1.615)	2.941.255
Equatorial Alagoas	77,39%	1.345.207	820.404	3.131.957	2.269.316	1.387.444	3.062.974	813.635	(250.601)	(150.938)	(35.251)	376.845
Equatorial Serviços	100,00%	102.359	37.363	43.230	7.606	100.620	172.880	88.153	(103.891)	4.185	(13.964)	(25.517)
Equatorial Transmissão	100,00%	933.073	335.853	11.521.053	931.912	11.186.361	-	-	583.158	(80.372)	-	502.786
Equatorial Participações	100,00%	153.145	69	606.366	-	759.442	-	-	(417.033)	4.384	-	(412.649)
Equatorial Participações II	100,00%	518	3	238.206	-	238.721	-	-	36.939	55	(3)	36.991
Equatorial Participações III	100,00%	616	23	-	225.795	(225.202)	-	-	(187.789)	383	-	(187.406)
Equatorial Participações IV	100,00%	104	3	-	-	101	-	-	(7)	8	-	1
		3.112.955	1.437.915	25.226.807	3.434.629	23.467.218	3.235.854	901.788	2.605.574	(224.223)	(50.833)	3.232.306

Saldos em 2022	Participação societária	Balanco patrimonial					Resultado em 2022					
		Circulante		Não circulante		Patrimônio líquido	Receita líquida	Lucro bruto	Receitas/despesas operacionais	Resultado financeiro líquido	Imp. renda contribuição social	Resultado líquido do exercício
		Ativo	Passivo	Ativo	Passivo							
Equatorial Distribuição	90,15%	692.799	519.871	4.911.624	-	5.084.552	-	-	1.906.937	3.058	(640)	1.909.355
Equatorial Piauí	94,94%	2.243.684	1.800.798	3.433.991	3.055.777	821.100	2.943.677	780.349	(368.161)	(157.586)	(29.344)	225.258
Equatorial Alagoas	96,39%	1.494.297	853.522	2.547.213	2.041.883	1.146.105	2.556.322	718.758	(323.798)	(5.843)	(69.366)	319.751
Equatorial Serviços	100,00%	61.409	15.364	128.006	6.881	167.170	93.727	56.419	(77.131)	1.983	(5.310)	(24.039)
Equatorial Transmissão	100,00%	377.036	129.921	10.328.489	956.627	9.618.977	-	-	441.666	(92.536)	-	349.130
INTESA	100,00%	410.413	123.676	696.507	727.802	255.442	147.325	83.259	(1.786)	(52.200)	(2.406)	26.867
Equatorial Participações	100,00%	6.911	192	1.301.304	-	1.308.023	-	-	(362.093)	(27.489)	-	(389.582)
Equatorial Participações II	100,00%	539	38	193.531	-	194.032	-	-	(112.745)	71	(2)	(112.676)
Equatorial Participações III	100,00%	811	75	-	79.105	(78.369)	-	-	(108.178)	93	(56)	(108.141)
		5.287.899	3.443.457	23.540.665	6.868.075	18.517.032	5.741.051	1.638.785	994.711	(330.449)	(107.124)	2.195.923

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais)

11.3 Conciliação dos investimentos—Controladora

Controladas	Participação no capital	Patrimônio da controlada	Resultado	Equivalência patrimonial (b)	2023		Intangível de concessão (a)	Stock Options	Provisão para perda desvalorização de investimento	Outros	Total do investimento
					Amortização do direito da concessão	Valor do investimento					
Equatorial Distribuição	74,21%	10.019.731	2.941.255	2.452.820	-	7.435.394	-	8.969	-	125.308	7.569.671
Equatorial Alagoas	77,39%	1.387.444	376.845	357.267	(38.412)	1.073.699	746.786	546	-	(1.700)	1.819.331
Equatorial Piauí (c)	94,94%	1.094.917	32.033	30.411	(9.031)	-	-	-	-	-	-
Equatorial Serviços	100,00%	100.620	(25.517)	(25.425)	-	100.620	-	92	-	-	100.712
Equatorial Transmissão	100,00%	11.186.361	502.786	502.786	-	11.186.361	-	-	-	-	11.186.361
Equatorial Participações I	100,00%	759.442	(412.649)	(412.649)	-	759.442	-	-	-	-	759.442
Equatorial Participações II	100,00%	238.721	36.991	36.991	-	238.721	-	-	-	-	238.721
Equatorial Participações III	100,00%	(225.202)	(187.406)	(187.406)	-	(225.202)	-	-	225.202	-	-
Equatorial Participações IV	100,00%	101	1	1	-	101	-	-	-	-	101
		<u>24.562.135</u>	<u>3.264.339</u>	<u>2.754.796</u>	<u>(47.443)</u>	<u>20.569.136</u>	<u>746.786</u>	<u>9.607</u>	<u>225.202</u>	<u>123.608</u>	<u>21.674.339</u>
INTESA (Resultado)	-	-	48.201	48.201	(4.638)	-	-	-	-	-	-
TOTAL		<u>24.562.135</u>	<u>3.312.540</u>	<u>2.802.997</u>	<u>(52.081)</u>	<u>20.569.136</u>	<u>746.786</u>	<u>9.607</u>	<u>225.202</u>	<u>123.608</u>	<u>21.674.339</u>

Controladas	Participação no capital	Patrimônio da controlada	Resultado	Equivalência patrimonial (b)	2022		Intangível de concessão (a)	Stock Options	Provisão para perda desvalorização de investimento	Outros	Total do investimento
					Amortização do direito da concessão	Valor do investimento					
Equatorial Distribuição	90,15%	5.084.552	1.909.355	1.625.173	-	4.583.475	-	7.548	-	(22.687)	4.568.336
Equatorial Piauí	94,94%	821.100	225.258	216.212	(54.162)	779.519	1.329.738	652	-	-	2.109.909
Equatorial Alagoas	96,39%	1.146.105	319.751	312.045	(38.409)	1.104.695	964.617	437	-	-	2.069.749
Equatorial Serviços	100,00%	167.170	(24.039)	(24.039)	-	167.170	-	-	-	-	167.170
Equatorial Transmissão	100,00%	9.618.977	349.130	349.130	-	9.618.977	-	-	-	-	9.618.977
INTESA	100,00%	255.442	26.867	26.867	(4.637)	255.441	61.830	-	-	-	317.271
Equatorial Participações	100,00%	1.308.023	(389.582)	(389.582)	-	1.308.023	-	-	-	-	1.308.023
Equatorial Participações II	100,00%	194.032	(112.676)	(112.676)	-	194.032	-	-	-	-	194.032
Equatorial Participações III	100,00%	(78.369)	(108.141)	(108.141)	-	(78.369)	-	-	78.369	-	-
		<u>18.517.032</u>	<u>2.195.923</u>	<u>1.894.989</u>	<u>(97.208)</u>	<u>17.932.963</u>	<u>2.356.185</u>	<u>8.637</u>	<u>78.369</u>	<u>(22.687)</u>	<u>20.353.467</u>

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais)

- (a) Refere-se ao saldo decorrente da Alocação do Preço de Compra (PPA – Purchase Price Allocation) na aquisição de suas controladas;
- (b) O resultado de equivalência patrimonial da Companhia é ajustado pelo benefício econômico efetivo sobre o resultado da controlada Equatorial Distribuição, em virtude da distribuição desproporcional de dividendos a ser recebido pelas ações preferenciais. No exercício de 2023, a Companhia tem direito a recebimento de 58% sobre o resultado distribuível do 1º semestre de 2023 e 81,50% sobre o 2º semestre de 2023, enquanto os acionistas detentores das ações preferenciais possuem um montante de 42% sobre o resultado distribuível do 1º semestre de 2023 e 18,50% sobre o resultado distribuível do 2º semestre de 2023. Esses montantes são ajustados a cada ano conforme o Acordo de acionistas. Ver maiores detalhes na nota 32.4. Este procedimento está alinhado com os requerimentos do CPC 36 item B95, que afirma que se a controlada tiver ações preferenciais em circulação com direito a dividendos cumulativos, que sejam classificadas como patrimônio líquido, e sejam detidas por acionistas não controladores, a entidade deve calcular sua parcela de lucros e prejuízos após efetuar ajuste para refletir os dividendos sobre essas ações, tenham ou não esses dividendos sido declarados. Na operação todo e qualquer dividendo distribuído aos acionistas, pela controlada, deverá ser pago, primeiramente ao detentor de ações preferenciais, conforme tabela abaixo:

	1SEM2023	2SEM2023	2024 a 2025	2026	2027	2028 a 2029	2030
Ação preferencial A e B	15%*	15%	15%	20%	35%	55%	60%
Ação preferencial C	0%	4%	4%	21%	25%	25%	25%
Ação ordinária	58%	81%	81%	59%	40%	20%	15%

O resultado de equivalência patrimonial contempla o efeito amortização do direito de concessão no montante de R\$ 52.081 (R\$ 97.208 em 31 de dezembro de 2022), conforme item 23, letra (a), do ICPC 09; e

*Adicionalmente, no 1º semestre de 2023, para a ação preferencial B, foi necessário alocar mais 27,10% do lucro da Equatorial Distribuição, conforme disposto no Estatuto Social.

- (c) Referente às informações de 2 meses da antiga controlada direta Equatorial Piauí, hoje investida da Equatorial Distribuição.

12 Ativo financeiro da concessão (Consolidado)

A movimentação dos saldos referentes ao ativo financeiro da concessão das controladas distribuidoras está a seguir demonstrada:

	2022	Atualização do ativo financeiro (a)	Transf. Ativos de contrato (b)	Baixas (d)	2023
Ativo financeiro - Distribuição	13.207.533	874.844	2.841.061	(15.496)	16.907.942
Obrigações especiais - Distribuição (c)	(3.172.929)	(255.914)	(454.027)	-	(3.882.870)
Total	10.034.604	618.930	2.387.034	(15.496)	13.025.072

	2021	Atualização do ativo financeiro	Transf. Ativos de contrato	Baixas	Reclassificação	Outros	Aquisição	2022
Ativo financeiro – Distribuição	10.135.810	538.579	1.788.005	(45.281)	(31.963)	4.602	817.781	13.207.533
Obrigações especiais - Distribuição	(2.621.155)	(212.881)	(362.487)	-	31.684	3	(8.093)	(3.172.929)
Total	7.514.655	325.698	1.425.518	(45.281)	(279)	4.605	809.688	10.034.604

A concessão das controladas distribuidoras da Companhia não é onerosa, desta forma, não há obrigações financeiras fixas e pagamentos a serem realizados ao Poder Concedente.

- (a) Visando a melhor estimativa da indenização ao final da concessão nas controladas distribuidoras, o valor justo do ativo financeiro é revisado mensalmente, considerando a atualização pelo IPCA, por ser este um dos principais critérios de atualização anual utilizado pelo regulador nos processos de reajuste tarifário. O principal impacto no exercício, está relacionado a controlada Equatorial Pará, em função da 6ª Revisão Tarifária Periódica (RTP), ocorrida em agosto de 2023, houve um reconhecimento de atualização no ativo financeiro no montante de R\$ 303.486;
- (b) Correspondem às transferências (bifurcação) dos ativos de contrato para ativo financeiro da concessão;
- (c) Obrigações especiais representam, substancialmente, recursos da União Federal, dos Estados e dos Municípios e pela participação de consumidores, vinculados à realização de investimentos na concessão do serviço público de energia elétrica; e
- (d) Baixas dos ativos vinculados à infraestrutura das controladas indiretas Equatorial Maranhão R\$ 1.780, Equatorial Pará R\$ 13.197 e Equatorial Goiás R\$ 519.

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais)

13 Imobilizado (Consolidado)

A composição do ativo imobilizado está apresentada da seguinte forma:

Imobilizado	Vida útil	2023			2022
		Custo	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido
Edificações, obras civis e benfeitorias	30 anos	113.433	(19.317)	94.116	93.845
Máquinas e equipamentos	15 - 30 anos	6.060.427	(1.428.498)	4.631.929	4.787.080
Móveis e utensílios	16 anos	4.433	(1.721)	2.712	2.511
Veículos	5 anos	5.317	(891)	4.426	1.716
Equipamentos de processamento de dados	6 anos	4.315	(1.835)	2.480	2.807
Imobilizado em andamento	-	2.613.969	(163)	2.613.806	94.872
Desmobilização de ativos	-	163	-	163	1.274
Total		8.802.057	(1.452.425)	7.349.632	4.984.105

13.1 Movimentação do ativo imobilizado

Custo do Imobilizado	2022	Adições (a)	Baixas	Transferências	Reclassificação(b)	2023
Edificações, obras civis e benfeitorias	106.740	785	-	5.908	-	113.433
Máquinas e equipamentos	6.008.882	2.604	(18.510)	63.117	4.334	6.060.427
Móveis e utensílios	4.841	113	-	(521)	-	4.433
Veículos	2.319	3.530	(532)	-	-	5.317
Equipamentos de processamento de dados	3.957	552	(1.014)	820	-	4.315
Imobilizado em andamento	94.872	2.598.144	(8.904)	(69.988)	(155)	2.613.969
Desmobilização de ativos	1.406	-	(1.273)	30	-	163
Total do custo de imobilizado	6.223.017	2.605.728	(30.233)	(634)	4.179	8.802.057
Depreciação acumulada	2022	Adição (a)	Baixa	Transferências	Reclassificação	2023
Edificações, obras civis e benfeitorias	(12.895)	(3.853)	-	(2.569)	-	(19.317)
Máquinas e equipamentos	(1.221.802)	(208.870)	92	2.081	-	(1.428.499)
Móveis e utensílios	(2.330)	(544)	-	1.153	-	(1.721)
Veículos	(603)	(650)	362	-	-	(891)
Equipamentos de processamento de dados	(1.150)	(684)	-	-	-	(1.834)
Desmobilização de ativos	(132)	-	-	(31)	-	(163)
Total da depreciação	(1.238.912)	(214.601)	454	634	-	(1.452.425)
Total do imobilizado	4.984.105	2.391.127	(29.779)	-	4.179	7.349.632

- (a) A variação refere-se, principalmente, a controlada indireta Echoenergia Crescimento no montante de R\$ 2.394.373, representando 92% das adições no exercício findo de 2023, os gastos estão relacionados ao projeto de Barreiras e Ribeiro Gonçalves, que estão em construção, com previsão de término para o segundo semestre de 2024; e
- (b) Corresponde a reclassificação do ativo de intangível para o ativo imobilizado referente a controlada indireta Equatorial Serviços.

Os ativos imobilizados das controladas Echoenergia Participações e Echoenergia Crescimento são dados como garantia em face dos financiamentos obtidos. Para mais informações, consultar a nota explicativa nº 18.2 – Garantias.

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais)

14 Intangível (Consolidado)

O intangível está constituído conforme a seguir demonstrado:

	Taxas anuais*	2023			Valor líquido
		Custo	Amortização	(-) Obrigações Vinculadas à Concessão	
Distribuição					
Em serviço – Distribuição	4,23%	41.240.404	(18.463.384)	(3.484.707)	19.292.313
Direito de concessão					
Direito de concessão – Equatorial Maranhão (a)	3,33%	291.810	(187.452)	-	104.358
Direito de concessão – Equatorial Pará (a)	3,33%	172.905	(168.287)	-	4.618
Direito de concessão - Equatorial Alagoas (a)	3,33%	1.196.831	(190.594)	-	1.006.237
Direito de concessão – Equatorial Piauí (a)	3,33%	1.714.448	(301.752)	-	1.412.696
Direito de concessão – CEEE-D (a)	4,17%	2.786.062	(290.214)	-	2.495.848
Direito de concessão – CEA (a)	3,33%	1.199.957	(83.329)	-	1.116.628
Subtotal		7.362.013	(1.221.628)	-	6.140.385
Outros		57.135	(4.592)	-	52.543
Subtotal		48.659.552	(19.689.604)	(3.484.707)	25.485.241
Transmissão					
Em serviço – Transmissão (Direito de outorga)	4,34%	8.287	(2.311)	-	5.976
Em curso – Transmissão		12.617	-	-	12.617
Subtotal		20.904	(2.311)	-	18.593
Saneamento					
Direito de concessão – CSA (b)	2,88%	943.104	(39.446)	-	903.658
Outros		969	(222)	-	747
Subtotal		944.073	(39.668)	-	904.405
Geração Eólica					
Direito de exploração (a)	6,78%	3.073.437	(381.951)	-	2.691.486
Direito de autorização (a)	3,22%	2.385.402	(143.358)	-	2.242.044
Outros		109.744	(3.559)	-	106.185
Subtotal		5.568.583	(528.868)	-	5.039.715
Total		55.193.112	(20.260.451)	(3.484.707)	31.447.954

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais)

	Taxas	2022			
		anuais*	Custo	Amortização	(-) Obrigações Vinculadas à
					Concessão
Distribuição					
Em serviço – Distribuição	4,23%	36.762.274	(16.783.571)	(3.530.658)	16.448.045
Direito de concessão					
Direito de concessão – Equatorial Maranhão (a)	3,33%	291.810	(171.799)	-	120.011
Direito de concessão – Equatorial Pará (a)	3,33%	172.905	(166.979)	-	5.926
Direito de concessão - Equatorial Alagoas (a)	3,33%	1.196.831	(150.743)	-	1.046.088
Direito de concessão – Equatorial Piauí (a)	3,33%	1.714.448	(244.671)	-	1.469.777
Direito de concessão – CEEE-D (a)	4,17%	2.786.062	(174.128)	-	2.611.934
Direito de concessão – CEA (a)	3,33%	1.199.957	(43.332)	-	1.156.625
Subtotal		7.362.013	(951.652)	-	6.410.361
Outros		33.955	(2.200)	-	31.755
Subtotal		44.158.242	(17.737.423)	(3.530.658)	22.890.161
Transmissão					
Em serviço – Transmissão (Direito de outorga)	4,34%	8.287	(2.016)	-	6.271
Em curso – Transmissão		7.713	-	-	7.713
Direito de concessão					
Direito de concessão - INTESA (a)	3,33%	80.378	(18.548)	-	61.830
Subtotal		96.378	(20.564)	-	75.814
Saneamento					
Direito de concessão – CSA (b)	2,88%	943.104	(12.500)	-	930.604
Outros		437	(73)	-	364
Subtotal		943.541	(12.573)	-	930.968
Geração Eólica					
Direito de exploração (a)	5,65%	3.073.437	(177.175)	-	2.896.262
Direito de autorização (a)	2,68%	2.385.402	(62.255)	-	2.323.147
Outros		128.968	-	-	128.968
Subtotal		5.587.807	(239.430)	-	5.348.377
Total		50.785.968	(18.009.990)	(3.530.658)	29.245.320

* Taxas anuais médias ponderadas de depreciação (%)

- (a) Refere-se ao ajuste a valor justo do ativo intangível em combinação de negócio através da Alocação do Preço Pago – PPA, sendo classificado como intangível, por tratar-se de direitos contratuais e outros direitos legais, em conformidade com o CPC 04 / IAS 38 – Ativo intangível; e
- (b) O saldo apresentado é composto do valor pago a título de outorga para a exploração da concessão da controlada Concessionária de Saneamento do Amapá, a amortização iniciou após o período de operação assistida, que encerrou em julho de 2022.

O ativo intangível é composto pelo direito de uso dos bens vinculados ao contrato de serviço de concessão amortizáveis pela vida útil do bem e limitado à data do contrato de concessão, conforme ICPC 01 (R1) / IFRIC 12 – Contratos de Concessão.

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais)

14.1 Movimentação do ativo intangível

	<u>2022</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas (c)</u>	<u>Transferências Ativos de contrato (a)</u>	<u>Reclassificação (d)</u>	<u>Outros (e)</u>	<u>2023</u>
Distribuição							
Em serviço	36.762.274	28.621	(480.087)	5.070.396	-	1.291	41.382.495
(-) Amortização	(16.783.571)	(2.025.434)	345.651	-	-	(29)	(18.463.383)
Total em serviço	<u>19.978.703</u>	<u>(1.996.813)</u>	<u>(134.436)</u>	<u>5.070.396</u>	<u>-</u>	<u>1.262</u>	<u>22.919.112</u>
Obrigações especiais (b)	(6.107.699)	(6.129)	(28)	(322.297)	-	1.197	(6.434.956)
(-) Amortização	2.577.041	373.178	28	-	-	-	2.950.247
Total em obrigações especiais	<u>(3.530.658)</u>	<u>367.049</u>	<u>-</u>	<u>(322.297)</u>	<u>-</u>	<u>1.197</u>	<u>(3.484.709)</u>
Direito de concessão	7.208.332	-	-	-	-	(142.090)	7.066.242
(-) Amortização	(797.971)	(269.976)	-	-	-	-	(1.067.947)
Total em direito de concessão	<u>6.410.361</u>	<u>(269.976)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(142.090)</u>	<u>5.998.295</u>
Outros	31.755	24.967	-	-	-	(4.179)	52.543
Total Distribuição	<u>22.890.161</u>	<u>(1.874.773)</u>	<u>(134.436)</u>	<u>4.748.099</u>	<u>-</u>	<u>(143.810)</u>	<u>25.485.241</u>
Transmissão							
Em serviço	583	-	-	-	-	-	583
(-) Amortização	(544)	(39)	-	-	-	-	(583)
Total em serviço	<u>39</u>	<u>(39)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Em curso	<u>7.713</u>	<u>4.904</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>12.617</u>
Direito de concessão	80.378	-	-	-	(80.378)	-	-
(-) Amortização	(18.548)	(4.637)	-	-	23.185	-	-
Total em direito de concessão	<u>61.830</u>	<u>(4.637)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(57.193)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Outros	7.489	-	-	-	-	-	7.489
(-) Amortização	(1.257)	(256)	-	-	-	-	(1.513)
Total outros	<u>6.232</u>	<u>(256)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>5.976</u>
Total Transmissão	<u>75.814</u>	<u>(28)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(57.193)</u>	<u>-</u>	<u>18.593</u>
Saneamento							
Direito de concessão	943.104	-	-	-	-	-	943.104
(-) Amortização	(12.500)	(26.946)	-	-	-	-	(39.446)
Outros	364	383	-	-	-	-	747
Total Saneamento	<u>930.968</u>	<u>(26.563)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>904.405</u>
Geração Eólica							
Direito de exploração	3.073.437	-	-	-	-	-	3.073.437
(-) Amortização	(177.175)	(204.776)	-	-	-	-	(381.951)
Direito de autorização	2.385.402	-	-	-	-	-	2.385.402
(-) Amortização	(62.255)	(78.403)	-	-	-	-	(140.658)
Subtotal	<u>5.219.409</u>	<u>(283.179)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>4.936.230</u>
Outros	<u>128.968</u>	<u>13.312</u>	<u>(4.176)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(34.619)</u>	<u>103.485</u>
Total Geração Eólica	<u>5.348.377</u>	<u>(269.867)</u>	<u>(4.176)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(34.619)</u>	<u>5.039.715</u>
Intangível total	<u>29.245.320</u>	<u>(2.171.231)</u>	<u>(138.612)</u>	<u>4.748.099</u>	<u>(57.193)</u>	<u>(178.429)</u>	<u>31.447.954</u>

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais)

	2021	Adições	Baixas	Transferências Ativos de contrato	Outros	Reclassificação	Aquisição	2022
Distribuição								
Em serviço	21.404.339	12.701	(520.897)	1.867.599	(1.407)	28.503	13.971.436	36.762.274
(-) Amortização	(10.734.130)	(1.211.229)	442.108	-	9.125	(23.246)	(5.266.199)	(16.783.571)
Total em serviço	10.670.209	(1.198.528)	(78.789)	1.867.599	7.718	5.257	8.705.237	19.978.703
Obrigações especiais (b)	(4.573.231)	-	-	(260.019)	(3.628)	-	(1.270.821)	(6.107.699)
(-) Amortização	2.189.879	246.356	-	-	-	-	140.806	2.577.041
Total em obrigações especiais	(2.383.352)	246.356	-	(260.019)	(3.628)	-	(1.130.015)	(3.530.658)
Direito de concessão	7.058.242	150.090	-	-	-	-	-	7.208.332
(-) Amortização	(527.801)	(270.170)	-	-	-	-	-	(797.971)
Total em direito de concessão	6.530.441	(120.080)	-	-	-	-	-	6.410.361
Outros	11.719	16.321	(1.212)	-	-	4.927	-	31.755
Total Distribuição	14.829.017	(1.055.931)	(80.001)	1.607.580	4.090	10.184	7.575.222	22.890.161
Transmissão								
Em serviço	583	-	-	-	-	-	-	583
(-) Amortização	(39)	(505)	-	-	-	-	-	(544)
Total em serviço	544	(505)	-	-	-	-	-	39
Em curso	3.593	4.120	-	-	-	-	-	7.713
Direito de concessão	80.378	-	-	-	-	-	-	80.378
(-) Amortização	(13.911)	(4.637)	-	-	-	-	-	(18.548)
Total em direito de concessão	66.467	(4.637)	-	-	-	-	-	61.830
Outros	7.704	(215)	-	-	-	-	-	7.489
(-) Amortização	(1.257)	-	-	-	-	-	-	(1.257)
Total outros	6.447	(215)	-	-	-	-	-	6.232
Total Transmissão	77.051	(1.237)	-	-	-	-	-	75.814
Saneamento								
Direito de concessão	930.008	13.096	-	-	-	-	-	943.104
(-) Amortização	-	(12.500)	-	-	-	-	-	(12.500)
Outros	-	364	-	-	-	-	-	364
Total Saneamento	930.008	960	-	-	-	-	-	930.968
Geração Eólica								
Direito de exploração	-	-	-	-	-	-	3.073.437	3.073.437
(-) Amortização	-	(177.175)	-	-	-	-	-	(177.175)
Direito de autorização	-	-	-	-	-	-	2.385.402	2.385.402
(-) Amortização	-	(62.255)	-	-	-	-	-	(62.255)
Subtotal	-	(239.430)	-	-	-	-	5.458.839	5.219.409
Outros	-	116.768	(19.553)	-	-	-	31.753	128.968
Total Geração Eólica	-	(122.662)	(19.553)	-	-	-	5.490.592	5.348.377
Intangível total	15.836.076	(1.178.870)	(99.554)	1.607.580	4.090	10.184	13.065.814	29.245.320

- (a) Correspondem às transferências (bifurcação) dos ativos de contrato para o ativo financeiro da concessão e ativo intangível. A principal movimentação é decorrente da controlada indireta Equatorial Pará, em função da 6ª RTP onde foi realizada a conciliação dos valores recebidos dos contratos oriundos do PLPT e da sub-rogação CCC, onde foi constatado que o avanço físico das obras foi superior aos montantes efetivamente recebidos dos contratos de PLPT e da sub-rogação CCC;
- (b) Obrigações especiais representam, substancialmente, recursos da União Federal, dos Estados e dos Municípios e pela participação de consumidores, vinculados à realização de investimentos na concessão do serviço público de energia elétrica. O caixa da Companhia foi impactado no montante de R\$ 6.129;
- (c) Valores correspondentes às baixas de bens integrantes do ativo intangível entre as quais destacamos: baixa de medidores, transformadores e religadores de distribuição que correspondiam a direitos de recebimento via faturamento através de sua amortização. Estes foram baixados por não estarem mais em condição de uso e em condições de gerar receitas. O saldo de baixas do exercício decorre, principalmente, da controlada indireta Equatorial Goiás;
- (d) A principal movimentação decorre, da reclassificação da controlada direta INTESA, para o grupo de ativo classificados como mantidos para a venda, no montante líquido de R\$ 57.193. Para mais detalhes, verificar a nota explicativa 16 – Ativos mantidos para venda; e
- (e) O valor de R\$ 142.090 na seção de Distribuição é referente à devolução de preço pago pelo antigo controlador da controlada Equatorial Goiás referente ao ajuste de preço pago pela aquisição, para mais detalhes ver nota explicativa 3.1.1.1 Equatorial Goiás. O valor de outros corresponde, principalmente, ao projeto Barreiras 2, da controlada Echoenergia, ao qual a Administração reavaliou temporariamente a obrigação do desenvolvimento do projeto.

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais)

14.2 Avaliação de *Impairment*

14.2.1 Análise de recuperabilidade para os ativos com vida útil definida

A Administração revisa anualmente seus ativos tangíveis e intangíveis de vida útil definida com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda do valor recuperável de suas unidades geradoras de caixa. A Companhia e suas controladas realizaram o teste de valor recuperável em 31 de dezembro de 2023 e 2022 e consideraram, entre outros fatores, a existência de prejuízos acumulados e capital circulante líquido negativo, quando efetuam revisão para identificar indicativos de perda por redução ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo é o maior valor entre o seu valor em uso e o seu valor justo de venda, líquido dos custos necessários para a realização da venda. O valor em uso corresponde aos fluxos de caixa descontados, gerados pela utilização do ativo durante a sua vida útil.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, foi realizado teste de recuperabilidade por meio de cálculo baseado no valor em uso a partir de projeções de fluxos de caixa, aprovados pela Alta Administração, durante o período da Concessão e/ou Outorga das controladas Equatorial Goiás, CEEE-D, CEA, CSA, Equatorial Transmissão (Echoenergia). Como resultado dessa análise, a Administração concluiu sobre a não necessidade de reconhecimento de provisão para redução ao valor recuperável.

14.2.2 Principais premissas utilizadas nos testes de perda ao valor recuperável dos ativos

a) Taxa de desconto

Os fluxos de caixa futuros foram descontados com base na taxa representativa do custo de capital (WACC). O valor em uso é calculado com base no período entre a data-base e o fim da concessão/outorga, das controladas analisadas, ou seja, 22 anos para Equatorial Goiás, CEEE-D, Equatorial Transmissão (Echoenergia), 28 anos para CEA e 34 anos para a CSA.

A taxa de desconto representa a avaliação de riscos no atual mercado, levando em consideração o valor do dinheiro pela passagem do tempo e os riscos individuais dos ativos relacionados que não foram incorporados nas premissas incluídas no modelo de fluxo de caixa. O cálculo da taxa de desconto é baseado em circunstâncias específicas da Companhia, sendo derivado do custo médio de ponderado de capital (WACC).

Para as controlada CSA, Equatorial Transmissão (Echoenergia) e Equatorial Goiás, o WACC leva em consideração tanto a dívida quanto o patrimônio. O custo do patrimônio é derivado do rendimento esperado sobre o investimento efetuado pelos investidores do Grupo. O custo de dívida é baseado nos financiamentos sujeitos a juros que o Grupo é obrigado a honrar. O risco específico do segmento é incorporado mediante aplicação de fatores individuais beta. Os fatores beta são avaliados anualmente com base nos dados de mercado disponíveis para o público. As taxas de desconto utilizadas foram: 11,93%, 15,15% e 12,74%, para CSA, Equatorial Transmissão (Echoenergia) e Equatorial Goiás, respectivamente, e 11,25% para CEA e CEEE-D.

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais)

Sensibilidade

As projeções de fluxo de caixa consideraram crescimento real para os próximos dez anos e crescimento de acordo com índices inflacionários e crescimento do PIB para os demais anos até o final da concessão. Com base no cenário provável, foi construída análise de sensibilidade para um acréscimo ou redução de 10% percentual na taxa de desconto e na taxa de crescimento. Em qualquer combinação, o valor do fluxo de caixa foi superior ao seu valor contábil. Como resultado dessa análise, não foi identificada necessidade de registrar provisão para redução ao valor recuperável desses ativos.

b) Outras premissas das controladas distribuidoras (Equatorial Goiás, CEEE-D e CEA)

Receita Operacional Líquida

A projeção da receita operacional líquida da distribuidora é calculada com base no volume de mercado estimado que leva em consideração dados históricos, perspectivas macroeconômicas, climáticas e regulatórias. Considera-se também a tarifa de energia elétrica projetada de acordo com as expectativas dos processos tarifários (anuais ou periódicos) que serão realizados em conformidade com as normas vigentes da ANEEL (órgão regulador), observando as projeções de inflação, nível de eficiência operacional, Receita de construção (CAPEX) e Despesas (OPEX). Considerando as informações de mercado e tarifa de energia elétrica estima-se o montante das deduções que é composto pelos encargos do setor elétrico e os impostos incidentes sobre a receita, conforme legislação fiscal vigente.

Custo do Serviço

As estimativas relacionadas a aquisição de energia consideram os contratos de energia como sendo 102% do mercado projetado de energia e as despesas de CVA contabilizadas, sendo reajustadas anualmente pelo IPCA.

As estimativas de encargos consideram o histórico contabilizados nas CVAs e as projeções dependem do tipo de encargo. Os encargos, no geral, são estimados conforme valores definidos em resolução específica. CDE COVID, Escassez Hídrica, CDE Eletrobras e Proinfa tem os valores e fluxos de pagamento definidos em resolução, enquanto a CDE Uso considera o valor definido em Consulta Pública e é atualizado anualmente pela inflação e crescimento de mercado das distribuidoras.

Os encargos de ESS e ERR são calculados a partir da média histórica enquanto a TFSEE considera o valor homologado pela ANEEL com réplica da metodologia para cálculos futuros.

Encargos de P&D e PEE são calculados como um percentual da ROL, conforme regulamentação. Custos de transmissão são estimados a partir dos valores históricos realizados de Montante de Uso da Transmissão (MUST) e projeções enviadas para o ONS, enquanto a despesa considera reajuste anual pelo IPCA 12 meses em julho de cada ano, conforme reajuste das transmissoras.

Dados de CUSD são calculados a partir do histórico com reajuste da despesa a partir do processo tarifário de cada distribuidora com a qual é realizada o contrato de uso.

Despesas Operacionais (OPEX)

Para a projeção das despesas operacionais considerou-se premissas de crescimento do número de consumidores e a projeção dos indicadores de inflação, além do esforço operacional necessário para adequação dos indicadores de DEC e FEC aos patamares regulatórios.

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais)

Índice de arrecadação (IAR)

O índice de arrecadação de receita foi projetado considerando a implementação das metodologias e políticas de cobrança do Grupo Equatorial e os resultados esperados para a realidade da distribuidora.

Investimentos (CAPEX)

O CAPEX foi estimado com base nas projeções de Quota de Reintegração Regulatória (QRR) e Custo anual das instalações móveis e imóveis (CAIMI) homologadas e projetadas de acordo com a metodologia ANEEL para os ciclos tarifários subsequentes.

c) Outras premissas da controlada CSA

Mercado/Receita

A receita da CSA foi projetada em base real (sem inflação), de acordo com as estimativas de crescimento populacional e atingimento dos indicadores de cobertura para universalização, de acordo com o contrato de concessão, sendo 99% para água em 2032 e 90% para esgoto em 2038 e consumo médio com base no histórico Brasil.

Tarifa

A tarifa da CSA é dada pelo contrato de concessão, não sofrendo alteração na base real (sem inflação), pois todos os componentes para reajuste da tarifa estão atrelados à indicadores de inflação (ICC, IPA, INCC e Custo Energia Elétrica).

Índice de arrecadação (IAR)

O índice de arrecadação da CSA foi projetado considerando a implementação das metodologias e políticas de cobrança no curto prazo. Para o longo prazo considerou-se dados históricos da Equatorial e benchmarking realizado com o mercado de saneamento.

15 Ativos de contrato (Consolidado)

A movimentação dos ativos de contrato está conforme a seguir demonstrado:

	Distribuição e Saneamento					2023
	2022	Adições (c)	Baixas	Transferências (a)		
				Ativo intangível	Ativo financeiro	
Em curso	6.767.964	8.064.348	-	(5.070.396)	(2.841.061)	6.920.855
Obrigações especiais (b)	(1.136.729)	(1.166.525)	4.513	322.297	454.027	(1.522.417)
Total distribuição	5.631.235	6.897.823	4.513	(4.748.099)	(2.387.034)	5.398.438

	Transmissão					2023
	2022	Adições (d)	Remuneração (e)	Amortização (f)	Reclassificação (g)	
Em curso	-	74.198	-	-	-	74.198
Em serviço	10.678.986	162.193	1.622.211	(1.488.911)	(875.343)	10.099.136
Total transmissão	10.678.986	236.391	1.622.211	(1.488.911)	(875.343)	10.173.334
Total ativos de contrato	16.310.221					15.571.772
Circulante	1.437.976					1.388.395
Não circulante	14.872.245					14.183.377

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação

31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais)

	Distribuição								2022
	2021	Adições	Baixas	Outros	Reclassificação	Transferências		Aquisição	
						Ativo Intangível	Ativo Financeiro		
Em curso	2.841.343	5.147.619	-	45.674	70.929	(1.867.599)	(1.788.005)	2.318.003	6.767.964
Obrigações especiais	(1.035.091)	(587.863)	4.818	-	(31.047)	260.019	362.487	(110.052)	(1.136.729)
Total distribuição	1.806.252	4.559.756	4.818	45.674	39.882	(1.607.580)	(1.425.518)	2.207.951	5.631.235

	Transmissão							2022
	2021	Implementação da infraestrutura	Remuneração dos ativos de contrato	Reconhecimento da RAP	Manutenção e operação	Ativos de contrato – ganho / perda de realização	Reclassificação	
Em serviço	6.521.050	107.717	1.578.951	(1.390.468)	114.440	(118.080)	3.865.376	10.678.986
Total transmissão	10.386.426	107.717	1.578.951	(1.390.468)	114.440	(118.080)	-	10.678.986
Total ativos de contrato	<u>12.192.678</u>							<u>16.310.221</u>
Circulante	1.394.297							1.437.976
Não circulante	10.798.381							14.872.245

- (a) Correspondem às transferências (bifurcação) dos ativos de contrato para o ativo financeiro da concessão e ativo intangível;
- (b) Obrigações especiais representam, substancialmente, recursos da União Federal, dos Estados e dos Municípios e pela participação de consumidores, vinculados à realização de investimentos na concessão do serviço público de energia elétrica;
- (c) O montante de R\$ 6.897.823 refere-se às adições líquidas dos ativos de contrato reconhecidas no exercício. Deste total, R\$ 6.219.569 impactaram o caixa das controladas e, conforme nota explicativa nº 33.1 – Transações não envolvendo caixa, R\$ 192.039 referem-se às adições em contrapartida de fornecedores das controladas, R\$ 417.050 referem-se às adições em contrapartida de obrigações sociais e trabalhistas das controladas e R\$ 69.165 deve-se à capitalização de juros de empréstimos ligados à aquisição ou construção de ativos qualificáveis de acordo com as regras do CPC 20 (R1) - Custos de Empréstimos, ver informações na nota explicativa nº 18 – Empréstimos e financiamentos das controladas. Adicionalmente, as controladas reconheceram o montante de R\$ 104.156 de reversão de provisão de estoque, conforme nota explicativa nº 28.1 – Outras despesas operacionais, líquidas e o valor de R\$ 6.129 relacionado as adições de obrigações especiais do ativo intangível, verificar nota explicativa nº 14.1, nota (b) – Movimentação do ativo intangível.;
- (d) O saldo decorre da contrapartida de receita de implementação e melhoria da infraestrutura, manutenção e operação reconhecida no exercício, conforme nota explicativa nº 27 – Receita operacional líquida.;
- (e) O saldo de remuneração é calculado com base na atualização de saldo remanescente dos ativos de contrato pelo Índice de Preço do Consumidor Amplo (IPCA);
- (f) A amortização dos ativos de contrato decorre do reconhecimento no resultado da Receita Anual Permitida (RAP), a qual é amortizado mensalmente os ativos de contrato até o final da concessão do empreendimento; e
- (g) Reclassificação da controlada direta INTESA, para o grupo de ativo classificados como mantidos para a venda, no montante de R\$ 875.343. Para mais detalhes, verificar a nota explicativa nº 16 – Ativo não circulante mantido para venda.

As controladas da Companhia que atuam no ramo de distribuição de energia avaliaram e concluíram como baixo o risco de não recebimento e perda associada aos ativos de contrato, pois os mesmos serão remunerados, a partir da entrada em serviço: (i) por meio do incremento da tarifa cobrada dos clientes, através dos ciclos de Revisão Tarifária Periódica, compondo a receita de tarifa faturada aos consumidores, ou ainda (ii) pelo direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do Poder Concedente, a título de indenização pela reversão da infraestrutura do serviço público. A Companhia e suas controladas realizaram avaliação de perda ao valor recuperável, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, conforme nota explicativa nº 14.2 – Avaliação de *Impairment*. Os valores dos bens em construção estão sujeitos à fiscalização da ANEEL.

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais)

16 Ativo não circulante mantido para venda

Os ativos e passivos apresentados, referem-se ao processo de alienação descrito na nota explicativa nº 1.5 – Subsidiária em processo de alienação – Integração Transmissora de Energia S.A. – INTESA:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Investimento mantido para venda				
Ativos	341.442	-	1.132.561	-
Passivos relacionados aos ativos	-	-	(791.119)	-
Ativo líquido	341.442	-	341.442	-
Classificação no balanço patrimonial				
Ativo	341.442	-	1.132.561	-
Passivo	-	-	(791.119)	-
Total	341.442	-	341.442	-

Os principais ativos e passivos da subsidiária INTESA classificados como mantidos para venda e 31 de dezembro de 2023 estão demonstrados a seguir:

	2023			2023	
	Valor contábil	Valor justo		Valor contábil	Valor justo
Ativo circulante			Passivo circulante		
Caixa e equivalente de caixa	60.787	60.787	Debêntures	306.744	306.744
Aplicações financeiras	118.826	118.826	Outros passivos circulantes	32.810	32.810
Ativo de contrato	125.373	125.373		339.554	339.554
Outros ativos circulantes	36.830	36.830			
	341.816	341.816			
Ativo não circulante			Passivo não circulante		
Ativo de contrato	749.970	749.970	Debêntures	193.427	193.427
Outros ativos não circulantes	32	32	Outros passivos não circulantes	258.138	258.138
	750.002	750.002		451.565	451.565
Intangível	-	40.743	Total dos passivos relacionadas aos ativos	791.119	791.119
Total dos ativos	1.091.818	1.132.561			

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais)

17 Fornecedores (Consolidado)

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Circulante		
Suprimento de energia elétrica (a)	1.995.735	1.690.630
Encargos de uso da rede elétrica	383.604	364.960
Materiais e serviços (b)	2.257.263	2.121.507
Parcelamento Itaipu (c)	117.309	130.363
Outros	55.099	90.041
Subtotal	<u>4.809.010</u>	<u>4.397.501</u>
Não circulante		
Materiais e serviços (b)	20.774	10.223
Parcelamento Itaipu (c)	174.037	290.061
Outros	-	30.230
Subtotal	<u>194.811</u>	<u>330.514</u>
Total	<u><u>5.003.821</u></u>	<u><u>4.728.015</u></u>

- (a) A variação no exercício deve-se à redução dos custos das operações com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) referente ao efeito disponibilidade, efeito da contratação de cotas de garantia e exposição financeira e, também, à redução das despesas com a parcela variável, dos contratos por disponibilidade, devido à retração do acionamento das usinas termoeletricas;
- (b) O saldo deve-se, substancialmente, aos fornecedores de materiais e serviços referentes ao custeio operacional e aos investimentos na infraestrutura da concessão realizados durante o exercício nas controladas da Companhia; e
- (c) Saldo referente a 30 parcelas restantes do Termo de confissão e repactuação da dívida do repasse de energia de Itaipu – ECF 3286/2016, celebrado entre a Equatorial Goiás, controlada indireta da Companhia, e a Eletrobras, assinado em 17 de junho de 2016 e referente ao saldo remanescente de Itaipu de US\$ 334.936 na data base 30 de outubro de 2015, ao dólar R\$ 2,6929 do Contrato ECF 3002/2012, totalizando R\$ 901.949. A dívida foi celebrada em reais e vem sendo corrigida pela taxa SELIC calculada *pro rata die* sobre o saldo devedor desde 30 de outubro de 2015. O Termo foi parcelado em 120 meses, sendo os primeiros 24 meses apenas os juros remuneratórios e os 96 meses seguintes o principal e juros remuneratórios.

17.1 Fornecedores – Risco sacado (convênio)

As controladas da Companhia, em consonância com as melhores práticas de governança e transparência, visando atender às sugestões emitidas pela Superintendência de Normas Contábeis e de Auditoria (SNC) e pela Superintendência de Relações com Empresas (SEP) da CVM, no Ofício Circular 01/22 e anteriores, decidiram apresentar de forma segregada do saldo de Fornecedores (nota explicativa nº 17) os valores relacionados às operações de convênios, apesar de manter a essência de uma transação mercantil.

As controladas da Companhia, possuem operação de risco sacado com seus fornecedores, com a participação de uma instituição financeira (atualmente através de um FIDC), onde o fornecedor tem a opção de antecipar seus recebíveis relacionados às compras de bens e serviços realizadas pela Companhia. Ressalta-se que não existe extensão do prazo. As controladas não possuem operações de risco sacado com saldo vencido e o fechamento da operação entre a instituição financeira e o fornecedor fica a livre critério deste último, sem participação da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2023 as controladas da Companhia apresentaram R\$ 369.172 (R\$ 331.953 em 31 de dezembro de 2022), em valores de fornecedores – risco sacado, os quais possuem prazo médio de liquidação de 90 dias.

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação

31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais)

18 Empréstimos e financiamentos

18.1 Composição do saldo

Consolidado

	Custo da dívida (% a.a.)	2023			Custo da dívida (% a.a.)	2022		
		Principal e encargos				Principal e encargos		
		Circulante	Não circulante	Total		Circulante	Não circulante	Total
Moeda estrangeira (USD)								
Banco Citibank S.A.	CDI + 0,95% a 1,85%	176.829	1.501.970	1.678.799	CDI + 0,78% e 111,8% CDI	444.225	19.727	463.952
Sumitomo Mitsui Banking Corporation	CDI + 1,45% a 1,48%	236.806	227.933	464.739	CDI+1,45% a 1,48%	5.089	495.783	500.872
Bank of America	CDI + 1,25% a 1,8475%	256.714	766.011	1.022.725	CDI+1,50%	253.919	-	253.919
Banco Bocom BBM	CDI + 1,45% a 1,71%	200.083	16.919	217.002	CDI+1,71%	7	18.234	18.241
Scotiabank	CDI + 1,35% a 1,85%	168.559	1.598.217	1.766.776	CDI+1,35% a 1,85%	196.096	1.893.004	2.089.100
Santander	CDI + 1,58% a 1,62%	130.564	389.738	520.302	CDI + 1,62%	3.765	420.039	423.804
Safra	CDI + 1,70% a 1,75%	303.364	-	303.364	-	-	-	-
Total moeda estrangeira		<u>1.472.919</u>	<u>4.500.788</u>	<u>5.973.707</u>		<u>903.101</u>	<u>2.846.787</u>	<u>3.749.888</u>
Moeda nacional								
Eletrobras	-	-	-	-	124,75% do CDI + 0,5% / 6,0%	170.963	200.400	371.363
Banco Nacional de Desenvolvimento	IPCA + 3,93% a 5,32% / 7,57% / TJLP + 2,02% a 2,88%	805.942	8.726.222	9.532.164	IPCA+3,93% a 5,96% / TLJP + 2,02% a 2,88%	536.099	8.390.505	8.926.604
Banco do Brasil	IPCA + 0,96% a 1,62%	82.727	1.042.726	1.125.453	6,00% / IPCA + 0,96% a 1,62%	60.087	950.815	1.010.902
Banco do Nordeste	IPCA + 1,83% a 2,67% / CDI + 2,18% e 2,50%	202.166	2.523.022	2.725.188	IPCA + 0,96% a 2,98% / CDI + 3,66% / 2,50%	162.786	2.819.774	2.982.560
Caixa Econômica Federal	6,00%	10.462	26.318	36.780	6,00%	10.502	36.639	47.141
CCEE/RGR/ANEEL (b)	5,00%	44.601	1.062.989	1.107.590	5,00%	-	1.055.461	1.055.461
Santander	CDI + 1,62% a 1,65%	205.414	50.000	255.414	CDI + 1,62% a 1,65%	7.438	250.000	257.438
China Construction Bank	CDI + 0,97%	6.603	150.000	156.603	CDI + 0,97%	7.309	150.000	157.309
Banco da Amazônia	IPCA + 1,68% a 2,05%	281	135.256	135.537	IPCA + 1,68% a 2,05%	7	11.080	11.087
IBM	CDI - 0,17%	20.042	16.886	36.928	-	-	-	-
CELGPAR	6,80%	11.977	37.966	49.943	6,80%	11.265	49.763	61.028
FIDC	-	-	-	-	CDI + 3% CDI + 3% e IPCA + 9,70%	46.571	-	46.571
Enel Brasil (a)	-	-	-	-	CDI + 1,40%	7.055.025	-	7.055.025
Nota comercial	CDI + 1,40% a 1,65%	918.516	400.000	1.318.516	CDI + 1,35% a 1,40%	513.286	400.000	913.286
Nota promissória	-	-	-	-	CDI + 1,40%	-	586.037	586.037
Subtotal		<u>2.308.731</u>	<u>14.171.385</u>	<u>16.480.116</u>		<u>8.581.338</u>	<u>14.900.474</u>	<u>23.481.812</u>
(-) Custo de captação		(7.060)	(80.933)	(87.993)		(7.571)	(64.509)	(72.080)
(-) Ajuste a valor presente (b)		-	(557.145)	(557.145)		-	(579.580)	(579.580)
(-) Cotas subordinadas FIDC		-	-	-		(74.041)	-	(74.041)
Subtotal		<u>(7.060)</u>	<u>(638.078)</u>	<u>(645.138)</u>		<u>(81.612)</u>	<u>(644.089)</u>	<u>(725.701)</u>
Total moeda nacional		<u>2.301.671</u>	<u>13.533.307</u>	<u>15.834.978</u>		<u>8.499.726</u>	<u>14.256.385</u>	<u>22.756.111</u>
Total		<u>3.774.590</u>	<u>18.034.095</u>	<u>21.808.685</u>		<u>9.402.827</u>	<u>17.103.172</u>	<u>26.505.999</u>

- (a) Saldo oriundo de dívida pela controlada Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A., convertendo as operações de empréstimo de mútuo com a Enel Brasil S.A. e *Enel Finance International N.V* e seus respectivos derivativos em uma nova dívida, cujo credor passou a ser a Enel Brasil S.A., com o custo de CDI + 1,40% a.a., juros e amortização *bullet*, tendo como vencimento final, 28 de dezembro de 2023. A controlada indireta realizou liquidação total antecipada do saldo devedor dos contratos repactuadas com a Enel Brasil, conforme nota explicativa 18.4 (a); e
- (b) Contrato de empréstimo via recursos da Reserva Global de Reversão (RGR), entre a controlada Equatorial Piauí e a CCEE, na condição de gestora da RGR. A gestora da RGR concede, nos termos da Resolução Normativa ANEEL nº 748/2016, empréstimo à devedora com recursos da RGR, necessário para assegurar a remuneração adequada prevista no art. 11 da Portaria MME nº 388/2016, com o objetivo de criar condições para a continuidade e a prestação adequada do serviço. A Controlada indireta Equatorial Piauí, reconheceu o ajuste a valor presente de R\$ 674.930, utilizando como data base 31 de março de 2019, e taxa de desconto, taxa que refletia o risco e prazos das captações disponíveis no mercado à Controlada. Em 31 de dezembro de 2023, o saldo de ajuste a valor presente corresponde a R\$ (557.145) (R\$ (579.580) em 31 de dezembro de 2022).

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais)

18.2 Garantias

	Garantias
Moeda estrangeira (USD)	
Banco Citibank S.A.	Aval/Fiança
Sumitomo Mitsui Banking Corporation	Aval/Fiança
Bank of America	Aval/Fiança
Banco Bocom BBM	Aval/Fiança + Fiança Bancária
Scotiabank	Aval/Fiança
Moeda nacional	
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social	Aval/Fiança + Conta Reserva + Alienação Fiduciária + Recebíveis + Penhor de Ações + Penhor de Equipamentos + Penhor Direitos Emergentes + Penhor Direitos Creditórios + CF Direitos Creditórios. Creditórios + Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios
Banco do Brasil	Aval/Fiança + Conta Reserva + Recebíveis + AF/Penhor de Ações + AF/Penhor de Equipamentos + CF/Penhor de Direitos Emergentes.
Banco do Nordeste	Aval/Fiança + Fiança Bancária + Conta Reserva + Alienação Fiduciária + Penhor de Ações + Penhor de Equipamentos + Penhor de Direitos Emergentes + CF Direitos Creditórios.
Caixa Econômica Federal	Aval/Fiança + Recebíveis + Conta Reserva
CCEE/RGR/ANEEL	Recebíveis
Santander	Aval/Fiança
Banco da Amazônia	Fiança bancária
CELG de Participações S.A.	Recebíveis
IBM	Aval/Fiança
Nota comercial	Aval/Fiança

18.3 Cronograma de amortização da dívida

Em 31 de dezembro de 2023, as parcelas relativas ao principal dos empréstimos e financiamentos apresentavam os seguintes vencimentos:

Consolidado

	2023	
	Valor	%
Circulante	<u>3.774.590</u>	<u>17%</u>
2025	3.846.429	18%
2026	2.278.265	10%
2027	2.248.738	10%
2028	942.946	4%
Até 2048	<u>9.355.795</u>	<u>44%</u>
Subtotal	<u>18.672.173</u>	<u>86%</u>
Custo de captação/ ajuste a valor presente (não circulante)	(638.078)	-3%
Não circulante	<u>18.034.095</u>	<u>83%</u>
Total	<u>21.808.685</u>	<u>100%</u>

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais)

18.4 Movimentação de empréstimos e financiamentos

A movimentação de empréstimos e financiamentos está conforme a seguir demonstrada:

	Moeda nacional		Moeda estrangeira (USD)		Total
	Passivo circulante	Passivo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	
Saldos em 31 de dezembro de 2022	<u>8.499.726</u>	<u>14.256.385</u>	<u>903.101</u>	<u>2.846.787</u>	<u>26.505.999</u>
Ingressos (nota explicativa nº 18.5)	931.000	2.180.012	1.116.750	2.544.210	6.771.972
Encargos	1.246.446	(33.907)	219.006	132	1.431.677
Varição monetária e cambial	148.744	257.543	(92.728)	(221.347)	92.212
Transferências	3.107.021	(3.107.021)	668.994	(668.994)	-
Amortizações de principal (a)	(10.281.368)	-	(1.174.714)	-	(11.456.082)
Pagamentos de juros	(1.379.241)	-	(167.490)	-	(1.546.731)
Custo de captação (b)	3.789	(19.705)	-	-	(15.916)
Ajuste a valor presente (c)	25.554	-	-	-	25.554
Saldos em 31 de dezembro de 2023	<u>2.301.671</u>	<u>13.533.307</u>	<u>1.472.919</u>	<u>4.500.788</u>	<u>21.808.685</u>

	Moeda nacional		Moeda estrangeira (USD)		Total
	Passivo circulante	Passivo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	
Saldos em 31 de dezembro de 2021	<u>1.251.532</u>	<u>10.145.216</u>	<u>1.375.034</u>	<u>2.029.673</u>	<u>14.801.455</u>
Ingressos (nota explicativa nº 18.5)	500.039	2.604.911	-	1.866.400	4.971.350
Aquisição	7.257.263	2.786.008	-	-	10.043.271
Encargos	796.474	161.551	66.020	-	1.024.045
Varição monetária e cambial	168.915	296.484	(92.178)	(243.389)	129.832
Transferências	1.732.587	(1.732.587)	805.897	(805.897)	-
Amortizações de principal	(2.394.679)	-	(1.192.472)	-	(3.587.151)
Pagamentos de juros	(840.008)	-	(59.200)	-	(899.208)
Custo de captação (b)	5.168	(5.198)	-	-	(30)
Ajuste a valor presente (c)	22.435	-	-	-	22.435
Saldos em 31 de dezembro de 2022	<u>8.499.726</u>	<u>14.256.385</u>	<u>903.101</u>	<u>2.846.787</u>	<u>26.505.999</u>

- (a) As antecipações do exercício são referentes, principalmente, às seguintes liquidações: da controlada direta Equatorial Alagoas (i) no montante de R\$ 47.713, em 02 de maio de 2023, do contrato ECR 0296 e (ii) no montante de R\$ 208.808, em 06 de setembro de 2023, do contrato ECR 02814; da controlada indireta Equatorial Goiás (i) no montante de R\$ 4.186, em 09 de janeiro de 2023, do contrato ECF-232/2008 com a Eletrobras; (ii) no montante de R\$ 5.058.000, em 26 de janeiro de 2023, do saldo devedor dos contratos repactuados com a ENEL Brasil; (iii) no montante de R\$ 13.075, em 15 de fevereiro de 2023, do contrato CCB Nº 50004444400 com a Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES); e (iv) nos montantes adicionais de R\$ 511.000, em 13 de março de 2023, e R\$ 1.022.000, em 27 de março de 2023, com a ENEL Brasil; e (v) no montante de R\$ 583.842, em 06 de novembro de 2023, o saldo remanescente com a ENEL Brasil; da controlada indireta Companhia Estatal de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D, no montante de R\$ 500.000, em 25 de outubro de 2023, da 1ª Emissão Nota Promissórias Comerciais;
- (b) Refere-se à movimentação do custo de captação, quando positivo significa amortização e quando negativo, adição; e
- (c) Refere-se à movimentação do ajuste a valor presente das controladas Equatorial Piauí e Equatorial Goiás que, quando positivo significa amortização e quando negativo, adição.

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais)

18.5 Ingressos

Controlada	Instituição	Ingresso	Data do Ingresso	Pagamento de Juros	Amortização	Destinação de Recurso	Encargo Financeiro (a.a.)	Taxa Efetiva com Derivativo (a.a.)	
Equatorial Goiás	Banco Santander	125.000	jan-23	Bullet	Bullet	Capital de Giro	USD + 6,43%	CDI + 1,40%	
Equatorial Goiás	Banco Citibank	110.000	jan-23	Bullet	Bullet	Capital de Giro	USD + 6,3215%	CDI + 1,40%	
CEA	Banco Citibank	179.280	fev-23	Semestral	Bullet	Capital de Giro	USD + Sofr + 0,84%	CDI + 1,38%	
	Banco Citibank	120.720	fev-23	Semestral	Bullet	Capital de Giro	USD + Sofr + 0,84%	CDI + 1,38%	
Ribeiro Gonçalves Solar Holding	BNDES	97.000	mai-23	Mensal após carência	Mensal após carência	Investimento	IPCA + 7,57%	Não se aplica	
Equatorial Maranhão	BNDES	186.381	jun-23	Trimestral/Mensal após carência	Mensal	Investimento	IPCA + 5,96%	Não se aplica	
CEEE-D	Banco Citibank	583.800	jun-23	Semestral	Customizada	Capital de Giro	USD + Sofr + 1,09%	CDI + 1,85%	
Equatorial Transmissão	Bocom	200.000	jun-23	Bullet	Bullet	Capital de Giro	USD + 7,97%	CDI + 1,45%	
CEEE-D	Bank Of America	233.760	jul-23	Anual	Bullet	Capital de Giro	USD + 6,7882%	CDI + 1,8475%	
Ribeiro Gonçalves Solar Holding	BNDES	250.000	jul-23	Mensal após carência	Mensal após carência	Investimento	IPCA + 7,57%	Não se aplica	
Sertão Solar Barreiras XV	Banco Safra	45.000	jul-23	Bullet	Bullet	Capital de Giro	USD + 7,70%	CDI + 1,70%	
Sertão Solar Barreiras XVI	Banco Safra	33.000	jul-23	Bullet	Bullet	Capital de Giro	USD + 7,70%	CDI + 1,70%	
Sertão Solar Barreiras XVII	Banco Safra	33.000	jul-23	Bullet	Bullet	Capital de Giro	USD + 7,70%	CDI + 1,70%	
Sertão Solar Barreiras XVIII	Banco Safra	39.000	jul-23	Bullet	Bullet	Capital de Giro	USD + 7,70%	CDI + 1,70%	
CSA	BASA	24.329	ago-23	Mensal	Mensal	Investimento	IPCA + 1,6812%	Não se aplica	
BASA	99.847	ago-23	Mensal	Mensal após carência	Investimento	IPCA + 2,0549%	Não se aplica	Sertão Solar Barreiras XVI	1ª Nota
Comercial	35.000	ago-23	Bullet	Bullet	Capital de Giro	CDI + 1,60%	Não se aplica	Sertão Solar Barreiras XX	1ª Nota
Comercial	55.000	ago-23	Bullet	Bullet	Capital de Giro	CDI + 1,60%	Não se aplica	Sertão Solar Barreiras XVII	1ª Nota
Comercial	50.000	ago-23	Bullet	Bullet	Capital de Giro	CDI + 1,60%	Não se aplica	Sertão Solar Barreiras XXI	1ª Nota
Comercial	66.000	ago-23	Bullet	Bullet	Capital de Giro	CDI + 1,60%	Não se aplica	Sertão Solar Barreiras XVIII	1ª Nota
Comercial	50.000	ago-23	Bullet	Bullet	Capital de Giro	CDI + 1,60%	Não se aplica	Sertão Solar Barreiras XIX	1ª Nota
Comercial	55.000	ago-23	Bullet	Bullet	Capital de Giro	CDI + 1,60%	Não se aplica	Sertão Solar Barreiras XV	1ª Nota Comercial
10.000	ago-23	Bullet	Bullet	Capital de Giro	CDI + 1,60%	Não se aplica			
Ribeiro Gonçalves Solar Holding	Banco Safra	150.000	set-23	Bullet	Bullet	Capital de Giro	USD + 7,62%	CDI + 1,75%	
Equatorial Alagoas	Bank Of America	200.000	set-23	Anual	Bullet	Capital de Giro	USD + 6,9529%	CDI + 1,50%	
Equatorial Maranhão	IBM	35.673	set-23	Mensal após carência	Mensal após carência	Investimento	CDI - 0,17%	Não se aplica	
Sertão Solar Barreiras XVI	2ª Nota Comercial	60.000	set-23	Bullet	Bullet	Capital de Giro	CDI + 1,65%	Não se aplica	
Sertão Solar Barreiras XX	2ª Nota Comercial	100.000	set-23	Bullet	Bullet	Capital de Giro	CDI + 1,65%	Não se aplica	
Sertão Solar Barreiras XVII	2ª Nota Comercial	70.000	set-23	Bullet	Bullet	Capital de Giro	CDI + 1,65%	Não se aplica	
Sertão Solar Barreiras XXI	2ª Nota Comercial	80.000	set-23	Bullet	Bullet	Capital de Giro	CDI + 1,65%	Não se aplica	
Sertão Solar Barreiras XVIII	2ª Nota Comercial	75.000	set-23	Bullet	Bullet	Capital de Giro	CDI + 1,65%	Não se aplica	
Sertão Solar Barreiras XIX	2ª Nota Comercial	100.000	set-23	Bullet	Bullet	Capital de Giro	CDI + 1,65%	Não se aplica	
Sertão Solar Barreiras XX	2ª Nota Comercial	65.000	set-23	Bullet	Bullet	Capital de Giro	CDI + 1,65%	Não se aplica	
Ribeiro Gonçalves Solar Holding	Banco Santander	130.000	set-23	Bullet	Bullet	Capital de Giro	USD + 7,62%	CDI + 1,60%	
CEEE-D	BNDES	200.000	set-23	Trimestral/Mensal após carência	Mensal após carência	Investimento	IPCA + 7,38%	Não se aplica	
Equatorial Piauí	Bank Of America	250.000	out-23	Bullet	Bullet	Capital de Giro	USD + 7,5059%	CDI + 1,25%	
Equatorial Alagoas	Banco Citibank	244.750	nov-23	Semestral	Bullet	Capital de Giro	USD + Sofr + 0,77%	CDI + 1,29%	
Equatorial Maranhão	Banco Citibank	389.600	nov-23	Semestral	Bullet	Capital de Giro	USD + Sofr + 0,79%	CDI + 1,29%	
Equatorial Energia	2ª Nota Comercial	1.286.782	nov-23	Bullet	Bullet	Capital de Giro	CDI + 0,80%	Não se aplica	
Equatorial Piauí	Bank Of America	342.300	dez-23	Bullet	Bullet	Capital de Giro	USD + 7,0235%	CDI + 1,38%	
ENOVA	Banco Citibank	121.750	dez-23	Bullet	Bullet	Capital de Giro	USD + 7,10%	CDI + 1,12%	
Ribeiro Gonçalves Solar Holding	Banco Santander	130.000	dez-23	Bullet	Bullet	Capital de Giro	USD + 7,63%	CDI + 1,58%	
Sertão Solar Barreiras XVI	BNB	60.000	dez-23	Bullet	Bullet	Capital de Giro	CDI + 2,18%	Não se aplica	
TOTAL		6.771.972							

18.6 Covenants dos empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos contratados pela Companhia e suas controladas possuem garantias fidejussórias e/ou recebíveis e/ou penhor de ações e/ou aplicações financeiras (contas reserva) e *covenants* não financeiros e financeiros, cujo não cumprimento durante o período de apuração, poderá acarretar o vencimento antecipado dos contratos.

Abaixo estão apresentados os *covenants* financeiros presentes nos contratos de empréstimos e financiamentos da Companhia e de suas controladas, com o período de apuração anual nas controladas:

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais)

Equatorial Maranhão

Covenants Empréstimos	Scotiabank	Citibank
1º Dívida líquida/EBITDA: <= 4,5	1,9	1,9
2º EBITDA/ Resultado financeiro líquido: >= 1,5	9,7	-

Equatorial Pará

Covenants Empréstimos	Scotiabank
1º Dívida líquida/EBITDA: <=4,5	1,2

Equatorial Alagoas

Covenants Empréstimos	Santander	NCE Santander	BofA	Citibank
1º Dívida líquida/EBITDA: <= 4,5	2,2	2,2	2,2	2,2

Equatorial Piauí

Covenants Empréstimos	Santander	BofA
1º Dívida líquida/EBITDA: <= 4,5	3,5	3,5

A Companhia é garantidora nas seguintes emissões nas quais a apuração dos *covenants* se dá de forma consolidada, a saber:

Equatorial Piauí

Covenants Empréstimos	Scotiabank	Santander
1º Dívida líquida/EBITDA: <= 4,5	3,3	3,3

CEEE-D

Covenants Empréstimos	BOFA	Sumitomo Mitsui Banking Corporation	Nota Comercial	Citibank
1º Dívida líquida/EBITDA: <= 4,5	3,3	3,3	3,3	3,3

CEA

Covenants Empréstimos	Scotiabank	Sumitomo Mitsui Banking Corporation	Citibank
1º Dívida líquida/EBITDA: <= 4,5	3,3	3,3	3,3

Telecom

Covenants Empréstimos	Citibank
1º Dívida líquida/EBITDA: <= 4,5	3,3

E-nova

Covenants Empréstimos	Citibank
1º Dívida líquida/EBITDA: <= 4,5	3,3

Os indicadores acima obedecem fidedignamente aos conceitos de dívida líquida contratual e EBITDA contratual, conforme conceitos acordados e expressos nos documentos contratuais. Estas informações visam unicamente dar conhecimento acerca dos indicadores apurados em conformidade com as definições acordadas. Não há diferenças conceituais relevantes entre os indicadores mencionados e as definições contábeis de dívida líquida e EBITDA.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Companhia e suas controladas mantiveram-se em cumprimento de todas as obrigações estipuladas nos contratos.

Adicionalmente aos indicadores mencionados acima, a Companhia e suas controladas possuem *covenants* financeiros junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) cuja apuração é anual e deve ser entregue até 31 de maio do ano subsequente. Para o último exercício divulgado, a Companhia e suas controladas cumpriram todas as obrigações estipuladas nos contratos.

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais)

19 Debêntures

19.1 Movimentação das debêntures

A movimentação das debêntures no exercício está conforme a seguir demonstrada:

Controladora

	<u>Passivo circulante</u>	<u>Passivo não circulante</u>	<u>Total</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2022	<u>125.480</u>	<u>4.428.580</u>	<u>4.554.060</u>
Ingressos (nota explicativa nº 19.4)	1.578.983	-	1.578.983
Encargos	631.418	-	631.418
Amortização do principal (a)	(448.400)	-	(448.400)
Transferências	444.259	(444.259)	-
Pagamento de juros	(659.435)	-	(659.435)
Reorganização societária (b)	(1.579.848)	-	(1.579.848)
Custo de captação (c)	4.215	-	4.215
Saldos em 31 de dezembro de 2023	<u>96.672</u>	<u>3.984.321</u>	<u>4.080.993</u>

	<u>Passivo circulante</u>	<u>Passivo não circulante</u>	<u>Total</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2021	<u>12.247</u>	<u>2.436.140</u>	<u>2.448.387</u>
Ingressos (nota explicativa nº 19.4)	-	2.000.000	2.000.000
Encargos	567.519	-	567.519
Transferências	(5.679)	5.679	-
Pagamento de juros	(452.320)	-	(452.320)
Custo de captação (c)	<u>3.713</u>	<u>(13.239)</u>	<u>(9.526)</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2022	<u>125.480</u>	<u>4.428.580</u>	<u>4.554.060</u>

- (a) Em 22 de dezembro de 2023, a Companhia liquidou antecipadamente a 3ª Emissão de Debêntures em Série Única, no montante de R\$ 448.400;
- (b) Para mais detalhes, ver nota explicativa 1.2 – Acordo de acionistas – Operações com Equatorial Piauí; e
- (c) Refere-se à movimentação do custo de captação, quando positivo significa amortização e quando negativo, adição.

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais)

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possui as seguintes emissões vigentes.

Emissão	Característica	Série	Garantias	Valor da emissão	Custo nominal	Emissão	Vencimento	2023		Total
								Passivo circulante	Passivo não circulante	
5ª	(1)/(3)/(4)	1ª	N/A	1.700.000	CDI + 1,55% a.a.	dez/21	dez/26	3.722	1.684.321	1.688.043
5ª	(1)/(3)/(4)	2ª	N/A	300.000	CDI + 1,7% a.a.	dez/21	dez/28	1.364	300.000	301.364
5ª	(1)/(3)/(4)	5ª	N/A	2.000.000	CDI + 1,4% a.a.	fev/22	fev/25	91.586	2.000.000	2.091.586
								96.672	3.984.321	4.080.993

- (1) Emissão pública de debêntures simples;
(3) Não conversíveis em ações;
(4) Espécie Quirografária;

Consolidado

	Passivo circulante	Passivo não circulante	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022	<u>1.406.261</u>	<u>13.271.265</u>	<u>14.677.526</u>
Ingressos (nota explicativa nº 19.4)	1.578.983	14.082.910	15.661.893
Encargos	2.745.570	(89.428)	2.656.142
Variação monetária	104.917	132.691	237.608
Amortização do principal	(5.556.180)	-	(5.556.180)
Reclassificação (b)	(306.744)	(193.427)	(500.171)
Transferências	3.810.105	(3.810.105)	-
Pagamento de juros	(2.350.228)	-	(2.350.228)
Custo de captação (a)	54.668	(237.799)	(183.131)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	<u>1.487.352</u>	<u>23.156.107</u>	<u>24.643.459</u>

	Passivo circulante	Passivo não circulante	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	<u>961.010</u>	<u>9.640.470</u>	<u>10.601.480</u>
Ingressos (nota explicativa nº 19.4)	-	4.200.000	4.200.000
Aquisição	110.581	1.131.871	1.242.452
Encargos	1.295.101	211.079	1.506.180
Variação monetária	157.993	83.500	241.493
Amortização do principal	(1.928.333)	-	(1.928.333)
Transferências	1.965.091	(1.965.091)	-
Pagamento de juros	(1.179.563)	-	(1.179.563)
Custo de captação	24.381	(30.564)	(6.183)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	<u>1.406.261</u>	<u>13.271.265</u>	<u>14.677.526</u>

- (a) Refere-se à movimentação do custo de captação, quando positivo significa amortização e quando negativo, adição; e
(b) Reclassificação para passivos associados a ativo não circulante mantido para venda. Para mais informações, ver nota explicativa nº 16 – Ativo não circulante mantido para venda.

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais)

Em 31 de dezembro de 2023, as controladas da Companhia, diretas e indiretas, possuem as seguintes emissões vigentes:

Controlada	Emissão	Característica	Série	Valor da Emissão	Custo Nominal	Data da emissão	Vencimento	2023		
								Passivo Circulante	Passivo Não Circulante	Total
EQTL PA	2ª	(2)/(3)/(6)/(7)	1ª	60.000	IPCA + 2,40% a.a.	dez/16	jan/24	28.962	-	28.962
EQTL PA	2ª	(2)/(3)/(6)/(7)	2ª	23.000	IPCA + 2,40% a.a.	dez/16	jan/24	10.877	-	10.877
EQTL PA	6ª	(1)/(3)/(4)	Única	1.350.000	CDI + 1,40% a.a.	jun/22	mai/28	19.559	1.346.515	1.366.074
EQTL MA	9ª	(1)/(3)/(4)	Única	300.000	CDI + 1,40% a.a.	jun/22	mai/28	4.337	299.193	303.530
EQTL MA	10ª	(1)/(3)/(4)/(5)	Única	300.000	IPCA + 6,30% a.a.	dez/23	dez/31	291	291.703	291.994
EQTL PI	1ª	(1)/(3)/(4)	Única	400.000	CDI + 1,37% a.a.	dez/21	dez/26	3.200	400.000	403.200
EQTL AL	1ª	(1)/(3)/(4)	1ª	200.000	CDI + 1,635% a.a.	out/22	out/27	5.379	200.000	205.379
EQTL AL	1ª	(1)/(3)/(4)/(5)	2ª	100.000	CDI + 0,74% a.a.	out/22	out/34	1.004	102.419	103.423
Equatorial Transmissão (a)	1ª	(1)/(3)/(4)/(5)	Única	800.000	IPCA + 4,92% a.a.	mar/21	mar/36	11.049	931.912	942.961
Equatorial Transmissão (a)	2ª	(1)/(3)/(4)/(5)	Única	104.500	IPCA + 5,77% a.a.	out/21	nov/24	71.729	0	71.729
Equatorial Transmissão 1 (a)	1ª	(1)/(3)/(4)/(5)/(6)	Única	55.000	IPCA + 4,85% a.a.	fev/19	jan/33	7.508	61.883	69.391
Equatorial Transmissão 2 (a)	1ª	(1)/(3)/(4)/(5)/(6)	Única	45.000	IPCA + 4,85% a.a.	fev/19	jan/33	5.739	51.616	57.355
Equatorial Transmissão 3 (a)	1ª	(1)/(3)/(4)/(5)/(6)	1ª	45.000	IPCA + 4,80% a.a.	fev/19	jan/33	6.890	50.781	57.671
Equatorial Transmissão 3 (a)	1ª	(1)/(3)/(4)/(5)/(6)	2ª	45.000	IPCA + 4,65% a.a.	fev/19	jan/34	7.168	46.366	53.534
Equatorial Transmissão 5 (a)	1ª	(1)/(3)/(4)/(5)/(6)	Única	66.000	IPCA + 4,85% a.a.	mai/19	abr/39	1.478	81.364	82.842
Equatorial Transmissão 7 (a)	2ª	(1)/(3)/(4)/(5)/(6)	2ª	130.000	IPCA + 4,85% a.a.	mai/19	abr/39	3.232	164.896	168.128
Equatorial Transmissão 8 (a)	1ª	(1)/(3)/(4)/(5)/(6)	1ª	102.000	IPCA + 4,85% a.a.	abr/19	abr/39	2.071	122.511	124.582
Equatorial Transmissão 8 (a)	1ª	(1)/(3)/(4)/(5)/(6)	2ª	87.000	IPCA + 4,85% a.a.	abr/19	abr/39	2.205	110.962	113.167
CEEE-D	1ª	(1)/(3)/(4)/(6)	1ª	1.200.000	CDI + 1,5% a.a.	ago/21	ago/26	343.783	593.922	937.705
CEEE-D (a)	1ª	(1)/(3)/(4)/(5)/(6)	2ª	300.000	IPCA + 5,4% a.a.	ago/21	set/29	6.838	346.332	353.170
CEEE-D (b)	2ª	(1)/(3)/(4)/(5)/(6)	1ª	250.000	CDI + 1,08% a.a.	dez/22	dez/29	646	261.614	262.260
CEEE-D	3ª	(1)/(3)/(4)/(5)/(6)	Única	180.000	IPCA + 6,50% a.a.	ago/23	jul/30	4.468	182.097	186.565
CEEE-D	4ª	(1)/(3)/(4)/(6)	Única	1.000.000	CDI + 1,65% a.a.	dez/23	dez/29	3.522	996.330	999.852
CSA	1ª	(1)/(3)/(4)/(6)	1ª	1.003.000	CDI + 1,55% a.a.	dez/21	jun/24	358.040	-	358.040
CSA	2ª	(1)/(3)/(4)/(5)/(6)	Única	955.000	IPCA + 6,79% a.a.	nov/23	out/52	-	962.871	962.871
EQTL GO	2ª	(1)/(3)/(4)/(6)	Única	7.000.000	CDI + 1,50% a.a.	jan/23	jan/26	302.838	5.549.484	5.852.322
EQTL GO	3ª	(1)/(3)/(4)/(5)/(6)	Única	1.000.000	IPCA + 7,1% a.a.	mai/23	abr/31	9.644	983.906	993.550
EQTL GO	4ª	(1)/(3)/(4)/(5)/(6)	2ª	480.000	IPCA + 6,4407% a.a.	out/23	out/31	5.047	482.643	487.690
EQTL GO	4ª	(1)/(3)/(4)/(5)/(6)	3ª	720.000	IPCA + 6,6789% a.a.	out/23	out/35	7.843	723.964	731.807
EQTL GO	4ª	(1)/(3)/(4)/(6)	1ª	1.852.910	CDI + 1,65% a.a.	nov/23	out/29	34.872	1.805.534	1.840.406
CEA	1ª	(1)/(3)/(4)/(6)	Única	500.000	CDI + 1,80% a.a.	dez/21	jul/28	35.798	614.640	650.438
CEA	2ª	(1)/(3)/(4)/(5)/(6)	Única	195.000	IPCA + 6,50% a.a.	ago/23	jul/30	4.942	191.576	196.518
CEA	3ª	(1)/(3)/(4)/(6)	Única	200.000	CDI + 1,60% a.a.	out/23	set/26	4.925	199.624	204.549
CEA	4ª	(1)/(3)/(4)/(5)/(6)	Única	200.000	IPCA + 6,75% a.a.	dez/23	dez/33	52	192.876	192.928
Echoenergia Participações S.A. (a)	1ª	(1)/(3)/(5)/(6)/(7)	Única	180.000	IPCA + 6,90% a.a.	jun/20	jun/30	7.329	208.633	215.962
Echoenergia Participações S.A. (a)	2ª	(1)/(3)/(4)/(5)	2ª	140.000	IPCA + 4,75% a.a.	jan/21	jan/31	20.477	139.784	160.261
Ventos de São Clemente Holding S.A. (a)	1ª	(1)/(3)/(5)/(6)/(7)	Única	180.000	IPCA + 8,00% a.a.	abr/17	out/30	20.117	173.465	193.582
Ventos de São Clemente Holding S.A.	2ª	(1)/(3)/(4)/(5)	Única	20.000	IPCA + 7,06% a.a.	abr/20	dez/29	2.564	16.368	18.932
Serras Holding S.A.	1ª	(1)/(3)/(5)/(6)/(7)	Única	40.000	IPCA + 7,64% a.a.	jul/18	jun/32	4.475	44.208	48.683
São Jorge Holding S.A.	1ª	(1)/(3)/(5)/(6)/(7)	Única	45.000	IPCA + 9,00% a.a.	mai/17	jul/28	14.600	53.977	68.577
Vila Piauí 1 Empreendimentos e Participações S.A. (a)	1ª	(1)/(3)/(5)/(6)/(7)	Única	43.000	IPCA + 5,95% a.a.	jul/20	jun/35	2.479	32.920	35.399
Vila Piauí 2 Empreendimentos e Participações S.A. (a)	1ª	(1)/(3)/(5)/(6)/(7)	Única	44.000	IPCA + 5,95% a.a.	jul/20	jun/35	2.540	34.426	36.966
Serra do Mel Holding S.A. (a)	1ª	(1)/(3)/(5)/(6)/(7)	Única	142.000	IPCA + 5,29% a.a.	mar/21	dez/35	163	118.471	118.634
Subtotal								1.390.680	19.171.786	20.562.466
Emissões da controladora – ver informações da “Controladora”								96.672	3.984.321	4.080.993
Total - Consolidado								1.487.352	23.156.107	24.643.459

- (1) Emissão pública de debêntures simples
- (2) Emissão privada de debêntures simples
- (3) Não conversíveis em ações
- (4) Espécie Quirografária
- (5) Debêntures Incentivadas
- (6) Garantia Fidejussória; e
- (7) Garantia Real.

- (a) A totalidade dos recursos obtidos foram aplicados em conformidade com a escritura; e
- (b) Considera-se o custo da ponta passiva do swap.

As emissoras das debêntures incentivadas, conforme o artigo 2º da Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011, alterada pelo Decreto nº 8.874, de 11 de outubro de 2016, da Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 3.947, de 27 de janeiro de 2011, tem como obrigatoriedade aplicar a totalidade dos recursos captados nas emissões das debêntures no custeio das despesas já incorridas e/ou a incorrer relativas aos projetos enquadrados junto ao MME – Ministério de Minas e Energia. A finalidade das debêntures incentivadas é captar recursos destinados a projetos de infraestrutura e todos os recursos obtidos foram utilizados pelas controladas da Companhia para esse fim.

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais)

19.2 Garantias

Controlada	Garantias
Equatorial Pará	Aval/Fiança/ CF de Recebíveis /AF Imóvel
Equatorial Maranhão	N/A
Equatorial Piauí	N/A
Equatorial Alagoas	N/A
Equatorial Transmissão	N/A
Equatorial Transmissão 1 (a)	Aval/Fiança
Equatorial Transmissão 2 (a)	Aval/Fiança
Equatorial Transmissão 3 (a)	Aval/Fiança
Equatorial Transmissão 5 (a)	Aval/Fiança
Equatorial Transmissão 7 (a)	Aval/Fiança
Equatorial Transmissão 8 (a)	Aval/Fiança
CEEE-D	Aval/Fiança
CSA	Aval/Fiança
Equatorial Goiás	Aval/Fiança
CEA	Aval/Fiança
Echoenergia Participações S.A.	Fiança Bancária
Ventos de São Clemente Holding S.A.	CCFDC/AF de Ações e Equipamentos/Aval/Fiança
Serras Holding S.A.	CCFDC/AF de Ações e Equipamentos
São Jorge Holding S.A.	CCFDC/AF de Ações e Equipamentos
Vila Piauí 1 Empreendimentos e Participações S.A.	Fiança Bancária/CCFDC/ Penhor de Ações e Equipamentos Vila
Piauí 2 Empreendimentos e Participações S.A.	Fiança Bancária/CCFDC/ Penhor de Ações e Equipamentos Serra do
Mel Holding S.A.	Fiança Bancária/CCFDC/ Penhor de Ações e Equipamentos

19.3 Cronograma de amortização da dívida

Controladora

Vencimento	2023	
	Valor	%
Circulante	96.672	2%
2025	2.850.000	70%
2026	850.000	21%
2027	150.000	4%
2028	150.000	3%
Subtotal	4.000.000	98%
Custo de captação/ ajuste a valor presente (não circulante)	(15.679)	0%
Não circulante	3.984.321	98%
Total	4.080.993	100%

Consolidado

Vencimento	2023	
	Valor	%
Circulante	1.487.352	6%
2025	3.339.730	14%
2026	8.097.475	33%
2027	2.560.998	10%
2028	2.154.148	9%
Até 2052	7.243.264	29%
Subtotal	23.395.615	95%
Custo de captação/ ajuste a valor presente (não circulante)	(239.508)	-1%
Não circulante	23.156.107	94%
Total	24.643.459	100%

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais)

19.4 Ingressos

Empresa	Emissão	Ingresso	Data do Ingresso	Pagamento de Juros	Amortização	Destinação de Recurso	Encargo Financeiro (a.a.)	Taxa Efetiva com Derivativo (a.a.)
Equatorial Goiás	2ª Emissão - Série única	7.000.000	jan-23	Semestral	Bullet	Refinanciamento de dívidas	CDI + 1,50%	Não se aplica
Equatorial Energia	6ª Emissão de Debêntures	1.578.983	mar-23	Bullet	Bullet	Capital de Giro	CDI + 1,00%	Não se aplica
Equatorial Goiás	3ª Emissão - Série única	1.000.000	mai-23	Semestral	Anual após carência	Investimento	IPCA + 7,1%	Não se aplica
CEEE-D	3ª Emissão - Série única	180.000	ago-23	Semestral	Anual após carência	Investimento	IPCA + 6,50%	Não se aplica
CEA	2ª Emissão - Série única	195.000	ago-23	Semestral	Anual após carência	Investimento	IPCA + 6,50%	Não se aplica
Equatorial Goiás	4ª Emissão - 2ª Série	480.000	out-23	Semestral	Anual após carência	Investimento	IPCA + 6,4407%	Não se aplica
Equatorial Goiás	4ª Emissão - 3ª Série	720.000	out-23	Semestral	Anual após carência	Investimento	IPCA + 6,6789%	Não se aplica
CEA	3ª Emissão - Série única	200.000	out-23	Semestral	Bullet	Capital de Giro	CDI + 1,60%	Não se aplica
Equatorial Goiás	4ª Emissão - 1ª Série	1.852.910	nov-23	Semestral	Anual após carência	Capital de Giro	CDI + 1,65%	Não se aplica
CSA	2ª Emissão - Série única	955.000	nov-23	Semestral após carência	Semestral após carência	Investimento	IPCA + 6,79%	Não se aplica
Equatorial Maranhão	10ª Emissão - Série única	300.000	dez-23	Semestral	Anual após carência	Investimento	IPCA + 6,30%	Não se aplica
CEEE-D	4ª Emissão - Série única	1.000.000	dez-23	Semestral	Anual após carência	Capital de Giro	CDI + 1,65%	Não se aplica
CEA	4ª Emissão - Série única	200.000	dez-23	Semestral	Anual após carência	Investimento	IPCA + 6,75%	Não se aplica
		15.661.893						

19.5 Covenants das debêntures

As debêntures contratadas pela Companhia e suas controladas possuem garantias reais, fidejussórias e *covenants* não financeiros e financeiros, cujo não cumprimento durante o período de apuração, poderá acarretar o vencimento antecipado dos contratos. Abaixo estão apresentados os *covenants* financeiros com o período de apuração anual:

Equatorial Energia

Covenants debêntures

1º Dívida líquida/EBITDA: <=4,5

5ª debêntures

3,3

Equatorial Pará

Covenants debêntures

1º Dívida líquida/EBITDA ajustado: < 4,0

2º EBITDA/Despesa financeira líquida: >2,0

1º Dívida líquida/EBITDA : <= 4,5

2ª debêntures

1,6

9,1

6ª debêntures

-

-

1,2

Equatorial Maranhão

Covenants debêntures

1º Dívida líquida/EBITDA: <=4,5

9ª debêntures

1,9

10ª debêntures

1,9

Equatorial Piauí

Covenants debêntures

1º Dívida líquida/EBITDA: <= 4,5

1ª debêntures

3,5

Equatorial Alagoas

Covenants debêntures

1º Dívida líquida/EBITDA: <= 4,5

1ª debêntures

2,2

Equatorial Transmissão

Covenants debêntures

1º Dívida líquida/EBITDA: <=5,0

1ª debêntures

4,7

2ª debêntures

4,7

SPEs

Covenants debêntures ¹

Dívida líquida/EBITDA Companhia: <=4,5

SPE 01

3,3

SPE 02

3,7

SPE 03

3,1

SPE 05

3,2

SPE 07

3,3

SPE 08

3,7

INTESA

Covenants debêntures

1º Dívida líquida/EBITDA: <=4,5

1ª debêntures

2,1

2ª debêntures

2,1

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais)

A Companhia é garantidora nas seguintes emissões, na qual a apuração dos *covenants* se dá de forma consolidada, a saber:

<i>Covenants debêntures</i>	CEEE-D (1ª, 2ª, 3ª e 4ª debêntures)	CEA (1ª, 2ª, 3ª e 4ª debêntures)	CSA (1ª e 2ª debêntures)	EQTL GO (2ª, 3ª e 4ª debêntures)
1ª Dívida líquida/EBITDA: <=4,5	3,3	3,3	3,3	3,3

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia e suas controladas mantiveram-se dentro dos limites estipulados nos contratos.

20 Impostos e contribuições a recolher (Consolidado)

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Circulante		
ICMS	512.781	368.875
ICMS parcelamento (a)	114.201	105.505
PIS e COFINS	265.246	567.966
Encargos sociais e outros	56.949	65.916
Outros	<u>144.028</u>	<u>120.892</u>
Total circulante	<u><u>1.093.205</u></u>	<u><u>1.229.154</u></u>
Não circulante		
ICMS	79.287	62.934
ICMS parcelamento (a)	2.547.968	2.413.435
Outros	<u>285.917</u>	<u>212.836</u>
Total não circulante	<u><u>2.913.172</u></u>	<u><u>2.689.205</u></u>
Total impostos e contribuições a recolher	<u><u>4.006.377</u></u>	<u><u>3.918.359</u></u>

- (a) Saldos referentes às controladas Equatorial Pará, Equatorial Alagoas, CEEE-D e Equatorial Goiás nos montantes de R\$ 31.547, R\$ 1.767, R\$ 2.628.089 e R\$ 766, respectivamente, em 31 de dezembro de 2023, totalizando R\$ 2.662.169 (R\$ 42.191, R\$ 8.581, R\$ 2.468.168 e R\$ 0, respectivamente, em 31 de dezembro de 2022).

Vale destacar que o saldo ICMS parcelamento oriundo da controlada CEEE-D está de acordo com o Instrumento Particular de Assunção de Obrigação de Pagamento de Dívidas e Outras Avenças, assinado em 07 de dezembro de 2020, em que a CEEE-D cedeu e transferiu à sua antiga controladora, a CEEE-Par, a assunção da obrigação do débito tributário relativo a ICMS, no montante de R\$ 2.778.735. A operação ocorreu mediante capitalização pela CEEE-Par, na CEEE-D, dos créditos decorrentes dessa obrigação que, em decorrência da assunção da obrigação de pagamento, será considerado integralmente quitado no montante anteriormente considerado.

Do saldo remanescente, R\$ 82.655 refere-se a parcelamentos ordinários e R\$ 2.545.434 refere-se ao parcelamento realizado junto à Secretaria da Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul – SEFAZ/RS, nos termos do Decreto nº 55.577/2020 (Programa “REFAZ Energia Elétrica”), cujo pagamento foi dividido em 180 parcelas atualizadas mensalmente pela taxa SELIC e, conforme previsto no inciso IV do art. 4º, há possibilidade de redução de 60% dos juros e multa condicionada a quitação total ou parcial do débito. Os descontos possíveis estão demonstrados na tabela abaixo:

	<u>Parcelamentos sem descontos</u>	<u>Descontos</u>	<u>Parcelamentos com descontos</u>
Principal	1.490.473	-	1.490.473
Multa	396.728	(238.037)	158.691
Juros	658.233	(394.940)	263.293
Total	<u>2.545.434</u>	<u>(632.977)</u>	<u>1.912.457</u>

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais)

Cronograma de pagamento ICMS parcelado

	2023	
	Valor	%
Circulante	114.201	4%
2024	107.413	4%
2025	120.511	5%
2026	104.627	4%
2027	104.627	4%
De 2028 a 2035	2.110.790	79%
Não circulante	2.547.968	96%
Total ICMS parcelamento	2.662.169	100%

21 Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

21.1 Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos

	2023	2022
Prejuízo fiscal	1.529.178	1.492.767
Base negativa	490.267	487.535
Diferenças temporárias:		
Provisão para riscos judiciais	495.350	363.843
Perdas / Reversão estimadas em créditos de liquidação duvidosa (PECLD)	219.147	441.036
Provisão para participação nos lucros	25.648	25.077
Receita /Custo de Construção – CPC 47/IFRS 15	(1.517.805)	(1.528.286)
Arrendamentos – CPC 06 (R2)/IFRS 16	8.943	1.932
Intangível – Concessão – Aquisição Equatorial Pará	24.501	48.768
Contingências e encargos da dívida – Aquisição EQTL PA, AL e PI	56.550	58.943
SWAP	111.022	10.184
Provisão laudo atuarial	179.185	77.202
AIC Reversível	67.913	72.318
Atualização do ativo financeiro VNR	(889.534)	(687.818)
Ajuste a valor presente	(220.040)	(216.970)
Reavaliação bens da concessão	(38.569)	(57.579)
Depreciação acelerada	(508.742)	(546.593)
Opção de compra de ações	(75.135)	(199.006)
Provisão para perdas de estoques	(3.252)	-
Outras diferenças temporárias	133.981	(59.470)
Imposto diferido líquido	88.608	(216.117)
Ativo diferido líquido	2.729.099	2.277.811
Passivo diferido líquido	(2.640.491)	(2.493.928)

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais)

21.2 Movimentação dos tributos diferidos

	Reconhec imento no	Outros resultados	Reclassi- ficação (b)	Ativo fiscal	Passivo fiscal
	2022	abrangentes	Baixa (a)	2023	diferido
Prejuízo fiscal	1.492.767	61.771	(25.360)	1.529.178	1.529.178
Base negativa	487.535	11.861	(9.129)	490.267	490.267
Provisão para riscos judiciais	363.843	131.507	-	495.350	495.350
Perdas / Reversão estimadas em créditos de liquidação duvidosa (PECLD)	441.036	(221.889)	-	219.147	272.749
Provisão para participação nos lucros	25.077	560	-	25.648	25.648
Receita /Custo de Construção – CPC 47/IFRS 15	(1.528.286)	(129.974)	-	140.455	(1.517.805)
Arrendamentos - CPC 06 (R2)/IFRS 16	1.932	7.011	-	-	8.943
Intangível - Concessão - aquisição Equatorial Pará	48.768	(24.267)	-	-	24.501
Contingências e encargos da dívida - aquisição EQTL PA, AL e PI	58.943	(2.393)	-	-	56.550
SWAP	10.184	83.818	17.020	-	111.022
Provisão laudo atuarial	77.202	8.493	93.490	-	179.185
AIC Reversível	72.318	(4.405)	-	-	67.913
Atualização do ativo financeiro VNR	(687.818)	(201.716)	-	-	(889.534)
Ajuste a valor presente	(216.970)	(3.070)	-	-	(220.040)
Reavaliação bens da concessão	(57.579)	19.010	-	-	(38.569)
Depreciação acelerada	(546.593)	37.851	-	-	(508.742)
Opção de compra de ações	(199.006)	123.871	-	-	(75.135)
Provisão para perdas de estoques	-	(3.252)	-	-	(3.252)
Incorporação reversa da Enel Investimentos S.A.	(359.932)	-	-	-	(359.932)
Outras diferenças temporárias	300.462	195.065	-	(1.614)	493.913
Diferido líquido	(216.117)	89.852	110.510	(34.489)	138.852
Ativo diferido líquido	2.277.811			2.729.099	
Passivo diferido líquido	(2.493.928)			(2.640.491)	

	2021	Aquisição	Reconhecimento no resultado	2022	Ativo fiscal diferido	Passivo fiscal diferido
IRPJ prejuízos fiscais	714.439	821.250	(42.922)	1.492.767	1.492.767	-
Base negativa de CSLL	266.742	273.638	(52.845)	487.535	487.535	-
Provisão para contingências	224.847	211.839	(21.150)	415.536	415.536	-
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	299.497	235.161	(29.450)	505.208	531.414	(26.206)
Provisão para participação nos lucros	24.021	-	1.056	25.077	25.077	-
Custo de construção – CPC 47/IFRS 15	2.736.155	-	437.975	3.174.130	3.174.130	-
Receita de construção - CPC 47/IFRS 15	(4.156.081)	-	(546.335)	(4.702.416)	-	(4.702.416)
Arrendamentos – CPC 06 (R02) /IFRS 16	1.640	173	119	1.932	1.932	-
Contingências e encargos da dívida –Aquisição Equatorial Pará, Alagoas e Piauí	62.286	-	(3.343)	58.943	58.943	-
Swap	(135.667)	-	145.851	10.184	26.999	(16.815)
Provisão atuarial	38.235	23.048	15.919	77.202	77.202	-
Outras	(18.879)	(125.360)	33.076	(111.163)	298.455	(409.618)
Atualização do ativo financeiro VNR e AVP	(796.291)	(64.214)	(73.090)	(933.595)	21.973	(955.568)
Depreciação acelerada	(583.464)	-	36.871	(546.593)	-	(546.593)
Intangível - Concessão- Aquisição Equatorial Pará	48.573	-	195	48.768	48.768	-
Reavaliação bens da concessão	(34.260)	-	5.488	(28.772)	-	(28.772)
Instrumentos Financeiros – CPC 48/ IFRS 9	(54.649)	-	(9.523)	(64.172)	-	(64.172)
Opção de compra de ações	(140.465)	-	(58.541)	(199.006)	-	(199.006)
AIC reversível	76.744	-	(4.426)	72.318	72.318	-
Total	(1.426.577)	1.375.535	(165.075)	(216.117)	6.733.049	(6.949.166)
Ativo diferido líquido	4.879.199			2.277.811		
Passivo diferido líquido	(6.305.776)			(2.493.928)		

- (a) Na controlada indireta Equatorial Goiás foram realizadas baixas no diferido de prejuízo fiscal e base negativa CSLL, referente à quitação parcial de Parcelamento de IRPJ e CSLL decorrente da Adesão do Programa Litígio Zero da Receita Federal, em que foi possível quitar débitos tributários (discutidos em esfera administrativa) via utilização do prejuízo fiscal; e
- (b) Reclassificação da controlada direta INTESA para o ativo não circulante mantido para venda, conforme CPC 31/IFRS 5. Para mais detalhes, ver nota explicativa nº 16 – Ativo não circulante mantido para venda.

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais)

21.3 Expectativa de recuperação - Ativo fiscal diferido

Com base nos estudos técnicos de viabilidade, considerando a projeção de lucros tributáveis futuros, a Administração das controladas estimam que a realização dos créditos fiscais diferidos, está conforme apresentado a seguir:

Expectativa de realização	2024	2025	2026	2027	Após 2027	Total
Equatorial Maranhão	114.743	-	-	-	-	114.743
Equatorial Pará	167.407	-	-	-	-	167.407
Equatorial Piauí	245.521	109.335	109.347	118.976	64.218	647.397
Equatorial Alagoas	135.653	145.329	66.308	39.339	142.641	529.270
SPEs 01 a 08	28.221	25.528	7.109	-	-	60.858
Equatorial Goiás	-	-	1.114	-	2.203.020	2.204.134
Ativo bruto das controladas	691.545	280.192	183.878	158.315	2.409.879	3.723.809
PPA – Equatorial Pará, Alagoas e Piauí						81.051
Total	691.545	280.192	183.878	158.315	2.409.879	3.804.860

21.4 Conciliação da despesa com imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais e da despesa do imposto de renda pessoa jurídica (IRPJ) e da contribuição social sobre lucro líquido (CSLL) debitada em resultado, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, está demonstrada a seguir:

Controladora	2023		2022	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Lucro contábil antes do IRPJ e CSLL	1.951.722	1.951.722	1.432.429	1.432.429
Alíquota fiscal	25%	9%	25%	9%
Pela alíquota fiscal	487.931	175.655	358.107	128.919
Adições:				
Equivalência patrimonial	360.583	129.808	293.266	102.170
Instrumentos financeiros - CPC 48/ IFRS 09	121.060	43.582	-	-
Outras provisões	10.294	3.128	4.587	1.159
Total adições	491.937	176.518	297.853	103.329
Exclusões:				
Equivalência patrimonial	(1.048.255)	(377.372)	(733.252)	(263.971)
Derivativos – ajuste a valor justo	(29.978)	(10.792)	(43.045)	(15.496)
Total exclusões	(1.078.233)	(388.164)	(776.297)	(279.467)
Dedutibilidade fiscal (limite legal)	-	-	(120.337)	(47.219)
IRPJ e CSLL diferido no resultado do exercício	91.082	32.789	(42.995)	(15.496)
Alíquota efetiva com ativo fiscal diferido	5%	2%	3%	1%

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação

31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais)

Consolidado	2023		2022	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Lucro contábil antes do IRPJ e CSLL	3.034.789	3.034.789	2.692.737	2.692.737
Alíquota fiscal	25%	9%	25%	9%
Pela alíquota fiscal	758.697	273.131	673.184	242.346
Adições:				
Provisão para riscos judiciais	185.845	66.905	31.753	11.431
Provisão para perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	341.638	122.990	132.883	47.838
Ajuste a valor presente	16.407	5.907	72.106	25.959
Variação SWAP	91.494	32.935	130.795	47.085
Atualização do ativo financeiro VNR	62.170	22.381	52.861	19.030
IRPJ/CSLL sobre reserva de reavaliação	13.977	5.033	4.035	1.453
Participação nos lucros, honorários e licença prêmio	2.883	1.038	3.388	1.220
Multa e penalidades por infrações	-	-	2.183	155
Arrendamentos – CPC 06 (R2/IFRS 16)	5.164	1.859	1.026	369
Custo de construção – CPC 47/IFRS 15	17.150	6.173	48.157	17.338
Depreciação acelerada	37.851	-	36.871	-
Remuneração e RAP – Ativos de contrato	291.370	104.894	274.876	98.956
Provisão laudo atuarial	30.515	10.985	-	-
Provisão para perdas de estoques	35.561	12.802	-	-
Instrumentos financeiros - CPC 48/IFRS 09	121.060	43.582	-	-
Outras provisões	679.935	247.433	619.646	225.174
Total adições	1.933.020	684.917	1.410.580	496.008
Exclusões:				
Provisão e reversão para riscos judiciais	(82.592)	(29.732)	(48.062)	(17.301)
Reversão de provisão para perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	(490.811)	(176.691)	(114.298)	(41.171)
Ajuste a valor presente	(62.125)	(22.365)	(6.895)	(2.483)
Variação SWAP	(4.237)	(1.525)	(7.116)	(2.562)
Atualização do ativo financeiro VNR	(216.902)	(78.084)	(134.348)	(48.365)
Participação nos lucros, honorários e licença prêmio	(1.651)	(594)	(712)	(255)
Receita de construção – CPC 47/IFRS 15	(404.387)	(145.579)	(402.891)	(145.111)
Arrendamentos – CPC 06 (R2/IFRS 16)	(337)	(121)	-	-
Provisão laudo atuarial	(17.679)	(6.364)	-	-
Variação cambial	(26.208)	(9.435)	-	-
Derivativos – ajuste a valor justo	(29.978)	(10.792)	(43.045)	(15.496)
Outras provisões	(205.363)	(74.200)	(150.495)	(51.675)
Total exclusões	(1.542.270)	(555.482)	(907.862)	(324.419)
Compensações:				
Compensação prejuízo fiscal e base negativa	(130.656)	(61.761)	(131.776)	(57.427)
Incentivos	(6.878)	-	(5.727)	-
Incentivo prorrogação licença maternidade	(430)	-	(299)	-
Total compensações	(137.964)	(61.761)	(137.802)	(57.427)
Deduções:				
IRPJ subvenção governamental	(957.177)	-	(788.949)	-
Total deduções	(957.177)	-	(788.949)	-
Outros IRPJ/CSLL correntes	(94.204)	(52.550)	-	-
Outros IRPJ/CSLL diferidos	(107.787)	(41.431)	-	-
IRPJ e CSLL corrente no resultado do exercício	39.898	(288.255)	(249.151)	(356.508)
IRPJ e CSLL diferido no resultado do exercício	77.951	11.901	(121.379)	(43.696)
Total de IRPJ e CSLL correntes e diferidos do exercício	117.849	(276.354)	(370.530)	(400.204)
Alíquota efetiva com ativo fiscal diferido	4%	-9%	14%	15%

21.5 Composição do PIS e COFINS diferidos

	2023	2022
Passivo		
PIS diferido sobre a receita de implementação (a)	253.175	300.314
COFINS diferido sobre a receita de implementação (a)	892.329	859.580
Outros impostos diferidos	1.031	14.317
Total PIS e COFINS diferidos	1.146.535	1.174.211
Passivo circulante	49.625	56.919
Passivo não circulante	1.096.910	1.117.292

- (a) O diferimento do PIS e da COFINS é relativo a 9,25% das receitas oriundas dos ativos de contrato. A liquidação desta obrigação diferida ocorrerá à medida que as controladas transmissoras SPEs 01 a 08 receberem as contraprestações determinadas no contrato de concessão. A redução em relação ao exercício de 2022 refere-se, principalmente, a reclassificação dos saldos da INTESA para passivos associados a ativos classificados mantidos para venda, conforme nota explicativa nº 16 – Ativo não circulante mantido para venda.

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais)

21.6 Impostos diferidos não reconhecidos

A Companhia não constituiu impostos diferidos sobre base negativa e prejuízos fiscais pois está em fase de afirmação do período de *turn around* e, conseqüentemente, aguardando a confirmação das projeções elaboradas pela Administração em relação a expectativa de lucros futuros tributáveis.

Em 31 de dezembro de 2023, as controladas indiretas da Companhia apresentaram o saldo de R\$ 3.888.714 (R\$ 3.679.116 em 31 de dezembro de 2022) a realizar na rubrica de impostos diferidos sobre diferenças temporárias, prejuízo fiscais e base negativa de contribuição social.

	2023		2022	
	Valor	Efeito Tributário	Valor	Efeito Tributário
Prejuízos fiscais acumulados	10.718.769	2.679.693	10.312.161	2.578.040
Base Negativa de CSLL	10.711.098	963.999	10.313.501	928.215
Diferenças temporárias	720.655	245.022	508.414	172.861
Total de tributos diferidos	22.150.522	3.888.714	21.134.076	3.679.116

Não há prazo de validade para uso dos saldos de prejuízos fiscais e bases negativas, porém, o uso desses prejuízos acumulados de anos anteriores é limitado a 30% dos lucros anuais.

22 Dividendos a pagar (Controladora)

Conforme o estatuto social da Companhia, aos acionistas está assegurado um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido, ajustado nos termos da legislação em vigor e deduzido das destinações determinadas pela Assembleia Geral.

Os dividendos foram calculados conforme demonstrado a seguir:

	2023	2022
Lucro líquido do exercício	2.075.539	1.373.938
(-) Reserva legal	(103.777)	(68.697)
Lucro líquido ajustado	1.971.762	1.305.241
Dividendos mínimos obrigatórios (calculado 25%)	492.953	326.310
(-) Constituição de reserva de lucros a realizar	(49.234)	-
(=) Dividendos mínimos obrigatórios do exercício	443.719	326.310
(+) Realização da reserva de lucros a realizar – dividendos mínimos	63.595	54.877
(+) Dividendos adicionais propostos	8.885	3.968
(=) Total dividendos	516.199	385.155

O Conselho de Administração aprovou a declaração de dividendos em reunião do Conselho de Administração em 20 de março de 2024, estando sujeitos a aprovação da assembleia geral ordinária. A movimentação dos dividendos a pagar está apresentada conforme a seguir demonstrada:

Saldo em 31 de dezembro de 2021	648.864
Dividendos adicionais (0,64 centavos por ação)	55.176
Pagamento de dividendos (0,64 centavos por ação)	(704.020)
Dividendos propostos de 2022 (0,35 centavos por ação)	326.310
Dividendos reservas de lucros a realizar 2022 (0,35 centavos por ação)	54.877
Saldo em 31 de dezembro de 2022 (0,35 centavos por ação)	381.207
Dividendos adicionais (0,01 centavos por ação)	3.968
Pagamento de dividendos (0,35 centavos por ação)	(385.133)
Dividendos propostos de 2023 (0,44 centavos por ação)	443.719
Dividendos reservas de lucros a realizar 2023 (0,44 centavos por ação)	63.595
Saldo em 31 de dezembro de 2023 (0,44 centavos por ação)	507.356

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Saldo inicial do exercício	381.207	648.864	468.800	771.321
Dividendos constituídos	511.282	436.363	947.788	789.044
Dividendos pagos no exercício	(385.133)	(704.020)	(796.684)	(1.091.565)
Saldo final do exercício	507.356	381.207	619.904	468.800

O artigo 193 da Lei nº 6.404/76 estabelece que “do lucro líquido do exercício, 5% (cinco por cento) serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal”. Além disso, o artigo 195-A da Lei nº 6.404/76 estabelece que a Reserva de Incentivos Fiscais somente pode ser excluída da base de cálculo do dividendo obrigatório. Dessa forma, em uma primeira análise, dado que “do lucro líquido do exercício, 5% (cinco por cento) serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal” e, dado que a Reserva de Incentivos Fiscais somente pode ser excluída da base de cálculo do dividendo obrigatório, a exclusão do saldo destinado a reserva de incentivos fiscais da “base de cálculo” da reserva legal, apontaria para um equívoco por parte das companhias. Entretanto, os incentivos fiscais devem ser subtraídos da base de cálculo da reserva legal, pois devem ser integralmente destinados para a constituição da reserva de incentivos fiscais, sob pena de serem considerados destinação diversa conforme previsto no Decreto-Lei nº 1.598/77, alterado pela Lei nº 12.973/13 (que revogou artigos da Lei nº 11.941/09).

23 Valores a pagar de acordo com o plano de recuperação judicial – Equatorial Pará

Em 1º de dezembro de 2014, o Juiz da 13ª Vara Civil de Belém decretou, com fundamento no que dispõe os Arts. 61 e 63 da Lei nº 11.102/05, após manifestação do Administrador Judicial e do Ministério Público, encerrada a recuperação judicial da controlada Equatorial Pará. Esta sentença encerra a fase de acompanhamento judicial do cumprimento do plano e retira as restrições legais da recuperação. O plano de recuperação negociado e aprovado pelos credores durante o processo permanece inteiramente válido e exigível, o que significa que as condições especiais para as dívidas que foram pactuadas continuam em vigor. Essas obrigações só se encerram com seu cumprimento integral.

A decisão de encerramento está produzindo efeitos normalmente, mas ainda não transitou em julgado por ter sido alvo de duas apelações, movidas pelos credores Petróleo Brasileiro S.A. e Pine S.A. Em novembro de 2017, a Equatorial Pará firmou acordo com o Banco Pine, que culminou com a desistência de sua apelação a sentença de encerramento. A outra apelação versa exclusivamente sobre pagamento de juros e correção no cumprimento das obrigações do plano.

Em função da matéria, a controlada Equatorial Pará estima que as chances de êxito deste recurso são remotas, o que é respaldado em *Legal Opinion* do escritório jurídico que conduz o processo. A estimativa da controlada é que a matéria será apreciada em um cenário de 24 a 36 meses, quando então o encerramento da recuperação judicial estará devidamente transitado em julgado.

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais)

23.1 Composição da dívida

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Circulante		
Outras concessionárias	5.695	5.695
Credores financeiros (a)	30.560	28.527
Partes relacionadas	<u>29.254</u>	<u>9.607</u>
Total	<u>65.509</u>	<u>43.829</u>
Não circulante		
Outras concessionárias	83.853	83.853
Credores financeiros (a)	344.819	382.433
Partes relacionadas	640.349	640.349
(-) Ajuste a valor presente – partes relacionadas	(124.437)	(136.014)
(-) Ajuste a valor presente (b)	<u>(58.580)</u>	<u>(64.878)</u>
Total	<u>886.004</u>	<u>905.743</u>
Total	<u><u>951.513</u></u>	<u><u>949.572</u></u>

- (a) Grupo de credores dentre os quais estão: (i) instituições financeiras públicas ou privadas; e (ii) titulares de créditos decorrentes de operações financeiras ou bancárias, inclusive, mas sem se limitar a, *bonds* e créditos decorrentes de operações de derivativos, com ou sem vinculação de recebíveis; e
- (b) Em 31 de dezembro de 2023, o saldo era composto por: R\$ 42.320 de empréstimos e financiamentos e R\$ 16.261 de outras concessionárias (R\$ 47.105 de empréstimos e financiamentos e R\$ 17.773 de outras concessionárias em 31 de dezembro de 2022).

23.2 Cronograma de pagamento

O cronograma de pagamento das parcelas de longo prazo dos valores a pagar de recuperação judicial é o seguinte:

Vencimento	<u>2023</u>	
	<u>Valor</u>	<u>%</u>
Circulante	<u>65.509</u>	<u>7%</u>
2024	26.321	3%
2025	26.321	3%
2026	60.838	6%
2027	57.864	6%
Até 2034	<u>897.677</u>	<u>94%</u>
Subtotal	<u>1.069.021</u>	<u>112%</u>
(-) Ajuste a valor presente (não circulante)	<u>(183.017)</u>	<u>(19%)</u>
Não circulante	<u>886.004</u>	<u>93%</u>
Total	<u><u>951.513</u></u>	<u><u>100%</u></u>

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais)

23.3 Movimentação dos valores a pagar de acordo com plano de recuperação judicial

	2022	Juros e encargos	Variação monetária e cambial	Amortização	Juros pagos	Ajuste a valor presente	2023
Outras concessionárias	71.775	5.029	-	-	(5.028)	1.512	73.288
Partes relacionadas – nota explicativa n° 10	513.942	38.685	-	-	(19.037)	11.576	545.166
Credores financeiros	363.855	12.713	(9.098)	(26.321)	(12.876)	4.786	333.059
Total	949.572	56.427	(9.098)	(26.321)	(36.941)	17.874	951.513

	2021	Juros e encargos	Variação monetária e cambial	Amortização	Juros pagos	Ajuste a valor presente	2022
Outras concessionárias	70.262	5.029	-	-	(5.028)	1.512	71.775
Partes relacionadas – nota explicativa n° 10	502.366	38.395	-	-	(38.395)	11.576	513.942
Credores financeiros	356.666	15.396	14.521	(13.160)	(14.336)	4.768	363.855
Total	929.294	58.820	14.521	(13.160)	(57.759)	17.856	949.572

24 Provisão para riscos judiciais e depósitos vinculados (Consolidado)

As controladas da Companhia são partes (polos passivos) em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das suas operações, envolvendo questões fiscais, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, analisa as demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base nas experiências anteriores referentes às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, conforme a seguir demonstrado:

	2023		2022	
	Provisão	Depósitos judiciais	Provisão	Depósitos judiciais
Cíveis (a)	2.528.840	194.488	2.617.636	171.080
Fiscais (b)	137.384	134.928	293.062	124.455
Trabalhistas (c)	2.770.168	396.187	2.755.936	362.061
Regulatórias (d)	320.371	1.888	241.258	1.726
Ambientais (e)	33.554	-	31.020	-
Total	5.790.317	727.491	5.938.912	659.322
Circulante	648.839	11.386	601.291	5.711
Não circulante	5.141.478	716.105	5.337.621	653.611

Movimentação dos processos no exercício

	2022	Adições (1)	Utilização (2)	Reversão de provisão (3)	Atualização (4)	2023
Cíveis	2.617.636	160.979	(222.323)	(175.205)	147.753	2.528.840
Fiscais	293.062	26	(2)	(152.476)	(3.226)	137.384
Trabalhistas	2.755.936	249.425	(242.103)	(121.966)	128.876	2.770.168
Regulatórias	241.258	95.438	(33.349)	(13.344)	30.368	320.371
Ambientais	31.020	52	-	(35)	2.517	33.554
Total	5.938.912	505.920	(497.777)	(463.026)	306.288	5.790.317

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>2021</u>	Adições (1)	Utilização (2)	Reversão de provisão (3)	Atualização (4)	Aquisição (5)	<u>2022</u>
Cíveis	1.229.695	167.674	(115.846)	(134.510)	41.629	1.428.994	2.617.636
Fiscais	271.820	4.579	(2)	(197)	4.032	12.830	293.062
Trabalhistas	527.039	170.354	(82.988)	(93.426)	60.676	2.174.281	2.755.936
Regulatórias	79.041	7.028	(5.785)	(19.180)	(547)	180.701	241.258
Ambientais	<u>27.328</u>	<u>7</u>	<u>(3)</u>	<u>-</u>	<u>3.688</u>	<u>-</u>	<u>31.020</u>
Total	<u>2.134.923</u>	<u>349.642</u>	<u>(204.624)</u>	<u>(247.313)</u>	<u>109.478</u>	<u>3.796.806</u>	<u>5.938.912</u>

(1) Contingências provisionadas no exercício;

(2) Gastos efetivos (pagamentos) com contingências judiciais;

(3) Reversões realizadas no exercício;

(4) Atualizações monetárias mensais pelo INPC acrescido de 1% da taxa Selic; e

(5) Saldos provenientes da Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A. Para mais detalhes, ver nota explicativa nº 3.1.1 – Combinações de negócios.

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados internos.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, as provisões foram revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

a) Cíveis

As controladas da Companhia figuram como rés em 63.731 processos cíveis em 31 de dezembro de 2023 (66.341 processos em 31 de dezembro de 2022), os quais, em sua grande maioria, referem-se a pleitos de danos materiais e morais, assim como ressarcimento de valores pagos por consumidores.

Os processos cíveis mais significativos envolvem ações indenizatórias por danos emergentes e lucros cessantes em decorrência de resgate forçado de debênture conversíveis em ações, inadimplência de Governo, cobranças indevidas, acidentes com a rede de distribuição, falha no fornecimento, morte por descarga elétrica ou danos decorrentes da rescisão de contratos com fornecedores.

Contingências cíveis (prognóstico provável de perda)	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Debêntures	286.898	271.797
Falha no fornecimento	243.928	225.903
Cobrança indevida	505.959	601.870
Quebra de contrato	307.179	319.305
Falha no atendimento	176.087	235.728
Morte por eletroplessão	89.154	124.830
Fraude questionada	50.495	58.130
Desclassificação na secagem de fumo	24.368	33.440
Execução de título extrajudicial	34.459	30.260
Convênio de devolução	27.461	29.331
Acidentes	45.156	50.617
Portaria do DNAEE	12.286	12.628
Corte indevido	11.394	12.448
Regulatório	193.162	88.073
Outras	520.854	523.276
Total	<u>2.528.840</u>	<u>2.617.636</u>

Dentre os processos relevantes cujo risco de perda é considerado provável destacam-se:

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais)

Controlada indireta Equatorial Piauí: (i) Processo nº 0012732-04.2003.8.18.0140 (Cobrança indevida) em que tem como autor o Município de Água Branca e outros e como objeto suposta compensação de valores a maior na Transação de Crédito Tributário firmada com o Estado e, em razão disso, requer a devolução das quantias supostamente adimplidas a maior, bem como a repetição do indébito desses valores, no montante de R\$ 50.428 (R\$ 47.346 em 31 de dezembro de 2022), considerando-se o posicionamento do Poder Judiciário em processo similar. Atualmente o processo encontra-se em instrução. (ii) Processo nº 0013909-85.2012.8.18.0140 (Falha no Fornecimento) que tem como autor Cerâmica Surubim Ltda., e como objeto a ocorrência de incêndio em decorrência de desligamento, supostamente “abrupto”, de sua unidade consumidora em 21 de dezembro de 2011 e, em razão disso, requer o pagamento de indenização a título de danos materiais e lucros cessantes, no montante de R\$ 5.265 (R\$ 3.244 em 31 de dezembro de 2022). Atualmente o processo encontra-se pendente de análise do recurso da Distribuidora de Agravo em Recurso Especial e do pedido realizado pela Equatorial Piauí no cumprimento provisório de sentença de compensação do valor executado com débito da exequente.

Controlada indireta CEEE-D: ação indenizatória movida por Banco Máxima em face da CEEE-D, buscando indenização por danos emergentes e lucros cessantes em decorrência de resgate forçado de debêntures conversíveis em ações, no montante de R\$ 223.253 (R\$ 208.283 em 31 de dezembro de 2022). Atualmente o processo está em fase de liquidação de sentença, a fim de aferir eventual prejuízo sofrido pelo Banco em decorrência dos danos emergentes, eis que o pedido de lucros cessantes foi julgado improcedente, já com trânsito em julgado.

Controlada indireta CEA: ações cíveis de execução de título extrajudicial decorrente de termos de confissão de dívida formalizados pela Companhia antes da aquisição pelo Grupo Equatorial, no montante de R\$ 34.459 em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 30.259 em 31 de dezembro de 2022), e a ação de cobrança em face da CEA por inadimplemento do contrato nº 15/2013, referente à implantação das linhas de subtransmissão e da subestação do município de Laranjal do Jari, no montante de R\$ 5.108, atualizado até o exercício findo de 31 de dezembro de 2023 (R\$ 13.371, em 31 de dezembro de 2022).

Controlada indireta Equatorial Goiás: Processo 0006678.32.2006.4.01.3500 que tem como autor Comercializadora brasileira de energia emergencial, assunto Quebra de Contrato e como objeto o suposto repasse inferior de encargos tarifários arrecadados junto aos usuários (encargo de capacidade emergencial), no montante de R\$ 43.318 (R\$ 40.468 em 31 de dezembro de 2022). Atualmente o processo encontra-se pendente de análise do recurso de Apelação em face de sentença que condenou a empresa ao pagamento do valor de R\$ 2.187; Processo 0387465.77.2009.8.09.0051 que tem como autor Luiz Silveira advocacia empresarial S.A, assunto Cobrança Indevida e como objeto a execução de título extrajudicial proposta em desfavor de Companhia, visando o recebimento da quantia de R\$ 28.869, representada pelo Contrato de Prestação de Serviços de Advocacia – PR-PRJU-1407-2003, prorrogado pelos aditivos PRJU – 1852/2004 e PRGE – 0866/2005, no montante de R\$ 134.101 (R\$ 123.618 em 31 de dezembro de 2022). Atualmente o processo está suspenso até que seja certificado o trânsito em julgado do Resp. nº 1.377.703/GO.

Além dos processos provisionados, existem outros processos cíveis cuja possibilidade de perda, em 31 de dezembro de 2023, é avaliada como possível pela Administração, com base na avaliação da Gerência Jurídica das controladas da Companhia com subsídio das atualizações processuais fornecidas por seus assessores legais externos, como possível, no montante de R\$ 4.443.683 (R\$ 4.177.540 em 31 de dezembro de 2022), para as quais não foram constituídas provisões.

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais)

Contingências cíveis (prognóstico possível de perda)	2023	-	2022
Associação Goiana dos Municípios convênio	1.686.566		1.578.423
Quebra de contrato	638.177		650.903
Falha no fornecimento	312.635		344.338
Falha no atendimento	181.271		166.563
Adequação de rede	786		105.014
Portaria do DNAEE	97.422		93.334
Acidentes	46.449		68.472
Cobrança indevida	251.217		59.773
Morte por eletroplessão	31.238		31.258
Incêndio	65.329		60.512
Fraude questionada	19.104		23.010
Licitação	17.337		16.343
Corte indevido	12.614		11.808
Recadastramento iluminação pública	4.734		8.711
Regulatório	119.221		122.645
Debêntures	63.645		63.514
Desclassificação na secagem de fumo	9.171		14.244
Outras	886.767	-	758.675
Total	<u>4.443.683</u>	=	<u>4.177.540</u>

Dentre os processos relevantes cujo risco de perda é considerado possível destacam-se:

Controlada indireta Equatorial Pará: (i) processo nº 0026675-52.2013.8.14.0301 relacionado a ação indenizatória coletiva movida pela Cred New Recuperação de Ativos e Serviços Ltda. por quebra de contrato, no montante de R\$ 192.792 (R\$ 199.344 em 31 de dezembro de 2022); e (ii) processo nº 0031306-39.2012.4.01.3900 relacionado a ação civil pública movida pelo Ministério Público Federal, em face da Equatorial Pará, ANEEL e Rede Energia, requerendo a anulação da resolução normativa 3.371/2012 e por consequência determinado a compensação aos consumidores no montante de R\$ 88.000 (R\$ 90.669 em 31 de dezembro de 2022).

Controlada indireta Equatorial Piauí: Processo nº 0037357-09.2015.4.01.3400 (Benefício Previdenciário) que tem como autor SINTEPI - Sindicatos dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas no Estado do Piauí e como objeto a suposta ausência de implementação das contribuições previdenciárias ao plano de benefícios de previdência complementar dos empregados, no montante de R\$ 208.260 (R\$ 191.216 em 31 de dezembro de 2022). Atualmente o processo encontra-se concluso para julgamento. Processo nº 0000196- 96.2001.4.01.4000 (Quebra de Contrato) que tem como autor Companhia Hidroelétrica do São Francisco – CHESF e como objeto suposto descumprimento contratual. Atualmente o processo encontra-se em fase recursal apenas no tocante ao cabimento de honorários advocatícios decorrentes do acordo já homologado judicialmente, no montante de R\$ 21.145 (R\$ 19.837 em 31 de dezembro de 2022).

Controlada indireta CEEE-D: processo que envolve ação indenizatória movida pelo Banco Dimensão em face da CEEE-D, buscando indenização por danos emergentes e lucros cessantes em decorrência de resgate forçado de debêntures conversíveis em ações, no montante de R\$ 63.645 (R\$ 63.514 em 31 de dezembro de 2022). O processo foi julgado procedente, dando origem ao ingresso de Ação Rescisória por parte da CEEE-D, o qual está em trâmite.

Controlada indireta CEA: ação ajuizada pelo Município de Macapá em 2017, afirmando que a Companhia estava retendo valores de receita com iluminação pública com base em dados unilaterais. Requereu, assim, o cumprimento do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) assinado pelas partes no âmbito do Ministério Público, a fim de que a Companhia repasse ao município a totalidade do percentual consignado, um valor associado em 31 de dezembro de 2023 de R\$17.903.

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais)

Controlada indireta Equatorial Goiás: Processo 507256-53.2007.8.09.0134 que tem como autor Município de Quirinópolis, assunto AGM Convênio, e como objeto a devolução de valores de cotas de tributo (ICMS) que foram utilizados para pagar as faturas de energia elétrica do ente municipal por meio de um convênio assinado entre a Associação Goiana de Municípios, Equatorial Goiás, Estado de Goiás e Banco do Estado de Goiás que foi declarado nulo pelo Supremo Tribunal Federal, ante a ausência de participação das municipalidades na elaboração do ajuste contratual, no montante de R\$ 460.830 (R\$ 429.655 em 31 de dezembro de 2022). Atualmente o processo encontra-se em fase instrutória; e Processo 0165203-98.2001.8.09.0051 que tem como autor Município de Anápolis, assunto AGM Convênio e como objeto a devolução de valores de cotas de ICMS que foram utilizados para pagar as faturas de energia elétrica do ente municipal por meio de um convênio assinado entre a Associação Goiana de Municípios, Equatorial Goiás, Estado de Goiás e Banco do Estado de Goiás que foi declarado nulo pelo Supremo Tribunal Federal, ante a ausência de participação das municipalidades na elaboração do ajuste contratual, no montante de R\$ 429.730 (R\$ 404.466 em 31 de dezembro de 2022). Atualmente o processo encontra-se em fase instrutória.

b) Fiscais

As controladas da Companhia figuram como rés em 1.654 processos fiscais em 31 de dezembro de 2023 (1.657 processos em 31 de dezembro de 2022) representado pelo montante de R\$ 137.384 (R\$ 293.062 em 31 de dezembro de 2022).

Contingências fiscais (prognóstico provável de perda)	2023	2022
Planos econômicos	-	146.745
PIS/COFINS	73.583	70.320
ICMS	43.115	53.352
ISS	532	1.383
Outras	20.154	21.262
Total	<u>137.384</u>	<u>293.062</u>

Dentre os processos relevantes cujo risco de perda é considerado provável destacam-se:

Controlada indireta Equatorial Maranhão: Processo de PIS e COFINS sobre a receita financeira no montante de R\$ 70.257, onde a Companhia obteve decisão judicial favorável para anular os efeitos do Decreto nº 8.426/2015, que reintroduziu as alíquotas da contribuição ao PIS e da COFINS sobre receitas financeiras. Apesar desta decisão, os valores de tais tributos foram depositados em juízo, não havendo assim a necessidade de provisioná-los. Considerando que o Supremo Tribunal Federal declarou a constitucionalidade do aumento de tais alíquotas, em sede de repercussão geral (Tema 939), os valores poderão ser convertidos em renda, exceto os valores que a Companhia depositou em excesso, os quais já foram reconhecidos pela União, e encontra-se em fase de recuperação.

Além dos processos provisionados conforme demonstrado anteriormente, existem outras contingências fiscais cuja possibilidade de perda era avaliada pela Administração, com base na avaliação a Gerência Jurídica das controladas da Companhia com subsídio das atualizações processuais fornecidas por seus assessores legais externos, como possível, no montante de R\$ 639.005 (R\$ 485.066 em 31 de dezembro de 2022) para as quais não foram constituídas provisões.

Contingências fiscais (prognóstico possível de perda)	2023	2022
ICMS	407.422	369.634
Cobrança CIP/COSIP	25.512	29.852
PIS/COFINS	94.200	22.949
Multa por infração	15.665	14.072
ISS	20.792	10.817
CSLL, PIS e COFINS	1.173	1.087
ICMS, TUSD e TUST	663	602
Outras	73.578	36.053
Total	<u>639.005</u>	<u>485.066</u>

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais)

Dentre os processos relevantes cujo risco de perda é considerado possível destacamos:

Controlada indireta CEEE-D: ações referentes a créditos do PIS e da COFINS sobre Perdas não técnicas de energia elétrica injetada, no âmbito federal; e CIP, no valor aproximado de R\$ 20.000, no âmbito municipal. Este último, embora classificado como possível, tem viés remoto, devido a negociação em curso entre as partes.

Controlada direta Equatorial Alagoas: processos referentes a demandas como autos de infração por suposta falha no recolhimento de ICMS no fornecimento elétrico, durante determinado período ou ações que questionam a cobrança do ICMS incidente sobre as faturas de energia, no montante de R\$ 403.107. A maior parte das demandas tem fato de origem conciliado à época da gestão estatal, e, conforme prognóstico de perda possível, não foram constituídas provisões.

c) Trabalhistas

Em 31 de dezembro de 2023, as controladas da Companhia possuem 14.023 processos (14.433 processos em 31 de dezembro de 2022), no montante de R\$ 2.770.168 (R\$ 2.755.936 em 31 de dezembro de 2022) por ex-empregados contra as controladas da Companhia, com pedidos que variam entre horas extras, responsabilidade solidária, periculosidade, equiparação e/ou reenquadramento salarial, entre outros, assim como por ações movidas por ex-empregados de empresas terceirizadas (responsabilidade subsidiária), que pleiteiam, em sua maioria, verbas rescisórias.

Contingências trabalhistas (prognóstico provável de perda)	<u>2023</u>	-	<u>2022</u>
Hora extra	1.337.385		1.304.991
Responsabilidade solidária	47.095		239.033
Diferença salarial	153.510		167.081
Responsabilidade subsidiária	190.307		140.418
Auxílio alimentação	114.391		123.665
Verbas rescisórias	39.160		85.548
Sobreaviso	77.730		65.650
Acidente de trabalho	46.510		35.090
Ex-autárquico	22.664		28.158
Jornada de trabalho	106.599		21.154
Penosidade	27.773		19.223
Gratificação	15.954		15.753
FGTS	16.030		18.865
Implantação do plano de cargos, carreira e salários	16.219		24.680
Periculosidade	23.236		22.472
Danos morais	18.108		23.033
Acúmulo de função	7.697		8.031
Desligamento voluntário	5.361		4.539
Doença ocupacional	3.783		3.947
Concurso público	3.043		3.889
Reintegração no emprego	1.977		1.597
Dispensas PAE	220.658		209.746
Outras	<u>274.978</u>		<u>189.373</u>
Total	<u><u>2.770.168</u></u>	=	<u><u>2.755.936</u></u>

Dentre os processos relevantes cujo risco de perda é considerado provável destacamos:

Controlada indireta Equatorial Pará: Ações movidas por ex-empregados contra a Companhia, envolvendo a cobrança de horas-extras, adicional de periculosidade, plano de cargos e salários, verbas rescisórias, desligamento voluntário, diferença salarial, cujo montante provisionado é de R\$ 17.954 (R\$ 11.901 em 31 de dezembro de 2022).

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais)

Controlada indireta CEA: ação trabalhista de execução, cujo objeto são os reflexos de verbas salariais intituladas progressão por antiguidade, suprimidas entre os anos de 2013 e 2019. Atualmente, o processo aguarda julgamento de Agravo de Instrumento em Recurso de Revista de Agravo de Petição. O Recurso de Revista em Agravo de Petição da CEA foi parcialmente admitido. Valor provisionado de R\$ 28.620 até o exercício findo de 31 de dezembro de 2023 (R\$ 26.648 em 31 de dezembro de 2022).

Controlada indireta Equatorial Goiás: Processo 0012044-14.2017.5.18.0007 (Horas Extras - intrajornada), que tem como autor o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas no Estado de Goiás que pleiteia concessão de intervalo intrajornada inferior a 2 (duas) horas com base no artigo 71, §4º, da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), antes da vigência da Reforma Trabalhista e aplicação do divisor 200 para 1.685 substituídos, no montante de R\$ 584.929 (R\$ 0 em 31 de dezembro de 2022). O processo transitou em julgado em 19 de dezembro de 2023. Em 31 de janeiro de 2024, o sindicato requereu o prosseguimento da execução e a concessão de prazo para apresentar a relação de documentos necessários para a liquidação do julgado. A Companhia realizou a alteração da classificação de risco desta contingência em virtude do andamento do processo. Trata-se de ação trabalhista coletiva nº 0012044-14.2017.5.18.0007 movida pelo Sindicato (STIUEG) representando 1.685 empregados substituídos e pleiteando a diferença do pagamento de horas extra decorrentes do intervalo intrajornada parcialmente suprimido. O processo judicial transitou em julgado em 19 de dezembro de 2023. No intuito de apresentar uma realidade mais fidedigna, até a conclusão final do cálculo, foi realizado uma projeção englobando um número médio de substituídos por amostragem que acusou a necessidade de ajuste no valor que constava no possível e que foi alocado no provável, no montante de R\$ 575.877, sendo R\$ 273.982 referente ao valor principal do processo e R\$ 301.896 referentes à sua atualização. Do montante total, R\$ 255.000 é referente ao FUNAC e R\$ 320.877, de ordem geral; Processo 0011738-89.2015.5.18.0015 em que tem como autor o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas no Estado de Goiás que pleiteia a natureza salarial do auxílio alimentação recebida pelos empregados e reflexos dos valores pagos nas demais parcelas para 1.715 substituídos, no montante de R\$ 109.660 (R\$ 101.902 em 31 de dezembro de 2022), considerando-se decisão judicial transitada em julgado. Atualmente o processo encontra-se em execução (sobrestado). A Companhia ajuizou Ação Rescisória, processo n. 0010602-92.2021.5.18.0000, que foi julgada improcedente pelo TRT da 18ª Região e reformada pelo TST sendo julgada procedente a Ação Rescisória da empresa para rescindir o acórdão da RT011738-89.2015.5.18.0015. Em 24 de novembro de 2023 foram apresentados Embargos de Declaração do Sindicato. Em 16 de janeiro de 2024 foram apresentadas contrarrazões pela Equatorial; e Processo 0011042-60.2013.5.18.0003 em que tem como autor o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas no Estado de Goiás que pleiteia a aplicação do adicional de 100% das horas extras laboradas aos domingos e feriados para 38 substituídos, no montante de R\$ 18.153 (R\$ 17.017 em 31 de dezembro de 2022), considerando-se decisão judicial transitada em julgado. Atualmente o processo encontra-se em execução com Agravo em Recurso Extraordinário. Em 28 de novembro de 2023 foi concluso para apreciação da petição de recurso.

Além dos processos provisionados, existem outras contingências trabalhistas cuja possibilidade de perda era avaliada pela Administração, com base na avaliação da Gerência Jurídica das controladas da Companhia com subsídio das atualizações processuais fornecidas por seus assessores legais externos, como possível, no montante de R\$ 1.070.571 (R\$ 2.369.040 em 31 de dezembro de 2022) para as quais não foram constituídas provisões.

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais)

Contingências trabalhistas (prognóstico possível de perda)	2023	-	2022
Hora extra	88.101		1.176.027
Diferença salarial	429.525		489.141
Responsabilidade solidária	8.566		161.485
Jornada de trabalho	135.196		376
Responsabilidade subsidiária	113.512		86.244
Verbas rescisórias	4.367		61.160
Programa de desligamento	37.096		55.929
Sobreaviso	36.675		33.532
Acidente de trabalho	26.696		27.046
Gratificação	26.890		19.969
Danos morais	5.913		7.601
Equiparação salarial	137		7.366
FGTS	8.568		7.201
Doença ocupacional	5.446		5.470
Reintegração no emprego	2.614		2.708
Outras	141.269	-	227.785
Total	<u>1.070.571</u>	=	<u>2.369.040</u>

Dentre os processos relevantes cujo risco de perda é considerado possível destaca-se:

Controlada indireta Equatorial Piauí: Processo nº 0000384-73.2021.5.22.0006 (Plano de cargos e salário – PCR 2010), que tem como autor o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas do Estado do Piauí – SINTEPI e como objeto o pedido cumprimento do plano de cargos e salário da Eletrobras – PCR 2010 em relação às promoções por maturidade. Os pedidos foram julgados procedentes para sejam implantadas 05 promoções por antiguidade para os representados. A companhia recorreu e seu recurso está pendente de apreciação, no montante de R\$ 51.833 (R\$ 91 em 31 de dezembro de 2022). Processo nº 0001992-20.2018.5.22.0004 (Privatização), que tem como autor o Ministério Público do Trabalho e como objeto o pedido de anulação das demissões após a privatização e como pedido subsidiário a extensão do PDV (Plano de Demissão Voluntária) para os empregados que foram demitidos sem justa causa e os que pediram demissão até o início da vigência do Acordo Coletivo de Trabalho 2019/2021 e dano moral coletivo, no montante de R\$ 5.959 (R\$ 7.053 em 31 de dezembro de 2022). Processo nº 0000424-32.2019.5.22.0004 (Gratificação), que tem como autor o Jacqueline Ribeiro de Sousa Santos e como objeto o pedido das diferenças salariais do período de março de 2014 a janeiro de 2017 e reflexos, inclusive sobre férias, 13º salário, FGTS, anuênios, gratificações incorporadas, verbas rescisórias, e outras vantagens de caráter pessoal asseguradas à Reclamante, decorrentes do equívoco no enquadramento do salário base narrado ao longo da presente reclamação, durante o período não prescrito em que a Reclamante exerceu a função de Assistente de Diretoria, bem como as contribuições sociais incidentes e imposto de renda, todos com a devida atualização e correção monetária até a data do cumprimento da sentença, no montante de R\$ 1.300 (R\$ 1.229 em 31 de dezembro de 2022).

Controlada indireta Equatorial Goiás: Processo 0010799-06.2015.5.18.0017, que tem como autor o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas no Estado de Goiás, referente a diferença salarial, que pleiteia o desvio de função dos eletricitistas ao de eletrotécnico para 513 substituídos, no montante de R\$ 411.086 (R\$ 384.200 em 31 de dezembro de 2022), atualmente o processo encontra-se em execução. Em 22 de novembro de 2023 foi dado provimento parcial ao Agravo e incluído em pauta para o dia 07 de fevereiro de 2024. Aguarda publicação para interposição de embargos divergentes

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais)

d) Regulatórios

Em 31 de dezembro de 2023, as controladas da Companhia figuram como réis em 480 processos regulatórios (390 processos em 31 de dezembro de 2022) e possuem montante de prováveis penalidades regulatórias a serem aplicadas de R\$ 320.371 (R\$ 241.258 em 31 de dezembro de 2022), referente, principalmente, a termos de notificação e auto de infração da ANEEL, bem como penalidade de medição de fronteira na CCEE.

Contingências regulatórias (prognóstico provável de perda)	2023	2022
Falha no atendimento	51.626	45.017
Fiscalização técnica	58.211	33.386
Reflexo das diferenças salariais	21.017	25.857
Incêndio	-	29.797
Compra e venda de energia	17.985	17.405
Multa sobre a apuração da DEC e FEC	71.045	7.385
Direitos coletivos, difusos e individuais homogêneos	-	7.140
Conta de desenvolvimento energético – CDE	-	75
Auto de infração	50.164	-
Outras	50.323	75.196
Total	320.371	241.258

Dentre os processos relevantes cujo risco de perda é considerado provável destacamos:

Controlada indireta CEEE-D: auto de infração, decorrente da fiscalização sobre qualidade do fornecimento de energia elétrica no ano de 2022 pelo órgão Agência Estadual de Regulação dos Serviços Públicos Delegados do Rio Grande do Sul (AGERGS), no montante de R\$ 50.164 (R\$ 0 em 31 de dezembro de 2022).

Controlada indireta CEA: ações aplicadas contra a Companhia, referente a Termos de Notificação e Auto de Infração da ANEEL, bem como penalidade de Medição de fronteira na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), no montante de R\$ 21.017 em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 25.857 em 31 de dezembro de 2022)

Controlada indireta Equatorial Goiás: Processo Administrativo ANEEL nº 48500.003231/2021-01 que tem como interessado Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A., referente a fiscalização técnica e como objeto: Recurso Administrativo interposto pela Enel Distribuição Goiás em face do Auto de Infração nº 1/2020, lavrado pela Agência Goiana de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos - AGR, que aplicou a penalidade de multa em decorrência do descumprimento de dispositivos legais e regulamentares relacionados a qualidade técnica do fornecimento de energia elétrica, no montante de R\$ 58.211. Atualmente o processo, após emissão de Parecer da Procuradoria Federal junto à ANEEL opinando pela negativa de provimento ao recurso da distribuidora, encontra-se na assessoria do diretor Relator Ricardo Lavorato Tili, pendente de decisão administrativa final no âmbito da Diretoria Colegiada da ANEEL; e Processo 1071387-09.2022.4.01.3400 (Multas Regulatórias) ajuizado pela Distribuidora com objetivo de anular a multa por descumprimento dos limites da Duração Equivalente de Interrupção por Consumidor – DEC e Frequência Equivalente de Interrupção por Consumidor – FEC em 2020 e 2021, no montante de 62.697 (AI 0010/2022-SFE/ANEEL - processo 48500.004430/2021). ANEEL apresentou contestação e o processo está em fase de produção de provas.

As controladas da Companhia, em 31 de dezembro de 2023, possuem processos regulatórios, cuja possibilidade de perda é avaliada como possível pela Administração, no montante de R\$ 32, (R\$ 32 em 31 de dezembro de 2022), com base na avaliação da gerência jurídica, para as quais não foram constituídas provisões.

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais)

Contingências regulatórias (prognóstico possível de perda)	2023	2022
Conta de desenvolvimento energético – CDE	32	32
Total	32	32

e) Ambientais

Em 31 de dezembro de 2023, as controladas da Companhia figuram como réis em 110 processos ambientais (129 processos em 31 de dezembro de 2022). O valor de R\$ 33.354 (R\$ 31.020 em 31 de dezembro de 2022) corresponde Ação Civil Pública ajuizada pelo Ministério Público Estadual para compelir a CEEE-D promover a descontaminação ambiental dos imóveis denominados Horto Florestal Renner e Fábrica de Postes Barreto, ambos localizados do Município de Triunfo-RS.

As controladas da Companhia, em 31 de dezembro de 2023, possui processos ambientais, cuja possibilidade de perda é avaliada como possível pela Administração, no montante de R\$ 930 (R\$ 941 em 31 de dezembro de 2022).

25 PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores

Em março de 2017, o Supremo Tribunal Federal – STF publicou o Acórdão do julgamento do Recurso Extraordinário, em sede de repercussão geral, de forma favorável à tese das controladas Equatorial Maranhão, que obteve decisão judicial favorável com trânsito em julgado em outubro de 2018, Equatorial Pará em fevereiro de 2018, Equatorial Piauí em outubro de 2018, Equatorial Alagoas e CEA em julho de 2019, CEEE-D e Equatorial Goiás em março de 2021. Em maio de 2021, o STF julgou embargos de declaração opostos contra o acórdão do Recurso Extraordinário nº 574.706/PR, acolhendo-os em parte para: (i) modular os efeitos da exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS, devendo se dar após 15 de março de 2017, ressalvadas as ações judiciais e requerimentos administrativos protocoladas até (inclusive) 15 de março de 2017; e (ii) o ICMS a ser excluído da base de cálculo das contribuições do PIS e da COFINS é o destacado nas notas fiscais, e não o efetivamente pago.

A partir de 2018 as distribuidoras controladas da Companhia, constituíram saldo ativo, referente a PIS/COFINS a recuperar e passivo, relativo ao ressarcimento a seus consumidores, bem como as deduções da receita bruta, referente ao PIS/COFINS e a receita financeira, onde também incidiu PIS/COFINS. Dessa forma, o ativo das controladas diretas e indiretas da Companhia contemplam créditos com a Receita Federal desde o ingresso da ação. E o passivo foi constituído considerando que as controladas da Companhia repassa integralmente aos seus consumidores os efeitos tributários incidentes sobre as faturas de energia elétrica.

Os saldos ativos estão sendo compensados via PERDCOMP e, a partir de 2021, os saldos passivos, amortizados via CVA, em atendimento a nota técnica nº 9/2021– FF/SGT/SRM/SMA/ANEEL, conforme movimentação apresentada na nota explicativa nº 8 – Valores a receber (devolver) da parcela A e outros itens financeiros. Os montantes, que devem ser amortizados, são determinados na homologação dos processos de reajuste e revisão tarifária, que ocorrem a cada ciclo (ver nota explicativa nº 4.1.3 – Reajuste Tarifário Anual (RTA) e Revisão Tarifária Periódica (RTP)), sendo que estes saldos são classificados e movimentados no passivo circulante.

Apesar do início da devolução dos valores aos consumidores, ainda há saldos, classificados no passivo não circulante das controladas, cujos critérios definitivos para a restituição dos créditos de PIS/PASEP e COFINS, estão pendentes, aguardando a conclusão das discussões junto à ANEEL a respeito dos mecanismos e critérios de compensação, quando da efetiva compensação dos créditos tributários.

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais)

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, ocorreram as seguintes movimentações:

A controlada indireta Equatorial Maranhão reconheceu um complemento de ativo e passivo e realizou compensação total no montante de R\$ 3.222, com os tributos federais PIS e COFINS, através de PER/DCOMP. Adicionalmente, houve amortização do passivo, via CVA de R\$ 486.354.

A controlada indireta Equatorial Pará reconheceu um complemento de ativo e passivo de R\$ 9.654, e realizou compensação total, com os tributos federais PIS e COFINS, através de PER/DCOMP. Adicionalmente, houve amortização do passivo, via CVA de R\$ 220.507.

A controlada indireta Equatorial Piauí realizou compensação de débitos tributários de R\$ 60.920 com os tributos federais, PIS, COFINS e retenções federais através de PER/DCOMP. Adicionalmente, houve amortização do passivo, via CVA de R\$ 263.431.

A controlada direta Equatorial Alagoas registrou um complemento passivo no montante de R\$ 241 e um complemento no ativo de R\$ 11.392, decorrente da revisão do crédito. Adicionalmente, houve amortização do passivo via CVA de R\$ 25.

A controlada indireta CEEE-D efetuou complemento neste lançamento, referente à atualização da taxa SELIC, constituindo: (i) complemento de ativo e passivo no montante de R\$ 53.175; (ii) compensação de débitos tributários de R\$ 227.799 com os tributos federais imposto de renda, contribuição social, PIS, COFINS e retenções federais através de PER/DCOMP; e (iii) amortização do passivo relativo ao ressarcimento a seus consumidores de R\$ 336.452.

A controlada indireta CEA possuía habilitação dos créditos pela Receita Federal e o saldo classificado no ativo circulante no montante de R\$ 6 será realizado mediante compensação dos seguintes tributos federais até os próximos 12 (doze) meses: imposto de renda e contribuição social, PIS e COFINS e retenções federais. Adicionalmente, houve amortização do passivo relativo ao ressarcimento a seus consumidores de R\$ 49.113.

A controlada indireta Equatorial Goiás efetuou complemento neste lançamento, referente à atualização da taxa SELIC, constituindo: (i) complemento de ativo de R\$ 203.419 e de passivo no montante de R\$ 203.419; (ii) compensação de débitos tributários de R\$ 544.444 com os tributos federais imposto de renda, contribuição social, PIS, COFINS e retenções federais através de PER/DCOMP; (iii) houve amortização do passivo relativo ao ressarcimento a seus consumidores de R\$ 704.389.

Os saldos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 estão demonstrados abaixo:

	2023							Total
	Equatorial Maranhão	Equatorial Pará	Equatorial Piauí	Equatorial Alagoas	CEEE-D	Equatorial Goiás	CEA	
Ativo (a)								
Circulante (nota explicativa nº 9)	-	-	-	26.016	326.191	842.828	6	1.195.041
Não circulante (nota explicativa nº 9)	-	-	-	-	225.752	1.640.751	-	1.866.503
PIS e COFINS a recuperar	-	-	-	26.016	551.943	2.483.579	6	3.061.544
Passivo								
Circulante	-	9.654	49.296	25	349.220	728.972	3.226	1.140.393
Não circulante	-	-	-	155.147	126.599	1.795.557	-	2.077.303
PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores	-	9.654	49.296	155.172	475.819	2.524.529	3.226	3.217.696

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais)

	2022							Total
	Equatorial Maranhão	Equatorial Pará	Equatorial Piauí	Equatorial Alagoas	CEEE-D	Equatorial Goiás	CEA	
Ativo								
Circulante (nota explicativa nº 9)	-	-	60.920	14.383	186.158	565.244	51.686	878.391
Não circulante (nota explicativa nº 9)	-	-	-	-	531.470	2.223.505	-	2.754.975
PIS e COFINS a recuperar	-	-	60.920	14.383	717.628	2.788.749	51.686	3.633.366
Passivo								
Circulante	488.834	233.218	246.115	-	-	218.032	49.113	1.235.312
Não circulante	-	-	-	155.388	754.774	2.807.467	80	3.717.709
PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores	488.834	233.218	246.115	155.388	754.774	3.025.499	49.193	4.953.021

(a) Expectativa de realização de PIS e COFINS a recuperar

	2023	
	Valor	%
Circulante	1.195.041	39%
2025	611.851	20%
2026	917.608	30%
2027	337.044	11%
Não circulante	1.866.503	61%
Total	3.061.544	100%

Adicionalmente, no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, as controladas realizaram atualização financeira, referente à taxa SELIC, no montante de R\$ 40.472 (R\$ 10.313 em 31 de dezembro de 2022), sobre a qual houve incidência de PIS/COFINS, no montante de R\$ 1.882 (R\$ 479 em 31 de dezembro de 2022), conforme demonstrado a seguir:

	2023			2022			
	CEEE-D	Equatorial Goiás	Total	Equatorial Maranhão (a)	Equatorial Piauí (a)	CEEE-D	Total
Resultado							
Resultado operacional							
PIS/COFINS despesa operacional Lei nº 14.385	-	-	-	(79.049)	(8.227)	-	(87.276)
Resultado financeiro							
PIS/COFINS despesa financeira Lei nº 14.385	-	-	-	(106.315)	(8.962)	-	(115.277)
PIS/COFINS despesa financeira - Reajuste Tarifário	-	-	-	(61.777)	-	-	(61.777)
PIS/COFINS receita financeira	4.617	35.855	40.472	-	-	10.313	10.313
(-) PIS/COFINS sobre a receita financeira	(215)	(1.667)	(1.882)	-	-	(479)	(479)
Efeito líquido no resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	4.402	34.188	38.590	(247.141)	(17.189)	9.834	(254.496)

- (a) Em 27 de junho de 2022, foi editada a Lei nº 14.385, que determinou a devolução integral do crédito acrescido da atualização monetária oriundos da exclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS. Com isso, foi registrado, nas controladas Equatorial Maranhão e Equatorial Piauí, um passivo complementar no montante de R\$ 185.364 e R\$ 17.189, segregado entre principal, no valor de R\$ 79.049 e R\$ 8.227 classificado como dedução da receita operacional e atualização financeira de R\$ 106.315 e R\$ 8.962 como despesa financeira, respectivamente.

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais)

26 Patrimônio líquido

26.1 Capital social

Em 31 de dezembro de 2023, o capital social é R\$ 9.308.724 (R\$ 8.872.296 em 31 de dezembro de 2022), o capital autorizado é de 1.500.000.000 de ações e sua composição de ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, e principais acionistas está demonstrada conforme a seguir:

Acionistas	ON	%
<i>Opportunity</i>	72.932.388	6,36%
<i>Capital World Investors</i>	59.838.743	5,22%
CPPIB	57.556.847	5,02%
<i>BlackRock</i>	57.299.125	5,00%
Demais minoritários	899.481.094	78,40%
	1.147.108.197	100%

Em 17 de janeiro de 2023, conforme a Ata de Reunião do Conselho de Administração, foi aprovado o aumento de capital no valor de R\$ 7.147, mediante a emissão de 380.870 novas ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, totalmente subscritas pelos participantes do Quinto Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia.

Em 30 de junho de 2023, conforme a Ata de Reunião do Conselho de Administração, foi aprovado o aumento de capital no valor de R\$ 11.503, mediante a emissão de 625.500 novas ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, totalmente subscritas pelos participantes do Quinto Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia.

Em 17 de julho de 2023, conforme a Ata de Reunião do Conselho de Administração, foi aprovado o aumento de capital no valor de R\$ 385.156, mediante a emissão e subscrição particular de 15.406 novas ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, pelo preço de emissão de R\$ 25,00 (vinte e cinco reais) por ação, fixado nos termos do artigo 170, 1º, inciso III, da Lei S.A., totalmente integralizadas, à vista, mediante a capitalização dos créditos decorrentes, exclusivamente, de dividendos declarados e, à época, não pagos pela Companhia.

Em 29 de dezembro de 2023, conforme a Ata de Reunião do Conselho de Administração, foi aprovado o aumento de capital no valor de R\$ 32.622, mediante a emissão de 1.761.007 novas ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, totalmente subscritas pelos participantes do Quinto Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia.

No exercício de 2023, o montante total de aumento de capital foi de R\$ 436.428 (R\$ 4.217.009 no exercício de 2022).

26.2 Reservas de capital

Esta reserva é constituída pelas opções outorgadas reconhecidas, por meio da deliberação CVM nº 562, de 17 de dezembro de 2008, que aprovou o CPC 10 (R1) /IFRS 2 - Pagamento Baseado em Ações, bem como pela mudança na participação relativa da controladora sobre uma controlada que não resultam em perda de controle, conforme determina o CPC 36 – Demonstrações Consolidadas. Em 31 de dezembro de 2023, o saldo desta reserva era R\$ 2.095.380 (R\$ 187.518 em 31 de dezembro de 2022).

No exercício de 2023 foi reconhecido o montante de R\$ 1.545.612 referente a mudança na participação relativa da controladora sobre a controlada Equatorial Distribuição, que não resultou em perda de controle, foi uma transação de investimentos por aumento de capital de não controladores no valor de R\$ 3.403.000 na controlada Equatorial Distribuição.

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais)

26.3 Reservas de lucros

	<u>2023</u>	-	<u>2022</u>
Reserva legal (26.3.1)	172.477		68.697
Reserva para investimento e expansão (26.3.2)	8.299.801		6.829.826
Reserva de lucros a realizar (26.3.3)	1.328.964		1.343.325
Reserva de dividendos adicionais (26.3.4)	<u>8.885</u>	-	<u>3.968</u>
Total de reservas de lucros	<u><u>9.810.127</u></u>	<u>=</u>	<u><u>8.245.816</u></u>

26.3.1 Reserva legal

Constituída à base de 5% do lucro líquido antes das participações e da reversão dos juros sobre o capital próprio, conforme determina a legislação societária e limitada a 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2023, o saldo desta reserva era R\$ 172.477 (R\$ 68.697 em 31 de dezembro de 2022).

O montante de benefício fiscal do ano deve ser integralmente destinado para a constituição da reserva de incentivos fiscais, sob pena de serem considerados destinação diversa conforme previsto no Decreto-Lei nº 1.598/77, alterado pela Lei nº 12.973/13 (que revogou artigos da Lei nº 11.941/09). Desta forma, o mesmo reduz a base de cálculo da reserva legal.

26.3.2 Reserva para investimento e expansão

Essa reserva estatutária prevista no artigo 27 § 2º, itens IV e V do Estatuto Social, que faz referência ao artigo 194 da Lei das Sociedades Anônimas, destina-se a registrar parcela do lucro líquido do exercício destinada a operações de investimento e expansão da Companhia na aquisição de participação no capital social de outras sociedades, consórcios e empreendimentos que atuem no setor de energia elétrica, saneamento e renováveis. Em 31 de dezembro de 2023, o saldo desta reserva era R\$ 8.299.801 (R\$6.829.826 em 31 de dezembro de 2022).

26.3.3 Reserva de lucros a realizar

Essa reserva é constituída por meio da destinação de uma parcela dos lucros do exercício decorrente, por exemplo, da adoção inicial do CPC 47/IFRS 15 - Receita de Contrato com Cliente. O objetivo de constituí-la é não distribuir dividendos sobre a parcela de lucros ainda não realizada financeiramente pela Companhia. Em 31 de dezembro de 2023, o saldo era R\$ 1.328.964 (R\$ 1.343.325 em 31 de dezembro de 2022).

A equivalência patrimonial absorvida sobre os resultados não realizados das controladas será realizado à medida que os mesmos forem sendo realizados nas controladas e os dividendos distribuídos para a controladora. As controladas possuem dividendos mínimos obrigatórios que variam de 1% a 25% do lucro líquido do exercício. Como explicado anteriormente, essas receitas oriundas da aplicação do CPC 47/IFRS 15 - Receita de Contrato com Cliente nas transmissoras (controladas) possuem prazo de realização que variam conforme o prazo de concessão, podendo chegar a 35 anos.

As reservas de lucros a realizar constituem-se em dividendos que serão distribuídos aos acionistas da Companhia quando realizados e serão adicionados aos dividendos mínimos obrigatórios do exercício, assim como facultado pela Lei das S.A. (6.404/76).

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais)

26.3.4 Reserva de dividendos adicionais

Esta reserva destina-se a registrar a parcela dos dividendos que excede ao previsto legal ou estatutariamente, até a deliberação definitiva pelos sócios em assembleia. Em 31 de dezembro de 2023, o saldo era R\$ 8.885 (R 3.968 em 31 de dezembro de 2022).

26.4 Ajuste de avaliação patrimonial

Em 31 de dezembro de 2023, o saldo de ajuste de avaliação patrimonial era R\$ (120.988) (R\$ (55.699) em 31 de dezembro de 2022), contemplando, principalmente efeitos de benefícios pós-emprego e de instrumentos financeiros derivativos.

Os valores registrados em ajustes de avaliação patrimonial serão reclassificados para o resultado do exercício, integral ou parcialmente, quando da alienação de ativos/passivos a que elas se referem.

26.5 Ações em tesouraria

Ações em tesouraria compreendem o custo das ações detidas pela Companhia. Em 04 de dezembro de 2020, a Companhia aprovou Programa de Recompra de Ações com o objetivo de maximizar a geração de valor para seus acionistas, por meio da aquisição para manutenção em tesouraria e posterior alienação ou cancelamento sem redução de capital social. A operação foi aprovada e limitada à quantidade de 50.110.056 ações ordinárias, com duração máxima de 18 meses, contados a partir de 07 de dezembro de 2020 a 07 de junho de 2022. No exercício de 2023, a Companhia efetuou alienação de 280.870.100 ações ordinárias. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia detinha 0 ações ordinárias em tesouraria no montante de R\$ 0 (R\$ 642.725 em 31 de dezembro de 2022).

	Milhares de ações	R\$
Em 1º de janeiro de 2023	28.870	642.725
Ações em tesouraria vendidas	(28.870)	(642.725)
Em 31 de dezembro de 2023	-	-

26.6 Lucro por ação

Conforme requerido pelo CPC 41 e IAS 33 (*Earnings per Share*), a tabela a seguir concilia o lucro líquido do exercício com os montantes usados para calcular o lucro por ação básico e diluído.

	2023	2022
Numerador		
Lucro líquido do exercício	2.075.593	1.373.938
Denominador		
1. Média ponderada de ações no cálculo do LPA básico	1.147.108	1.100.065
2. Média ponderada de ações no cálculo do LPA diluído	1.155.965	1.105.943
Lucro do exercício básico por lote de mil ações - R\$	1.80941	1,24896
Lucro do exercício diluído por lote de mil ações - R\$	1,79555	1,24232
	2023	2022
(i) Fator de diluição		
3. Quantidade de Ações <i>Stock Options</i> (5º Plano)	21.625	18.127
4. Diluição	8.857	5.878
Média ponderada de ações no cálculo do LPA diluído	1.155.965	1.105.943

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais)

26.7 Planos de opção de compra de ações

A Companhia instituiu Planos de Opção de Compra das ações a colaboradores dedicados ao Grupo Equatorial (“Grupo”), que representam, direitos de compra de ações emitidas pela Companhia, e reconhecer a transação com correspondente aumento do capital social e a emissão de novas ações para refletir o exercício das opções de compra outorgadas aos beneficiários.

Conforme item 8, do CPC 10 (R1), os produtos ou serviços recebidos ou adquiridos em transação com pagamento baseado em ações que não se qualifiquem para fins de reconhecimento como ativos, devem ser reconhecidos como despesa do exercício.

Os planos são administrados pelo Conselho de Administração da Companhia, por intermédio do Comitê de Pessoas, Governança e Sustentabilidade, dentro dos limites estabelecidos nas Diretrizes de Elaboração e Estruturação de cada Plano e na legislação aplicável e são compostos da seguinte forma:

26.7.1 Quinto Plano de Opção de Compra de Ações

Os beneficiários do Plano poderão exercer suas Opções no prazo máximo de 6 (seis) anos a partir da data de outorga das Opções. As opções tornam-se exercíveis ao longo de 4 (quatro) anos, sendo 25% em cada ano.

As informações das Opções outorgadas, ocorridas no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, estão descritas abaixo, e das outorgas anteriores estão descritas na nota explicativa nº 26.7.1 – Quinto Plano de Opção de Compra de Ações, das demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2022.

6º Outorga (Consolidado)

<i>Vesting Date</i>	Opções exercíveis
02/04/2024	262.500
02/04/2025	262.500
02/04/2026	262.500
02/04/2027	262.500
	<hr/>
	1.050.000

7º Outorga (Consolidado)

<i>Vesting Date</i>	Opções exercíveis
02/08/2024	106.250
02/08/2025	106.250
02/08/2026	106.250
02/08/2027	106.250
	<hr/>
	425.000

8º Outorga (Consolidado)

<i>Vesting Date</i>	Opções exercíveis
08/11/2024	505.667
08/11/2025	505.667
08/11/2026	505.667
08/11/2027	505.667
	<hr/>
	2.022.668

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação

31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais)

As informações utilizadas na avaliação dos valores justos na data da outorga do Plano são:

6ª Outorga

	2023
Valor justo na data de outorga	12,15
Data da outorga: 02/04/2023	
Quantidade outorgada	1.050.000
Preço da ação na data de outorga	26,88
Valor justo ponderado do <i>vesting period</i>	26,38
Volatilidade esperada (média ponderada)	31,53%
Vida da opção (expectativa de vida média ponderada)	4,25
Taxa de juros livre de risco (média baseada em títulos públicos)	12,16%

7ª Outorga

	2023
Valor justo na data de outorga	15,24
Data da outorga: 02/08/2023	
Quantidade outorgada	425.000
Preço da ação na data de outorga	33,05
Valor justo ponderado do <i>vesting period</i>	30,79
Volatilidade esperada (média ponderada)	31,34%
Vida da opção (expectativa de vida média ponderada)	4,25
Taxa de juros livre de risco (média baseada em títulos públicos)	11,25%

8ª Outorga

	2023
Valor justo na data de outorga	5,38
Data da outorga: 09/11/2023	
Quantidade outorgada	2.022.668
Preço da ação na data de outorga	33,35
Valor justo ponderado do <i>vesting period</i>	32,15
Volatilidade esperada (média ponderada)	30,02%
Vida da opção (expectativa de vida média ponderada)	4,25
Taxa de juros livre de risco (média baseada em títulos públicos)	4,53%

a. Forma de determinação da volatilidade esperada

Para a volatilidade, utilizou-se a volatilidade histórica das ações para cada prazo médio de exercício de cada lote.

Companhia e suas controladas:

	Valor justo ponderado do preço do exercício		Valor justo ponderado do preço do exercício	
	Número de opções	2023	Número de opções	2022
<i>Em opções</i>				
Existentes em 1º de janeiro	18.127.500	-	16.930.700	-
Outorgadas durante o período/exercício	3.497.668	-	1.196.800	-
Existentes ao fim do período/exercício 1ª Outorga	15.392.500	18,62	15.392.500	17,32
Existentes ao fim do período/exercício 2ª Outorga	235.000	19,83	235.000	19,99
Existentes ao fim do período/exercício 3ª Outorga	1.303.200	23,89	1.303.200	24,14
Existentes ao fim do período/exercício 4ª Outorga	931.800	23,28	931.800	23,59
Existentes ao fim do período/exercício 5ª Outorga	265.000	23,27	265.000	23,58
Existentes ao fim do período/exercício 6ª Outorga	1.050.000	26,38	-	-
Existentes ao fim do período/exercício 7ª Outorga	425.000	30,79	-	-
Existentes ao fim do período/exercício 8ª Outorga	2.022.668	32,15	-	-
Existentes ao fim do período/exercício	21.625.168	-	18.127.500	-

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais)

A despesa reconhecida na Companhia e suas controladas no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foi de R\$ 22.251 (R\$ 25.477 em 31 de dezembro de 2022) e refere-se ao valor justo reconhecido durante o *vesting period* que é avaliado em cada data base.

26.7.2 Plano de outorga de “Phantom Shares” – Contrato 2019

Em 12 de dezembro de 2019, o Grupo criou o programa de pagamento baseado em ações com liquidação em caixa (“Programa”). O Programa visa atingir os seguintes objetivos: (a) alinhar os interesses dos acionistas da Companhia aos dos beneficiários contemplados pelo Programa; (b) reter os beneficiários; e (c) focar na valorização e potencial de crescimento da Companhia no longo prazo.

O Programa outorga aos beneficiários selecionados pelo Conselho de Administração da Companhia o direito a “Phantom Shares”, mediante o atendimento cumulativo das condições a seguir: (i) 50% (cinquenta por cento) das “Phantom Shares” outorgadas, o beneficiário deverá permanecer continuamente vinculado como empregado ou administrador do Grupo durante o período de carência que se encerra em 1º de maio de 2025; (ii) 50% (cinquenta por cento) das “Phantom Shares” outorgadas, o beneficiário deverá permanecer continuamente vinculado como empregado ou administrador da Companhia ou de sociedade sob seu controle durante o período de carência que se encerra em 1º de maio de 2026; e (iii) o atingimento das metas de *performance* pela Companhia.

Os recursos a serem entregues pela Companhia e suas controladas aos participantes do Programa serão do caixa da Companhia e de suas controladas.

a. Dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco

O Preço das “Phantom Shares” outorgadas nos termos do Plano será determinado pelo Comitê de Administração do Plano, com base na média da cotação das ações da Equatorial Energia na B3, ponderada pelo volume de negociação, nos 60 pregões anteriores que antecederem a cada período de carência, ou seja, imediatamente anteriores a 1º de maio de 2025 e 1º de maio de 2026.

b. Forma de cálculo da despesa do programa

O valor da ação foi calculado pelo preço dos 60 pregões anteriores ao término do exercício de 31 de dezembro de 2023, ponderado pelo volume negociado.

Com base na apuração das métricas de *performance* definidas, a Companhia e as suas controladas Equatorial Maranhão, Equatorial Pará, Equatorial Alagoas e Equatorial Serviços, fizeram jus ao referido programa. Abaixo, encontra-se a quantidade de ações para Equatorial Energia, caso as métricas de *performance* forem atingidas:

Companhia e suas controladas

	Número de ações	Valor justo ponderado do preço do exercício	Número de ações	Valor justo ponderado do preço do exercício
<i>Em ações</i>	2023	2023	2022	2022
Existentes em 1º de janeiro	2.082.500	24,77	2.082.500	24,79
Outorgadas durante no exercício	650.000	-	-	-
Outorgas canceladas no exercício	(490.000)	-	-	-
Existentes ao fim do exercício	2.242.000	33,35	2.082.500	24,77

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais)

A despesa reconhecida para o plano de “*Phantom shares*” na Companhia e suas controladas no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foi de R\$ 37.208 (R\$ 16.290 em 31 de dezembro de 2022).

As quantidades acima podem variar conforme a *performance* e serem multiplicadas por um percentual entre 90 e 110%.

No exercício findo em de 31 de dezembro de 2023 houve o cancelamento de 490.000 ações outorgadas existentes em 31 de dezembro de 2022.

Ressalta-se que este plano é classificado como instrumento financeiro passivo liquidável em caixa. O plano de “*phantom shares*” está atrelado ao percentual efetivo da quantidade de ações que os beneficiários terão direito de receber pelo plano, que depende da TIR (Taxa Interna de Retorno) obtida no projeto, ao qual suas metas de *performance* estão vinculadas.

26.7.3 Plano de outorga de “*Phantom Shares*” – Contrato 2023

Em 09 de novembro de 2023, o Grupo criou o programa de pagamento baseado em ações com liquidação em caixa (“Programa”). O Programa visa atingir os seguintes objetivos: (a) o alinhamento dos interesses dos acionistas da Companhia aos dos Beneficiários contemplados pelo Programa; (b) a retenção dos Beneficiários, e (c) o foco de longo prazo na valorização e potencial de crescimento na Companhia.

O Programa concede aos beneficiários selecionados pelo Conselho de Administração da Equatorial Energia S.A. e suas subsidiárias adquirir direitos a “*Phantom Shares*”, mediante o atendimento cumulativo das condições a seguir: (i) 25% (vinte e cinco por cento) serão pagas no prazo de até 30 (trinta) dias contados da data de término do 1º Período de Carência; (ii) 25% (vinte e cinco por cento) serão pagas no prazo de até 30 (trinta) dias contados da data de término do 2º Período de Carência, desde que o Beneficiário cumpra a Condição de Serviço no 2º Período de Carência; (iii) 25% (vinte e cinco por cento) serão pagas no prazo de até 30 (trinta) dias contados da data de término do 3º Período de Carência, desde que o Beneficiário cumpra a Condição de Serviço no 3º Período de Carência; e (iv) 25% (vinte e cinco por cento) serão pagas no prazo de até 30 (trinta) dias contados da data de término do 4º Período de Carência, desde que o Beneficiário cumpra a Condição de Serviço no 4º Período de Carência. A Companhia deverá calcular o valor adicional a que o Beneficiário faz jus ao final de cada Período de Carência, correspondente ao valor dos Proventos Acumulados até então em relação à quantidade de “*Phantom Shares*” Vestidas a que o Beneficiário faz jus, após verificação das Metas de *Performance* sobre a Quantidade Alvo nos termos acima.

a. Dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco

O Preço das “*Phantom Shares*” outorgadas nos termos do Plano será determinado pelo Comitê de Administração do Plano, com base na média da cotação das Ações da Equatorial Energia na B3, ponderada pelo volume de negociação, nos 60 pregões anteriores que antecederem a cada período de carência, ou seja, imediatamente anteriores a: (i) até o 1º (primeiro) aniversário da Data de Outorga (“1º Período de Carência”); (ii) até o 2º (segundo) aniversário da Data de Outorga (“2º Período de Carência”); (iii) até o 3º (terceiro) aniversário da Data de Outorga (“3º Período de Carência”); e (iv) até o 4º (quarto) aniversário da Data de Outorga (“4º Período de Carência”).

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais)

Forma de cálculo da despesa do programa

O valor da ação foi calculado pelo preço dos 60 pregões anteriores ao término do exercício de 31 de dezembro de 2023, ponderado pelo volume negociado.

Com base na apuração parcial das métricas de *performance* definidas, a Companhia, fez jus ao referido programa. Abaixo, encontra-se a quantidade de ações para Equatorial Energia, caso as métricas de *performance* fossem atingidas:

	Número de Opções	Valor justo ponderado do preço
	2023	2023
<i>Em opções</i>		
Outorgadas durante o exercício	1.688.363	33,28
Existentes ao fim do exercício	1.688.363	33,28

A despesa reconhecida para o plano de “*Phantom shares*” no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foi de R\$ 14.646 (R\$ 0 em 31 de dezembro de 2022). O valor justo ponderado do preço reconhecido no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, foi de R\$ 33,28 (R\$ 0 em 31 de dezembro de 2022).

Ressalta-se que este plano de opção é classificado como instrumento financeiro passivo liquidável em caixa.

As quantidades acima podem variar conforme a performance e serem multiplicadas por um percentual entre 0% (zero por cento) e 150% (cento e cinquenta por cento) da Quantidade Alvo.

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais)

27 Receita operacional líquida (Consolidado)

A conciliação da receita bruta para a receita operacional líquida está a seguir demonstrada:

	2023	2022
Distribuição		
Receita de distribuição	34.643.658	23.227.369
Remuneração financeira WACC	1.138.093	1.159.468
Valores a receber/devolver de parcela A e outros itens financeiros (a)	1.207.206	670.403
Subvenção CDE – outros	1.498.760	915.040
Subtotal Fornecimento de energia elétrica	38.487.717	25.972.280
Suprimento de energia elétrica	511.046	365.488
Receita pela disponibilidade - uso da rede (b)	2.505.930	1.130.043
Receita de construção (c)	7.991.313	5.086.163
Atualização do ativo financeiro (d)	618.930	325.698
Outras receitas	1.454.625	959.330
Subtotal	13.081.844	7.866.722
Subtotal distribuição (e)	51.569.561	33.839.002
Saneamento		
Abastecimento de água e serviços de esgoto	84.149	34.088
Receita de construção	73.035	61.456
Outras receitas	2.623	282
Subtotal saneamento	159.807	95.826
Transmissão		
Receita de construção e melhoria de infraestrutura (f)	97.878	107.717
Receita de operação e manutenção	138.513	114.440
Outras receitas	3.478	3.438
Subtotal	239.869	225.595
Remuneração dos ativos da concessão	1.622.211	1.578.951
PIS/COFINS diferidos	(97.610)	(146.053)
Subtotal transmissão	1.764.470	1.658.493
Geração eólica		
Receita com venda de energia	1.067.589	862.231
Outras receitas	396	9.466
Subtotal geração	1.067.985	871.697
Outros		
Receita de comercialização	221.111	253.664
Outras receitas	82.673	93.504
Subtotal outros	303.784	347.168
Receita operacional bruta	54.865.607	36.812.186
Deduções da receita		
ICMS sobre venda de energia elétrica (g)	(6.355.412)	(4.775.531)
PIS e COFINS	(3.450.413)	(2.314.797)
PIS e COFINS a serem restituídos a consumidores – nota explicativa nº 25	-	(87.276)
PIS e COFINS diferido – Transmissoras	(9.030)	(9.965)
Encargos do consumidor	(365.158)	(241.389)
ISS	(13.806)	(9.300)
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE (f)	(3.441.127)	(1.989.694)
Penalidades DIC/FIC e outras	(250.194)	(238.649)
Outros	4.610	(13.078)
Deduções da receita operacional	(13.880.530)	(9.679.679)
Receita operacional líquida	40.985.077	27.132.507

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais)

- (a) A variação dos ativos e passivos regulatórios deve-se, principalmente, por: (i) reconhecimento na tarifa dos recursos recebidos a título de repasse da Conta-Covid a menor que o exercício anterior; (ii) previsão dos custos de energia e encargos concedido pela ANEEL, no reajuste, estar maior do que os custos efetivamente pagos, gerando uma despesa de constituição de Parcela A, quando comparado com o exercício de 2022; (iii) variação entre os valores amortizados do último reajuste; (iv) variação entre os valores da receita de ultrapassagem da demanda e reativo excedente pertencente às distribuidoras; (v) efeito da CVA da Bandeira Faturada;
- (b) As distribuidoras de energia elétrica controladas reconhecem receita pela disponibilidade da infraestrutura da rede elétrica de distribuição, sendo calculada conforme a tarifa de uso do sistema de distribuição – TUSD definida pela ANEEL, com base na Resolução Normativa nº 414/2010 e as legislações específicas, de modo que o cliente cativo pode migrar para o ambiente livre, desde que atenda aos requisitos definidos. Nesse sentido, a variação deve-se, principalmente, a: i) despesa com a liquidação CCEE (Encargo do Serviço de Sistema) em 2023 foi superior quando comparado com 2022, gerando uma receita maior na CVA, ii) amortização do passivo financeiro setorial dos recursos da Conta-Covid regulamentado por meio da Resolução Normativa 885/2020 e iii) consolidação do saldo da distribuidora Equatorial Goiás em dezembro de 2022. A combinação destes fatores foi responsável pela variação em valores a receber/devolver de parcela A e outros itens financeiros;
- (c) Ver explicação do custo de construção, conforme nota explicativa nº 28 – Custos do serviço e despesas operacionais;
- (d) A variação decorre, principalmente, em decorrência da 6ª RTP ocorrida em agosto de 2023 na Equatorial Pará, dentre as variáveis de atualizações considera-se o IPCA, banco médio de preço onde os ativos são atualizados e valorados considerando a metodologia de VNR – Valor novo de Reposição;
- (e) A variação é decorrente principalmente da consolidação do saldo de resultados da distribuidora Equatorial Goiás a partir de janeiro de 2023;
- (f) A receita de implementação e melhoria, que são custos incorridos com a aquisição de materiais e serviços (acrescidos de margem percebida) para implementação e/ou melhoria da infraestrutura das transmissoras, sofreu redução no exercício devido à entrada em operação das transmissoras controladas da Companhia (SPEs 01 a 07), consequentemente temos um aumento na receita de operação e manutenção. Em relação a SPE 08, houve autorização para reforços e melhorias, relacionado com a REA nº 10.861/2021 e ao Despacho nº 2.940/2022 que gerou um incremento na receita; e
- (g) Variação relacionada ao reestabelecimento das alíquotas de ICMS nos Estados de Maranhão, Pará, Piauí e Alagoas, através das Leis Estaduais Nº 11.867/2022, Nº 9.755/2022, Nº 269/2022, Nº 8.779/2022, Nº 9.755/2022 e que haviam sido reduzidas em junho de 2022 através da lei estadual 11.792/2022. O reestabelecimento foi aplicado a partir de março de 2023.

27.1 Margem das obrigações de performance (Consolidado)

	2023			2022		
	SPEs	INTESA	Total	SPEs	INTESA	Total
Construção e melhoria de infraestrutura						
Receita, líquida de tributos diferidos	88.825	-	88.825	97.357	395	97.752
Ganho/perda de margem pela realização	-	-	-	(63.664)	(43.493)	(107.157)
Custo	(65.097)	-	(65.097)	(5.465)	(194)	(5.659)
Margem (R\$)	23.728	-	23.728	28.228	(43.292)	(15.064)
Margem percebida (%) (*)	26,71%	-	-	83,78%	100,45%	-
Margem orçada no início do contrato (%)	35,24%	45,91%	-	35,24%	45,91%	-
Operação e manutenção						
Receita, líquida de tributos diferidos	133.629	4.884	138.513	93.685	20.755	114.440
Custo	(82.828)	(11.352)	(94.180)	(62.227)	(20.379)	(82.606)
Margem (R\$)	50.801	(6.468)	44.333	31.458	376	31.834
Margem percebida (%)	38,02%	-132,44%	-	33,58%	1,81%	-
Margem orçada no início do contrato (%)	35,24%	45,91%	-	35,24%	45,91%	-

(*) A margem percebida considera o efeito dos custos efetivamente incorridos, incrementados pela variação na margem de construção apurado para o empreendimento, sendo os ganhos e perdas (eficiências ou ineficiências na construção) identificados ao longo da concessão.

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais)

28 Custos do serviço e despesas operacionais (Consolidado)

	2023					Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	Total
	Custo do serviço de energia elétrica	Custo de O&M	Total dos Custos	Despesas com vendas	Despesas gerais e administrativas		
Pessoal	(347.881)	(22.813)	(370.694)	(206.147)	(709.100)	-	(1.285.941)
Material	(115.586)	(2.850)	(118.436)	(42.687)	(22.113)	-	(183.236)
Serviços de terceiros	(1.219.761)	(65.621)	(1.285.382)	(688.232)	(619.357)	-	(2.592.971)
Energia elétrica comprada para revenda (a)	(17.012.953)	-	(17.012.953)	-	-	-	(17.012.953)
Custo de construção – Distribuição (b)	(7.991.313)	-	(7.991.313)	-	-	-	(7.991.313)
Custo de construção – Transmissão (c)	(65.097)	-	(65.097)	-	-	-	(65.097)
Custo de construção – Saneamento	(73.035)	-	(73.035)	-	-	-	(73.035)
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa do contas a receber – nota explicativa nº 7.2	-	-	-	-	-	(705.747)	(705.747)
Provisão para redução ao valor recuperável - FUNAC	-	-	-	-	(223.626)	72.783	(150.843)
Provisão para riscos judiciais	-	-	-	-	(42.091)	-	(42.091)
Depreciação/Amortização	(1.677.607)	-	(1.677.607)	-	(769.200)	-	(2.446.807)
Subvenção CCC	(3.336)	-	(3.336)	-	-	-	(3.336)
Outros	(244.222)	(470)	(244.692)	(45.283)	106.642	(9.558)	(192.891)
Total	(28.750.791)	(91.754)	(28.842.545)	(982.349)	(2.278.845)	(642.522)	(32.746.261)

	2022					Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	Total
	Custo do serviço de energia elétrica	Custo de O&M	Total dos Custos	Despesas com vendas	Despesas gerais e administrativas		
Pessoal	(377.194)	(21.881)	(399.075)	(186.435)	(435.193)	-	(1.020.703)
Material	(91.513)	(2.709)	(94.222)	(30.737)	(15.142)	-	(140.101)
Serviços de terceiros	(579.067)	(53.499)	(632.566)	(545.118)	(362.403)	-	(1.540.087)
Energia elétrica comprada para revenda	(10.921.316)	-	(10.921.316)	-	-	-	(10.921.316)
Custo de construção – Distribuição	(5.086.163)	-	(5.086.163)	-	-	-	(5.086.163)
Custo de construção – Transmissão	(5.659)	-	(5.659)	-	-	-	(5.659)
Custo de construção – Saneamento	(61.456)	-	(61.456)	-	-	-	(61.456)
Variações das margens dos ativos de contrato, líquido PIS e COFINS diferidos	(106.512)	(645)	(107.157)	-	-	-	(107.157)
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa do contas a receber	-	-	-	-	-	(264.995)	(264.995)
Provisão para riscos cíveis, fiscais, trabalhistas, ambientais e regulatórios	-	-	-	-	(102.476)	-	(102.476)
Depreciação/Amortização	(1.055.241)	-	(1.055.241)	-	(669.877)	-	(1.725.118)
Subvenção CCC	(38.269)	-	(38.269)	-	-	-	(38.269)
Outros	(164.612)	-	(164.612)	(26.788)	(13.055)	-	(204.455)
Total	(18.487.002)	(78.734)	(18.565.736)	(789.078)	(1.598.146)	(264.995)	(21.217.955)

- (a) Ver a abertura dos custos da energia elétrica comprada para revenda, conforme nota explicativa nº 29;
- (b) Esse custo foi impactado fortemente pelo processo de revisão tarifária, onde ocorreu maior volume de capitalizadas no período incremental, onde os investimentos foram relevantes, garantindo assim a finalização das obras e o reconhecimento na base de remuneração das controladas da Companhia; e
- (c) O custo de construção são todos os custos das controladas transmissoras da Companhia para a implementação da infraestrutura, o aumento no exercício em comparação ao exercício anterior é reflexo das obras de operação e manutenção das SPEs 1 e 8.

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais)

28.1 Outras despesas operacionais, líquidas (Consolidado)

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Outras receitas operacionais		
Ganhos na alienação e desativação de bens e direitos	31.363	4.402
Reversão de provisão para perda de estoque (a)	140.441	45.791
Reversão de baixa de recebíveis incobráveis	67.222	-
Outras receitas operacionais	<u>9.090</u>	<u>28.886</u>
Total de outras receitas operacionais	<u>248.116</u>	<u>79.079</u>
Outras despesas operacionais		
Perdas pela desativação de bens e direitos (b)	(522.219)	(369.706)
Indenização por danos a terceiros	(20.343)	(13.201)
Provisão para perda de estoque (c)	(245.311)	(215.274)
Outras despesas operacionais	<u>(51.650)</u>	<u>(118.237)</u>
Total de outras despesas operacionais	<u>(839.523)</u>	<u>(716.418)</u>
Total outras despesas operacionais líquidas	<u>(591.407)</u>	<u>(637.339)</u>

- (a) No exercício findo de 31 de dezembro de 2023, houve, principalmente, na controlada indireta Equatorial Pará o reconhecimento de uma reversão de provisão e, conseqüente baixa para perdas de estoques no valor de R\$ 77.152, referente a sobras contábeis, resultantes de perdas dos custos de materiais e serviços de obras, apuradas no processo de Revisão Tarifária, no qual todas as obras energizadas foram devidamente encerradas fisicamente, conciliadas e capitalizadas contabilmente;
- (b) O montante de R\$ 522.219, refere-se às perdas pela desativação de bens e direitos, nas controladas, sendo R\$ 160.721 na Equatorial Pará, R\$ 99.573 na Equatorial Goiás, R\$ 132.353 na Equatorial Maranhão, R\$ 41.836 na CEEE-D, R\$ 34.358 na Equatorial Piauí, R\$ 32.019 na Equatorial Alagoas, R\$ 10.676 na CEA e R\$ 10.683 na Echoenergia Participações; e
- (c) As variações ocorridas, principalmente, pelo reconhecimento de provisões nas controladas Equatorial Goiás de R\$ 111.577 e CEEE-D R\$ 101.715 resultante de perdas de custos de materiais.

29 Energia elétrica comprada para revenda (Consolidado)

	<u>2023</u>		<u>2022</u>	
	GWh (*)	R\$	GWh (*)	R\$
Energia de leilão (a)	38.259	(8.425.210)	28.282	(5.600.788)
Contratos Eletronuclear	1.631	(571.658)	1.159	(398.759)
Contratos cotas de garantias	8.763	(1.516.745)	8.312	(1.005.862)
Encargo de Serviço do Sistema - ESS/ Energia reserva (b)	-	(1.222.579)	-	(947.703)
Energia bilateral	260	(110.483)	260	(105.531)
Energia de curto prazo - CCEE (c)	-	(861.384)	-	(357.352)
Programa incentivo fontes alternativas energia – PROINFA	868	(512.520)	647	(404.398)
(-) Parcela a compensar crédito PIS/COFINS não cumulativo	-	1.664.585	-	991.837
Itaipu	3.734	(978.638)	1.635	(527.130)
Outros custos	-	(567.097)	-	(251.069)
Subtotal	<u>53.515</u>	<u>(13.101.729)</u>	40.295	(8.606.755)
Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição (d)	-	(3.911.224)	-	(2.314.561)
Total	<u>53.515</u>	<u>(17.012.953)</u>	40.295	(10.921.316)

(*) não auditado

- (a) Compreende os custos com contratos (CEAR-Contrato de Comercialização de Energia Elétrica no ambiente regulado, MCSD - Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficit) decorrente da entrada de contratos novos com aumento em 28,77% de volume contratado, acrescido de uma variação no preço médio em 15,08%;

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais)

- (b) O aumento nas despesas associada ao ESS em comparação ao exercício anterior deve-se ao acionamento das térmicas fora da ordem de mérito no último trimestre de 2023, acrescido de maiores despesas com o Encargo de Energia de Reserva cuja finalidade é aumentar a Segurança no Fornecimento de Energia Elétrica ao Sistema Interligado Nacional, ocasionando aumento dos pagamentos associado a este encargo;
- (c) A energia de curto prazo apresentou variação de R\$ 504,032, em virtude do aumento da despesa do efeito da contratação por disponibilidade e efeito de contratação de cotas de garantia física em relação ao exercício de 2022; e
- (d) Contempla os custos com encargos de uso e conexão do sistema de transmissão, os quais possuem tarifas ajustadas pela resolução Receita Anual Permitida (RAP). Para o ano de 2023, as tarifas praticadas foram aprovadas nas Resoluções Homologatória nº 3.066 de 12 de julho de 2022, com vigência a partir de julho/2022 até junho/2023 e Resolução Homologatória nº 3.217 de 04 de julho de 2023 com vigência a partir de julho/2023 até junho/2024 as quais são relacionadas à Rede Básica e Conexão, assim como o aumento da contratação do MUST (Montante de Uso do Sistema de Transmissão).

30 Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Receitas financeiras				
Rendimentos financeiros	(a) 240.729	146.746	1.210.334	1.120.112
PIS/COFINS sobre receita financeira	(20.198)	(8.014)	(114.391)	(122.771)
Valores a receber/devolver parcela A	-	-	276.447	451.343
Operações com instrumentos financeiros derivativos	(b) 119.914	172.182	330.403	362.125
Acréscimo moratório de energia vendida	(c) -	-	415.185	730.770
Receita financeira de AVP	-	-	106.532	35.139
Varição monetária e cambial da dívida	(e) -	-	762.079	699.963
PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores – nota explicativa nº 25	-	-	44.794	-
Mútuo	1.800	-	-	-
Rendimento de aval	(f) 172.292	-	-	-
Outras receitas financeiras	4.614	53.713	364.142	221.732
Total de receitas financeiras	519.151	364.627	3.395.525	3.498.413
Despesas financeiras				
Encargos da dívida	(d) (662.549)	(572.637)	(4.223.510)	(2.755.932)
Operações com instrumentos financeiros derivativos	(b) (484.240)	-	(1.440.456)	(797.542)
Valores a receber/devolver parcela A	-	-	(356.503)	(281.836)
Varição monetária e cambial da dívida	(e) -	-	(982.318)	(907.359)
Despesa financeira de AVP	-	-	(89.257)	(251.561)
Atualização de eficiência e contingências	-	-	(169.881)	(144.653)
Descontos concedidos	-	-	(93.398)	(66.999)
PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores – nota explicativa nº 25	-	-	(4.322)	(177.054)
Juros de mora sobre PECLD	-	-	(15.264)	-
Outras despesas financeiras	(96.770)	(50.941)	(633.236)	(699.953)
Total de despesas financeiras	(1.243.559)	(623.578)	(8.008.145)	(6.082.889)
Resultado financeiro líquido	(724.408)	(258.951)	(4.612.620)	(2.584.476)

- (a) O aumento nas rendas financeiras, deu-se em função do crescimento das disponibilidades da Companhia em 34%, em também em função da alta do CDI, que acumulou 12,39% em 2022 e acumulou 13,04% em 2023;
- (b) Referem-se, principalmente, à contratação de operações de *swap*, que trocam dólar+*spread* por CDI+*spread*, em que a principal variação se deve ao câmbio sobre essas operações. Em 2023 houve aumento de 37,2% no saldo de dívida em moeda estrangeira em relação a 2022. Adicionalmente, contribuindo com o crescimento da despesa, houve um crescimento do CDI em 5% em relação ao exercício anterior, aumentando o resultado da ponta passiva. Na Controladora, o principal impacto foi devido resultado da reestruturação das opções de compra da participação da Equatorial Energia Distribuição S.A., realizada em 2023;
- (c) Em 2022, houve reconhecimento significativo de juros e multas, em decorrência do fortalecimento de ações de cobrança e renegociação de dívidas em atraso pelos consumidores das controladas distribuidoras, o que ocorreu em menor volume durante 2023, resultando na redução observada nos saldos do exercício;
- (d) O acréscimo nos encargos da dívida, foi resultado da alta do CDI, indexador com maior participação na dívida da Companhia e de suas controladas, que passou de 12,39% acumulado até 31 de dezembro de 2022 para 13,04% acumulado até 31 de dezembro de 2023 e devido ao aumento do saldo da dívida da Companhia, em 11,3% em relação ao exercício anterior;
- (e) No líquido da rubrica de variação monetária e cambial da dívida, houve um leve aumento na despesa, devido ao crescimento de 20,6% das dívidas com exposição ao IPCA, comparando os saldos de dezembro de 2022 e dezembro de 2023. Este crescimento foi levemente absorvido, pela redução do IPCA, que acumulou 5,79% em 2022, e acumulou 4,62% em 2023; e
- (f) Em 16 de setembro de 2022, foi assinado Instrumento Particular de Remuneração pela Prestação de Garantia Corporativa (fiança/aval), entre as controladas (Contratantes) e a Companhia (Contratada), com o objetivo de remunerar as garantias prestadas sob forma de fiança/aval em contratos. A prestação da garantia possui uma remuneração equivalente a 1% (um por cento) ao ano, *pro rata*, incidente sobre o saldo devedor do título ou contrato garantido, conforme nota explicativa nº 10 – Partes relacionadas.

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais)

31 Benefício pós-emprego (Consolidado)

31.1 Características do plano de aposentadoria

As controladas distribuidoras são patrocinadoras de Planos de Benefícios de natureza previdenciária administrados pela Fundação Equatorial de Previdência Complementar (EQTPREV) e pela Fundação Família Previdência, pessoas jurídicas de direito privado sem fins lucrativo, e planos de saúde e odontológico que são oferecidos aos seus empregados e ex-empregados, conforme descrito a seguir:

31.1.1 Plano Equatorial CD

O Equatorial CD é um plano contributivo com modalidade de “Contribuição Definida” para os benefícios programados e de “Benefício Definido” para os benefícios de risco, administrado pela Fundação Equatorial de Previdência Complementar (EQTPREV) e patrocinado pelas controladas Equatorial Pará, Equatorial Maranhão, Equatorial Piauí, Equatorial Alagoas, CEEE-D e Equatorial Goiás.

De acordo com o Regulamento do plano, os benefícios oferecidos aos empregados são os seguintes:

- Aposentadorias: normal e por incapacidade para o trabalho; e
- Pensão por Morte de participante Ativo e Assistido.

31.1.2 Plano de Contribuição Definida Equatorial Alagoas

O Plano CD é um plano contributivo com modalidade de “Contribuição Definida” para os benefícios programados e de “Benefício Definido” para os benefícios de risco, administrado pela EQTPREV, patrocinado pela controlada Equatorial Alagoas. Os benefícios de risco são:

- Benefício por Entrada em Invalidez; e
- Benefício de Pecúlio por Morte como Participante Ativo.

31.1.3 Planos de Benefícios Definidos

O Plano Equatorial BD é estruturado na modalidade “Benefício Definido”, existindo compromisso pós-emprego com os participantes em atividade e com os assistidos aposentados e pensionistas) e está fechado para novas adesões. O Plano é administrado pela EQTPREV e patrocinado pelas controladas Equatorial Pará, Equatorial Maranhão, Equatorial Piauí, Equatorial Alagoas e Equatorial Goiás.

De acordo com o regulamento do plano, os benefícios oferecidos são os seguintes:

- Pensão por Morte;
- Abono Anual;
- Aposentadorias: por invalidez, idade, tempo de contribuição, tempo de serviço, tempo de serviço proporcional e especial;
- Auxílio-Doença e Auxílio-Funeral.

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais)

31.1.4 Plano de Contribuição Variável

O Plano de Contribuição Variável Equatorial é estruturado na modalidade de “Contribuição Variável”, existindo compromisso no período de pós-emprego dos participantes, administrado EQTPREV e patrocinado pelas controladas Equatorial Piauí e Goiás, sendo oferecido aos seus empregados e respectivos dependentes.

De acordo com o Regulamento do plano, os benefícios oferecidos aos empregados são os seguintes:

- Aposentadorias: normal, programada e por invalidez;
- Abono Anual;
- Pensão por Morte; e
- Auxílio-Enfermidade e Auxílio-Funeral

31.1.5 Plano Celpa OP

O Plano Celpa OP é estruturado na modalidade “Contribuição Variável”, existindo compromisso pós-emprego na fase de inatividade (aposentados e pensionistas) para os benefícios estruturados na modalidade “Benefício Definido” (Aposentadoria na forma de Renda Mensal Vitalícia e suas respectivas reversões em pensão). O Plano é administrado pela Fundação Equatorial de Previdência Complementar (EQTPREV), patrocinado pela controlada Equatorial Pará e é executado de forma indissociável ao Plano R.

De acordo com o Regulamento do plano, os benefícios oferecidos são os seguintes:

- Renda Mensal com Reversão em Pensão

De acordo com a modalidade selecionada no requerimento, o valor do benefício equivale a:

- Renda Mensal Vitalícia, estruturada na modalidade de “Contribuição Variável”; ou
- Renda Mensal Financeira, estruturada na modalidade de “Contribuição Definida”;
- Pecúlio por Invalidez ou por Morte; e
- Contribuições: normal de participante, normal de assistido, normal de patrocinadora, esporádica do participante ou da patrocinadora.

31.1.6 Plano Celpa R

O Celpa R é estruturado na modalidade “Benefício Definido”, existindo compromisso pós-emprego com o pagamento de aposentadorias por invalidez e pensões. Além disso, o plano é não-contributivo, oferecendo somente benefícios de risco. O Plano é administrado pela Fundação Equatorial de Previdência Complementar (EQTPREV), patrocinado pela controlada Equatorial Pará e é executado de forma indissociável ao Plano Celpa OP.

De acordo com o Regulamento do plano, os benefícios oferecidos são os seguintes:

- Suplementação de Auxílio-Doença e Aposentadoria por Invalidez
- Pensão por Morte
- Abono Anual

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais)

Por se tratar de um plano não-contributivo, o custeio do plano é feito 100% pela Contribuição Normal da própria patrocinadora, cujo percentual é determinado no Plano de Custeio do plano.

31.1.7 Resolução nº 10/1989

A Controlada Equatorial Pará possui um passivo atuarial a descoberto, de origem em um acordo firmado entre a empresa e seus ex-empregados e pensionistas. O acordo foi deliberado pela Resolução nº 10, de 04 de agosto de 1989, pela administração da companhia, e entrou em vigor em 11 de Junho de 1996.

Com a resolução em vigor, os ex-empregados e pensionistas têm direito a benefícios previdenciários, que formam o passivo atuarial não coberto. O valor do passivo apurado é provisionado integralmente pela Equatorial.

31.1.8 FGTS

O FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço) tem por objetivo proteger o trabalhador demitido sem justa causa, com a abertura de uma conta vinculada ao contrato de trabalho.

O empregador, mensalmente, deposita 8% da remuneração bruta (incluindo horas extras e adicionais pagos) em contas bancárias em nome de cada funcionário. O saldo da conta é reajustado com uma taxa de juros de 3% ao ano, acrescido da inflação.

Em caso de rescisão com o empregado sem justa causa, o empregador é obrigado a pagar um adicional de 40% do saldo acumulado do FGTS.

31.1.9 Plano Único

O Plano Único é um plano contributivo com modalidade de “Benefício Definido” existindo compromisso pós-emprego com os participantes em atividade e com os assistidos, administrado pela Fundação Família Previdência e patrocinado pela Controlada CEEE-D, sendo oferecido aos seus empregados e respectivos dependentes.

De acordo com o Regulamento do plano, os benefícios oferecidos aos empregados são os seguintes:

- Aposentadorias: por tempo de serviço, tempo de contribuição, invalidez e idade;
- Pensão por Morte;
- Auxílios-doença e reclusão.

31.1.10 Plano CEEEPREV

O Plano CEEEPREV é um plano contributivo com modalidade de “Contribuição Definida”, com exceção dos Benefícios Saldados, da Garantia do Benefício Referencial, dos Benefícios de Aposentadoria por Invalidez e de Auxílio Doença, do Pecúlio por Morte/Parcela do Benefício de Pensão por Morte do Participante (Não Assistido) não concedida com base nos recursos previamente acumulados na Conta Individual do Participante (CIP) e na Conta Identificada da Patrocinadora (CPI), que são do tipo “Benefício Definido”. O plano é administrado pela Fundação Família Previdência e patrocinado pela Controlada CEEE-D, sendo oferecido aos seus empregados e respectivos dependentes.

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais)

De acordo com o Regulamento do plano, os benefícios oferecidos aos empregados são os seguintes:

- Aposentadorias: normal, antecipada e por invalidez;
- Pensão por Morte
- Auxílios-Doença e Reclusão
- Abono Anual

31.1.11 Planos de Saúde e Odontológicos

a) Unimed Nacional

A Controlada Equatorial Pará oferece a seus empregados e ex-empregados (aposentados e demitidos) um plano de saúde administrado pela operadora Central Nacional Unimed – Cooperativa Central (CNU), na modalidade Ambulatorial e Hospitalar com Obstetrícia, com abrangência Nacional. Este plano é oferecido para os colaboradores da Equatorial Pará, bem como a seus dependentes, exceto para diretores e gerentes.

b) UNIODONTO

A Controlada Equatorial Pará oferece um plano odontológico administrado pela operadora Uniodonto Belém a seus empregados e ex-empregados (aposentados e demitidos), bem como para seus dependentes.

c) Bradesco Saúde

A Controlada Equatorial Maranhão oferece a seus empregados um plano de saúde administrado pela operadora Bradesco Saúde. Este plano é oferecido para os empregados da Equatorial Maranhão, bem como a seus dependentes.

d) Odontoprev

A Controlada Equatorial Maranhão oferece um plano odontológico administrado pela Odontoprev S/A a seus empregados, bem como para seus dependentes.

e) CELGSAÚDE

A Controlada Equatorial Goiás oferece a seus empregados um plano de saúde (CELGSAÚDE) administrado pela operadora VIVACOM Planos de Saúde. Este plano é oferecido para os empregados da Equatorial Goiás, bem como a seus dependentes.

f) UNIMED (Qualicorp)

A Controlada Equatorial Alagoas oferece a seus empregados e ex-empregados um plano de saúde, administrado pela Qualicorp Administradora de Benefícios S/A.

g) ODONTOPREV (Qualicorp)

A Controlada Equatorial Alagoas oferece um plano odontológico administrado pela Qualicorp Administradora De Benefícios S/A a seus empregados e ex-empregados, bem como para seus dependentes.

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais)

h) Assistência Médica Humana

A Controlada Equatorial Piauí oferece a seus empregados um plano de saúde administrado pela operadora Humana Assistência Médica Ltda. Este plano é oferecido para os empregados da Equatorial Piauí, bem como a seus dependentes.

i) Unipart

A Controlada CEEE-D oferece a seus empregados um plano de saúde administrado pela operadora Unimed Porto Alegre. Este plano é oferecido para os empregados da Equatorial Rio Grande do Sul, bem como a seus dependentes.

j) Odonto Master I

A Controlada CEEE-D oferece um plano odontológico, administrado pela Uniodonto Porto Alegre Cooperativa Odontológica LTDA, a seus empregados, bem como para seus dependentes.

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação

31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais)

31.2 Apuração do passivo (ativo) atuarial líquido (Controladas distribuidoras da Companhia)

A conciliação dos ativos e passivos demonstra o excesso ou a insuficiência de recursos para cobertura do benefício pós-emprego, e que deve ser apresentado no balanço das controladas da Companhia. Apresentamos, a seguir, a demonstração dos resultados apurados em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (passivo ou ativo atuarial) e a projeção de despesas a serem reconhecidas no resultado o exercício de 2024.

2023													
EQTL CD	CD	EQTL BD	EQTL CV	Planos de Saúde e odontológico	CELPA R	C LPA OP	Resolução 10/1989	Plano único	CEEEPREV	FGTS	TOTAL		
Déficit/(Superávit) apurado													
Obrigações atuariais apuradas na avaliação atuarial	1.109	847	1.005.389	459.278	367.805	10.870	1.926	17.183	1.185.936	1.950.608	22.710	5.023.661	
Valor justo dos ativos do plano	(21.814)	(8.406)	(1.304.769)	(476.056)	(60.645)	(5.971)	(4.749)	-	(920.600)	(1.184.963)	-	(3.987.973)	
Déficit/(Superávit) apurado	(20.705)	(7.559)	(299.380)	(16.778)	307.160	4.899	(2.823)	17.183	265.336	765.645	22.710	1.035.688	
Efeito do Teto do Ativo e Passivos Adicionais													
Efeito do Teto de Ativo	8.946	7.559	281.396	39.560	-	373	1.810	-	-	-	-	339.644	
Efeito do Teto do Ativo e Passivos Adicionais	8.946	7.559	281.396	39.560	-	373	1.810	-	-	-	-	339.644	
Passivo/(Ativo) líquido resultante do disposto no CPC 33 (R1)	(11.759)	-	(17.984)	22.782	307.160	5.272	(1.013)	17.183	265.336	765.645	22.710	1.375.332	
Passivo/(Ativo) líquido apurado	(11.759)	-	(17.984)	22.782	307.160	5.272	(1.013)	17.183	265.336	765.645	22.710	1.375.332	
												Ativo	(30.756)
												Passivo	1.406.088
												Total	1.375.332
2022													
EQTL CD	CD	EQTL BD	EQTL CV	Planos de Saúde e odontológico	CELPA R	C LPA OP	Resolução 10/1989	Plano único	CEEEPREV	FGTS	TOTAL (a)		
Déficit/(Superávit) apurado													
Obrigações atuariais apuradas na avaliação atuarial	2.168	906	945.683	458.524	248.937	9.538	1.766	16.642	1.150.533	1.808.635	23.465	4.666.797	
Valor justo dos ativos do plano	(19.346)	(7.538)	(1.343.525)	(473.890)	-	(5.436)	(4.550)	-	(929.010)	(1.174.458)	-	(3.957.753)	
Déficit/(Superávit) apurado	(17.178)	(6.632)	(397.842)	(15.366)	248.937	4.102	(2.784)	16.642	221.523	634.177	23.465	709.044	
Efeito do Teto do Ativo e Passivos Adicionais													
Efeito do Teto de Ativo	6.239	6.632	380.101	44.245	-	823	1.905	-	-	-	-	439.945	
Efeito do Teto do Ativo e Passivos Adicionais	6.239	6.632	380.101	44.245	-	823	1.905	-	-	-	-	439.945	
Passivo/(Ativo) líquido resultante do disposto no CPC 33 (R1)	(10.939)	-	(17.741)	28.879	248.937	4.925	(879)	16.642	221.523	634.177	23.465	1.148.989	
Passivo/(Ativo) líquido apurado	(10.939)	-	(17.741)	28.879	248.937	4.925	(879)	16.642	221.523	634.177	23.465	1.148.989	
												Ativo	(32.616)
												Passivo	1.184.956
												Total	1.152.340

(a) No exercício de 2022, além dos valores do laudo, houve o reconhecimento de R\$ 3.351 referente a Contribuição Patrocinadora, sendo R\$ 2.488 correspondente ao Plano Único e R\$ 863 correspondente à CEEEPREV.

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação

31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais)

31.3 Resultado da avaliação atuarial (Controladas distribuidoras da Companhia)

Os resultados das avaliações atuariais apuraram o seguinte compromisso do plano com seus participantes:

	2023											
	EQTL CD	CD	EQTL BD	EQTL CV	Planos de Saúde e odontológico	CELPA R	CELPA OP	Resolução 10/1989	Plano único	CEEEPREV	FGTS	TOTAL
Resultado do exercício 2023												
Custo do serviço corrente líquido	261	107	36	(4)	2.530	9	-	-	(909)	44	1.276	3.350
Custo do serviço passado	-	-	-	-	454	-	-	-	-	-	-	454
Custo de juros sobre as obrigações atuariais	214	97	106.028	45.414	27.072	1.081	200	1.870	129.422	206.507	2.122	520.027
Rendimento esperado dos ativos do plano	(2.283)	(875)	(153.344)	(47.100)	-	(605)	(530)	-	(104.824)	(133.153)	-	(442.714)
Juros sobre o Efeito do Teto de Ativo e Passivos Adicionais	743	778	45.183	4.690	-	98	226	-	-	-	-	51.718
Total de despesa (receita) reconhecida no Resultado do Exercício	(1.065)	107	(2.097)	3.000	30.056	583	(104)	1.870	23.689	73.398	3.398	132.835
Outros Resultados Abrangentes (ORA), no exercício												
(Ganhos)/perdas nos ativos do plano	250	7	94.526	7.535	(60.645)	(176)	165	-	10.937	20.776	-	73.375
(Ganhos)/perdas nas obrigações atuariais	(1.474)	(262)	51.223	(5.018)	103.528	1.001	127	677	35.603	88.320	4.447	278.172
(Ganhos)/perdas no efeito do Teto do Ativo e nos Passivos Adicionais	1.815	148	(143.886)	(9.375)	-	(548)	(322)	-	-	-	-	(152.168)
(Ganhos)/perdas reconhecidos em ORA	591	(107)	1.863	(6.858)	42.883	277	(30)	677	46.540	109.096	4.447	199.379
	2022											
	EQTL CD	CD	EQTL BD	EQTL CV	Planos de Saúde e odontológico	CELPA R	CELPA OP	Resolução 10/1989	Plano único	CEEEPREV	FGTS	TOTAL
Resultado do exercício 2022												
Custo do serviço corrente líquido	212	171	61	2	2.324	8	-	-	(958)	280	1.384	3.484
Custo do serviço passado	-	-	-	-	4.141	61	-	-	-	-	-	4.202
Custo de juros sobre as obrigações atuariais	160	160	95.836	7.849	22.851	976	189	1.737	127.071	189.674	2.086	448.589
Rendimento esperado dos ativos do plano	(1.791)	(700)	(131.734)	(378)	-	(568)	(451)	-	(96.916)	(117.268)	-	(349.806)
Juros sobre o Efeito do Teto de Ativo e Passivos Adicionais	607	540	34.843	-	-	-	181	-	-	-	-	36.171
Total de despesa (receita) reconhecida no Resultado do Exercício	(812)	171	(994)	7.473	29.316	477	(81)	1.737	29.197	72.686	3.470	142.640
Outros Resultados Abrangentes (ORA), no exercício												
(Ganhos)/perdas nos ativos do plano	(361)	(46)	56.431	153	-	289	60	-	19.729	(15.030)	-	61.225
(Ganhos)/perdas nas obrigações atuariais	430	(1.063)	(80.287)	(59.091)	5.105	(314)	(111)	(552)	(107.168)	(88.654)	(4.215)	(335.920)
(Ganhos)/perdas no efeito do Teto do Ativo e nos Passivos Adicionais	(263)	938	16.000	1.383	-	823	25	-	-	-	-	18.906
(Ganhos)/perdas reconhecidos em ORA	(194)	(171)	(7.856)	(57.555)	5.105	798	(26)	(552)	(87.439)	(103.684)	(4.215)	(255.789)

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação

31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais)

31.4 Ativos do plano

31.4.1 Ativos do plano incluem (Controladas distribuidoras da Companhia):

2023										
EQTL CD	CD	EQTL BD	EQTL CV	Planos de Saúde e odontológico	CELPA R	CELPA OP	Plano único	CEEEPREV	TOTAL	
Títulos Públicos	749.388	55.729	1.276.941	318.727	42.210	3.759	8.185	1.167.824	1.990.204	5.612.967
Fundos de Investimentos	1.378.788	186.789	124.764	449.899	14.625	2.066	2.045	504.233	842.640	3.505.849
Outros	423.840	20.979	89.341	39.517	26.009	6.103	362	370.096	578.646	1.554.893
Ativo total	2.552.016	263.497	1.491.046	808.143	82.844	11.928	10.592	2.042.153	3.411.490	10.673.709

2022										
EQTL CD	CD	EQTL BD	EQTL CV	Planos de Saúde e odontológico	CELPA R	CELPA OP	Plano único	CEEEPREV	TOTAL	
Títulos Públicos	902.365	62.225	1.199.915	500.661	-	4.128	8.630	1.144.075	1.880.151	5.702.150
Fundos de Investimentos	759.596	177.487	108.544	26.510	-	1.847	1.672	471.353	841.195	2.388.204
Outros	245.069	19.622	103.827	8.136	-	2.707	194	485.403	754.503	1.619.461
Ativo total	1.907.030	259.334	1.412.286	535.307	-	8.682	10.496	2.100.831	3.475.849	9.709.815

Os ativos dos planos são compostos por ativos financeiros com cotação de mercados ativos e, portanto, são classificados como Nível 1 e Nível 2 na hierarquia de avaliação do valor justo. A taxa esperada global de retorno dos ativos do plano é determinada com base nas expectativas de mercado vigentes nessa data, aplicáveis ao período durante o qual a obrigação deve ser liquidada.

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação

31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais)

31.5 Obrigação do benefício definido (Controladas distribuidoras da Companhia)

(a) Premissas atuariais

Equatorial Maranhão											
	2023			2022							
	CD	BD1	Plano de Saúde	CD	BD1	Plano de Saúde					
Taxa de inflação	3,93%	3,93%	3,93%	5,23%	5,23%	5,23%					
Taxa de desconto	9,41%	9,78%	9,90%	11,91%	11,90%	11,76%					
Futuros aumentos salariais	3,93%	3,93%	Não aplicável	5,23%	5,23%	Não aplicável					
Futuros aumentos de pensão	3,93%	3,93%	3,93%	5,23%	5,23%	5,23%					
Mortalidade geral	AT-2000 M/F Suavizada em	AT-2000 M/F Suavizada em	AT-2000 M/F Suavizada em	AT-2000 M/F Suavizada em	AT-2000 M/F Suavizada em	AT-2000 M/F Suavizada em					
	10%	10%	10%	10%	10%	10%					

Equatorial Pará												
	2023						2022					
	CD	BD	CELPA R	CELPA OP	Resolução 10/1989	Planos de Saúde	CD	BD	CELPA R	CELPA OP	Resolução 10/1989	Planos de Saúde
Taxa de inflação	3,93%	3,93%	3,93%	3,93%	3,93%	3,93%	5,23%	5,23%	5,23%	5,23%	5,23%	5,23%
Taxa de desconto	9,41%	9,66%	9,71%	9,63%	9,72%	9,72%	11,91%	11,98%	11,92%	11,87%	11,96%	11,88%
Futuros aumentos salariais	3,93%	3,93%	3,93%	Não aplicável	3,93%	3,93%	5,23%	5,23%	5,23%	Não aplicável	5,23%	5,23%
Futuros aumentos de pensão	3,93%	3,93%	3,93%	3,93%	3,93%	3,93%	5,23%	5,23%	5,23%	5,23%	5,23%	5,23%
Mortalidade geral	AT-2000 M/F Suavizada em	AT-2000 M/F Suavizada em	BR-EMSsb 2015 M/F	BR-EMSsb 2015 M/F	AT-2000 M/F Suavizada em	AT-2000 M/F Suavizada em	AT-2000 M/F Suavizada em	AT-2000 M/F Suavizada em	BR-EMSsb 2015 M/F	BR-EMSsb 2015 M/F	AT-2000 M/F Suavizada em	BR-EMSsb 2015 M/F
	10%	10%			10%	10%	10%	10%			10%	

Equatorial Piauí												
	20 3			20 2								
	BD	CV	Plano de saúde	CD	BD	CV	Plano de saúde	CD	BD	CV	Plano de saúde	CD
Taxa de inflação	3,93%	3,93%	3,93%	3,93%	5,23%	5,23%	5,23%	5,23%	5,23%	5,23%	5,23%	5,23%
Taxa de desconto	9,59%	9,71%	9,59%	9,41%	11,91%	12,02%	11,78%	11,91%	11,91%	11,91%	11,91%	11,91%
Futuros aumentos salariais	3,93%	3,93%	3,93%	3,93%	5,23%	5,23%	Não Aplicável	5,23%	5,23%	5,23%	5,23%	5,23%
Futuros aumentos de pensão	3,93%	3,93%	3,93%	3,93%	5,23%	5,23%	5,23%	5,23%	5,23%	5,23%	5,23%	5,23%
Mortalidade geral	AT 2000 Suavizada em 10%	AT 2000 Suavizada em 10%	AT 2000 Suavizada em 10%	AT 2000 Suavizada em 10%	AT 2000 Suavizada em 10%	AT 2000 Suavizada em 10%	AT 2000 Suavizada em 10%	AT 2000 Suavizada em 10%	AT 2000 Suavizada em 10%	AT 2000 Suavizada em 10%	AT 2000 Suavizada em 10%	AT 2000 Suavizada em 10%

Equatorial Alagoas								
	2023				2022			
	BD	CD	Plano de saúde e odontológico	EQTL CD	BD	CD	Plano de saúde e odontológico	EQTL CD
Taxa de inflação	3,93%	3,93%	3,93%	3,93%	5,23%	5,23%	5,23%	5,23%
Taxa de desconto	9,66%	9,46%	9,86%	9,41%	11,78%	11,73%	11,75%	11,91%
Futuros aumentos salariais	3,93%	3,93%	3,93%	3,93%	5,23%	5,23%	5,23%	5,23%
Futuros aumentos de pensão	3,93%	Não aplicável	3,93%	3,93%	5,23%	Não aplicável	5,23%	5,23%

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação

31 de dezembro de 2023 e 2022

Modalidade Geral	AT-2000 M/F Desagravada em 10%	AT-2000 M/F Desagravada em 10%	AT-2000 M/F Desagravada em 10%	AT-2000 M/F Suavizada em 10%	AT-2000 M/F Desagravada em 10%	AT-2000 M/F Desagravada em 10%	AT-2000 M/F Desagravada em 10%	AT-2000 M/F Suavizada em 10%
------------------	--------------------------------------	--------------------------------------	--------------------------------------	------------------------------------	--------------------------------------	--------------------------------------	--------------------------------------	------------------------------------

(Valores expressos em milhares de reais)

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação

31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais)

	CEEE-D									
	2023		2022		2023		2022			
	CD	CEEEPREV	Plano único	Plano de saúde	CD	CEEEPREV	Plano único			
Taxa de inflação	3,93%	3,93%	3,93%	3,93%	5,23%	5,23%	5,23%			
Taxa de desconto	5,27%	5,65%	5,60%	5,57%	6,35%	6,39%	6,40%			
Futuros aumentos salariais	3,93%	3,93%	3,93%	Não Aplicável	5,23%	5,23%	5,23%			
Futuros aumentos de pensão	3,93%	3,93%	3,93%	3,93%	5,23%	5,23%	5,23%			
Mortalidade geral	AT-2000 M/F Suavizada em 10%	BR-EMSsb- 2021 M/F desagravada	AT-2000 M/F	BR-EMSsb-2021 M/F desagravada em 10%	AT-2000 M/F Suavizada em 10%	BR-EMSsb- 2021 M/F desagravada	AT-2000 M/F			
		em 10%		10%		em 10%				
	Equatorial Goiás									
	2023		2022		2023		2022			
	BD	CV	Plano de saúde	CD	FGTS	BD	CV	Plano de saúde	CD	FGTS
Taxa de inflação	3,93%	3,93%	3,93%	3,93%	3,93%	4,00%	4,00%	4,00%	5,23%	4,00%
Taxa de desconto	9,80%	9,78%	9,75%	9,41%	9,55%	10,40%	10,40%	10,40%	11,91%	10,40%
Futuros aumentos salariais	3,93%	3,93%	Não aplicável	3,93%	3,93%	4,00%	5,04%	Não aplicável	5,23%	5,04%
Futuros aumentos de pensão	3,93%	3,93%	3,93%	3,93%	3,93%	4,00%	4,00%	4,00%	5,23%	4,00%
Mortalidade geral	AT-2000 Básico por sexo	AT-2000 masculina, suavizada em 10%	AT-2000 masculina, suavizada em 10%	AT-2000 M/F Suavizada em 10%	AT-2000 masculina, suavizada em 10%	AT-2000 por sexo, suavizada em 10%	AT-2000 por sexo, suavizada em 10%	AT-2000 M/F Suavizada em 10%	AT-2000 M/F Suavizada em 10%	AT-2000 por sexo, suavizada em 10%

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação

31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais)

(b) Análise de sensibilidade

Mudanças razoavelmente possíveis na data do balanço em cada uma das premissas atuariais relevantes, mantendo as outras premissas constantes, teriam afetado a obrigação de benefício definido conforme demonstrado abaixo:

2023													
Premissa	Análise de sensibilidade	EQTL CD	CD	EQTL BD	EQTL CV	Planos de Saúde e odontológico	CELPA R	CELPA OP	Resolução 10/1989	Plano único	CEEEPREV	FGTS	TOTAL
Taxa de desconto	Aumento de 0,5%	(26)	(18)	(39.834)	(19.191)	(28.968)	(582)	(80)	(549)	(45.002)	(84.498)	(950)	(219.698)
	Redução de 0,5%	29	19	41.819	17.365	34.687	642	86	584	48.398	91.669	1.026	236.324
Expectativa de vida	Aumento de 1 ano	(55)	(14)	26.643	10.526	32.841	125	43	582	34.723	39.293	86	144.793
	Redução de 1 ano	61	16	(6.650)	(14.217)	(31.738)	(130)	(45)	(581)	(34.651)	(40.077)	(92)	(128.104)
HCCTR	Aumento de 0,5%	-	-	-	-	34.246	-	-	-	-	-	-	34.246
	Redução de 0,5%	-	-	-	-	(28.799)	-	-	-	-	-	-	(28.799)
Crescimento salarial	Aumento de 0,5%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	628	-	628

2022													
Premissa	Análise de sensibilidade	EQTL CD	CD	EQTL BD	EQTL CV	Planos de Saúde e odontológico	CELPA R	CELPA OP	Resolução 10/1989	Plano único	CEEEPREV	FGTS	TOTAL
Taxa de desconto	Aumento de 0,5%	(835)	-	(101.532)	(439.006)	(105.511)	(487)	(71)	(518)	(42.372)	(75.814)	(22.756)	(788.902)
	Redução de 0,5%	874	-	110.414	475.180	126.760	535	77	551	45.486	(82.079)	24.220	702.018
Expectativa de vida	Aumento de 1 ano	(828)	-	21.113	154	5.138	91	35	524	30.403	32.409	1.101	90.140
	Redução de 1 ano	940	-	(21.462)	(147)	(4.965)	(96)	(36)	(525)	(30.700)	(33.211)	1.215	(88.987)
HCCTR	Aumento de 0,5%	-	-	-	-	7.205	-	-	-	-	-	-	7.205
	Redução de 0,5%	-	-	-	-	(6.568)	-	-	-	-	-	-	(6.568)
Crescimento salarial	Aumento de 0,5%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	630	-	630

Embora as análises não levem em conta a distribuição completa dos fluxos de caixa esperados no âmbito dos planos, elas fornecem uma aproximação da sensibilidade da premissa apresentada. Quando consideramos a análise de sensibilidade da taxa de desconto para o plano CD e Equatorial CD as variações são irrelevantes.

O método de avaliação dessa análise de sensibilidade para 31 de dezembro de 2023 não foi alterado com relação ao que foi utilizado no exercício anterior.

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação

31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais)

31.6 Fluxo de Caixa (Controladas distribuidoras da Companhia)

		2023											
		EQTL CD	CD	EQTL BD	EQTL CV	Planos de Saúde e odontológico	CELPA R	CELPA OP	Resolução 10/1989	Plano único	CEEPREV	FGTS	TOTAL
1 Fluxo de caixa no exercício													
	Contribuições do empregador	345	-	9	2.239	14.717	513	-	-	26.416	51.026	8.601	103.866
	Contribuição do participante	-	-	9	267	-	-	-	-	30.453	616	-	31.345
	Benefícios pagos utilizando os ativos do plano	78	-	97.589	39.904	14.717	760	167	-	159.165	153.515	-	465.895
	Benefícios pagos diretamente pela empresa	-	-	-	-	-	-	-	2.006	-	-	8.601	10.607
2 Fluxo de caixa estimado para o exercício seguinte													
	Contribuições do empregador	414	-	11	3.422	16.654	627	-	-	26.416	51.318	2.724	101.586
	Contribuição do participante	-	-	11	164	-	-	-	-	33.739	966	-	34.880
	Benefícios pagos utilizando os ativos do plano	458	151	97.142	46.815	16.654	751	177	-	177.146	171.582	-	510.876
	Benefícios pagos diretamente pela empresa	-	-	-	-	-	-	-	2.087	-	-	2.724	4.811
		2022											
		EQTL CD	CD	EQTL BD	EQTL CV	Planos de Saúde e odontológico	CELPA R	CELPA OP	Resolução 10/1989	Plano único	CEEPREV	FGTS	TOTAL
1 Fluxo de caixa no exercício													
	Contribuições do empregador	356	-	9	-	9.163	228	-	-	16.547	40.346	-	66.649
	Contribuição do participante	-	-	9	-	-	-	-	-	16.450	915	-	17.374
	Benefícios pagos utilizando os ativos do plano	499	-	86.085	1.924	9.163	708	161	-	157.613	145.487	-	401.640
	Benefícios pagos diretamente pela empresa	-	-	-	-	-	-	-	1.983	-	-	-	1.983
2 Fluxo de caixa estimado para o exercício seguinte													
	Contribuições do empregador	391	-	11	1.276	14.226	222	-	-	31.898	40.840	6.130	94.994
	Contribuição do participante	-	-	11	5	-	-	-	-	33.521	1.460	-	34.997
	Benefícios pagos utilizando os ativos do plano	732	162	95.180	46.384	14.226	960	171	-	174.291	167.012	6.130	505.248
	Benefícios pagos diretamente pela empresa	-	-	-	-	-	-	-	2.082	-	-	-	2.082

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais)

32 Instrumentos financeiros

32.1 Considerações gerais

A Companhia e suas controladas efetuaram análise dos seus instrumentos financeiros, a saber: caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de clientes, valores a receber (devolver) da parcela A e outros itens financeiros, sub-rogação da CCC, ativos financeiros da concessão, ativos de contrato, fornecedores, empréstimos e financiamentos, debêntures, valores a pagar de acordo com o plano de recuperação judicial, derivativos e passivo de arrendamento, procedendo as devidas adequações em sua contabilização, quando necessário.

A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado.

A Administração faz uso dos instrumentos financeiros visando remunerar ao máximo suas disponibilidades de caixa, manter a liquidez de seus ativos e proteger-se de variações de taxas de juros ou câmbio e obedecer aos índices financeiros constituídos em seus contratos de financiamento (*covenants*), conforme notas explicativas nº 17.6 – *Covenants* dos empréstimos e financiamentos e 18.5 – *Covenants* das debêntures.

32.2 Política de utilização de derivativos

A Companhia e suas controladas utilizam operações com derivativos (*Swap e NDF*) para conferir proteção às oscilações de indexadores macroeconômicos e conferir proteção às oscilações de cotações de moedas estrangeiras. Estas operações não são realizadas em caráter especulativo. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 a Companhia, através de suas controladas, possuía operações de instrumentos financeiros derivativos contratados.

32.3 Categoria e valor justo dos instrumentos financeiros

Os valores justos estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia e de suas controladas foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações.

Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

A Companhia e suas controladas reconhecem, quando aplicável, as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do exercício das demonstrações contábeis em que ocorreram as mudanças. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 não ocorreram mudanças nas hierarquias e nas técnicas de avaliação do valor justo, em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, conforme descrito no item a seguir.

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais)

(a) Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia e de suas controladas requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia e suas controladas usam dados observáveis de mercado, tanto quanto possível.

Os saldos contábeis e os valores de mercado dos instrumentos financeiros incluídos no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e 2022 estão identificados conforme a seguir:

Controladora			2023		2022	
Ativo	Níveis	Categoria dos instrumentos financeiros	Contábil	Mercado	Contábil	Mercado
Caixa e equivalentes de caixa	-	Custo amortizado	489	489	616	616
Caixa e equivalentes de caixa (Fundo de investimentos)	2	Valor justo por meio do resultado	1.388.573	1.388.573	460.137	460.137
Aplicações financeiras	2	Valor justo por meio do resultado	1.971.316	1.971.316	26.578	26.578
Instrumentos financeiros derivativos – opção de compra de ações (a)	3	Valor justo por meio do resultado	220.986	220.986	585.313	585.313
Total do ativo			3.581.364	3.581.364	1.072.644	1.072.644
Passivo			2023		2022	
Passivo	Níveis	Categoria dos instrumentos financeiros	Contábil	Mercado	Contábil	Mercado
Fornecedores	-	Custo amortizado	3.796	3.796	2.655	2.655
Empréstimos e financiamentos	-	Custo amortizado	-	-	501.404	504.050
Debêntures	-	Custo amortizado	4.080.993	4.125.732	4.554.060	4.598.717
Total do passivo			4.084.789	4.129.528	5.058.119	5.105.422
Consolidado			2023		2022	
Ativo	Níveis	Categoria dos instrumentos financeiros	Contábil	Mercado	Contábil	Mercado
Caixa e equivalentes de caixa	-	Custo amortizado	271.827	271.827	197.430	197.430
Caixa e equivalentes de caixa (Fundo de investimentos)	2	Valor justo por meio do resultado	4.340.421	4.340.421	2.968.932	2.968.932
Aplicações financeiras	2	Valor justo por meio do resultado	8.182.659	8.182.659	5.252.573	5.252.573
Contas a receber de clientes	-	Custo amortizado	9.272.671	9.272.671	8.738.127	8.738.127
Valores a receber de parcela A e outros itens financeiros	-	Custo amortizado	114.210	114.210	456.100	456.100
Sub-rogação da CCC - valores aplicados	-	Custo amortizado	20.444	20.444	85.120	85.120
Instrumentos financeiros derivativos	2	Valor justo por meio do resultado	-	-	93.223	93.223
Instrumentos financeiros derivativos – opção de compra de ações (a)	3	Valor justo por meio do resultado	228.593	228.593	585.313	585.313
Ativo financeiro de concessão - Distribuidoras	2	Valor justo por meio do resultado	13.025.072	13.025.072	10.034.604	10.034.604
Total do ativo			35.455.897	35.455.897	28.411.422	28.411.422
Passivo			2023		2022	
Passivo	Níveis	Categoria dos instrumentos financeiros	Contábil	Mercado	Contábil	Mercado
Fornecedores	-	Custo amortizado	5.003.821	5.003.821	4.728.015	4.728.015
Fornecedores – risco sacado (convênio)	-	Custo amortizado	369.172	369.172	331.953	331.953
Empréstimos e financiamentos	-	Custo amortizado	21.808.685	22.548.232	26.505.999	27.457.480
Debêntures	-	Custo amortizado	24.643.459	26.698.173	14.677.526	14.407.086
Valores a pagar da recuperação judicial	-	Custo amortizado	951.513	1.285.977	949.572	1.306.592
Valores a devolver de parcela A e outros itens financeiros	-	Custo amortizado	1.452.266	1.452.266	886.431	886.431
Instrumentos financeiros derivativos	2	Valor justo por meio do resultado	546.610	546.610	324.261	324.261
Passivo de arrendamento	-	Custo amortizado	104.310	112.535	119.875	287.438
AICs Ressarcíveis (b)	2	Valor justo por meio do resultado	24.990	24.990	22.424	22.424
Total do passivo			54.904.826	58.041.776	48.546.056	49.751.680

- (a) Em 05 de novembro de 2019, foi aprovado pelo Conselho de Administração a celebração de acordo de investimento entre a Equatorial Energia e o Itaú Unibanco S.A. (“Itaú”), com a intervenção e anuência da controlada Equatorial Energia Distribuição S.A. (“Equatorial Distribuição”), regulando os termos e condições gerais para a realização de um investimento, pelo Itaú, na Equatorial Distribuição, através da subscrição e integralização de ações preferenciais do capital social.

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais)

- (b) O montante do ressarcimento devido à Eletrobras, a título de pagamento pelos AICs Ressarcíveis correspondente a 50% (cinquenta por cento) da contribuição de cada um dos ativos na base de remuneração líquida, conforme definição vigente nos Procedimentos de Regulação Tarifária - PRORET da ANEEL, desconsideradas eventuais contabilizações, posteriores à data-base do laudo de avaliação, de investimentos necessários à imobilização desses ativos em curso. Neste sentido, a Equatorial Piauí provisionou o montante de R\$ 10.502 (R\$ 9.406 em 31 de dezembro de 2022) e a Equatorial Alagoas R\$ 14.488 (R\$ 13.018 em 31 de dezembro de 2022). Após a homologação pela ANEEL do resultado da revisão tarifária, a compradora se compromete a contratar consultor técnico para apuração do montante de ressarcimento devido à Eletrobras.
- **Caixa e equivalente de caixa** - são classificados como custo amortizado e estão registrados pelos seus valores originais. Para fundos de investimentos, são classificados como de valor justo por meio do resultado. Nível 2 na hierarquia de valor justo;
 - **Aplicações financeiras (ativo circulante)** - são classificados como de valor justo por meio do resultado. A hierarquia de valor justo dos investimentos de curto prazo é nível 2, pois, em sua maioria, são aplicados em fundos exclusivos. Os fatores relevantes para avaliação ao valor justo são publicamente observáveis tais como CDI;
 - **Aplicações financeiras (ativo não circulante)** - referem-se a aplicações financeiras não alocadas em disponibilidade, classificados como valor justo por meio resultado. A hierarquia de valor justo dos investimentos de curto prazo é nível 2, pois, em sua maioria, são aplicados em fundos exclusivos, dessa forma está refletido no valor da cota do fundo;
 - **Contas a receber de clientes** - decorrem diretamente das operações da Companhia e de suas controladas, são classificados como custo amortizado, e estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos à provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável;
 - **Valores a receber (devolver) da parcela A e outros itens financeiros** - são decorrentes de custos não gerenciáveis a serem repassados integralmente ao consumidor ou suportados pelo Poder Concedente. Classificados como custo amortizado;
 - **Sub-rogação da CCC** - valores aplicados: são classificados como custo amortizado e estão contabilizados pelos seus valores amortizados, possuem o propósito de financiar o subsídio da interligação de municípios isolados ao Sistema Interligado Nacional – SIN;
 - **Ativo financeiro de concessão** - são classificados como valor justo por meio do resultado, são ativos financeiros que representam o direito incondicional de receber uma determinada quantia ao final do prazo de concessão. Os fatores relevantes para avaliação ao valor justo são publicamente observáveis, como IPCA existentes em mercado ativo e a taxa de depreciação que é definida pela resolução da ANEEL, sendo sua classificação nível 2 na hierarquia do valor justo;
 - **Fornecedores** - decorrem diretamente da operação da Companhia e de suas controladas e são classificados como passivo ao custo amortizado;
 - **Fornecedores risco sacado** - decorrem de transações entre as controladas da Companhia e seus fornecedores de materiais e serviços e são classificados como passivo ao custo amortizado;
 - **Empréstimos e financiamentos** - tem o propósito de gerar recursos para financiar os programas de investimento da Companhia e de suas controladas e, eventualmente, gerenciar necessidades de curto prazo. São classificados como passivo ao custo amortizado e estão contabilizados pelos seus valores amortizados. Para fins de divulgação, as operações com propósito de giro tiveram seus valores de mercado calculados com base em taxas de dívida equivalente, divulgadas pela B3 e Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA);

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais)

- **Debêntures** - são classificadas como passivo ao custo amortizado e estão contabilizados pelo seu valor amortizado. Para fins de divulgação, as debêntures tiveram seus valores de mercado calculados com base em taxas de mercado, divulgadas pela B3 e ANBIMA;
- **Valores a pagar de acordo com o plano de recuperação judicial** - decorrente do plano de recuperação judicial da controlada indireta Equatorial Pará que são classificados como passivo ao custo amortizado;
- **Passivo de arrendamento** - composto pelas obrigações decorrentes de contratos de locações e *leasing* que se enquadram no escopo do CPC 06 (R2). Os saldos são trazidos a valor presente por meio de fluxo de caixa descontado para o período de vigência de cada contrato e são classificados como passivo ao custo amortizado;
- **Instrumentos financeiros derivativos** - são classificados pelo valor justo através do resultado e de outros resultados abrangentes, tendo como objetivo a proteção às oscilações de taxa de juros e moeda estrangeira. Para as operações de *swaps*, a determinação do valor de mercado foi realizada utilizando as informações de mercado disponíveis. Nível 2 na hierarquia de valor justo;
- **Instrumentos financeiros derivativos – opção de compra de ações** - são classificados como nível 3 na hierarquia de valor justo através de outros resultados abrangentes, tendo em vista que a sensibilidade do valor justo, para maiores informações sobre a mensuração, veja nota explicativa nº 32.4.1 – Instrumentos financeiros derivativos – Controladora; e
- **AICs Ressarcíveis** - são classificados como nível 2 na hierarquia de valor justo através de outros resultados abrangentes, tendo em vista que a sensibilidade do valor justo está nos ativos em curso na base de remuneração líquida, dependendo de avaliação de especialista e homologação total ou parcial pela Eletrobrás. O montante do ressarcimento devido à Eletrobrás, a título de pagamento pelos AICs Ressarcíveis (ativo imobilizado em curso ressarcíveis) correspondente a 50% (cinquenta por cento) da contribuição de cada um dos ativos na base de remuneração líquida, conforme definição vigente nos Procedimentos de Regulação Tarifária - PRORET da ANEEL, desconsideradas eventuais contabilizações, posteriores à data-base do laudo de avaliação, de investimentos necessários à imobilização desses ativos em curso.

32.4 Instrumentos financeiros derivativos

A política de gestão de risco da Companhia e de suas controladas é fazer *hedge* de 100% da sua exposição em moeda estrangeira para empréstimos e financiamentos, contratando *swaps* de fluxo de caixa em que na ponta passiva está moeda nacional indexado à CDI e na ponta ativa moeda estrangeira e custo do contrato, tais contratos são designados como *hedge* de fluxo de caixa.

A Companhia e suas controladas determinam a existência de relação econômica entre o instrumento de *hedge* e o item protegido com base na moeda, no valor e no momento dos respectivos fluxos de caixa, avaliando as mudanças no fluxo de caixa do item protegido possam ser compensadas pelas variações do fluxo de caixa do derivativo de *hedge*. O método utilizado é o Critério dos termos críticos - método prospectivo. O teste de efetividade é feito uma única vez no momento inicial da contabilização, constatando se todos os termos do derivativo estão alinhados com os termos do objeto de *hedge*, em relação a prazos, amortizações, *notional* contratado, e pagamento de juros, garantido a efetividade do fluxo de caixa em 100%.

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais)

Técnicas de avaliação específicas utilizadas para instrumentos financeiros derivativos: preços de mercado das instituições financeiras. O valor justo de *swaps* de taxa de juros é calculado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados com base nas curvas de rendimento adotadas pelo mercado.

Destacamos que, como as regras contábeis que tratam do assunto exigem que o *swap* seja contabilizado a valor de mercado, por mais que a proteção seja perfeita do ponto de vista de caixa, podem ocorrer oscilações nos resultados.

A Companhia e suas controladas utilizam de operações com derivativos, apenas para conferir proteção às oscilações de indexadores macroeconômicos e conferir proteção às oscilações de cotações de moedas estrangeiras. Estas operações não são realizadas em caráter especulativo. A controlada indireta Echoenergia possui compromissos firmes com fornecedores referentes à compra de ativos imobilizados atrelados ao dólar norte americano, os quais se qualificavam para a aplicação da contabilidade de hedge. Com o intuito de proteger o caixa das oscilações da moeda estrangeira, o Grupo estabeleceu operações com derivativos por meio de contratos de câmbio. No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, os Contratos a Termo – Contratos de Câmbio não geraram entradas líquidas de caixa.

32.4.1 Controladora (Opção de compra)

A Companhia detém um direito de recompra da totalidade das ações preferenciais (Classes A, B e C) da Equatorial Distribuição que pode ser exercida entre (a) 31 de março de 2025 a 31 de março de 2030 para as classes A e B (b) 31 de março de 2025 a 31 de março de 2028 para a classe C. O preço da compra, se a opção for exercida, serão: (i) Classe A: o valor de R\$ 1.000.000 corrigido por 100% do CDI desde 11 de novembro de 2019 até a data de exercício da opção, menos os dividendos recebidos pelo acionista minoritário corrigidos por 100% do CDI da data do pagamento até a data de exercício da opção de compra; (ii) Classe B: o valor de R\$ 2.103.000 corrigido por 101% do CDI desde 23 de março de 2023 até a data de exercício da opção, menos os dividendos recebidos pelo acionista minoritário corrigidos por 101% do CDI da data do pagamento até a data de exercício da opção de compra, considerando um aporte adicional no valor de R\$ 300.000, em 22 de dezembro de 2023; e (iii) Classe C: o valor de R\$ 1.000.000 corrigido por 105% do CDI desde 22 de dezembro de 2023. O acionista minoritário não detém a opção de venda das ações, estando no controle da Companhia o exercício ou não deste direito.

A mensuração do valor justo deste instrumento é baseada em dados não observáveis uma vez que o preço da compra, caso incorrido pela Companhia, é calculado sobre o valor do aporte do acionista minoritário acrescido pelo valor de variação 100% da taxa DI (caso das preferenciais classe A), 101% da taxa DI (no caso das preferenciais classe B) ou 105% da taxa DI (no caso das preferenciais classe C), reduzido dos dividendos distribuídos aos minoritários.

A desproporcionalidade dos dividendos em relação à participação no capital social levaria a Companhia a exercer a opção mesmo em cenários na qual a o valor das ações reduzisse, ou seja, em situações nas quais a Companhia obtivesse prejuízo no exercício da call. Tal efeito não é capturado tradicionalmente no cálculo de uma opção de compra.

Apresentamos abaixo os valores dos instrumentos derivativos da Companhia, vigentes em 31 de dezembro de 2023 e 2022, que podem ser assim resumidos:

Objetivo de proteção de risco de mercado	Indexadores	Valor justo	
		2023	2022
Opção de compra de ações			
Itaú Unibanco	100% a 105% do CDI	<u>220.986</u>	<u>585.313</u>
Ativo não circulante		<u>220.986</u>	<u>585.313</u>

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais)

a) Mensuração a valor justo

Em 05 de novembro de 2019, foi aprovado pelo Conselho de Administração a celebração de acordo de investimento entre a Equatorial Energia e o Itaú Unibanco S.A. (“Itaú”), com a interveniência e anuência da controlada Equatorial Energia Distribuição S.A. (“Equatorial Distribuição”), regulando os termos e condições gerais para a realização de um investimento, pelo Itaú, na Equatorial Distribuição, através da subscrição e integralização de ações preferenciais do capital social. Em 21 de março de 2023, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a celebração de um acordo de investimento entre a Companhia e o Itaú Unibanco S.A. (“Itaú”), regulando os termos e condições para a realização de um novo investimento, pelo Itaú, na Equatorial Distribuição S.A., através da subscrição e integralização de ações preferenciais classe B do capital social da Equatorial Distribuição S.A.

Em 21 de dezembro de 2023, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a celebração de um novo acordo de investimento entre a Companhia e o Itaú Unibanco S.A. (“Itaú”), regulando os termos e condições para a realização do investimento, pelo Itaú, na Equatorial Distribuição S.A., através da subscrição e integralização de ações preferenciais classe C e adicional de ações preferencias classe B do capital social da Equatorial Distribuição S.A.

Com a conclusão do novo investimento, o Itaú Unibanco S.A. passou a ser titular da totalidade das ações preferenciais (Classe A, B e C) representativas de 25,79% do capital social total da Equatorial Distribuição, e a Equatorial Energia, por sua vez, sendo titular da totalidade das ações ordinárias representativas de 74,21% do capital social da Equatorial Distribuição.

Destaca-se que os direitos e obrigações da Equatorial Energia S.A. e do Itaú Unibanco S.A., na qualidade de acionistas da Equatorial Distribuição, foram disciplinados por meio de acordo de investimento celebrado entre as partes.

Em 31 de dezembro de 2023, o montante da posição favorável do valor justo das opções de compra (derivativo embutido) era R\$ 220.986 (R\$ 585.313 em 31 de dezembro de 2022), reconhecido como instrumento financeiro de nível 3, conforme segue:

Técnicas de valorização	Valor justo - opção de compra de ações (resultado) em 2023	Inputs significativos não observáveis	Sensibilidade dos inputs ao valor justo
Método de fluxo de caixa descontado	220.986	Dividendos (*)	+10% (aumento no valor justo de R\$405.444302.435) -10% (redução no valor justo de R\$405.444302.435)

(*) Projeção de dividendos a serem recebidos pelas ações PN da controlada Equatorial Distribuição S.A. até 31 de março de 2030.

32.4.2 Consolidado

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, as controladas da Companhia, diretas e indiretas, possuem os seguintes instrumentos financeiros derivativos:

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação

31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais)

Controladas	Instituição financeira	Ingresso	Vencimento	Valor contratado (USD)	Valor contratado (R\$)	Amortização	Tipo	Juros	Indexadores	Valor justo 2023			Valor justo 2022		
										Ponta ativa	Ponta passiva	Total	Ponta ativa	Ponta passiva	Total
Equatorial Maranhão	Scotiabank	19/02/2021	19/02/2025	US\$ 66.500	R\$350.000	Anual	Câmbio	Semestral	US\$ + 1,48% a.a / CDI + 1,65% a.a	310.031	(370.584)	(60.553)	325.350	(377.412)	(52.062)
Equatorial Maranhão	Citibank	17/11/2023	09/05/2025	US\$ 80.000	R\$389.600	Bullet	Câmbio	Semestral	US\$ + Sofr + 0,79% a.a./CDI + 1,29% a.a.	394.328	(401.783)	(7.455)	-	-	-
Equatorial Pará	Citibank	11/06/2018	12/06/2023	US\$ 100.000	R\$390.000	Anual	Câmbio	Trimestral	US\$ + Libor + 0,99% a.a. /111,8% do CDI	-	-	-	346.425	(257.190)	89.235
Equatorial Pará	Scotiabank	25/11/2022	25/11/2025	US\$ 186.237	R\$1.000.000	Bullet	Câmbio	Semestral	US\$ + 5,67% a.a./CDI + 1,35% a.a	914.752	(1.035.602)	(120.850)	1.003.369	(1.048.060)	(44.691)
Equatorial Pará	Scotiabank	25/11/2022	25/11/2025	US\$ 13.763	R\$73.900	Bullet	Câmbio	Semestral	US\$ + 5,67% a.a./CDI + 1,35% a.a	67.600	(76.531)	(8.931)	74.149	(77.452)	(3.303)
Equatorial Piauí	Scotiabank	10/10/2020	16/10/2023	US\$ 35.778	R\$200.000	Bullet	Câmbio	Semestral	US\$ + 1,68% a.a. /CDI + 1,58%	-	-	-	183.656	(208.458)	(24.802)
Equatorial Piauí	Scotiabank	26/04/2021	26/04/2026	US\$ 53.571	R\$300.000	Anual	Câmbio	Semestral	US\$ + 2,27% a.a. / CDI + 1,77%	247.434	(315.807)	(68.373)	262.952	(320.826)	(57.874)
Equatorial Piauí	Santander	07/12/2022	16/11/2026	US\$ 28.184	R\$146.000	Bullet	Câmbio	Trimestral	US\$ + 6,24% a.a./CDI + 1,62% a.a.	142.412	(153.329)	(10.917)	156.532	(154.802)	1.730
Equatorial Piauí	Bank of America	27/10/2023	25/10/2024	US\$ 50.000	R\$250.000	Bullet	Câmbio	Bullet	US\$ + 7,5059% a.a./CDI + 1,25% a.a.	248.558	(257.876)	(9.318)	-	-	-
Equatorial Piauí	Bank of America	27/12/2023	27/01/2025	US\$ 70.000	R\$342.300	Bullet	Câmbio	Bullet	US\$ + 7,0235% a.a./CDI + 1,38% a.a.	343.448	(347.724)	(4.276)	-	-	-
CEEE-D	Bank SMBC	13/08/2021	13/08/2024	US\$ 47.938	R\$250.000	Bullet	Câmbio	Semestral	US\$ + 2,19% a.a / CDI + 1,45% a.a.	228.810	(264.900)	(36.090)	242.064	(269.214)	(27.150)
CEEE-D	2ª Debêntures	23/12/2022	15/12/2029	-	R\$250.000	Bullet	Juros	Semestral	IPCA + 7,1498% a.a./CDI + 1,08% a.a.	287.264	(263.507)	23.757	263.703	(263.763)	(60)
CEEE-D	Citibank	30/06/2023	27/01/2027	US\$ 120.000	R\$583.800	Semestral	Câmbio	Semestral	US\$ + Sofr + 1,09% a.a./CDI + 1,85% a.a.	617.780	(654.206)	(36.426)	-	-	-
CEEE-D	Bank of America	26/07/2021	31/07/2023	US\$ 47.991	R\$250.000	Bullet	Câmbio	Trimestral	US\$ + 1,96% a.a / CDI + 1,50% a.a	-	-	-	248.931	(258.128)	(9.197)
D	Bank of America	06/07/2023	29/01/2027	US\$ 48.000	R\$233.760	Bullet	Câmbio	Anual	US\$ + 6,7882% a.a./CDI + 1,8475% a.a.	252.863	(261.931)	(9.068)	-	-	-
Telecom	Bocom	28/12/2021	28/12/2026	US\$ 3.495	R\$20.000	Semestral	Câmbio	Semestral	US\$ + Libor + 2,07% a.a / CDI + 1,71% a.a.	16.922	(20.010)	(3.088)	18.250	(20.023)	(1.773)
Telecom	Citibank	12/07/2022	07/01/2024	US\$ 3.781	R\$20.000	Bullet	Câmbio	Semestral	US\$ + 4,40% a.a / CDI + 0,95% a.a.	18.545	(21.331)	(2.786)	20.029	(21.599)	(1.570)
CEA	Scotiabank	29/12/2021	29/12/2026	US\$ 43.867	R\$250.000	Anual	Câmbio	Semestral	US\$ + 2,52% a.a. / CDI + 1,85% a.a	203.183	(278.373)	(75.190)	213.346	(263.606)	(50.260)
CEA	Bank SMBC	07/02/2022	07/02/2025	US\$ 47.081	R\$250.000	Bullet	Câmbio	Semestral	US\$ + 3,05% a.a./CDI + 1,48% a.a	224.434	(267.416)	(42.982)	240.128	(271.608)	(31.480)
CEA	Citibank	06/02/2023	06/02/2026	US\$ 36.000	R\$179.280	Bullet	Câmbio	Semestral	US\$ + Sofr + 0,84% a.a./CDI + 1,38% a.a.	181.721	(193.658)	(11.937)	-	-	-
CEA	Citibank	06/02/2023	06/02/2026	US\$ 24.240	R\$120.720	Bullet	Câmbio	Semestral	US\$ + Sofr + 0,84% a.a./CDI + 1,38% a.a.	122.364	(130.401)	(8.037)	-	-	-
Equatorial Alagoas	Santander	26/10/2022	05/10/2026	US\$ 52.318	R\$276.500	Bullet	Câmbio	Trimestral	US\$ + 6,45% a.a./CDI + 1,62% a.a	267.156	(294.118)	(26.962)	294.273	(297.355)	(3.082)
Equatorial Alagoas	1ª Debêntures	28/10/2022	15/10/2034	-	R\$100.000	Anual	Juros	Semestral	IPCA + 6,3618% a.a. / CDI + 0,74 a.a	114.832	(106.920)	7.912	103.459	(106.697)	(3.238)
Equatorial Alagoas	Bank of America	06/09/2023	05/09/2025	US\$ 40.486	R\$200.000	Bullet	Câmbio	Anual	US\$ + 6,9529% a.a./CDI + 1,50% a.a.	205.305	(213.149)	(7.844)	-	-	-
Equatorial Alagoas	Citibank	07/11/2023	06/05/2025	US\$ 50.000	R\$244.750	Bullet	Câmbio	Semestral	US\$ + Sofr + 0,77% a.a./CDI + 1,29% a.a.	246.637	(252.748)	(6.111)	-	-	-
Equatorial Transmissão	Bocom	29/06/2023	28/03/2024	US\$ 41.327	R\$200.000	Bullet	Câmbio	Semestral	US\$ + 7,97% a.a./CDI + 1,45% a.a.	200.864	(200.000)	864	-	-	-
Echoenergia	XP	24/11/2022	10/01/2024	US\$ 14.999	R\$84.952	-	Câmbio	-	N/A	-	(12.247)	(12.247)	(6.270)	-	(6.270)
Echoenergia	XP	22/11/2022	04/09/2023	US\$ 9.236	R\$52.617	-	Câmbio	-	N/A	-	-	-	(9.449)	-	(9.449)
Echoenergia	BTG	27/12/2022	10/01/2024	US\$ 1.166	R\$6.356	-	Câmbio	-	N/A	-	(705)	(705)	-	-	-
Echoenergia	Safra	28/07/2023	24/01/2024	US\$ 31.771	R\$150.000	Bullet	Câmbio	Bullet	US\$ + 7,70% / CDI + 1,70% a.a.	162.910	(156.168)	6.742	-	-	-
Echoenergia	Safra	01/09/2023	28/02/2024	US\$ 30.864	R\$150.000	Bullet	Câmbio	Bullet	US\$ + 7,62% / CDI + 1,75% a.a.	153.482	(154.830)	(1.348)	-	-	-
Echoenergia	Santander	27/12/2023	27/03/2024	US\$ 26.196	R\$130.000	Bullet	Câmbio	Bullet	US\$ + 7,63% / CDI + 1,58% a.a.	127.197	(133.043)	(5.846)	-	-	-
Enova	Citibank	21/06/2022	21/12/2023	US\$ 19.802	R\$100.000	Bullet	Câmbio	Semestral	US\$ + Sofr + 0,72% a.a. / CDI + 0,78% a.a.	-	-	-	105.368	(101.110)	4.258
Enova	Citibank	21/12/2023	18/06/2024	US\$ 25.000	R\$121.750	Bullet	Câmbio	Bullet	US\$ + 7,10% a.a./CDI + 1,12% a.a.	121.899	(122.837)	(938)	-	-	-
Subtotal (Controladas)										6.422.731	(6.961.734)	(539.003)	4.086.265	(4.317.303)	(231.038)
Subtotal (Companhia – nota explicativa nº 29.4.1)															
Total (Companhia e controladas)															
Ativo circulante															
Ativo não circulante															
Passivo circulante															
Passivo não circulante															
Efeito líquido total															

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação

31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais)

Em 31 de dezembro de 2023, as controladas da Companhia, diretas e indiretas, possuem os seguintes instrumentos derivativos:

Controladas	Risco Cambial	Rubrica no balanço patrimonial em que instrumento de hedge está incluído	Valor nominal	2023		/2022		2023	2022
				Ativo	Passivo	Ativo	Passivo	Alterações no valor de instrumento de hedge reconhecidas em ORA	
Equatorial Maranhão	Contrato de <i>SWAP Hedge</i> para empréstimos em moeda estrangeira	Instrumentos financeiros derivativos	739.600	-	(68.008)	-	(52.062)	11.639	(11.996)
Equatorial Pará	Contrato de <i>SWAP Hedge</i> para empréstimos em moeda estrangeira	Instrumentos financeiros derivativos	1.073.900	-	(129.781)	88.965	(47.724)	(8.367)	(7.466)
Equatorial Piauí	Contrato de <i>SWAP Hedge</i> para empréstimos em moeda estrangeira	Instrumentos financeiros derivativos	1.038.300	-	(92.884)	-	(80.946)	14.061	(19.614)
CEEE-D	Contrato de <i>SWAP Hedge</i> para empréstimos em moeda estrangeira	Instrumentos financeiros derivativos	1.317.560	-	(57.827)	-	(36.407)	14.108	(12.490)
Telecom	Contrato de <i>SWAP Hedge</i> para empréstimos em moeda estrangeira	Instrumentos financeiros derivativos	40.000	-	(5.874)	-	(3.343)	264	(3.343)
CEA	Contrato de <i>SWAP Hedge</i> para empréstimos em moeda estrangeira	Instrumentos financeiros derivativos	800.000	-	(138.146)	-	(81.740)	7.700	(35.375)
ENOVA	Contrato de <i>SWAP Hedge</i> para empréstimos em moeda estrangeira	Instrumentos financeiros derivativos	121.750	-	(938)	4.258	-	(1.150)	1.150
Equatorial Alagoas	Contrato de <i>SWAP Hedge</i> para empréstimos em moeda estrangeira	Instrumentos financeiros derivativos	576.500	-	(33.005)	-	(6.320)	478	1.580
Echoenergia	Contrato a termo	Instrumentos financeiros derivativos	430.000	6.743	(20.147)	-	(15.719)	(266)	(15.719)
Echoenergia	Contrato a termo	Instrumentos financeiros derivativos	91.308	-	-	-	-	2.762	-
Equatorial Transmissão	Contrato de <i>SWAP Hedge</i> para empréstimos em moeda estrangeira	Instrumentos financeiros derivativos	200.000	864	-	-	-	786	-

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais)

32.5 Gerenciamento dos riscos financeiros

O Conselho de Administração da Companhia tem a responsabilidade global sobre o estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de riscos da Companhia. Os riscos são apontados pelas diversas áreas da Companhia, em suas áreas de especialidades. A Administração da Companhia define a forma de tratamento e os responsáveis por acompanhar cada um dos riscos levantados, para sua prevenção e controle.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais está exposta, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de risco e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas suas atividades. A Companhia através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca manter um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

O Comitê de Auditoria da Controladora Equatorial Energia S.A., supervisiona a forma como a Administração da Companhia monitora a aderência aos procedimentos de gerenciamento de risco, e revisa a adequação da estrutura de gerenciamento de risco em relação aos riscos aos quais está exposta. O Comitê de Auditoria é auxiliado pelo time de auditoria interna na execução de suas atribuições. A auditoria interna realiza revisões regulares e esporádicas nos procedimentos de gerenciamento de risco, e o resultado é reportado para o Comitê de Auditoria.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, não houve mudança nas políticas de gerenciamento de risco em relação ao exercício anterior, findo em 31 de dezembro de 2022.

(a) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco das controladas distribuidoras da Companhia em incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é, principalmente, proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros. A Administração acompanha a evolução do contas a receber e reforça os direcionamentos estratégicos para potencializar a gestão e a eficiência do desempenho operacional das ações de cobranças enviadas para mitigar o risco de inadimplência. As controladas distribuidoras da Companhia adotam uma política de cobrança cujas diretrizes estão em consonância com a legislação e regulamentações específicas.

(i) Caixa e equivalentes de caixa

A Companhia e suas controladas detêm caixa e equivalentes de caixa individual e consolidado no montante de R\$ 1.389.062 e R\$ 4.612.248, respectivamente, em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 460.753 e R\$ 3.166.362 em 31 de dezembro de 2022). O caixa e equivalentes de caixa são mantidos com bancos e instituições financeiras que possuem *rating* acima AA- e AA+, baseado nas agências de *rating* *Fitch Ratings* e *Standard & Poors*.

A Companhia e suas controladas consideram que o seu caixa e equivalentes de caixa têm baixo risco de crédito com base nos *ratings* de crédito externos das contrapartes. Quando da aplicação inicial do CPC 48 / IFRS 9, a Companhia e suas controladas julgaram não ser necessário a constituição de provisão.

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais)

(ii) Contas a receber

As contas a receber das controladas distribuidoras da Companhia compostas pelas faturas de energia elétrica, de consumidores não faturados e pelos parcelamentos de débitos de faturas do fornecimento de energia vencidos de consumidores inadimplentes, e a representatividade é influenciada pelas características da área de concessão.

As controladas distribuidoras da Companhia estabelecem as políticas de cobrança para as classes de clientes, para reduzir os níveis de inadimplência e, conseqüentemente, a recuperação dos valores recebíveis. As políticas de cobrança estabelecidas nas controladas estão em consonância com a legislação e regulamentação específicas, no caso do setor de energia elétrica a Resolução Normativa nº 1000/2021 emitida pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a exposição máxima ao risco de crédito para contas a receber de clientes, por classe consumidora, estava assim apresentada:

Classe consumidora	2023				%
	Consumidores faturados	Consumidores não faturados	Parcelamentos	Total	
Residencial	5.156.426	792.650	2.096.744	8.045.820	59%
Industrial	439.783	111.178	147.704	698.665	5%
Comercial	1.346.587	270.696	647.766	2.265.049	16%
Rural	602.746	109.081	157.421	869.248	6%
Poder público	461.073	74.473	512.317	1.047.863	8%
Iluminação pública	238.839	6.532	205.325	450.696	3%
Serviço público	242.876	35.024	104.108	382.008	3%
Concessionárias e permissionárias	-	1.661	-	1.661	0%
Total	8.488.330	1.401.295	3.871.385	13.761.010	100%

Classe consumidora	2022				%
	Consumidores faturados	Consumidores não faturados	Parcelamentos	Total	
Residencial	4.247.025	610.671	2.046.897	6.904.593	57%
Industrial	437.257	120.529	146.231	704.017	6%
Comercial	1.217.300	233.392	666.656	2.117.348	17%
Rural	495.518	98.621	159.719	753.858	6%
Poder público	386.008	60.013	512.217	958.238	8%
Iluminação pública	276.214	699	206.558	483.471	4%
Serviço público	192.679	34.729	77.265	304.673	2%
Total	7.252.001	1.158.654	3.815.543	12.226.198	100%

As controladas distribuidoras da Companhia registraram uma provisão para perda que representa sua melhor estimativa de esperadas referentes ao contas a receber de clientes, conforme apresentado na nota explicativa nº 7.2 – Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (PECLD) e procedimentos descritos na nota explicativa nº 3.17.2.1 – Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa e perdas efetivas.

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais)

Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (Controladas distribuidoras da Companhia, exceto Equatorial Goiás)

Faixa (em dias)	Saldo contábil bruto	%Taxa média ponderada da perda	Saldo	Saldo contábil bruto	%Taxa média ponderada da perda	Saldo
	Parcelamentos	média do Parcelado		Faturados	média do Faturado	
A Vencer	1.779.716	25,37%	451.543	1.784.884	3,85%	68.656
Vencido 1 a 30	53.155	34,07%	18.109	706.361	7,66%	54.134
Vencido 31 a 60	38.505	44,25%	17.040	244.076	19,83%	48.390
Vencido 61 a 90	36.212	50,62%	18.329	133.578	30,42%	40.631
Vencido 91 a 120	29.257	54,72%	16.008	104.300	35,39%	36.910
Vencido 121 a 150	28.159	56,85%	16.009	87.894	38,17%	33.547
Vencido 151 a 180	27.525	57,74%	15.892	79.021	40,12%	31.700
Vencido 181 a 210	26.190	58,89%	15.423	70.769	43,03%	30.449
Vencido 211 a 240	26.443	59,59%	15.758	70.964	44,78%	31.780
Vencido 241 a 270	24.855	60,51%	15.040	66.424	46,24%	30.716
Vencido 271 a 300	25.749	61,73%	15.895	73.432	47,60%	34.955
Vencido 301 a 330	25.018	63,13%	15.794	55.724	48,86%	27.225
Vencido 331 a 360	25.537	64,15%	16.383	64.804	50,78%	32.906
Vencido 361 a 390	23.733	65,00%	15.427	61.388	51,04%	31.333
Vencido 391 a 420	24.570	65,74%	16.152	61.724	51,59%	31.841
Vencido 421 a 450	22.662	66,62%	15.097	52.154	52,42%	27.337
Vencido 451 a 630	148.488	68,25%	101.342	309.244	55,58%	171.867
Vencido 631 a 720	68.285	75,08%	51.267	160.316	60,88%	97.601
Vencido 721 a 810	64.679	77,94%	50.412	167.942	62,32%	104.664
Vencido 811 a 990	124.086	82,51%	102.385	266.828	65,64%	175.154
Vencido 991 a 1080	57.715	85,06%	49.090	136.576	67,71%	92.469
Vencido 1081 a 1170	52.811	85,87%	45.347	122.565	69,23%	84.856
Vencido 1171 a 1350	98.492	87,58%	86.259	180.319	74,31%	134.002
Vencido 1351 a 1530	93.619	89,86%	84.122	225.984	73,73%	166.613
Vencido 1531 a 1710	82.228	90,37%	74.313	216.206	74,62%	161.333
Vencido 1711 a 1890	75.766	92,58%	70.145	224.540	79,92%	179.455
Maior 1891	337.478	93,79%	316.519	1.293.768	86,54%	1.119.579
Total	3.420.933		1.725.100	7.021.785		3.080.103

Aging de parcelamentos saldos a vencer (Controladas distribuidoras da Companhia, exceto Equatorial Goiás)

	2023				
	2024	2025	2026	Após 2026	Total
Residencial	340.150	272.836	134.277	37.198	784.461
Industrial	49.098	7.837	4.520	4.109	65.564
Comercial	56.696	53.522	34.852	176.371	321.441
Rural	19.602	14.495	7.778	21.868	63.743
Poder público	74.082	58.763	42.579	147.220	322.644
Iluminação pública	37.357	28.401	17.401	52.376	135.535
Serviço público	56.637	14.715	9.640	7.943	88.935
Total a vencer	633.622	450.569	251.047	447.085	1.782.323

Aging de parcelamentos vencidos há mais de 90 dias (Controladas distribuidoras da Companhia, exceto Equatorial Goiás)

	2023					
	Venc. 91 a 360 dias	Venc. de 361 a 720 dias	Venc. de 721 a 1080 dias	Venc. de 1081 a 1530 dias	Venc. a mais de 1530 dias	Total
Residencial	185.551	214.344	182.366	177.166	310.639	1.070.066
Industrial	4.952	5.892	4.282	7.419	40.133	62.678
Comercial	30.167	41.556	37.943	36.436	87.722	233.824
Rural	9.514	10.981	10.221	10.752	21.472	62.940
Poder público	11.074	12.070	9.015	9.586	28.896	70.641
Iluminação pública	619	774	556	601	5.549	8.099
Serviço público	1.973	2.124	2.099	2.960	1.058	10.214
Total a vencer	243.850	287.741	246.482	244.920	495.469	1.518.462

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais)

PECLD Outros (Controladas distribuidoras da Companhia, exceto Equatorial Goiás)

Faixa (em dias)	Total	%Taxa média ponderada da perda	Saldo PECD outros total
		média do Parcelado	
A Vencer	127.487	3,90%	4.977
Vencido 1 a 30	26.213	7,64%	2.002
Vencido 31 a 60	15.245	19,99%	3.047
Vencido 61 a 90	17.849	15,45%	2.757
Vencido 91 a 120	15.453	10,57%	1.633
Vencido 121 a 150	4.216	37,37%	1.576
Vencido 151 a 180	5.325	39,40%	2.098
Vencido 181 a 210	37.252	96,41%	35.913
Vencido 211 a 240	2.120	41,18%	873
Vencido 241 a 270	2.079	42,98%	894
Vencido 271 a 300	3.548	40,51%	1.437
Vencido 301 a 330	2.093	46,71%	978
Vencido 331 a 360	3.667	51,32%	1.882
Vencido 361 a 390	4.101	50,10%	2.055
Vencido 391 a 420	4.300	51,11%	2.198
Vencido 421 a 450	4.538	51,93%	2.357
Vencido 451 a 630	22.619	51,74%	11.703
Vencido 631 a 720	12.830	55,25%	7.089
Vencido 721 a 810	9.538	56,45%	5.384
Vencido 811 a 990	24.029	62,67%	15.059
Vencido 991 a 1080	9.750	61,28%	5.975
Vencido 1081 a 1170	9.180	64,55%	5.926
Vencido 1171 a 1350	11.269	67,36%	7.591
Vencido 1351 a 1530	11.315	68,94%	7.800
Vencido 1531 a 1710	11.882	70,59%	8.387
Vencido 1711 a 1890	18.947	72,89%	13.811
Maior 1891	61.443	79,87%	49.072
Total	478.288		204.473

PECLD não faturados (Controladas distribuidoras da Companhia, exceto Equatorial Goiás)

Faixa	Saldo contábil bruto não faturados	%Taxa média ponderada da perda média do não faturado	Saldo
A Vencer	921.127	-3,66%	(33.754)
Total	921.127	-3,66%	(33.754)

Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (Equatorial Goiás)

A controlada da Companhia adota o modelo de mensuração da PECLD com base nas perdas em crédito estimadas para todo período útil do ativo financeiro, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro. As perdas estimadas foram calculadas com base na experiência real de perda de crédito nos últimos cinco anos, bem como, a expectativa de perda futura utilizando como base probabilidade de perda determinada individualmente e coletivamente, os modelos utilizados atendem à abordagem geral e simplificada estabelecida pelo CPC 48, como a seguir:

- Individualmente, a controlada da Companhia determina a perda estimada para crédito de liquidação duvidosa para cada consumidor. Este modelo permite adoção de premissas específicas, como por exemplo, aplicações de garantias, determinação e mudança de risco de crédito individual;
- Coletivamente, a Equatorial Goiás utiliza uma matriz de provisões para determinação da perda estimada para crédito de liquidação duvidosa, essa matriz é utilizada principalmente para o modelo coletivo onde há uma quantidade relevante de consumidores. Este modelo contempla cada classe de consumo (Residencial, Rural, Comercial, Industrial, Poder Público, Iluminação Pública e Serviços Públicos). Adicionalmente, a perda esperada é calculada separadamente para cada classe de consumo do setor de distribuição de energia.

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais)

Em ambos os modelos a Administração determina percentuais de perdas esperadas de crédito (“*Expected Credit Losses – ECL*”) desde o reconhecimento inicial do ativo financeiro. Estes percentuais são determinados através da expectativa de perda e resultados possíveis, ou seja, a probabilidade de inadimplência (“*Probability of Default – PD*”) e o percentual de perda realizada em decorrência da inadimplência (“*Loss given default – LGD*”). Os percentuais de perda esperada de crédito ora aplicados aumentam à medida que os ativos financeiros envelhecem. A quantidade de perdas de crédito esperadas é sensível a mudanças nas circunstâncias e nas condições econômicas previstas. A experiência histórica de perda e crédito da controlada distribuidora da Companhia e a previsão das condições econômicas também podem não representar o padrão real do cliente no futuro.

Aging parcelamento saldos a vencer

Aging parcelamentos a vencer	2023				
	2024	2025	2026	Após 2026	Total
Residencial	54.467	4.512	1.264	484	60.727
Industrial	4.939	908	524	571	6.942
Comercial	25.696	4.287	1.883	2.567	34.433
Rural	8.532	827	204	52	9.615
Poder público	17.668	8.325	5.712	10.188	41.893
Iluminação pública	23.232	9.537	6.194	4.818	43.781
Serviço público	564	252	130	144	1.089
Total a vencer	135.098	28.648	15.911	18.824	198.480

Aging de parcelamentos vencidos há mais de 90 dias

Aging de parcelamentos vencidos há mais de 90 dias	2023					
	Venc. 91 a 360 dias	Venc. de 361 a 720 dias	Venc. de 721 a 1080 dias	Venc. de 1081 a 1530 dias	Venc. a mais de 1530 dias	Total
Residencial	15.026	29.815	22.932	10.497	7.831	86.101
Industrial	457	1.080	1.050	1.492	1.558	5.637
Comercial	3.867	8.708	9.175	9.487	8.495	39.732
Rural	3.519	4.466	3.447	1.101	1.002	13.535
Poder público	4.918	2.733	4.307	6.267	42.985	61.210
Iluminação pública	2.404	1.749	1.731	6.650	1.368	13.902
Serviço público	36	8	-	294	191	529
Total a vencer	30.227	48.559	42.642	35.788	63.430	220.646

(iii) Valores a receber de parcela A e outros itens financeiros, ativo contratual (infraestrutura em construção) e ativo financeiro da concessão

A Administração da Companhia, bem como das suas controladas, considera reduzido o risco desses créditos, visto que os contratos firmados asseguram o direito incondicional de receber caixa ao final da concessão a ser pago pelo Poder Concedente: (i) referente a custos não recuperados por meio de tarifa (ativo financeiro setorial); e (ii) referente aos investimentos em curso e efetuados em infraestrutura e que não foram amortizados até o vencimento da concessão (ativo contratual e ativo financeiro da concessão).

(iv) Derivativos

Os derivativos são contratados com bancos e instituições financeiras que possuem *rating* entre AA- e AA+, baseado nas agências de *rating Fitch Ratings* e *Standard & Poors*.

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais)

(b) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de que a Companhia e suas controladas irão encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia e de suas controladas na Administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Companhia e de suas controladas. Para determinar a capacidade financeira da Companhia e de controladas em cumprirem adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações.

Informações com mais detalhes sobre os empréstimos captados pela Companhia e suas controladas são apresentados nas notas explicativas nº 18 - Empréstimos e financiamentos, nº 19 - Debêntures e nº 23 - Valores a pagar de acordo com plano de recuperação judicial.

A Companhia e suas controladas têm obtido recursos a partir da sua atividade comercial e do mercado financeiro, destinando-os principalmente ao seu programa de investimentos e à administração de seu caixa para capital de giro e compromissos financeiros.

A gestão dos investimentos financeiros tem foco em instrumentos de curto prazo, de modo a promover máxima liquidez e fazer frente aos desembolsos. A geração de caixa da Companhia e de suas controladas e sua pouca volatilidade nos recebimentos e obrigações de pagamentos ao longo dos meses do ano prestam à Companhia, bem como às suas controladas, estabilidade nos seus fluxos, reduzindo o seu risco de liquidez.

A Companhia e suas controladas buscam manter o nível de seu caixa e equivalentes de caixa e outros investimentos com mercado ativo em um montante superior às saídas de caixa para liquidação de endividamento para os próximos 12 meses. O índice de disponibilidade por dívida de curto prazo é de 2,3 em 31 de dezembro de 2023 (0,7 em 31 de dezembro de 2022).

Exposição ao risco de liquidez

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros na data da demonstração financeira. Esses valores são brutos e não descontados, e incluem pagamentos de juros contratuais e excluem o impacto dos acordos de compensação:

Controladora

	Valor contábil	Fluxo de caixa contratual total	2 meses ou menos	2-12 meses	1-2 anos	2-5 anos	Mais que 5 anos
Passivos financeiros não derivativos							
Títulos de dívida emitidos sem garantia	4.080.993	4.927.016	130.349	340.590	3.150.706	1.305.371	-
Subtotal – Debêntures	4.080.993	4.927.016	130.349	340.590	3.150.706	1.305.371	-
Fornecedores	3.796	3.796	3.796				
Total	4.084.789	4.930.812	134.145	340.590	3.150.706	1.305.371	-

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais)

Consolidado

	Valor contábil	Fluxo de caixa contratual total	2 meses ou menos	2-12 meses	1-2 anos	2-5 anos	Mais que 5 anos
Passivos financeiros não derivativos							
Empréstimos bancários sem garantia	3.302.996	3.951.923	207.896	551.084	3.035.643	157.300	-
Empréstimos bancários com garantia	18.095.123	27.671.863	632.155	3.526.542	2.443.209	6.603.379	14.466.578
Títulos de dívida emitidos com garantia	410.566	563.151	-	47.081	39.986	476.084	-
Subtotal - Empréstimos e Financiamentos	21.808.685	32.186.937	840.051	4.124.707	5.518.838	7.236.763	14.466.578
Títulos de dívida emitidos sem garantia	7.294.353	9.819.479	130.349	629.115	3.515.698	3.944.302	1.600.015
Títulos de dívida emitidos com garantia	17.349.106	27.620.491	636.942	7.487.699	1.171.577	5.947.328	12.375.945
Subtotal - Debêntures	24.643.459	37.439.970	767.291	8.116.814	4.687.275	9.891.630	13.975.960
Valores a pagar da RJ sem garantia	858.631	1.965.589	284	50.254	50.308	288.722	1.576.021
Valores a pagar da RJ com garantia	92.882	98.966	6.686	35.059	35.337	21.884	-
Subtotal - Valores a pagar de acordo com o plano de recuperação judicial	951.513	2.064.555	6.970	85.313	85.645	310.606	1.576.021
Fornecedores	5.003.821	5.003.821	2.394.764	2.435.018	174.039	-	-
Fornecedores - Risco sacado	369.172	369.172	182.468	186.704	-	-	-
Subtotal - Fornecedores	5.372.993	5.372.993	2.577.232	2.621.722	174.039	-	-
Passivo de arrendamento financeiro	104.310	104.310	6.302	12.430	10.050	18.708	56.820
Total	52.880.960	77.168.765	4.197.846	14.960.986	10.475.847	17.457.707	30.075.379

Os fluxos de saídas, divulgados na tabela acima, representam os fluxos de caixa contratuais não descontados relacionados aos passivos financeiros derivativos mantidos para fins de gerenciamento de risco e que, normalmente, não são encerrados antes do vencimento contratual.

Adicionalmente, conforme divulgado nas notas explicativas nº 18 – Empréstimos e financiamentos e nº 19 – Debêntures, a Companhia e suas controladas possuem operações financeiras com cláusulas contratuais restritivas (*covenants*). O não cumprimento futuro destas cláusulas contratuais restritivas pode exigir que a Companhia liquide a dívida antes da data prevista. Estas cláusulas contratuais restritivas são monitoradas regularmente pela diretoria financeira e reportada periodicamente para a Administração para garantir que o contrato esteja sendo cumprido. Não gerando qualquer expectativa futura de que as condições acordadas não sejam cumpridas.

(c) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado - tais como taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações - irão afetar os ganhos da Companhia e de suas controladas ou o valor de seus instrumentos financeiros, compreendendo ainda os limitadores de endividamento definidos em contratos, cujo descumprimento pode implicar em vencimento antecipado, conforme descritos adiante desta nota explicativa. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis e, ao mesmo tempo, otimizar o retorno.

A Companhia e suas controladas utilizam derivativos para gerenciar riscos de mercado. Todas essas operações são conduzidas dentro das orientações estabelecidas pelo Comitê de Gerenciamento de Risco.

Geralmente, a Companhia e suas controladas buscam aplicar *hedge accounting* para gerenciar a volatilidade no resultado.

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais)

(d) Risco de preço na venda de energia elétrica

As controladas do segmento de renováveis da Companhia vendem energia no Ambiente de Contratação Regulado (ACR). No ACR, a venda se dá por meio de contratos provenientes de leilões, cujos preços são pré-determinados, corrigidos por um determinado índice inflacionário. Nesse ambiente, o risco às variações do preço de mercado e ao Preço de Liquidação das Diferenças (PLD) decorrem dos ajustes de balanço energético, quando a geração é diferente da energia vendida, liquidados no curto prazo pela CCEE, conforme regras de cada contrato e suas bandas. Parcela substancial da energia vendida está vinculada aos contratos regulados, o que reduz a exposição das controladas do segmento de renováveis da Companhia à variação de preços.

(e) Risco de taxa de câmbio

Este risco é oriundo da possibilidade de a Companhia e suas controladas virem a incorrer em perdas por conta das flutuações no câmbio. Determinados passivos financeiros de suas controladas estão suscetíveis a variações cambiais, em função dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio sobre aqueles saldos atrelados a moedas estrangeiras, principalmente o dólar.

Em 31 de dezembro de 2023, a exposição ao câmbio da controlada Equatorial Maranhão era 22,5% (13,9% em 31 de dezembro de 2022), da Equatorial Pará era 16,3% (21,5% em 31 de dezembro de 2022), da Equatorial Piauí era 28,5% (18,7% em 31 de dezembro de 2022), da Equatorial Alagoas era 37,9% (15,6% em 31 de dezembro de 2022), da CEEE-D era 24,3% (15,1% em 31 de dezembro de 2022), da CEA era 37,5% (45,6% em 31 de dezembro de 2022), da Equatorial Telecomunicações era 100% (100% em 31 de dezembro de 2022) e da ENOVA era 99,7% (99,7% em 31 de dezembro de 2022) de sua dívida (respectivo a empréstimos e financiamentos, credores financeiros de recuperação judicial e AVP de credores financeiros em moeda estrangeira).

A Companhia e suas controladas monitoram continuamente as taxas de câmbio e de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade da contratação de derivativos para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas.

As controladas possuem dívidas em moeda estrangeira com *swap* para proteção contra as oscilações de câmbio, conforme nota explicativa nº 32.4 - Instrumentos financeiros derivativos.

A sensibilidade dos ativos e passivos financeiros das controladas da Companhia foi demonstrada com base nos seguintes cenários: um cenário com as taxas projetadas para 12 meses (Cenário Provável) e outros dois cenários com 25% (Cenário II) e 50% (Cenário III) considerando a exposição da moeda estrangeira relevante.

O método de avaliação dessa análise de sensibilidade para 31 de dezembro de 2023 não foi alterado com relação ao que foi utilizado no exercício anterior.

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais)

A moeda utilizada na análise de sensibilidade e os seus respectivos cenários estão demonstrados conforme a seguir:

Operação	Consolidado					
	Saldo em R\$ Risco (exposição)	Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado à				Cenário V -50%
		Cenário Provável	Cenário II +25%	Cenário III +50%	Cenário IV -25%	
Passivos financeiros						
Empréstimos, financiamentos e debêntures	US\$ (5.973.707)	(6.208.212)	(7.760.265)	(9.312.317)	(4.656.159)	(3.104.107)
Impacto no resultado do exercício			(1.552.053)	(3.104.105)	1.552.053	3.104.105
Swap - Ponta Ativa	US\$ 6.016.907	6.253.108	7.816.385	9.379.662	4.689.831	3.126.554
Impacto em outros resultados abrangentes			11.224	22.449	(11.224)	(22.449)
Impacto no resultado do exercício			1.552.053	3.104.105	(1.552.053)	(3.104.105)
Impacto líquido no resultado do exercício			-	-	-	-
Referência para passivos financeiros	Taxa	Taxa em				
	projetada	31/12/2023	+25%	+50%	-25%	-50%
Dólar USD/R\$ (12 meses)	5,03	4,84	6,29	7,55	3,77	2,52

Fonte: B3

(f) Risco de taxa de juros

Este risco é oriundo da possibilidade de a Companhia e suas controladas virem a incorrer em perdas por conta das variações das taxas de juros da economia, que afetam os empréstimos e financiamentos, debêntures e as aplicações financeiras. A Companhia e suas controladas monitoram continuamente as variações dos indexadores com o objetivo de avaliar a eventual necessidade da contratação de derivativos para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas. A seguir são demonstrados os impactos dessas variações na rentabilidade dos investimentos financeiros e no endividamento em moeda nacional da Companhia e de suas controladas.

A sensibilidade dos ativos e passivos financeiros da Companhia e de suas controladas foi demonstrada em cinco cenários: um cenário com as taxas projetadas para 12 meses (Cenário Provável) e outros dois cenários com 25% (Cenário II) e 50% (Cenário III) considerando a exposição da moeda estrangeira relevante.

O método de avaliação dessa análise de sensibilidade para 31 de dezembro de 2023 não foi alterado com relação ao que foi utilizado no exercício anterior.

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais)

Foram incluídos, ainda, mais dois cenários com o efeito inverso ao determinado na instrução para demonstrar os efeitos com a redução de 25% (Cenário IV) e 50% (Cenário V) desses indexadores.

		Controladora					
		Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado à taxa de juros ou variação cambial (R\$ Mil)					
Operação	Risco	Saldo em R\$ (exposição)	Impacto no resultado				
			Cenário Provável	Cenário II +25%	Cenário III +50%	Cenário IV -25%	Cenário V -50%
Ativos Financeiros							
Aplicações financeiras	CDI	3.359.889	3.697.222	3.781.555	3.865.888	3.612.889	3.528.556
Impacto no resultado do exercício				84.333	168.666	(84.333)	(168.666)
Passivos financeiros							
Empréstimos, financiamentos e debêntures	CDI	(4.100.814)	(4.512.536)	(4.615.466)	(4.718.397)	(4.409.606)	(4.306.675)
Total de passivos financeiros		(4.100.814)	(4.512.536)	(4.615.466)	(4.718.397)	(4.409.606)	(4.306.675)
Impacto no resultado do exercício				(102.930)	(205.861)	102.930	205.861
Impacto líquido no resultado do exercício total				(18.597)	(37.195)	18.597	37.195

		Consolidado					
		Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado à taxa de juros ou variação cambial (R\$ Mil)					
Operação	Risco	Saldo em R\$ (exposição)	Impacto no resultado				
			Cenário Provável	Cenário II +25%	Cenário III +50%	Cenário IV -25%	Cenário V -50%
Ativos Financeiros							
Aplicações financeiras	CDI	12.523.080	13.780.397	14.094.726	14.409.056	13.466.068	13.151.738
Impacto no resultado do exercício				314.329	628.659	(314.329)	(628.659)
Passivos financeiros							
Empréstimos, financiamentos e debêntures	CDI	(20.041.290)	(22.053.436)	(22.556.472)	(23.059.509)	(21.550.400)	(21.047.363)
	TJLP	(1.015.874)	(1.081.499)	(1.097.905)	(1.114.312)	(1.065.093)	(1.048.686)
	IGP-M	(273.913)	(282.103)	(284.150)	(286.198)	(280.056)	(278.008)
	IPCA	(19.254.951)	(20.471.864)	(20.776.092)	(21.080.320)	(20.167.636)	(19.863.408)
Total de passivos financeiros		(40.586.028)	(43.888.902)	(44.714.619)	(45.540.339)	(43.063.185)	(42.237.465)
Impacto no resultado do exercício				(825.717)	(1.651.437)	825.717	1.651.437
Swap - Ponta Passiva	CDI	(6.574.443)	(7.234.517)	(7.399.536)	(7.564.554)	(7.069.498)	(6.904.480)
Impacto em outros resultados abrangentes				(3.752)	(7.503)	3.752	7.503
Impacto no resultado do exercício				(161.267)	(322.534)	161.267	322.534
Impacto líquido no resultado do exercício total				(672.655)	(1.345.312)	672.655	1.345.312

Referência para ativos e passivos financeiros	Taxa projetada	Taxa em 31/12/2023	+25%	+50%	-25%	-50%
CDI (% 12 meses)	10,04%	13,04%	12,55%	15,06%	7,53%	5,02%
TJLP (% 12 meses)	6,46%	6,96%	8,08%	9,69%	4,85%	3,23%
IGP-M (% 12 meses)	2,99%	-3,18%	3,74%	4,49%	2,24%	1,50%
IPCA (% 12 meses)	6,32%	4,68%	7,90%	9,48%	4,74%	3,16%

Fonte: B3 e Santander

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais)

(g) Risco de vencimento antecipado

A Companhia e suas controladas possuem contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures com *covenants* que, em geral, requerem a manutenção de índices econômico-financeiros em determinados níveis. O descumprimento desses índices pode implicar em vencimento antecipado das dívidas.

A Administração acompanha suas posições, bem como projeta seu endividamento futuro para atuar preventivamente aos limites de endividamento mencionados nas notas explicativas nº 18 – Empréstimos e financiamentos e nº 19 – Debêntures.

Em consideração aos contratos sujeitos à recuperação judicial da controlada Equatorial Pará, a novação dos créditos incitou a suspensão de cláusulas contratuais de vencimento antecipado e de *covenants* financeiros e não financeiros, salvo quando acordado entre as partes.

(h) Risco de escassez de energia (Risco hidrológico)

O sistema de produção e transmissão de energia elétrica do Brasil é um sistema hidro-termo-eólico de grande porte, com predominância de usinas hidrelétricas, o que o torna suscetível às variações nos reservatórios em função das chuvas. Um período prolongado de escassez de chuva, por exemplo, reduzirá o volume de água nos reservatórios dessas usinas, trazendo como consequência o aumento no custo na aquisição de energia no mercado de curto prazo e na elevação dos valores de Encargos de Sistema em decorrência do despacho das usinas termelétricas. Dessa maneira, com a finalidade de incentivar o uso racional da energia, o governo através do Decreto nº 8.401/2015, criou a Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias (CCRBT - conta bandeiras) visando repassar mais adequadamente aos consumidores finais o custo associado às condições de geração de eletricidade.

Como consequência da situação hidrológica desfavorável de 2021, foi criada a Câmara de Regras Excepcionais para Gestão Hidroenergética – CREG (Medida Provisória nº 1.055/2021), com competência definir diretrizes obrigatórias relativas ao estabelecimento de condições excepcionais e temporárias para enfrentamento da situação hidrológica. Mensalmente, a CREG realiza reuniões de acompanhamento, sendo respaldada pelos estudos elaborados por diversos entes do setor elétrico brasileiro, como a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), Operador Nacional do Sistema (ONS) e Ministério de Minas e Energia (MME).

Conforme informações do Operador Nacional do Sistema (ONS), nos meses de outubro a dezembro de 2022 houve continuidade das chuvas observadas no País, comportamento esperado para o período tipicamente úmido. Em termos de armazenamentos equivalentes, todos os subsistemas do Sistema Interligado Nacional (SIN) finalizaram o ano com valores superiores aos de 2021. O ONS destacou que as melhores condições hoje observadas nos reservatórios das usinas hidrelétricas, aliadas aos demais recursos energéticos disponíveis no País, contribuirão para a garantia e segurança do atendimento nos próximos meses.

(i) Risco da revisão e do reajuste das tarifas de fornecimento

Os processos de revisão e reajuste tarifários são garantidos por contrato e empregam metodologias previamente definidas. Alterações na metodologia vigente devem ser amplamente discutidas e contarão com contribuições da Companhia e de suas controladas, concessionárias e demais agentes do Setor. Em caso de evento imprevisível que venha a afetar o equilíbrio econômico-financeiro da concessão, poderá a Companhia, bem como suas controladas, justificar e requerer ao regulador a abertura de uma Revisão Tarifária Extraordinária, ficando a realização desta a critério do regulador. A própria ANEEL também poderá proceder com Revisões Extraordinárias caso haja criação, alteração ou exclusão de encargos e/ou tributos, para seu repasse às tarifas.

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais)

(j) Riscos regulatórios e operacionais

Os riscos regulatórios e operacionais são aqueles inerentes à própria execução do negócio da Companhia e de suas controladas transmissoras e podem decorrer das decisões operacionais e de gestão da empresa ou de fatores externos.

Risco de interrupção do serviço: em caso de interrupção do serviço ou indisponibilidade do equipamento, as controladas transmissoras estarão sujeitas à redução de suas receitas por meio da aplicação Parcela Variável, prevista na REN nº 729/2016, dependendo do tipo de desligamento, do tipo de equipamento e duração da indisponibilidade dos serviços.

Risco de construção e desenvolvimento da infraestrutura: caso as controladas transmissoras expandam os seus negócios por meio da construção de novas instalações de transmissão poderão incorrer em riscos inerentes à atividade de construção, atrasos na execução da obra e potenciais danos ambientais que poderão resultar em custos não previstos e/ou penalidade.

Risco regulatório: caso as controladas transmissoras da Companhia não cumpram com as obrigações contidas nas cláusulas do contrato de concessão e nas Resoluções editadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL estará sujeita a aplicação de penalidades, dependendo do tipo de infração, e do regramento descumprido, conforme determinado pela REN nº 846/2019 que, a depender do cometimento da infração, a multa poderá alcançar até 2% do faturamento da empresa.

(k) Risco ambiental

A Companhia e suas controladas balizam suas ações em sua Política de Sustentabilidade, que prevê, em suas Concessões, o atendimento aos requisitos legais ambientais nas 3 esferas de governo (Federal, Estaduais e Municipais), visando a preservação ambiental e o respeito à sociedade, em especial, às populações tradicionais.

Para controle dos processos e atividades com impactos ambientais, utilizamos um Sistema de Gestão Ambiental balizado na ISO 14001, que vincula os processos e atividades a seus possíveis impactos, bem como o correlaciona à Legislação vigente. Para tais processos, temos procedimentos específicos, que visam o controle preventivo quanto aos impactos ambientais, que envolvem os colaboradores próprios e terceiros, bem como os demais *Stakeholders*.

O Controle do Sistema de Gestão Ambiental tem como principais macroprocessos:

- Licenciamento Ambiental;
- Gestão de Limpeza de Faixa, Podas e Supressão de Vegetação;
- Gestão de Resíduos, Educação e Conscientização Ambiental;
- Gestão de Requisitos Legais;
- Gestão de Recursos Hídricos; e
- Normatização e Controle do Sistema de Gestão Ambiental (SGA).

Dentro destes macroprocessos, a Companhia e suas controladas realizam a gestão de centenas de processos de licenças e autorizações ambientais para implantação, manutenção e operação de ativos e processos, em especial, no que se refere a implantação de Subestações, Linhas de Transmissão e Redes de Distribuição de Energia. Bem como trabalham com os órgãos ambientais competentes na obtenção de autorizações de poda, limpeza de faixa e supressão de vegetação, atendendo a legislação e evitando riscos ao sistema elétrico.

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais)

No SGA, a Companhia e suas controladas tem a etapa de Integração Ambiental para implantação de obras. Este processo consiste em alinhamento com os fornecedores/executores de obras, quanto ao licenciamento e autorizações recebidas dos órgãos ambientais. Nas reuniões de Integração Ambiental são repassados aos gestores e executores das obras, todo processo que foi ambientalmente licenciado, bem como as obrigações legais relacionadas ao cumprimento das condicionantes e da legislação vigente, visando assim minimizar os riscos ambientais associados a implantação das obras.

Adicionalmente, visando reduzir impactos ambientais, a Companhia e suas controladas utilizam em suas áreas de concessão cabos protegidos ou compactos que minimizam as ações e intensidades de podas, em especial, em áreas urbanas com alta densidade árvores de grande porte.

32.6 Gestão do capital

A política da Administração da Companhia e de suas controladas é manter uma base sólida de capital para manter a confiança do investidor, dos credores, do mercado e o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração monitora o retorno de capital e também o nível de dividendos para os acionistas.

A Administração procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis adequados de alavancagem e as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital saudável, estabelecendo e acompanhando as diretrizes dos níveis de endividamento e liquidez, assim como as condições de custo e prazo dos financiamentos contratados.

A Companhia e suas controladas entendem que estruturaram as fontes de financiamento necessárias para a implantação do projeto, dentre elas o capital próprio e as linhas de financiamento de longo prazo, debêntures e o financiamento com recursos do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia repassados pelo Banco do Brasil.

33 Demonstrações dos fluxos de caixa

33.1 Transações não envolvendo caixa

O CPC 03 (R2) – Demonstrações de Fluxo de Caixa, em sua revisão, trouxe que as transações de investimento e financiamento que não envolvem o uso de caixa ou equivalente de caixa devem ser excluídas das demonstrações de fluxo de caixa e apresentadas separadamente em nota explicativa.

Todas as demonstrações que não envolveram o uso de caixa ou equivalente de caixa, ou seja, que não estão demonstradas nas demonstrações de fluxo de caixa, estão demonstradas na tabela abaixo:

Controlada

	<u>Efeito não caixa</u>
Atividades de investimento	
Mudança na participação relativa em controlada sem mudança de controle	1.545.612
Reorganização societária	2.547.218
Dividendos a receber	1.508.231
Realização de reserva de lucro a realizar	63.595
Total atividades de investimentos	<u>5.664.656</u>
Atividades de financiamento	
Adiantamentos para futuro aumento de capital	7.147
Dividendos adicionais de 2022 (e)	3.968
Dividendos adicionais propostos (e)	8.885
Constituição de dividendos mínimos	492.953
Total atividades de financiamentos	<u>512.953</u>
Total	<u>6.177.609</u>

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais)

Consolidado

Atividades de investimento	
Transferências entre ativo financeiro e ativo contratual (a)	2.387.034
Transferências entre ativo contratual e intangível (a)	4.748.099
Adição de ativo contratual em contrapartida de fornecedores (b)	192.039
Adição de ativo contratual em contrapartida de obrigações e encargos sobre folha de pagamento (b)	417.050
Mudança na participação relativa em controlada sem mudança de controle	1.069.708
Reorganização societária	2.095.809
Total atividades de investimentos	10.909.739
Atividades de financiamento	
Capitalização de juros de empréstimos, juros e mútuos (c)	69.165
Dividendos adicionais 2022 (e)	331.916
Dividendos adicionais propostos (e)	8.885
Realização de reserva de lucros a realizar	63.595
Constituição de dividendos mínimos	492.953
Hedge accounting de fluxo de caixa (d)	59.037
Aumento de capital	7.147
Total atividades de financiamento	1.032.698
Total	11.942.437

- (a) Correspondem às transferências (bifurcação) de ativos de contrato para o intangível em serviço e ativo financeiro da concessão;
- (b) Referem-se às adições de ativos de contrato em contrapartida de fornecedores e obrigações e encargos sobre a folha de pagamento, mais detalhes na nota explicativa nº 15 – Ativos de contrato;
- (c) Capitalização de juros de empréstimos ligados à aquisição ou construção de ativos qualificáveis registrados no ativo contratual de acordo com as regras do CPC 20 (R1) - Custos de Empréstimos;
- (d) Proteção contra exposições a variações de fluxos de caixa que sejam atribuíveis a riscos específicos associados com ativos ou passivos ou que possa afetar o resultado; e
- (e) Constituição de dividendos adicionais.

33.2 Mudanças nos passivos de atividades de financiamento

	2022	Fluxo de caixa	Pagamento de juros (*)	Outros (**)	2023
Empréstimos e financiamentos	501.404	1.286.782	-	(1.788.186)	-
Debêntures	4.554.060	1.130.583	(659.435)	(944.215)	4.080.993
Dividendos a pagar	381.207	(385.133)	-	511.282	507.356
Total	5.436.671	2.032.232	(659.435)	(2.221.119)	4.588.349

	2022	Fluxo de caixa	Pagamento de juros (*)	Novos arrendamentos	Mudança no valor justo	Outros (**)	2023
Empréstimos e financiamentos	26.505.999	(4.703.816)	(1.546.731)	-	25.554	1.527.679	21.808.685
Debêntures	14.677.526	9.867.914	(2.350.228)	-	-	2.448.247	24.643.459
Instrumentos financeiros derivativos	324.261	-	(465.223)	-	-	687.572	546.610
Compromissos futuros	-	-	-	-	-	36.431	36.431
Valores a pagar de acordos com plano de recuperação judicial	949.572	(26.321)	(36.941)	-	17.874	47.329	951.513
Passivos de arrendamento	119.875	(27.717)	(9.619)	12.911	-	8.860	104.310
Dividendos a pagar	468.800	(796.684)	-	-	-	915.808	587.924
Total	43.046.033	4.313.376	(4.408.742)	12.911	43.428	5.671.926	48.678.932

(*) A Companhia e suas controladas classificam juros pagos como fluxos de caixa das atividades operacionais; e

(**) As movimentações incluídas na coluna de "Outros" incluem os efeitos das apropriações de encargos de dívidas, juros, variações monetárias e cambiais líquidas, capitalização de juros e o reconhecimento de dividendos a pagar ainda não pagos no fim do exercício. A Companhia e suas controladas classificam juros pagos como fluxos de caixa das atividades operacionais.

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais)

34 Segmento de negócios

Companhia analisa o desempenho dos segmentos e aloca recursos baseando-se em diversos fatores, sendo as receitas e o lucro operacional os fatores financeiros preponderantes.

A Companhia optou por organizar a entidade em torno das diferenças entre produtos e serviços. Desta forma, os segmentos econômicos em que atua são: Distribuição, Transmissão, Geração Eólica, Serviçosⁱ, Saneamento e Outrosⁱⁱ, cujas informações das operações por segmento estão conforme a seguir:

	2023							
	Distribuição	Transmissão	Geração Eólica	Serviços e Comercialização	Saneamento	Conciliação		Total
					Administração	Eliminações		
Receita operacional líquida	37.994.132	1.603.922	1.027.962	442.230	150.151	-	(233.320)	40.985.077
Custos e despesas operacionais	(31.499.632)	(178.905)	(567.159)	(453.003)	(217.032)	(655.257)	233.320	(33.337.668)
Resultado operacional antes do resultado financeiro	6.494.500	1.425.017	460.803	(10.773)	(66.881)	(655.257)	-	7.647.409
Receita financeira	2.712.878	128.803	113.515	39.903	11.827	585.106	(196.507)	3.395.525
Despesa financeira	(5.678.098)	(506.996)	(409.340)	(44.209)	(179.025)	(1.386.984)	196.507	(8.008.145)
Resultado financeiro	(2.965.220)	(378.193)	(295.825)	(4.306)	(167.198)	(801.878)	-	(4.612.620)
Resultado de participações societárias	-	-	-	(57.509)	-	6.291.453	(6.233.944)	-
Imposto de renda e contribuição social	5.067	(201.927)	(73.552)	(10.346)	-	122.253	-	(158.505)
Lucro líquido do exercício	3.534.347	844.897	91.426	(82.934)	(234.079)	4.956.571	(6.233.944)	2.876.284

	2022							
	Distribuição	Transmissão	Geração Eólica	Serviços e Comercialização	Saneamento	Conciliação		Total
					Administração	Eliminações		
Receita operacional líquida	24.499.948	1.546.009	839.557	368.574	91.988	-	(213.569)	27.132.507
Custos e despesas operacionais	(20.269.078)	(207.972)	(469.295)	(398.588)	(93.193)	(630.737)	213.569	(21.855.294)
Resultado operacional antes do resultado financeiro	4.230.870	1.338.037	370.262	(30.014)	(1.205)	(630.737)	-	5.277.213
Receita financeira	2.908.710	95.805	83.340	33.646	9.825	391.246	(24.159)	3.498.413
Despesa financeira	(4.243.903)	(545.928)	(375.888)	(30.434)	(143.895)	(767.000)	24.159	(6.082.889)
Resultado financeiro	(1.335.193)	(450.123)	(292.548)	3.212	(134.070)	(375.754)	-	(2.584.476)
Resultado de participações societárias	-	-	-	(34.683)	-	4.087.704	(4.053.021)	-
Imposto de renda e contribuição social	(477.521)	(182.482)	(54.305)	2.763	-	(59.189)	-	(770.734)
Lucro líquido do exercício	2.418.156	705.432	23.409	(58.722)	(135.275)	3.022.024	(4.053.021)	1.922.003

	2023							
	Distribuição	Transmissão	Geração Eólica	Serviços e Comercialização	Saneamento	Reconciliação		Total
					Administração	Eliminações		
Ativos operacionais	70.820.207	12.411.481	14.142.224	452.328	1.207.828	49.526.377	(44.916.993)	103.643.452
Passivos operacionais	56.962.249	8.154.411	6.551.277	364.635	1.490.396	6.453.980	(1.617.085)	78.359.793

	2022							
	Distribuição	Transmissão	Geração Eólica	Serviços e Comercialização	Saneamento	Reconciliação		Total
					Administração	Eliminações		
Ativos operacionais	63.685.979	11.910.025	11.547.641	637.092	1.078.442	40.120.286	(38.362.068)	90.617.397
Passivos operacionais	51.763.506	8.052.102	4.769.077	347.843	1.177.504	7.378.718	(1.438.333)	72.050.417

ⁱServiços diz respeito às atividades de serviços fornecidos pela Equatorial Serviços S.A., Equatorial Telecomunicações S.A., Equatorial Renováveis S.A., E-Nova Instalação e Manutenção Ltda., Equatorial Geração Distribuída SPE S.A. e Equatorial Engenharia e Construções S.A. Para mais informações, consultar nota explicativa nº 11.2 - Informações das controladas; e

ⁱⁱOutros é referente aos serviços de Administração Central decorrentes das operação de *holding*, bem como compartilhamento de pessoal e infraestrutura, fornecidas pelas empresas Equatorial Energia Distribuição S.A., Equatorial Transmissão S.A., Equatorial Participações e Investimentos S.A., Equatorial Participações e Investimentos II S.A., Equatorial Participações e Investimentos III S.A. e Equatorial Energia S.A. Para mais informações, consultar nota explicativa nº 11.2 - Informações das controladas.

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais)

34.1 Receita operacional por segmento

	2023						Total
	Distribuição	Transmissão	Geração Eólica	Serviços	Saneamento	Eliminações	
Suprimento de energia elétrica	511.047	-	-	-	-	-	511.047
Fornecimento de energia elétrica	38.006.080	-	-	271.698	-	-	38.277.778
Receita de construção	7.991.313	97.878	-	-	73.035	-	8.162.226
Receita pela disponibilidade - uso da rede	2.529.343	-	-	-	-	(23.413)	2.505.930
Receita de operação e manutenção	-	138.513	-	-	-	-	138.513
Receita com venda de energia	-	-	1.067.589	-	-	-	1.067.589
Abastecimento de água e serviços de esgoto	-	-	-	-	84.149	-	84.149
Receita de remuneração de ativos de contrato	-	1.524.604	-	-	-	-	1.524.604
Outras receitas	2.555.191	3.475	396	218.530	2.623	(186.444)	2.593.771
Total da receita bruta	51.592.974	1.764.470	1.067.985	490.228	159.807	(209.857)	54.865.607

	2022						Total
	Distribuição	Transmissão	Geração Eólica	Serviços	Saneamento	Eliminações	
Suprimento de energia elétrica	365.488	-	-	-	-	-	365.488
Fornecimento de energia elétrica	25.972.292	-	-	302.368	-	-	26.274.660
Receita de construção	5.086.163	107.717	-	-	61.456	-	5.255.336
Receita pela disponibilidade - uso da rede	1.255.437	-	-	-	-	(125.394)	1.130.043
Receita de operação e manutenção	-	114.440	-	-	-	-	114.440
Receita com venda de energia	-	-	862.231	-	-	-	862.231
Abastecimento de água e serviços de esgoto	-	-	-	-	34.088	-	34.088
Receita de remuneração de ativos de contrato	-	1.432.898	-	-	-	-	1.432.898
Outras receitas	1.285.016	3.438	9.466	132.887	282	(88.087)	1.343.002
Total da receita bruta	33.964.396	1.658.493	871.697	435.255	95.826	(213.481)	36.812.186

34.2 Segmento geográfico

A Companhia optou evidenciar as informações por segmentos econômicos por Unidade Federativa em que atua no setor de distribuição* de energia:

(a) Receita operacional distribuição

	2023							Total
	Maranhão	Pará	Piauí	Alagoas	Rio Grande do Sul	Goiás	Amapá	
Receita operacional líquida	5.669.353	10.378.384	3.458.827	3.062.974	4.792.835	9.213.201	1.418.558	37.994.132

	2022							Total
	Maranhão	Pará	Piauí	Alagoas	Rio Grande do Sul	Amapá	Total	
Receita operacional líquida	4.842.716	8.513.222	2.943.677	2.556.322	4.467.992	1.176.019	24.499.948	

* As controladas distribuidoras possuem sedes operacional e administrativa nas respectivas Unidades Federativas em que atuam. As controladas transmissoras, por sua vez, possuem suas operações em locais distintos da sede administrativa, as quais estão em Brasília/Distrito Federal e São Luís/ Maranhão, portanto, não são analisadas de forma geográfica pela Companhia.

Os administradores da Companhia, para a tomada de decisão, analisam somente as distribuidoras por segmento geográfico. As transmissoras não são analisadas nessa segmentação devido ao fato de as linhas de transmissão passarem por diversas regiões.

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais)

35 Compromissos futuros

35.1 Compromissos futuros de energia

As controladas indiretas da Companhia, Echoenergia Crescimento e Equatorial Renováveis (atual razão social da Solenergias Comercializadora de Energia S.A.), operam no Ambiente de Contratação Livre (“ACL”) e firmaram contratos de compra e venda de energia bilateralmente com suas contrapartes. Estas transações resultaram em ganhos e perdas para o Grupo, que foram reconhecidas pelos seus valores justos no resultado do exercício.

Em 31 de dezembro de 2023, os contratos de venda e compra de energia futura (*trading*) totalizam os montantes, respectivamente, de R\$ 48.887 e R\$ 36.431, em recebíveis e obrigações.

	2023	
	Ativo	Passivo
Controladas		
Echoenergia Crescimento	20.148	18.044
Equatorial Renováveis	28.739	18.387
Total	<u>48.887</u>	<u>36.431</u>
Circulante	24.928	11.692
Não circulante	23.959	24.739

35.2 Contratos futuros

Os compromissos relacionados a contratos de longo prazo são os seguintes:

	Vigência	2024	2025	2026	Após 2026*
Energia contratada	2024 a 2035	13.036.320	13.183.262	13.937.300	158.134.776
Energia contratada (em MhW)	2024 a 2035	55.978.106	54.431.545	55.394.413	519.690.288

(*) estimado em 9 anos após 2026.

Os valores relativos aos contratos de compra de energia, cuja vigência varia de 6 a 30 anos, representam o volume total contratado pelo preço atualizado de acordo com a cláusula do CCEAR, e foram homologados pela ANEEL.

	Vigência	2024	2025	2026	Após 2026*
Arrendamentos e aluguéis	2024 a 2029	11.633	6.048	5.902	10.553
Sistema isolado	2024 a 2027	539.063	288.486	176.197	737.658
Sistema isolado (MhW)	2024 a 2027	292.494	241.806	103.934	284.208
Encargos de uso do sistema de transmissão (CUST/CCT) e distribuição (CUSD)	2024 a 2037	66.930	66.930	66.930	736.234
Contratos de operação e manutenção	2024 a 2028	104.251	113.335	122.479	277.256

(*) estimado em 11 anos após 2026.

36 Créditos especiais - FUNAC

Em 20 de janeiro de 2012, foi editada a Lei Estadual n° 17.555 com o objetivo de reunir e destinar recursos financeiros para ressarcimento de pagamentos de contingências administrativas e judiciais cujo fatos geradores ocorreram até a venda do controle acionário para a Eletrobras, conforme Termos de Acordo de Acionistas e de Gestão entre as partes Eletrobras e Estado de Goiás, bem como no Termo de Cooperação do FUNAC entre Equatorial Goiás e Estado (por intermédio da Procuradoria Geral do Estado e Secretaria da Economia) e regulamentação definida pelo decreto estadual n° 7.732 de 28 de setembro de 2002. Os recursos do referido fundo dependiam de aportes a serem realizados pelo Governo do Estado de Goiás e créditos recebidos de ações ganhas pela Equatorial Goiás a serem repassadas ao Fundo.

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais)

Conforme disposto do contrato de compra e venda da Equatorial Goiás, assinado entre Equatorial Goiás, Eletrobras e CELGPARG em 14 de fevereiro de 2017, o Estado de Goiás se comprometeu a indenizar os compradores da Equatorial Goiás por quaisquer danos e prejuízos que possam ocorrer em decorrência de, entre outros motivos, "alteração, revogação ou edição de lei estadual ou decisão administrativa ou judicial referente a qualquer condição ou validade do FUNAC". Desde então a Equatorial Goiás mantém controlado separadamente os ativos creditórios vinculados às contingências de natureza provável com fatos geradores anteriores a data de mudança do controle, conforme disposto no contrato de compra e venda desta. Em 06 de fevereiro de 2019, foi publicada a Lei nº 20.416, alterando a Lei 17.555/12, que instituiu o Fundo de Aporte à CELG-D (Equatorial Goiás) e a Lei nº 19.473/16 (que instituiu a política estadual energética para manutenção, melhoria e ampliação da rede de distribuição de energia em Goiás) em que o Governo do Estado de Goiás suspendeu parte do ressarcimento à Equatorial Goiás, ao retroagir o período de cobertura do FUNAC de 27 de janeiro de 2015 para 24 de abril de 2012.

Em 25 de abril de 2019, foi publicada a Lei nº 20.468, revogando a Lei Estadual nº 19.473, de 03 de novembro de 2016, que concedia o direito da Equatorial Goiás em apropriar crédito outorgado de ICMS para compensação das contingências administrativas e judiciais cujos fatos geradores tenham ocorrido até 27 de janeiro de 2015. Como as alterações induzidas pelas referidas leis acima violam o edital de privatização e o contrato de compra e venda da Equatorial Goiás, a Administração desta Companhia ingressou imediatamente com medidas judiciais para invalidar os efeitos das leis anteriores em razão da inconstitucionalidade dos referidos dispositivos, que eliminam direitos adquiridos por meio de outras leis e de um contrato de compra e venda que o próprio Estado de Goiás assinou garantindo, em qualquer caso, o direito ao reembolso das obrigações que tivessem que ser pagas pelos novos controladores e cujos fatos geradores sejam anteriores a 27 de janeiro de 2015.

Em 12 de junho de 2019, o Tribunal de Justiça do Estado de Goiás concedeu a liminar em favor da Equatorial Goiás nos autos do MS nº 5098329.72.2019.8.09.0000, desconsiderando as alterações promovidas pela Lei Estadual nº 20.416/19, determinando, assim, o respeito ao contrato de compra e venda de ações e outras avenças da Equatorial Goiás e garantindo o direito de serem ressarcidas dos passivos resultantes de decisões de autoridades administrativas para as quais não haja mais recurso, decisões judiciais transitadas em julgado e/ou acordos judiciais ou extrajudiciais homologados judicialmente de fatos gerados conforme regulamentado anteriormente. Entretanto, no dia 16 de setembro de 2019, a decisão foi reformada através do julgamento dos embargos de declaração apresentados pela Procuradoria do Estado com atribuição de efeitos infringentes, indeferindo o pedido liminar da Equatorial Goiás e mantendo a revogação da Lei do Crédito de ICMS por entender que a questão é complexa e requer uma análise processual mais ampla, incompatível com uma análise preliminar no início do processo judicial. Dessa forma, a Equatorial Goiás apresentou recurso perante o Tribunal de Justiça do Estado de Goiás.

No dia 1º de outubro de 2019, durante julgamento do recurso interposto pelo Estado de Goiás, o Tribunal de Justiça revogou a liminar que havia desconsiderado as alterações promovidas pela Lei Estadual nº 20.416/19, a qual voltou a vigorar. Contra a decisão que revogou a liminar, a Equatorial Goiás interpôs recurso.

Em 12 de novembro de 2019 a Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica (ABRADEE) ingressou com Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) perante o Supremo Tribunal Federal requerendo a declaração de inconstitucionalidade da Lei nº 20.416/19, que alterou a Lei nº 17.555/12 (FUNAC), e da Lei nº 20.468/19 que revogou a Lei Estadual nº 19.473/16 (créditos outorgados de ICMS).

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais)

Em 03 de junho de 2021, o Supremo Tribunal Federal não admitiu a ação de inconstitucionalidade apresentada pela ABRADDEE, por entender que não caberia ação de inconstitucionalidade para discutir leis que alcançariam apenas uma empresa, uma vez que esse tipo de ação é destinado a um controle abstrato da constitucionalidade das leis e não para situações concretas e específicas. Todavia, não houve nenhuma manifestação sobre o mérito das leis, apenas aspectos processuais. No dia 24 de junho de 2021, a ABRADDEE apresentou recurso, o qual foi julgado em 22 de setembro de 2021 pelo Plenário do Supremo Tribunal Federal, que manteve a decisão anterior proferida.

Em sessão de julgamento do recurso interposto pela Equatorial Goiás, realizada no dia 16/05/2023 (acórdão publicado no dia 18/05/2023), o Tribunal de Justiça concedeu, à unanimidade, a segurança postulada para assegurar à Equatorial Goiás o direito de ter seus pedidos de ressarcimento examinados e decididos exclusivamente de acordo com as disposições das Leis estaduais n.º 17.555/12 e 19.473/16. Contra tal decisão o Estado de Goiás apresentou recurso de Embargos de Declaração, que foram rejeitados pelo TJGO no dia 25/07/2023. Posteriormente, o Estado de Goiás apresentou reclamação constitucional contra a decisão da 2ª Câmara do TJGO que concedeu a segurança no MS. Em 18/12/2024, o órgão especial do Tribunal julgou procedente a reclamação do Estado de Goiás para anular o acórdão que concedera a segurança pleiteada pela Equatorial Goiás. Em 07/02/2024, foi proferido despacho determinando à Secretaria do Órgão Especial que certifique nos autos acerca do trânsito em julgado da decisão do Despacho para certificação do trânsito em julgado da reclamação e posterior remessa à Câmara para seguimento no processamento do mandado de segurança.

A Administração da Equatorial Goiás concluiu, com base nos princípios constitucionais do direito adquirido, da segurança jurídica, do ato jurídico perfeito, da boa-fé objetiva, da proteção da confiança na contratação com a Administração Pública, da supremacia do interesse público e do pacta sunt servanda, inserto no artigo 5º, XXXVI da Constituição Federal, bem como no fato de que os atos garantidores desses direitos são considerados atos jurídicos perfeitos, protegidos pelo ordenamento jurídico brasileiro, e em razão das medidas judiciais em trâmite perante o Superior Tribunal de Justiça e Supremo Tribunal Federal, que os valores continuam recuperáveis e se tornarão líquidos a medida em que as obrigações associadas aos créditos sejam reembolsadas.

O direito da Equatorial Goiás, ademais, sustenta-se pelos contratos celebrados com a Administração Pública, tendo sido assumida, direta e inequivocamente, pelo Estado de Goiás a responsabilidade pelos termos e condições contratuais em relação ao FUNAC. Especificamente sobre o crédito outorgado de ICMS, importante salientar que o Código Tributário Nacional, bem como a Constituição Federal, preveem a impossibilidade de revogação do benefício fiscal, considerando a forma e razão de sua outorga, sendo tal entendimento reforçado por Súmula nº 544 do Supremo Tribunal Federal, que se enquadra claramente a tese sustentada pela Companhia no processo judicial em andamento no Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, e pela ABRADDEE na ADI proposta no Supremo Tribunal Federal, que, em resumo, impede a revogação do incentivo fiscal concedido mediante condições e a prazo certo.

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais)

Adicionalmente, a Administração desta Companhia está adotando todas medidas cabíveis para manter os direitos adquiridos na época da compra da mesma, garantidos pelo próprio Estado de Goiás conforme contrato de compra e venda firmado em 14 de fevereiro de 2017.

Os montantes de Créditos especiais FUNAC são subdivididos entre “Créditos especiais – FUNAC – Em Decisão Judicial” e “Créditos especiais – FUNAC – Aguardando Ressarcimento”. Na rubrica de “Créditos especiais – FUNAC – Em Decisão Judicial” estão incluídos os montantes relacionados a processos que ainda estão ativos no judiciário, uma vez que os pagamentos oriundos de tais processos ainda não foram realizados. Assim que ocorrer o encerramento judicial dos processos (trânsito em julgado) serão adotados todos os procedimentos legais para que os valores pagos sejam ressarcidos à Companhia, seja através de ressarcimento via recebimento em caixa ou apropriação de crédito outorgado de ICMS e são transferidos para a rubrica de “Créditos especiais – Aguardando Ressarcimento”.

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação

31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais)

Movimentação do saldo de Créditos Especiais – Ativo FUNAC

	2022	2023						
	Saldo inicial	Adições/ Reversões	Decisão Judicial /	Provisão para redução ao valor	Baixa por recebimento	Transferências de depósitos judiciais	PECLD (b)	Saldo final
			Pagamento	recuperável (b.1)				
Créditos especiais – FUNAC – Em decisão judicial	857.521	433.993	(136.678)	-	-	-	-	1.154.836
(-) <i>Impairment</i> - Créditos especiais – FUNAC – Em decisão judicial (a)	(358.408)	-	-	(274.553)	-	-	-	(632.961)
Créditos especiais – FUNAC – Em decisão judicial	499.113	433.993	(136.678)	(274.553)	-	-	-	521.875
Créditos especiais – FUNAC – Aguardando ressarcimento	782.180	-	136.678	-	(1.176)	4.507	-	922.189
(-) <i>Impairment</i> - Créditos especiais – FUNAC – Aguardando ressarcimento (a)	(331.510)	-	-	(92.004)	-	-	-	(423.514)
(-) PECLD - Créditos especiais – FUNAC – Aguardando ressarcimento (b)	(238.601)	-	-	-	-	-	72.783	(165.818)
Créditos especiais – FUNAC – Aguardando ressarcimento	212.069	-	136.678	(92.004)	(1.176)	4.507	72.783	332.857
Total	711.182	433.993	-	(366.557)	(1.176)	4.507	72.783	854.732

	2021	2022						
	Saldo inicial	Adições/ Reversões	Decisão Judicial /	Provisão para redução ao valor	Baixa por recebimento	Transferências de depósitos judiciais	PECLD (b)	Saldo final
			Pagamento	recuperável				
Créditos especiais – FUNAC – Em decisão judicial	774.402	163.268	(80.149)	-	-	-	-	857.521
(-) <i>Impairment</i> - Créditos especiais – FUNAC – Em decisão judicial (a)	(291.122)	-	-	(67.286)	-	-	-	(358.408)
Créditos especiais – FUNAC – Em decisão judicial	483.280	163.268	(80.149)	(67.286)	-	-	-	499.113
Créditos especiais – FUNAC – Aguardando ressarcimento	688.272	-	80.149	-	(12.469)	26.228	-	782.180
(-) <i>Impairment</i> - Créditos especiais – FUNAC – Aguardando ressarcimento (a)	(283.884)	-	-	(47.626)	-	-	-	(331.510)
(-) PECLD - Créditos especiais – FUNAC – Aguardando ressarcimento (b)	(19.036)	-	-	-	-	-	(219.565)	(238.601)
Créditos especiais – FUNAC – Aguardando ressarcimento	385.352	-	80.149	(47.626)	(12.469)	26.228	(219.565)	212.069
Total	868.632	163.268	-	(114.912)	(12.469)	26.228	(219.565)	711.182

- a) A Administração mantém provisão para perda ao valor recuperável do FUNAC com base nas alterações realizadas às leis vigentes à época da aquisição, bem como as incertezas acerca das decisões que serão proferidas pelos juízes das comarcas e instâncias cujos recursos da Companhia foram realizados, período para o qual a Companhia teve o direito de ressarcimento revogado pela alteração das Leis nº 17.555/12 e 19.473/16, ou seja, os processos compreendidos em 2012 e 2015 possuem 100% de provisão ao valor recuperável. O impacto da referida provisão e atualização, no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 é de R\$ 223.626 (R\$ 114.912 em 31 de dezembro de 2022) e R\$ 142.931, conforme notas explicativas nº 27 – Custos do serviço e despesas operacionais e nº 30 – Resultado financeiro, respectivamente; e
- b) Sobre o saldo de “Créditos Especiais – Aguardando ressarcimento” é calculada a perda estimada, considerando a expectativa de recebimento da Administração. Para 31 de dezembro de 2023, foi calculada uma reversão da provisão de R\$ 72.783 (complemento de provisão de R\$ 219.565 em 31 de dezembro de 2022), conforme nota explicativa nº 28 – Custos do serviço e despesas operacionais. Para a estimativa, é observado o volume de recebimento x requerimentos nos últimos cinco exercícios sociais.

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais)

37 Eventos subsequentes

Companhia e suas controladas

Equatorial de Energia

Aumento de participação acionária relevante

Em 06 de fevereiro de 2024, em conformidade com o art. 12 da Instrução CVM n.º 44, a Equatorial Energia recebeu a declaração de aquisição de participação acionária relevante do acionista *Capital World Investors* (“CWI”). Com a aquisição das ações da Companhia, a *World Investors* passou a deter 59.838.743 ações ordinárias, que representam 5,216% do capital social da Equatorial Energia S.A.

Alienação de participação acionária relevante

Em 07 de fevereiro de 2024, em conformidade com o art. 12 da Instrução CVM n.º 44, a Equatorial Energia recebeu a declaração de alienação de participação acionária relevante dos investidores *Squadra Investimentos – Gestão de Recursos Ltda.* e da *Squadra Investments – Gestão de Recursos Ltda.* Com a alienação das ações da Companhia, os investidores passaram a deter 55.955.588 ações ordinárias, que representam 4,88% das ações de emissão da Companhia.

Aumento de capital social

Em 01 de março de 2024, conforme a ata de Reunião do Conselho de Administração da Companhia, houve aprovação do aumento de capital no montante de R\$ 387, mediante a emissão de 16.650 novas ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, totalmente subscritas pelos participantes do Quinto Plano de Opção de Compra de Ações.

Distribuição de dividendos adicionais

Em 25 de março de 2024, conforme a ata de Reunião do Conselho de Administração, houve a aprovação da proposta de distribuição de dividendos adicionais de R\$ 8.885, decorrentes do resultado do exercício.

Liquidação antecipada de dívida

Em 31 de janeiro de 2024, a Equatorial Energia S.A. realizou a liquidação antecipada da 5ª emissão de debêntures 5ª série, no montante de R\$ 2.119.124.

Equatorial Distribuição

Distribuição de dividendos adicionais

Em 25 de março de 2024, conforme a ata de Reunião da diretoria, houve aprovação da proposta de distribuição de dividendos adicionais de R\$ 1.854.032, decorrentes do resultado do exercício.

Equatorial Pará

Amortização de principal

Em 15 de janeiro de 2024, a companhia efetuou o pagamento da última parcela de principal da 2ª Emissão de debêntures 1ª Série e 2ª Série. Sendo a 1ª Série no volume de R\$ 29.121 e a 2ª Série no volume de R\$ 10.934.

Distribuição de dividendos adicionais

Em 25 de março de 2024, conforme a ata de Reunião do Conselho de Administração, houve aprovação da proposta de distribuição de dividendos adicionais de R\$ 1.260.206, sendo R\$ 1.235.059 decorrentes do resultado do exercício e R\$ 25.147 proveniente de realização de reservas de reavaliação.

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais)

Programa Luz Para Todos - Meio Rural - Equatorial Pará (8ª Tranche)

Em 22 de março de 2024, foi assinado contrato específico de operacionalização, no âmbito do Programa Luz Para Todos, Meio Rural, entre a controlada indireta Equatorial Pará como agente executor e a Eletrobras, prevendo um custo total do programa de obras, dentro da área de concessão da controlada, conforme aprovado pelo Ministério de Minas e Energia (MME), no valor de R\$ 1.575.311, cujo prazo para operacionalização será até 31 de julho de 2026, em etapas.

Equatorial Maranhão

Aumento de capital social

Em 25 de março de 2024, conforme ata de Reunião do Conselho de Administração, houve a aprovação do aumento de capital no valor de R\$ 212.013, mediante a integralização da Reserva Legal no valor de R\$ 29.757, da Reserva de Incentivos Fiscais no valor de R\$ 182.256, sem emissão de novas ações, com a consequente alteração do Art. 5º do Estatuto Social da Companhia, a ser submetida à apreciação da Assembleia Geral da Companhia.

Distribuição de dividendos adicionais

Em 25 de março de 2024, conforme a ata de Reunião do Conselho de Administração, houve aprovação da proposta de distribuição de dividendos adicionais de R\$ 249.413 decorrentes do resultado do exercício.

Equatorial Piauí

Aumento de capital social

Em 25 de março de 2024, conforme ata de Reunião do Conselho de Administração, houve a aprovação do aumento de capital no valor de R\$ 71.732, mediante a integralização da Reserva Legal no valor de R\$ 9.634, da Reserva de Incentivos Fiscais no valor de R\$ 62.098, sem emissão de novas ações, com a consequente alteração do Art. 5º do Estatuto Social da Companhia, a ser submetida à apreciação da Assembleia Geral da Companhia.

Distribuição de dividendos adicionais

Em 25 de março de 2024, conforme a ata de Reunião do Conselho de Administração, houve a aprovação da proposta de distribuição de dividendos adicionais de R\$ 117.806, decorrentes do resultado do exercício.

Equatorial Alagoas

Distribuição de dividendos adicionais

Em 25 de março de 2024, conforme a ata de Reunião do Conselho de Administração, houve a aprovação da proposta de distribuição de dividendos adicionais de R\$ 156.778, decorrentes do resultado do exercício.

Revisão Tarifária Periódica (RTP)

A revisão tarifária periódica da Equatorial Alagoas, cujo corte da base ocorreu em novembro de 2023, segue em curso com homologação prevista para o dia 30 de abril de 2024. O novo reajuste tarifário deverá ser aplicado a partir de 03 de maio de 2024, conforme estabelecido no contrato de concessão.

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais)

Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D

Evento climático em janeiro de 2024

Em linha com a nota explicativa nº 1.3 - Eventos climáticos, em janeiro de 2024 o Estado do Rio Grande do Sul foi novamente atingido por um evento climático extremo que atingiu cerca de 651 mil clientes da Companhia.

No enfrentamento das consequências do fenômeno climático foram mobilizadas mais de 600 equipes, sendo que 83% dos clientes atingidos foram reestabelecidos nas primeiras 48 horas após o ciclone. Uma pequena parcela de clientes teve uma demora maior na regularização, pois estavam em locais de difícil acesso. A totalidade dos clientes foi reestabelecida até o final do dia 23 de janeiro de 2024. As principais ações tomadas pela Equatorial CEEE-D durante o evento foram:

- Soma de esforços com a Prefeitura Municipal de Porto Alegre para priorização dos atendimentos, em especial aqueles envolvendo a queda de árvores de grande porte sobre a rede e de vias bloqueadas;
- Realização de 2.506 atendimentos em campo que apontaram para a necessidade de remoção de árvores de grande porte em campo que causaram interrupção no fornecimento de energia elétrica; e
- Realização de 890 atendimentos em campo que apontaram para a necessidade de recuperar ou trocar postes em virtude dos danos causados pela queda de árvores de grande porte.

As ações realizadas a partir do plano de contingência da Companhia, de forma resumida, foram:

- Monitoramento prévio;
- Alocação adequada dos recursos, pessoas e materiais;
- Plantão de TI, Telecom, Regulatório, Jurídico, Relacionamento com Cliente e demais áreas;
- Deslocamento de liderança para as bases afetadas;
- Uso de equipes comerciais, perdas e obras;
- Transbordo de ligações para outros *call centers*, ampliando a capacidade de atendimento;
- Apoio de profissionais do time Corporativo do Grupo;
- Alinhamento em tempo real com Órgãos Públicos; e
- Boletins diários para Agência Reguladora, Órgãos Públicos e Imprensa.

Os impactos financeiros referentes aos esforços da Companhia para o restabelecimento total da rede ainda estão sendo mensurados, e os passivos contingentes estão sendo monitorados. O referido evento não afeta o pressuposto de continuidade operacional da Companhia.

Evento climático em março de 2024

Em linha com a nota explicativa nº 1.3 Evento climático, em março de 2024 o Estado do Rio Grande do Sul foi novamente atingido por um evento climático extremo que atingiu cerca de 815 mil clientes da Companhia.

A Equatorial CEEE-D está reunindo esforços para recompor as linhas e realizar manutenções e obras necessárias para restabelecimento pleno do fornecimento de energia para os clientes. A Companhia conta com plano de contingência para alocação de equipes para atendimento emergencial e está trabalhando para manter todos os agentes alinhados e comunicados sobre a situação em tempo real.

Os impactos financeiros referentes aos esforços da Companhia para o restabelecimento total da rede ainda estão sendo mensurados, e os passivos contingentes estão sendo monitorados. O referido evento não afeta o pressuposto de continuidade operacional da Companhia.

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais)

Equatorial Goiás

Emissão de Debêntures em andamento

A controlada indireta da Companhia possui em andamento a 5ª Emissão de Debêntures destinada em parte à Amortização da 2ª Emissão de Debêntures, e parte destinada gestão ordinária dos negócios da Emissora conforme Escritura de Emissão com volume de até R\$ 4 bilhões, com taxa teto de CDI + 1,05% a.a., ainda sujeitos a processo de *bookbuilding*. A previsão de liquidação está para a primeira quinzena de abril. O prazo da oferta é de 6 anos com amortização no 4º, 5º e 6º ano, com juros semestrais e sem carência. A debênture possui garantia fidejussória da controladora.

Equatorial Transmissão

SPE 01

Distribuição de dividendos adicionais

Em 25 de março de 2024, conforme a ata de Reunião da Administração, houve a aprovação da proposta de distribuição de dividendos adicionais de R\$ 27.406, decorrentes do resultado do exercício.

SPE 02

Distribuição de dividendos adicionais

Em 25 de março de 2024, conforme a ata de Reunião da Administração, houve a aprovação da proposta de distribuição de dividendos adicionais de R\$ 21.187, decorrentes do resultado do exercício.

SPE 03

Distribuição de dividendos adicionais

Em 25 de março de 2024, conforme a ata de Reunião da Administração, houve a aprovação da proposta de distribuição de dividendos adicionais de R\$ 39.106, decorrentes do resultado do exercício.

SPE 04

Distribuição de dividendos adicionais

Em 25 de março de 2024, conforme a ata de Reunião do Conselho de Administração, houve a aprovação da proposta de distribuição dos dividendos adicionais de R\$ 53.841, decorrentes do resultado do exercício.

SPE 05

Distribuição de dividendos adicionais

Em 25 de março de 2024, conforme ata de Reunião do Conselho de Administração, houve a aprovação da proposta de distribuição de dividendos adicionais de R\$ 30.637, decorrentes do resultado do exercício.

SPE 06

Distribuição de dividendos adicionais

Em 25 de março de 2024, conforme ata de Reunião do Conselho de Administração, houve a aprovação da proposta de distribuição de dividendos adicionais de R\$ 30.684, decorrentes do resultado do exercício.

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais)

SPE 07

Distribuição de dividendos adicionais

Em 25 de março de 2024, conforme ata de Reunião do Conselho de Administração, houve a aprovação da proposta de distribuição de dividendos adicionais de R\$ 34.650, decorrentes do resultado do exercício.

Resolução autorizativa

Em 23 de janeiro de 2024, através da resolução autorizativa nº 15.016/2024 a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, autorizou a Equatorial Transmissora 7 SPE S.A., Contrato de Concessão nº 020/2017, a implantar os reforços em instalação de transmissão sob sua responsabilidade e estabeleceu os valores das correspondentes parcelas da Receita Anual Permitida (RAP) no total de R\$ 5.471.

SPE 08

Distribuição de dividendos adicionais

Em 25 de março de 2024, conforme ata de Reunião do Conselho de Administração, houve a aprovação da proposta de distribuição de dividendos adicionais de R\$ 27.772, decorrentes do resultado do exercício.

INTESA

Processo de alienação

Em 21 de março de 2024, a Equatorial Energia S.A. (Vendedora) e a Infraestrutura e Brasil S.A. (Compradora) efetivaram o fechamento da operação. Assim, como resultado do processo, a Compradora adquiriu 100% do capital social votante da controlada INTESA, e pagou, a título de preço de aquisição, valores que foram atualizados referente à transação para, aproximadamente, R\$ 320.913, de acordo com a data de fechamento.

Conforme divulgado no Comunicado ao Mercado, em 01 de novembro de 2023, o valor remanescente no montante de até R\$ 84.494 é referente a *earn-out*, baseado no processo de revisão da INTESA, atualizado pela variação do CDI entre a “data-base” e a data de fechamento, bem como demais ajustes, positivos ou negativos, como previsto no Contrato. Eventuais valores serão pagos nas condições estabelecidas em Contrato.

Echo Crescimento S.A

Captação de empréstimo

Em 22 de março de 2024, as controladas Sertão Solar Barreiras XVI S.A., Sertão Solar Barreiras XVII S.A. e Sertão Solar Barreiras XVIII S.A., através de Assembleia Geral Extraordinária (AGE), aprovaram a contratação de empréstimo de longo prazo no montante de R\$ 380.000.

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais)

Barreiras Holding S.A.

Emissão de Debêntures em andamento

A controlada indireta da Companhia possui em andamento a 1ª Emissão de Debêntures para reembolso de despesas já incorridas e/ou a incorrer relativas ao Projeto totalizando R\$ 950 milhões, conforme portarias nº 2.343/SNTEP/MME, 2.344/SNTEP/MME, 2.340/SNTEP/MME, 2.341/SNTEP/MME, 2.314/SNTEP/MME, 2.315/SNTEP/MME, 2.316/SNTEP/MME aprovadas pelo ministério. O volume será de até R\$ 950 milhões e a taxa teto será a maior entre IPCA+”NTN-B 35+1,15% a.a.” ou IPCA+6,72% a.a., ainda sujeitos a processo de *bookbuilding*. A previsão de Liquidação está para a primeira quinzena de abril. O prazo da oferta é de 20 anos com amortização e juros semestrais customizados. A debênture possui garantia fidejussória da controladora(s).

Enova

Mútuo

Em 01 de fevereiro de 2024, foi assinado Instrumento Particular de Mútuo entre a E-nova Geração Distribuída S.A. como mutuária e a Equatorial Transmissão S.A. como mutuante no montante de R\$ 8.076 ao custo de CDI+1,5% a.a., com vencimento final em 18 de junho de 2024.

Em 22 de fevereiro de 2024, foi assinado Instrumento Particular de Mútuo entre a E-nova Geração Distribuída S.A. como mutuária e a Equatorial Transmissão S.A. como mutuante no montante de R\$ 9.077 ao custo de CDI+1,5% a.a., com vencimento final em 18 de junho de 2024.

Conselho de Administração

Carlos Augusto Leone Piani

Guilherme Mexias Aché

Luis Henrique de Moura Gonçalves

Paulo Jerônimo Bandeira de Mello Pedrosa

Tania Sztamfater Chocolat

Tiago de Almeida Noel

Eduardo Parente Menezes

Conselho Fiscal

Titulares

Saulo de Tarso Alves de Lara

Maria Salete Garcia Pinheiro

Vanderlei Dominguez da Rosa

Suplentes

Paulo Roberto Franceschi

Claudia Luciana Ceccatto de Trotta

Ricardo Bertucci

Comitê de Auditoria Estatutário

Carlos Augusto Leone Piani

João Alberto da Silva Neto

Tiago de Almeida Noel

Diretoria Executiva

Augusto Miranda da Paz Júnior
Diretor Presidente

Leonardo da Silva Lucas Tavares de Lima
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Humberto Luis Queiroz Nogueira
Diretor

José Silva Sobral Neto
Diretor

Bruno Cavalcanti Coelho
Diretor

Tinn Freire Amado
Diretor

Cristiano de Lima Logrado
Diretor

Maurício Alvares da Silva Velloso Ferreira
Diretor

Marcos Antônio Souza de Almeida
Diretor

José Ailton Rodrigues
Diretor

Geovane Ximenes de Lira
Superintendente de Contabilidade e Tributos
Contador CRC-PE012996-O-3-S-MA

EQUATORIAL ENERGIA S.A.

Companhia Aberta

CNPJ/MF n.º 03.220.438/0001-73

NIRE 213.0000938-8 | Código CVM n.º 02001-0

ATA DA REUNIÃO DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO INICIADA EM 19 DE MARÇO DE 2024 E FINALIZADA EM 25 DE MARÇO DE 2024

ANEXO I

PARECER DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO

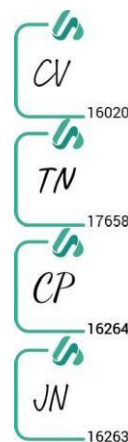
Os membros do Comitê de Auditoria Estatutário da Equatorial Energia S.A. (“Companhia”) aprovaram o seguinte parecer a ser submetido à apreciação do Conselho de Administração:

“O Comitê de Auditoria Estatutário da Companhia, no uso das suas atribuições regulamentares, em reunião iniciada em 19 de março de 2024 e finalizada em 25 de março de 2024, inicialmente em Goiânia – GO, na sede da Equatorial Goiás Distribuidoras de Energia S.A., empresa controlada pela Equatorial Energia S.A., e posteriormente quando retomada, foi finalizada através de videoconferência na sede social da Companhia, apreciou as demonstrações financeiras da Companhia, acompanhadas das respectivas notas explicativas, do parecer dos auditores independentes e as eventuais recomendações de melhoria por eles sugeridas, do relatório da administração sobre os negócios sociais e os principais fatos administrativos e a proposta de destinação de resultados da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023.

Com base nos exames efetuados, nos esclarecimentos prestados por representantes da Companhia e da Auditoria Externa, fundamentado no parecer da Ernst & Young Auditores Independentes S.S., do qual não constam ressalvas, os membros do Comitê de Auditoria Estatutário concluíram que as citadas demonstrações financeiras acompanhadas dos documentos pertinentes, estão adequadamente apresentadas e recomendam o seu encaminhamento para deliberação e aprovação pelo Conselho de Administração, com posterior recomendação de aprovação aos acionistas em Assembleia Geral”.


São Luís/MA, 25 de março de 2024.

[Assinaturas seguem na próxima página]
[Restante da página intencionalmente deixado em branco]




[Página de Assinaturas do Anexo I da reunião do Comitê de Auditoria Estatutário da Equatorial Energia S.A., iniciada em 19 de março de 2024 e finalizada em 25 de março de 2024.]


Membros presentes:


Carlos Piani
16264

Carlos Augusto Leone Piani
Coordenador do Comitê de Auditoria
Estatuário


Tiago De Almeida Noel
17658

Tiago de Almeida Noel
Membro do Comitê de Auditoria
Estatuário


João Alberto Da Silva Neto
16263

João Alberto da Silva Neto
Membro do Comitê de Auditoria
Estatuário



RELATÓRIO ANUAL 2023

Comitê de Auditoria
Estatutário
Equatorial Energia

1. Objetivo

O Comitê de Auditoria Estatutário (“CAE” ou “Comitê”) da Equatorial Energia S.A., em conformidade com as responsabilidades delineadas pelo Art. 31-D da Resolução CVM nº 23/21, apresenta o seu relatório anual resumido, sintetizando as ações e avaliações realizadas durante o ano de 2023.

Este documento reflete o compromisso do Comitê em assegurar a seleção adequada e a supervisão contínua dos auditores independentes, bem como em monitorar a integridade e a eficácia dos sistemas de controle interno, a exatidão das demonstrações financeiras, e a adequação das práticas contábeis adotadas pela Companhia.

Nesse período, foi priorizada a revisão da Matriz de Riscos e Controles Internos, a análise da independência e qualidade dos serviços prestados pelos auditores independentes, a supervisão das áreas de controles internos, auditoria interna, e preparação das demonstrações financeiras. Além disso, o Comitê dedicou-se ao monitoramento das exposições ao risco e à avaliação das transações com partes relacionadas, assegurando a transparência e a aderência às práticas de governança corporativa.

O relatório, além de atender ao contido na referida Resolução, no Regulamento do Novo Mercado e em nosso Regimento Interno, também busca registrar nossas atividades, conclusões e recomendações, visando contribuir para a continuidade das práticas de

excelência e integridade nas empresas que compõe o Grupo Equatorial Energia.

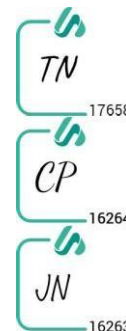
2. Funcionamento e Composição do Comitê

O CAE da Equatorial Energia S.A. é órgão colegiado, de funcionamento permanente, com autonomia e independência operacional, possuindo orçamento próprio, vinculado diretamente como um comitê de assessoramento ao Conselho de Administração. Como tal, suas decisões têm natureza consultiva e são apresentadas ao Conselho de Administração na forma de recomendações e informações, sendo levadas trimestralmente do Conselho por meio de reportes realizados por seu Coordenador.

A composição do Comitê da Equatorial Energia S.A. é refletida nas suas controladas Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A., Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A., Companhia Estadual de Distribuição De Energia Elétrica - CEEE-D, Equatorial Transmissora 7 SPE S.A. e Equatorial Transmissora 8 SPE S.A.

Considerando a mesma composição nessas empresas e o contido nos Regimentos Internos, as reuniões são unificadas, sendo os itens de pauta discriminados entre as empresas a que se aplicam. Assim, todos os Comitês dessas empresas são compostos por três membros, sendo dois deles conselheiros independentes e um membro externo.

Em maio de 2023 os Conselhos de Administração das empresas aprovaram a eleição dos seguintes membros para compor os Comitês: (i) o Sr. Carlos Augusto Leone Piani, na qualidade de coordenador do Comitê; (ii) o Sr. João Alberto da Silva Neto, na qualidade de membro do Comitê; (iii) a Sra. Tania Sztamfater Chocolat na qualidade de membro do



Comitê; e (iv) o Sr. Eduardo Haama, na qualidade de membro do Comitê. Os três primeiros já eram membros dos Comitês desde o ano de 2022.

Em reuniões dos Conselhos de Administração realizadas no mês de setembro de 2023, os Conselhos tomaram conhecimento e registraram a renúncia da Sra. Tania Chocolat ao cargo de membro do Comitê.

Posteriormente, em reuniões dos Conselhos de Administração realizadas no mês de outubro de 2023, os Conselhos tomaram conhecimento e registraram a renúncia do Sr. Eduardo Haama ao cargo de membro do Comitê, vindo a eleger o Sr. Tiago de Almeida Noel, de modo que a atual composição do Comitê é: (i) Carlos Augusto Leone Piani, na qualidade de coordenador do Comitê; (ii) João Alberto da Silva Neto, na qualidade de membro do Comitê; e (iii) Tiago de Almeida Noel, na qualidade de membro do Comitê, todos com mandatos até a Assembleia Geral Ordinária que apreciar as contas do exercício findo em 31.12.2024:



3. Atividades Realizadas

3.1. Reuniões e Participação

O Comitê seguiu um Plano de Trabalho definido previamente, reunindo-se 13 (treze) vezes durante o ano de 2023:

- 12 (doze) reuniões ordinárias e
- 1 (uma) reunião extraordinária

Totalizando 25 (vinte e cinco) horas e 45 (quarenta e cinco) minutos.

A área com maior participação foi a **Auditoria Interna** presente em **9** (nove) reuniões, apresentando **16** (dezesesseis) assuntos, seguida da **Ouvidoria** que participou de **6** (seis) reuniões com um assunto e a **Auditoria Externa** contratada (Ernst & Young), que participou de **5** (cinco) reuniões e apresentou **7** (sete) assuntos.

Os membros atingiram um percentual de participação de 97%, tendo ocorrido a ausência justificada de 1 (um) membro em apenas uma das reuniões levadas a efeito em 2023.

3.2. Destaque

- Reuniões com a Deloitte, contratada como consultoria para proceder na revisão da **Matriz de Riscos e Controles Internos** existente.
- A partir de recomendação do Comitê, a referida Matriz foi revisada e aprovada pelo Conselho de Administração na reunião de novembro de 2023.

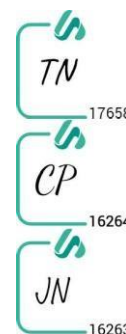
3.3. Pautas e Deliberações

- Total de itens pautados: **78** (setenta e oito) itens
- Total de solicitações: **40** (quarenta) solicitações
- Solicitações atendidas: **31** (trinta e um) já foram atendidas
- Solicitações em andamento: **9** (nove) estão em andamento

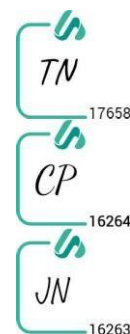
3.4. Temas Discutidos

Os temas das solicitações e discussões podem ser agrupados da seguinte forma:

- ✓ **Auditoria Externa**
 - Demonstrações Financeiras anuais e das Informações Trimestrais
 - Plano Anual de Auditoria Externa
 - Testes de Controles Internos 2022
 - Contratação/destituição de Auditor Independente
- ✓ **Auditoria Interna**
 - Plano Anual de Auditoria Interna
 - Funcionamento, Avaliação e Feedback da Auditoria Interna
 - Monitoramento das Transações com Partes Relacionadas
 - Gestão, avaliação e monitoramento das exposições de riscos
 - Acompanhamento do plano anual de auditoria interna e das recomendações realizadas



- Acompanhamento das denúncias recebidas pelo canal de denúncias
 - Aferição de estoques e controles respectivos
- ✓ **Ouvidoria**
- Acompanhamento das Reclamações Comerciais Recebidas
- ✓ **Deloitte – Auditoria e Consultoria Empresarial**
- Revisão da Matriz de Riscos e Controles Internos
- ✓ **Jurídico e Compliance**
- Acompanhamento sobre a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD)
 - Capacitações sobre Compliance, Ética e LGPD
 - Planos de Previdência Privada
 - Contrato de Indenidade e Seguro D&O
 - Contingências e provisões: controles em relação às principais causas tributárias, trabalhistas e outras contingências
 - Projeto de Lei que altera a Lei das Sociedades Anônimas
- ✓ **Regulatório**
- Acompanhamento de Questões Regulatórias
- ✓ **Tecnologia da Informação**
- Atualização da Política de Segurança da Informação
 - Riscos Cibernéticos, Seguros e Programas de Bug Bounty
 - Acessos a Sistemas de TI
- ✓ **Relações com Investidores**
- Empresas Controladas Abertas
 - Formulário de Referência
 - Práticas Adotadas sobre ESG
 - Resolução CVM nº 80/22



4. Regimento Interno

O Comitê possui Regimento Interno que foi aprovado pelo Conselho de Administração em 29/12/2022 e encontra-se disponível em <https://ri.equatorialenergia.com.br/pt-br/governanca-corporativa-2/estatuto-codigos-e-politicas/>.

5. Recomendações e Comunicação do CAE com os Conselhos de Administração

O Coordenador do Comitê reúne-se trimestralmente com o Conselho de Administração das empresas que possuem o CAE constituído, a fim de relatar as principais discussões e reportar os trabalhos desenvolvidos.

Dentre as principais atividades, encontram-se as recomendações que realizou aos Conselhos de Administração, como no caso recomendação da aprovação das Demonstrações Financeiras do exercício social ou mesmo da aprovação da revisão da Política de Segurança Cibernética e da Informação.

6. Conclusões

Os membros do Comitê, no exercício de suas atribuições, apreciaram as demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, acompanhadas das respectivas notas explicativas, do parecer dos auditores independentes e as eventuais recomendações de melhoria por eles sugeridas, o relatório da administração sobre os negócios sociais e os principais fatos administrativos e a proposta de destinação de resultados da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 e, considerando todas as análises, estudos e debates realizados no transcorrer das reuniões e dos trabalhos de acompanhamento e supervisão efetuados pelo Comitê ao longo do exercício social, os membros do Comitê manifestam que não encontraram objeção no encaminhamento dos referidos documentos para a devida apreciação pelo Conselho de Administração da Companhia, com a posterior recomendação de aprovação aos acionistas em Assembleia Geral.

São Luís/MA, 25 de março de 2024.


Carlos Piani

16264

Carlos Augusto Leone Piani

Coordenador do Comitê de Auditoria
Estatuário


Tiago De Almeida Noel

17658

Tiago de Almeida Noel

Membro do Comitê de Auditoria
Estatuário


João Alberto Da Silva Neto

16263

João Alberto da Silva Neto

Membro do Comitê de Auditoria
Estatuário

Relatório da Administração 2023

A Administração da EQUATORIAL ENERGIA S.A., em cumprimento às disposições legais e de acordo com a legislação societária vigente, apresenta a seguir o Relatório da Administração, suas Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas, com as respectivas notas explicativas e o Relatório dos auditores independentes, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023. As informações não financeiras da Companhia e de suas controladas, as relacionadas ao programa “Luz para Todos” (PLPT), o Balanço Social, Combate a Perdas, Relatório de Ações Sociais, assim como as expectativas da Administração quanto ao desempenho futuro da Companhia e de suas controladas não foram revisadas pelos auditores independentes.

01. Perfil da companhia

Visão geral

A Equatorial Energia S.A. é uma *holding* com atuação no **setor elétrico, saneamento e utilities**.

No segmento de distribuição de energia, a Equatorial Energia controla indiretamente as distribuidoras dos Estados do Maranhão e Pará e PiauÍ diretamente as distribuidoras dos Estados de Alagoas, Amapá, parte do Rio Grande do Sul e Goiás.

No segmento de Transmissão de Energia, em outubro de 2016 e abril de 2017, a Equatorial Energia participou de 2 leilões de novos projetos realizados pela ANEEL, através dos quais adquiriu as concessões de 8 lotes de linhas de transmissão, totalizando R\$ 1,196 bilhão em RAP (Receita Anual Permitida), a valores de dezembro de 2022. Em 01 de novembro de 2023, a Equatorial Energia S.A. fechou o acordo de venda de 100% das ações da INTESA.

No segmento de geração de energia, em **03 de março de 2022**, foi concluída a aquisição de **100% das ações da Echoenergia Participações S.A.**, marcando a **entrada efetiva do grupo no segmento de Geração Renovável**. A Echoenergia possui ativos na região Nordeste com 1,2GW de capacidade instalada e projetos ready-to-build que totalizam mais de 1,2GW de capacidade adicional.

Em 2021, a Equatorial Energia ingressou **no segmento de saneamento**, vencendo o leilão da concessão de saneamento do **Amapá**, com 80% da Companhia de Saneamento do Amapá (CSA), o início das operações de forma não assistida deu-se em **13 de julho de 2022**.

No segmento de prestação de serviços, a Equatorial Energia detém 100% da Equatorial Serviços, que por sua vez detém 100% da Sol Energias, empresa comercializadora de energia elétrica e a Sol Energias detém 99,99% da Hélios Energia, comercializadora de Energia. Adicionalmente a Equatorial Serviços detém 100% de participação na **Equatorial Telecomunicações e Enova**, esta última, uma empresa com foco em oferecer soluções técnicas em eficiência energética e em geração de energia elétrica a partir de fontes renováveis, inclusive por meio da geração distribuída.

02. Destaques de 2023

- ▶ **EBITDA Consolidado alcançou R\$ 9,802 bilhões** em 2023, variação de 44%, devido principalmente consolidação da Equatorial GO, aumento de margem bruta das distribuidoras em função da redução de perdas e efeito mercado e tarifa.
- ▶ **Volume total de energia distribuída** atingiu **54.413 GWh**, crescimento consolidado de **5,4%** em relação a 2022, com destaque para o estado do Maranhão (+7,9%), Amapá (+6,3%) e Pará (+5,9%).
- ▶ **Qualidade da Operação** - Melhoria na qualidade através da **Redução** do DEC (duração de interrupção de energia), com destaque para **Maranhão, Amapá e Alagoas**.
- ▶ **Qualidade da Operação** – No **FEC** (frequência de interrupções de energia), todas as empresas atuando abaixo do patamar regulatório.
- ▶ **Nas Perdas totais consolidadas**, destaque para o **Pará** que está enquadrado no limite regulatório e **Rio Grande do Sul, Amapá e Goiás** abaixo do limite regulatório.
- ▶ **Os Investimentos consolidados da Equatorial** totalizaram **R\$ 10,9 bilhões**, 104,6% superior ao ano anterior, influenciado pelo expressivo aumento no segmento de geração (+2,4 bilhões), seguido da distribuição com 8 bilhões aumento de 60,5%.
- ▶ **O covenant** de Dívida Líquida / EBITDA consolidado fechou o ano com a consolidação proforma de 12 meses de EBITDA dos ativos adquiridos em 3,3x. As disponibilidades atingiram R\$ 12,8 bilhões.

03. Mensagem do Presidente

O exercício de 2023 foi mais um ano de consolidação e crescimento com geração de valor para o Grupo Equatorial Energia. Neste período, a Companhia seguiu progredindo em sua estratégia a passos largos. Em 2023, consolidamos a Equatorial Goiás, ativo que representa hoje aproximadamente 1/3 da base de ativos do Grupo, e seguimos exitosos na melhoria operacional das nossas distribuidoras, mesmo com os desafios climáticos que ocorreram durante este período, como ocorrência de ciclones no Rio Grande do Sul e fortes ondas de calor no país.

Avançamos na construção do pipeline da Echoenergia, evoluímos na operação de saneamento, passamos por um ciclo de cinco revisões tarifárias nas distribuidoras e demos seguimento aos processos de turnaround das empresas adquiridas recentemente, assim como melhoramos a qualidade de todas as distribuidoras do Grupo e mantivemos excelentes níveis de arrecadação e perdas, mesmo num cenário de expressivo aumento de volume de energia.

Tivemos também iniciativas importantes para o processo de desalavancagem do Grupo, como a venda de ações em tesouraria, retenção de dividendos, assinatura dos contratos de venda da Intesa e emissão de ações PN, apresentando uma redução da alavancagem em todos os trimestres após a consolidação da Equatorial Goiás.

No âmbito de ESG, em 2023, a Equatorial foi listada no índice de Sustentabilidade Empresarial da Bolsa de Valores, o ISE Bovespa. A presença no índice auxilia a Companhia na avaliação e aprimoramento contínuos de sua gestão ESG, bem como desempenha um importante papel no auxílio a investidores em suas decisões de investimento.

Seguimos com foco em crescimento com geração de valor, excelência na performance operacional e gestão financeira, e contamos com time dedicado e qualificado para perpetuar a história de sucesso da Equatorial. Mantemos o nosso compromisso de melhorar a cada dia a qualidade do serviço prestado de forma que as nossas concessionárias de serviço público seja alavancas do desenvolvimento das regiões em que atuamos.

Augusto Miranda da Paz Junior

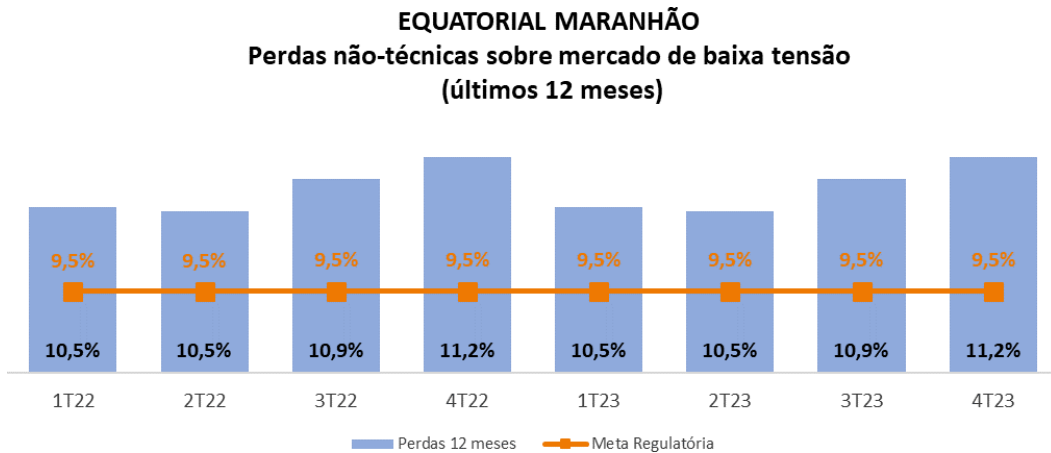
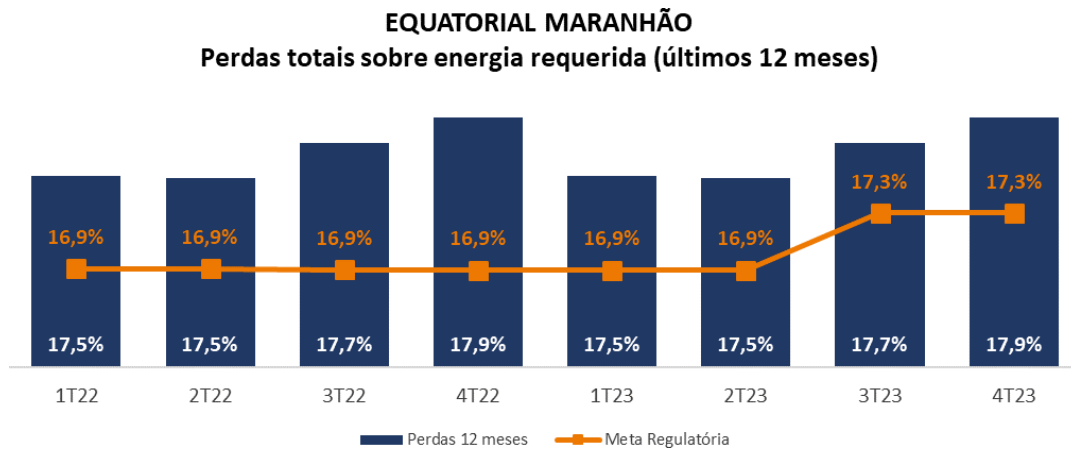
Diretor-Presidente

04. Gestão dos negócios

4.1 Combate às perdas

Maranhão

Em 2023, a quantidade de energia elétrica requerida pelo sistema da Equatorial Maranhão alcançou o patamar de 9.849 GWh, um aumento de 10,4% em relação à 2022, e o faturamento atingiu 8.085 GWh, o que representou incremento de 10,4% também em relação à 2022. Deste modo, as perdas de energia registradas pela Companhia em 2023 totalizaram 1.763 GWh, equivalente a 17,9% da energia requerida, implicando em um crescimento de 0,3 p.p. do índice de perdas em relação ao fechamento de 2022.



O ano de 2023 foi marcado por grandes desafios e a Equatorial Maranhão buscou-se melhorar processos e desenvolver novas estratégias para alcançar patamares superiores dos anos anteriores. Entretanto, identificou-se um pequeno crescimento nos patamares de perdas globais da concessão, muito influenciado pelo crescimento da perda técnica. Indicador este que sofre impacto direto de variações climáticas abruptas, entre eles o aumento de temperatura. Em 2023, a partir do segundo semestre, observou-se um crescimento de 8,8 p.p acima do previsto na energia requerida, muito influenciado pelo aumento da temperatura que por sua vez foi impactada diretamente

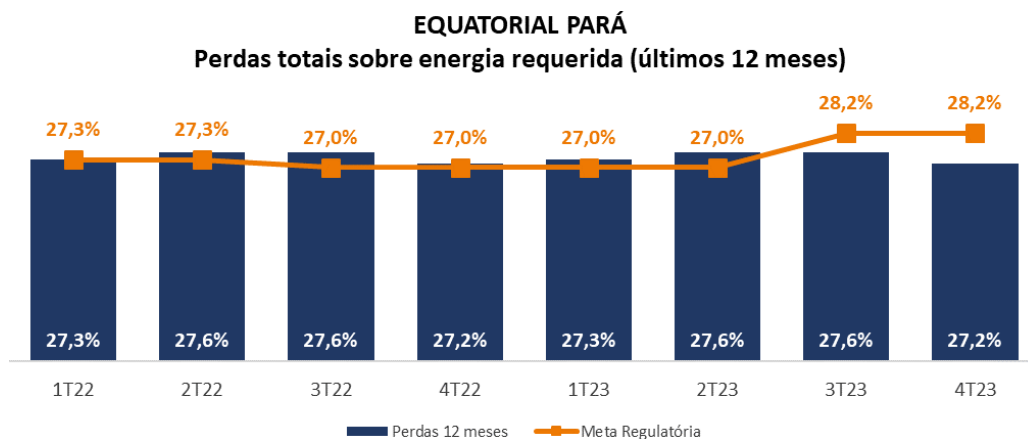
pelo fenômeno natural “el niño”, resultando no aumento da perda técnica e consequentemente na perda global da concessão. Por outro lado, observou-se desempenhos relevantes no combate a perdas comerciais no ano de 2023, onde a seguir apresentamos o resultado das ações realizadas no plano de combate às perdas neste ano:

- Regularização de 6,3 mil clientes em área de gambiarra, sendo necessária a realização de extensões de redes de média e baixa tensão;
- Inspeção de 3,6 mil clientes com fornecimento de energia em média e alta tensão;
- Expansão do SMC (Sistema de Medição Centralizada) em 20,7 mil clientes de baixa tensão;
- Recadastramento do parque de Iluminação Pública de 22 municípios;
- Inspeção de 208,0 mil clientes com fornecimento de energia elétrica em baixa tensão;
- Regularização de 15,5 mil clientes clandestinos em área onde existia rede de energia;
- Regularização de 4,9 mil clientes desligados no sistema e auto religados de forma irregular;
- Identificação e regularização de 57,6 mil fraudes na medição em unidades consumidoras BT;
- Crescimento de 358 medições fiscais em transformadores de distribuição, voltado apenas para crescimento vegetativo do parque já existente.

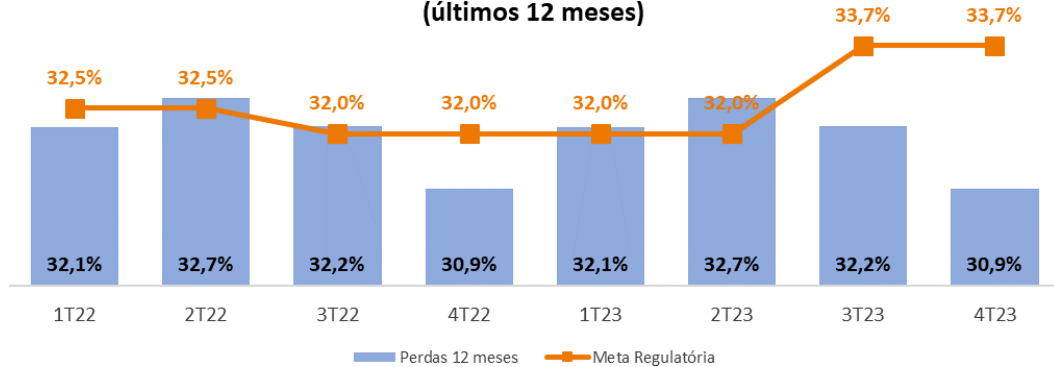
Hoje a Equatorial Maranhão possui 12,3 mil transformadores monitorados para fins de balanço energético, que correspondendo a 56% do seu mercado de baixa tensão, permitindo um direcionamento mais assertivo das suas operações.

Pará

Em 2023, a quantidade de energia elétrica requerida pelo sistema da Equatorial Energia Pará alcançou o patamar de 14.929 GWh, aumento de 7,9% em relação a 2022, e o faturamento com GD atingiu 10.874 GWh, o que representou aumento de 8,4% na comparação com 2022. Desse modo, as perdas de energia registradas pela Companhia, em 2023, totalizaram 4.055 GWh, equivalente a 27,2% da energia injetada, implicando em redução de 0,3 p.p. do índice de perdas em relação ao fechamento de 2022.



EQUATORIAL PARÁ Perdas não-técnicas sobre mercado de baixa tensão (últimos 12 meses)



O ano de 2023 para a Equatorial Pará representou a consolidação na melhoria dos processos de combate a perdas na rede elétrica, movimento que já vinha sendo observado desde ano anterior, sendo fundamental para a redução das perdas globais dentro da concessão. Com o uso de tecnologias avançadas é possível identificar com precisão os pontos da rede que estão apresentando maiores índices de perda e agir prontamente para solucionar o problema. Com essas medidas, a distribuidora vem conseguindo diminuir suas perdas e melhorar a qualidade do serviço prestado aos consumidores.

Podemos destacar que no ano de 2023 a Equatorial Energia Pará alcançou um marco histórico dentro da concessão e com o esforço de todos atingiu o limite regulatório determinado pelo órgão regulador (Aneel) a partir do 3T23.

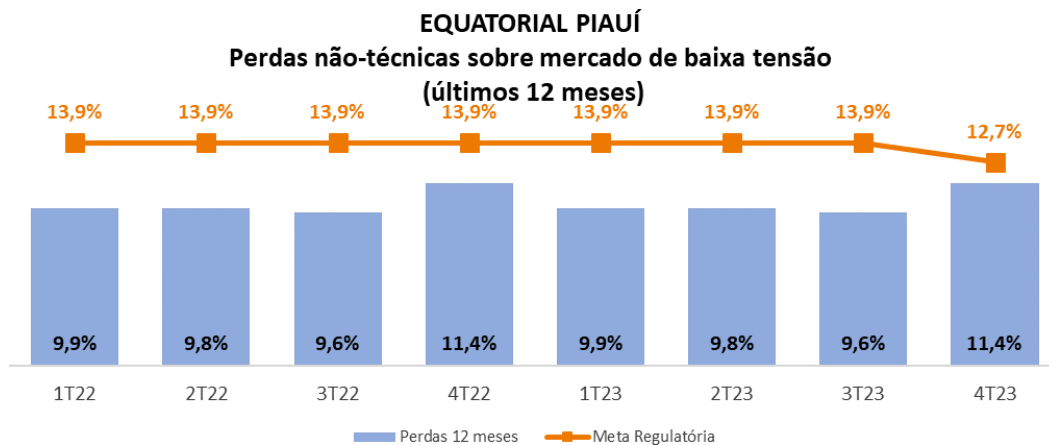
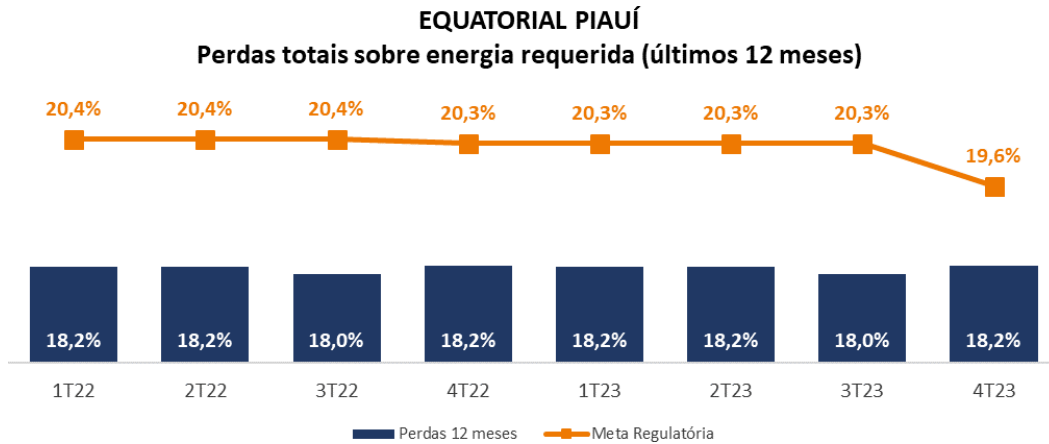
A seguir, apresentamos o resumo/resultado das ações realizadas no plano de combate às perdas comerciais em 2023:

- Regularização de 7,4 mil clientes em área de gambiarra, sendo necessária a realização de extensões de redes de média e baixa tensão;
- Inspeção de 4,0 mil clientes com fornecimento de energia em média e alta tensão;
- Expansão do SMC (Sistema de Medição Centralizada) em 56,4 mil clientes de baixa tensão;
- Recadastramento do parque de Iluminação Pública de 24 municípios;
- Inspeção de 280,5 mil clientes com fornecimento de energia elétrica em baixa tensão;
- Regularização de 24,0 mil clientes clandestinos em área onde existia rede de energia;
- Regularização de 8,2 mil clientes desligados no sistema e auto religados de forma irregular;
- Identificação e regularização de 110,6 mil fraudes na medição em unidades consumidoras BT;
- Crescimento de 1,1 mil novas medições fiscais em transformadores de distribuição para fins de balanço energético.

Hoje a Equatorial Pará possui 22,6 mil transformadores monitorados de maneira consistente, que correspondem a 60% do mercado de baixa tensão

Piauí

Em 2023, a quantidade de energia elétrica injetada no sistema da Equatorial Piauí alcançou o patamar de 5.527 GWh, crescimento de 9,2% em relação a 2022, e o faturamento atingiu 4.521 GWh, o que representou aumento de 9,2% na comparação com o ano anterior. Desse modo, as perdas de energia registradas pela Companhia, em 2023, totalizaram 1.006 GWh, equivalente a 18,2% da energia requerida, implicando em uma estabilidade no índice de perdas em relação ao fechamento de 2022.



O ano de 2023 para a Equatorial Piauí representou uma estabilidade no processo de combate às perdas e melhorias na rede elétrica, já observado nos anos anteriores, isto tem sido fundamento para a ratificação da redução das perdas globais dentro da concessão dos anos anteriores. Com o uso de tecnologias avançadas, é possível identificar com precisão os pontos da rede que estão apresentando maiores índices de perda e agir prontamente para solucionar o problema. Além disso, a modernização da rede elétrica, com a substituição de equipamentos antigos por outros mais eficientes e modernos, tem permitido a redução das perdas técnicas. Com essas medidas, a distribuidora vem conseguido diminuir suas perdas e melhorar a qualidade do serviço prestado aos consumidores.

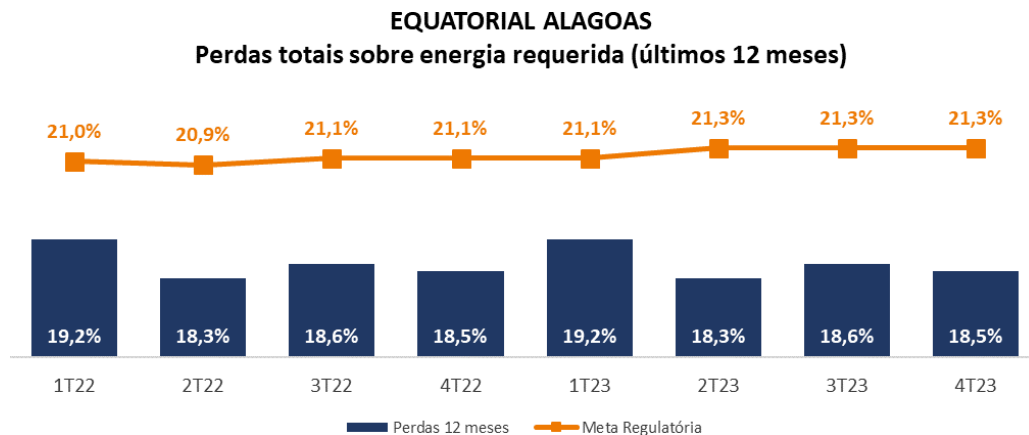
A seguir, apresentamos a seguir o resultado das ações realizadas no plano de combate às perdas comerciais em 2023:

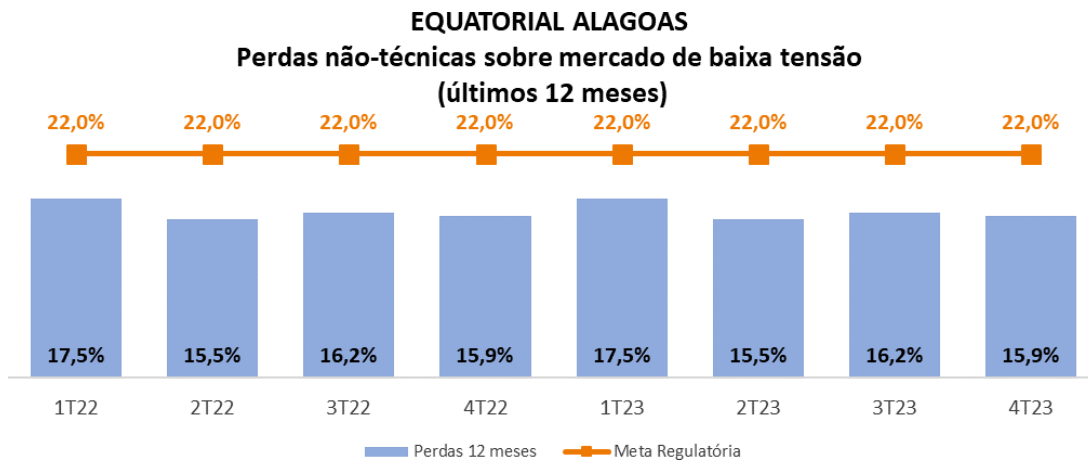
- Regularização de 1,2 mil clientes em área de gambiarra, sendo necessária a realização de extensões de redes de média e baixa tensão;
- Inspeção de 1,3 mil clientes com fornecimento de energia em média e alta tensão;
- Expansão do SMC (Sistema de Medição Centralizada) em 2,6 mil clientes de baixa tensão;
- Recadastramento do parque de Iluminação Pública de 27 municípios;
- Inspeção de 111,7 mil clientes com fornecimento de energia elétrica em baixa tensão;
- Regularização de 2,5 mil clientes clandestinos em área onde existia rede de energia;
- Regularização de 705 clientes desligados no sistema e auto religados de forma irregular;
- Identificação e regularização de 30,4 mil fraudes na medição em unidades consumidoras BT;
- Crescimento de 223 novas medições fiscais em transformadores de distribuição para fins de balanço energético.

Atualmente a Equatorial Piauí possui 6,0 mil transformadores monitorados para fins de balanço energético, que correspondendo a 55% do seu mercado de baixa tensão, permitindo um direcionamento mais assertivo das suas operações.

Alagoas

Em 2023, a quantidade de energia elétrica requerida pelo sistema da Equatorial Alagoas alcançou o patamar de 5.424 GWh, crescimento de 6,2% em relação a 2022, e o faturamento atingiu 4.422 GWh, o que representou aumento de 8,9% em relação a 2022. Deste modo, as perdas de energia registradas pela Companhia em 2023 totalizaram 1.002 GWh, equivalente a 18,48% da energia requerida, implicando em redução de 1,57 p.p. do índice de perdas em relação ao fechamento de 2022.





O ano de 2023 para a Equatorial Alagoas representou a consolidação na melhoria dos processos de combate às perdas na rede elétrica, movimento que já vinha sendo observado desde ano anterior, sendo fundamental para a redução das perdas globais dentro da concessão. Com o uso de tecnologias avançadas é possível identificar com precisão os pontos da rede que estão apresentando maiores índices de perda e agir prontamente para solucionar o problema. Com essas medidas, a distribuidora vem conseguindo diminuir suas perdas e melhorar a qualidade do serviço prestado aos consumidores.

Apresentamos a seguir o resultado das ações realizadas no plano de combate às perdas em 2023:

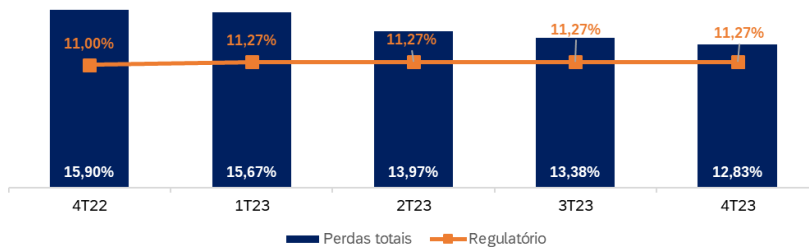
- Regularização de 168 clientes em área de gambiarra, sendo necessária a realização de extensões de redes de média e baixa tensão;
- Inspeção de 1,9 mil clientes com fornecimento de energia em média e alta tensão;
- Expansão do SMC (Sistema de Medição Centralizada) em 24,0 mil clientes de baixa tensão;
- Recadastramento do parque de Iluminação Pública de 40 municípios;
- Inspeção de 104,5 mil clientes com fornecimento de energia elétrica em baixa tensão;
- Regularização de 8,7 mil clientes clandestinos em área onde existia rede de energia;
- Regularização de 2,2 mil clientes desligados no sistema e auto religados de forma irregular;
- Identificação e regularização de 61,5 mil fraudes na medição em unidades consumidoras BT;
- Crescimento de 153 medições fiscais novas em transformadores de distribuição para fins de balanço energético.

Hoje a Equatorial Alagoas possui 8,1 mil transformadores monitorados para fins de balanço energético, que correspondendo a 68% do seu mercado de baixa tensão, permitindo um direcionamento mais assertivo das suas operações.

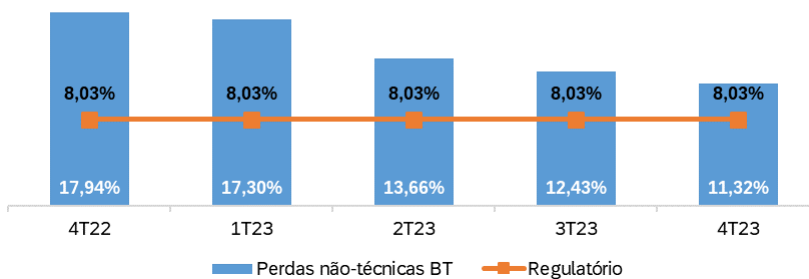
CEEE-D (Rio Grande do Sul)

Em 2023, a quantidade de energia elétrica requerida pelo sistema da Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D alcançou o patamar de 9.860 GWh, aumento de 1,2% em relação a 2022, e o faturamento atingiu 8.595 GWh, o que representou incremento de 4,9% também em relação a 2022. Deste modo, as perdas de energia registradas pela Companhia em 2023 totalizaram 1.265 GWh, equivalente a 12,9% da energia requerida, implicando em redução de 3,1 p.p. do índice de perdas em relação ao fechamento de 2022.

Perdas totais sobre energia requerida
(últimos 12 meses)



Perdas não-técnicas sobre mercado de baixa tensão
(últimos 12 meses)



O ano de 2023 para a Equatorial CEEE-D representou a consolidação na melhoria dos processos de combate às perdas na rede elétrica, movimento que já vinha sendo observado desde o ano anterior, sendo fundamental para a redução das perdas globais dentro da concessão. Com o uso de tecnologias avançadas é possível identificar com precisão os pontos da rede que estão apresentando maiores índices de perda e agir prontamente para solucionar o problema. Com essas medidas, a distribuidora vem conseguindo diminuir suas perdas e melhorar a qualidade do serviço prestado aos consumidores.

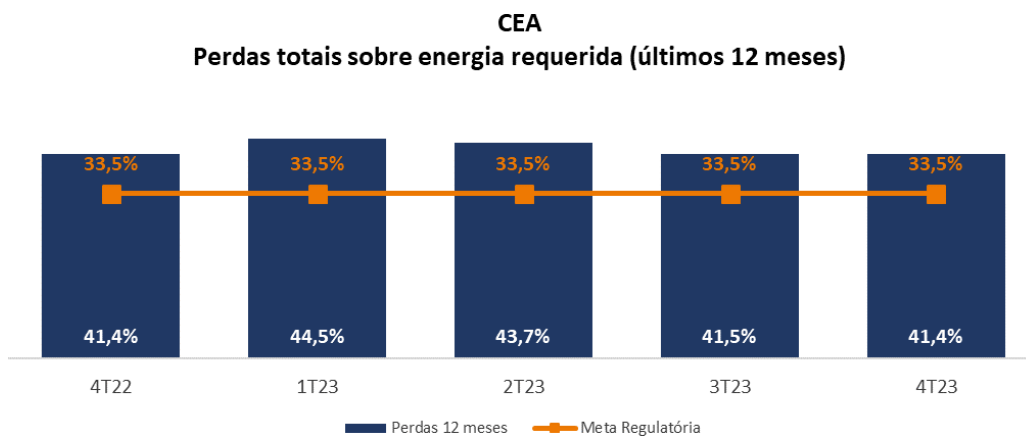
Apresentamos a seguir o resultado das ações realizadas no plano de combate às perdas em 2023:

- Regularização de 7,8 mil clientes em área de gambiarra, sendo necessária a realização de extensões de redes de média e baixa tensão;
- Inspeção de 7,9 mil clientes com fornecimento de energia em média e alta tensão;
- Expansão/Retrofit do SMC (Sistema de Medição Centralizada) em 25,3 mil clientes de baixa tensão;
- Inspeção de 154,2 mil clientes com fornecimento de energia elétrica em baixa tensão;
- Regularização de 5,2 mil clientes clandestinos em área onde existia rede de energia;
- Regularização de 20,1 mil clientes desligados no sistema e auto religados de forma irregular;
- Identificação e regularização de 45,5 mil fraudes na medição em unidades consumidoras BT;
- Crescimento de 3,0 mil medições fiscais em transformadores de distribuição, voltado apenas para crescimento vegetativo do parque já existente.

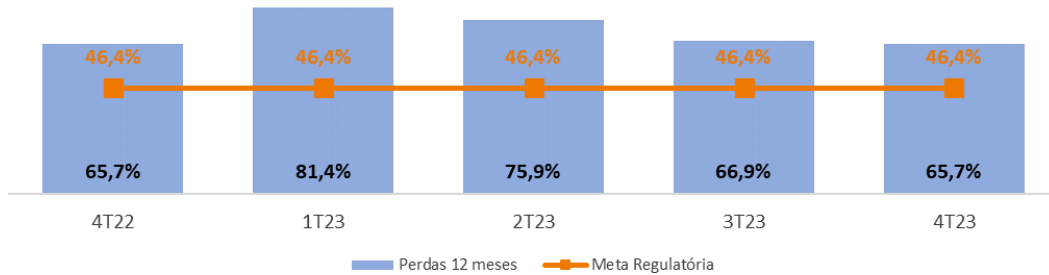
Hoje a Companhia possui 3,2 mil transformadores monitorados para fins de balanço energético, que correspondendo a 8,02% do seu mercado de baixa tensão, permitindo um direcionamento mais assertivo das suas operações.

CEA (Amapá)

Em 2023, a quantidade de energia elétrica requerida pelo sistema da Equatorial Energia CEA alcançou o patamar de 2.055 GWh, redução de 0,9% em relação a 2022, e o faturamento atingiu 1.204 GWh, o que representou aumento de 12,2% na comparação com 2022. Desse modo, as perdas de energia registradas pela Companhia, em 2023, totalizaram 851 GWh, equivalente a 41,4% da energia requerida, implicando em redução de 4,6 p.p. do índice de perdas em relação ao fechamento de 2022.



CEA
Perdas não-técnicas sobre mercado de baixa tensão
(últimos 12 meses)



O ano de 2023 para a Equatorial CEA representou a consolidação na melhoria dos processos de combate às perdas na rede elétrica, movimento que já vinha sendo observado desde o momento em que a Equatorial assumiu o controle da concessão e implementou sua metodologia de combate às perdas, sendo fundamental para a redução das perdas globais dentro do grupo. Com o uso de tecnologias avançadas é possível identificar com precisão os pontos da rede que estão apresentando maiores índices de perdas e agir prontamente para solucionar o problema. Com essas medidas, a distribuidora vem conseguindo diminuir suas perdas e melhorar a qualidade do serviço prestado aos consumidores.

Podemos destacar que no ano de 2023 a Equatorial CEA alcançou valores expressivos no plano de combate às perdas.

Apresentamos a seguir resumo das ações realizadas:

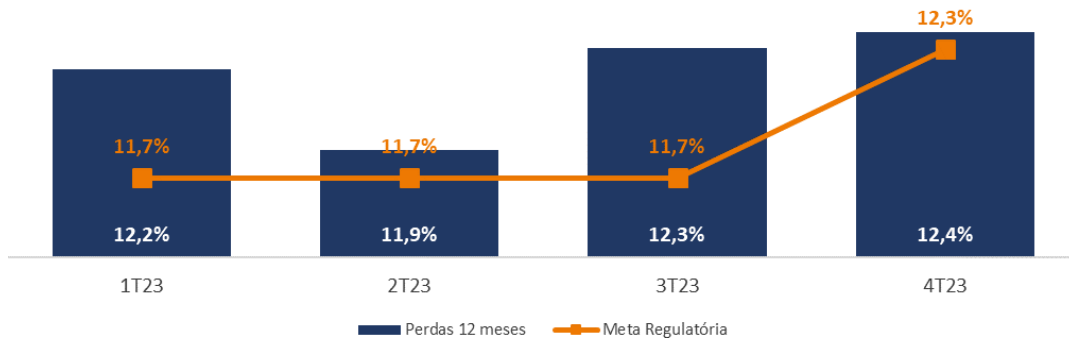
- Regularização de 3,0 mil clientes em área de gambiarra, sendo necessária a realização de extensões de redes de média e baixa tensão;
- Inspeção de 808 clientes com fornecimento de energia em média e alta tensão;
- Expansão do SMC (Sistema de Medição Centralizada) em 15,6 mil clientes de baixa tensão;
- Inspeção de 63,0 mil clientes com fornecimento de energia elétrica em baixa tensão;
- Regularização de 7,5 mil clientes clandestinos em área onde existia rede de energia;
- Regularização de 612 clientes desligados no sistema e auto religados de forma irregular;
- Identificação e regularização de 31,2 mil fraudes na medição em unidades consumidoras BT;
- Crescimento de 1,5 mil novas medições fiscais em transformadores de distribuição para fins de balanço energético.

Hoje a Equatorial CEA possui 1,6 mil transformadores monitorados de maneira consistente, que correspondem a 41% do mercado de baixa tensão

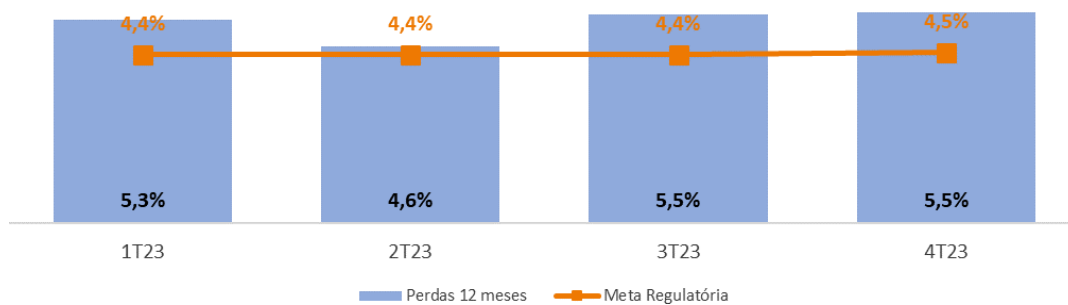
Goiás

Em 2023, a quantidade de energia elétrica injetada no sistema da Equatorial Goiás, alcançou o patamar de 19.069 GWh, aumento de 7,8 % em relação a 2022. O faturamento atingiu 16.711 GWh o que representou um aumento de 7,5% na comparação com o ano anterior. Desse modo, às perdas de energia registradas pela Companhia, em 2023, totalizaram 2.358 GWh, equivalente a 12,4% da energia requerida, implicando em crescimento de 0,3 p.p. do índice de perdas em relação ao fechamento de 2022.

EQUATORIAL GOIÁS
Perdas totais sobre energia requerida (últimos 12 meses)



EQUATORIAL GOIÁS
Perdas não-técnicas sobre mercado de baixa tensão (últimos 12 meses)



Na Equatorial GO, o ano 2023 foi bastante desafiador devido a dois aspectos principais, o primeiro é a transição e implementação de processos e metodologias Equatorial de gestão ao combate às perdas técnicas, comerciais e administrativas. Além disso, as contingências de serviços emergenciais provocadas pela antecipação das chuvas e pelas ondas de calor que afetaram severamente o centro-oeste, impactaram na quantidade de ações de combate às perdas realizadas, principalmente nas localidades mais afetadas.

A seguir apresentamos as ações realizadas para o combate às perdas em 2023:

- Regularização de 99 clientes em área de gambiarra, sendo necessária a realização de extensões de redes de média e baixa tensão;
- Inspeção de 3,3 mil clientes com fornecimento de energia em média e alta tensão;
- Inspeção de 173,5 mil clientes com fornecimento de energia elétrica em baixa tensão;
- Identificação e regularização de 47,9 mil fraudes na medição em unidades consumidoras BT;
- Regularização de 15,5 mil clientes clandestinos ou desligados em área onde existia rede de energia;
- Instalação de 1.549 medições fiscais em transformadores de distribuição para fins de balanço energético;

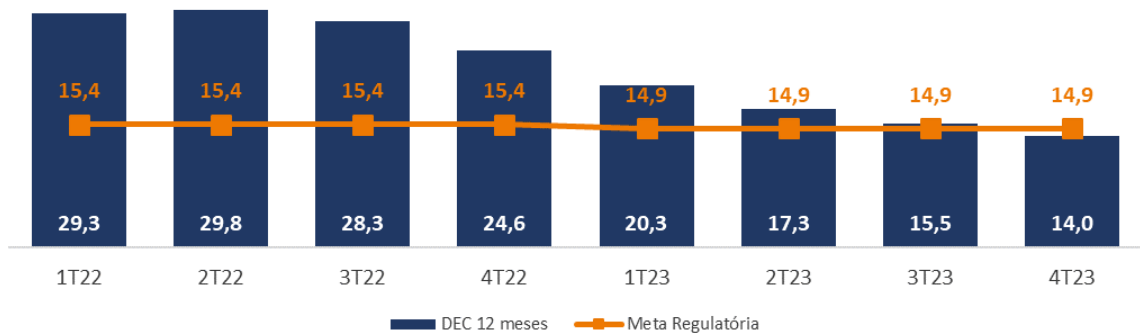
4.2 Qualidade DEC/FEC

Maranhão

A Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL utiliza alguns índices para verificação da qualidade dos serviços prestados pelas concessionárias de energia elétrica aos seus consumidores. Os principais são: DEC - Duração Equivalente de Interrupção por Consumidor (medido em horas por consumidor por ano) e FEC - Frequência Equivalente de Interrupção por Consumidor (medido em número de vezes por consumidor por ano). Os indicadores de qualidade apresentaram uma melhora relevante no ano de 2023 com uma redução de 10,62h no DEC e 2,58x no FEC quando comparado com o ano anterior. Esses resultados foram obtidos através da ampliação dos investimentos na construção de Linhas de Transmissão, Subestações e novos alimentadores, instalação de novos equipamentos automatizados e sensores na rede e do aumento do contingente de equipes para realizar os atendimentos em campo.

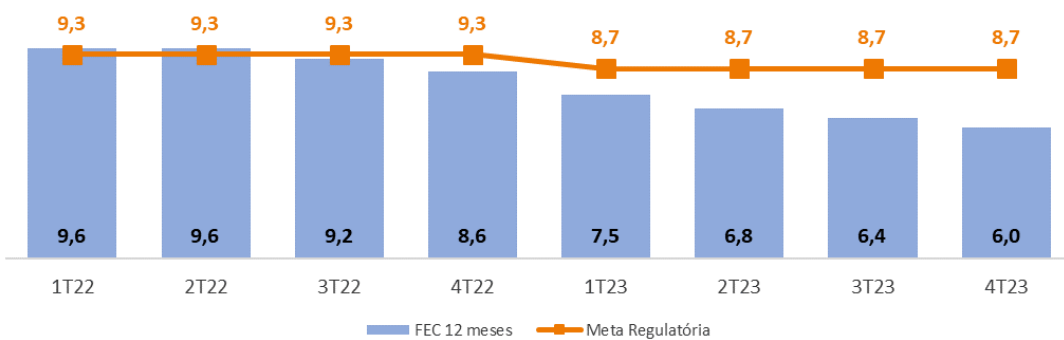
EQUATORIAL MARANHÃO - DEC

(horas / consumidor / ano) - 12 meses



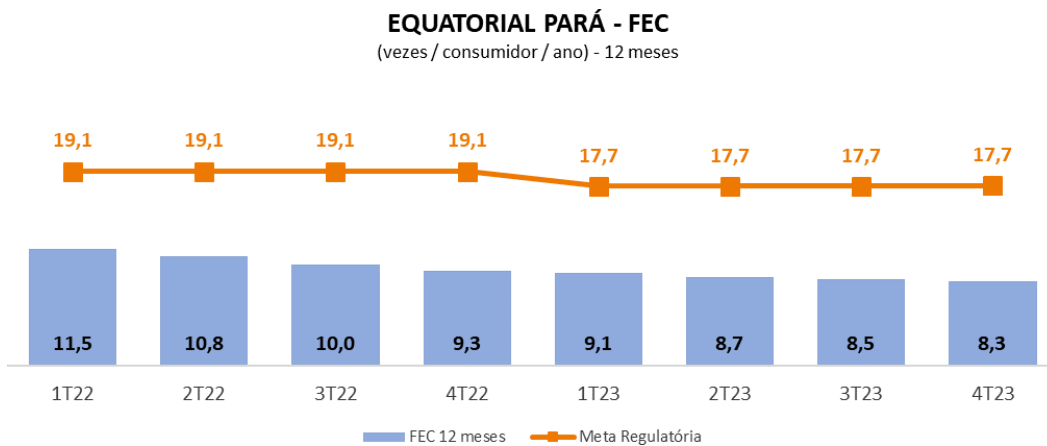
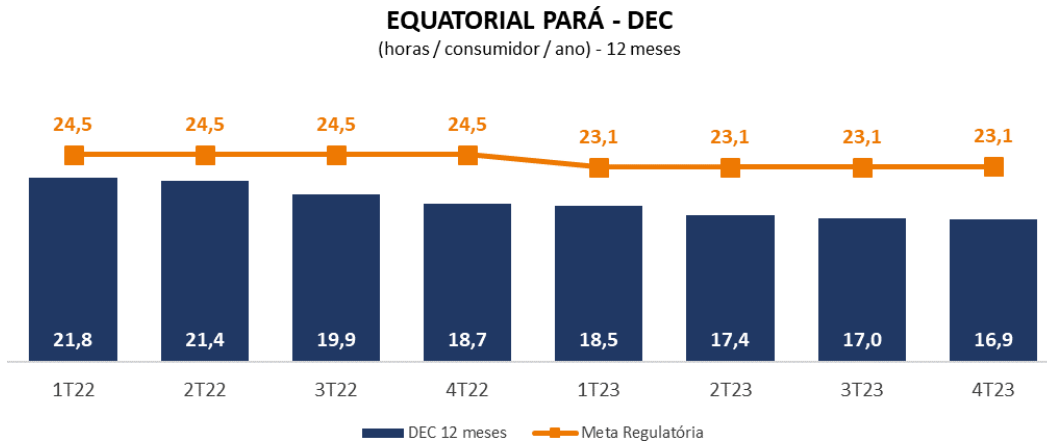
EQUATORIAL MARANHÃO - FEC

(vezes / consumidor / ano) - 12 meses



Pará

A Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL utiliza alguns índices para verificação da qualidade dos serviços prestados pelas concessionárias de energia elétrica aos seus consumidores. Os principais são: DEC - Duração Equivalente de Interrupção por Consumidor (medido em horas por consumidor por ano) e FEC - Frequência Equivalente de Interrupção por Consumidor (medido em número de vezes por consumidor por ano). O indicador de qualidade DEC e FEC encerra o ano respectivamente em 16,86 horas e 8,30 vezes. Desta forma mantivemos o resultado abaixo da meta regulatória da ANEEL.

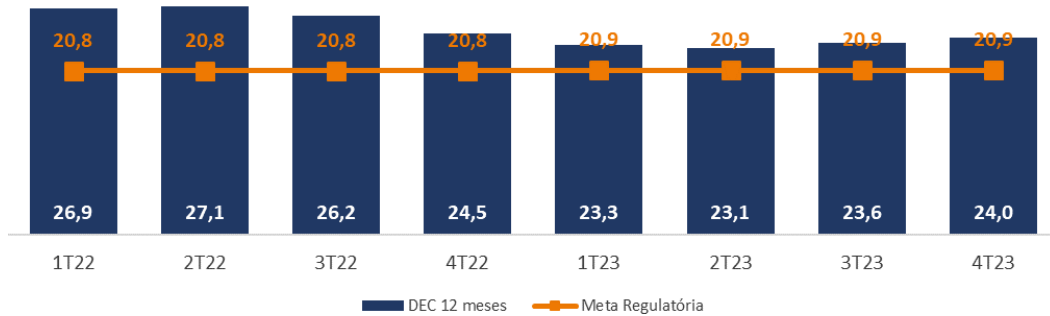


Piauí

A Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL utiliza alguns índices para verificação da qualidade dos serviços prestados pelas concessionárias de energia elétrica aos seus consumidores. Os principais são: DEC - Duração Equivalente de Interrupção por Consumidor (medido em horas por consumidor por ano) e FEC - Frequência Equivalente de Interrupção por Consumidor (medido em número de vezes por consumidor por ano). Os indicadores de qualidade DEC e FEC apresentaram uma redução de 1,85 % e de 16,74 %, respectivamente, em relação ao exercício anterior.

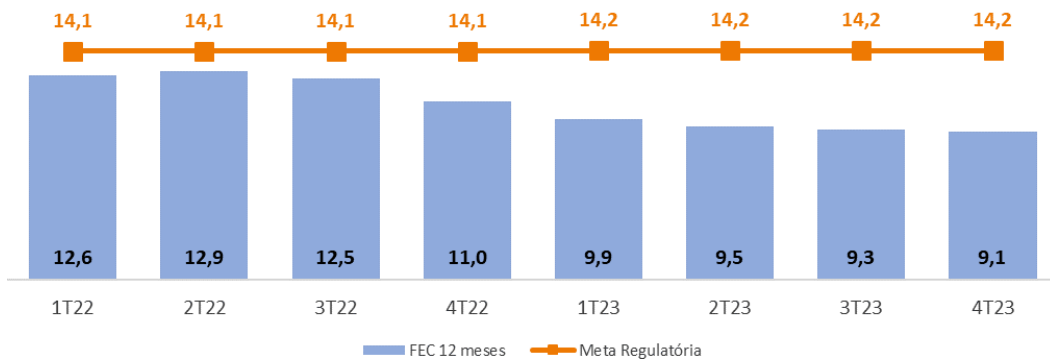
EQUATORIAL PIAUÍ - DEC

(horas / consumidor / ano) - 12 meses



EQUATORIAL PIAUÍ - FEC

(vezes / consumidor / ano) - 12 meses

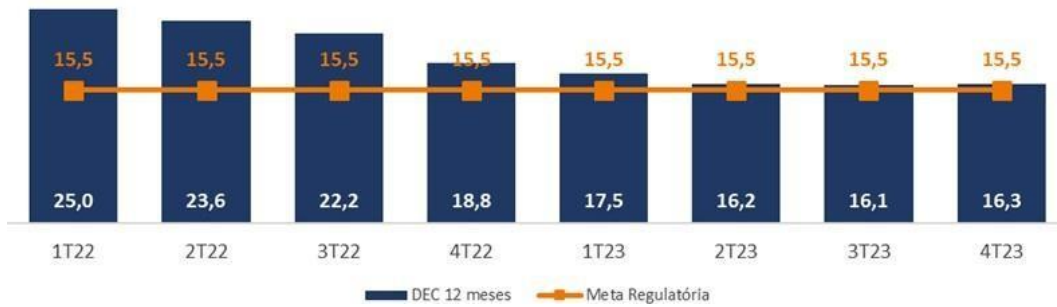


Alagoas

A Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL utiliza alguns índices para verificação da qualidade dos serviços prestados pelas concessionárias de energia elétrica aos seus consumidores. Os principais são: DEC - Duração Equivalente de Interrupção por Consumidor (medido em horas por consumidor por ano) e FEC - Frequência Equivalente de Interrupção por Consumidor (medido em número de vezes por consumidor por ano). O indicador de qualidade DEC apresentou uma redução de 13% em relação ao exercício anterior, o FEC apresentou uma redução de 9% em relação ao exercício anterior.

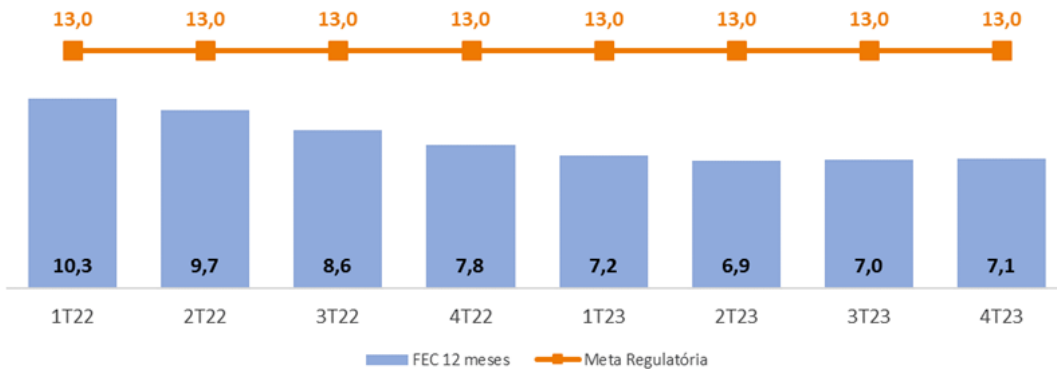
EQUATORIAL ALAGOAS - DEC

(horas / consumidor / ano) - 12 meses



EQUATORIAL ALAGOAS - FEC

(vezes / consumidor / ano) - 12 meses



CEEE-D (Rio Grande do Sul)

A Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL utiliza alguns índices para verificação da qualidade dos serviços prestados pelas concessionárias de energia elétrica aos seus consumidores. Os principais são: DEC - Duração Equivalente de Interrupção por Consumidor (medido em horas por consumidor por ano) e FEC - Frequência Equivalente de Interrupção por Consumidor (medido em número de vezes por consumidor por ano). O indicador de qualidade DEC apresentou uma redução de 0,3% e o FEC uma redução de 8,5%, ambos em relação ao exercício anterior.

DEC

(horas / consumidor / ano) - 12 meses



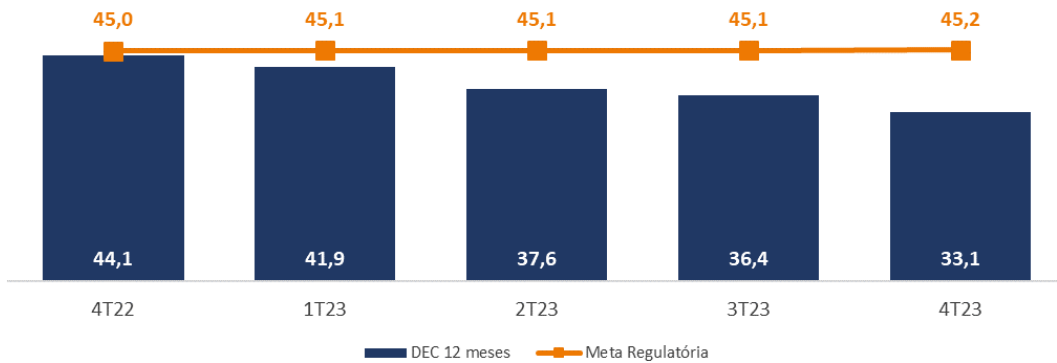
FEC
(vezes / consumidor / ano) - 12 meses



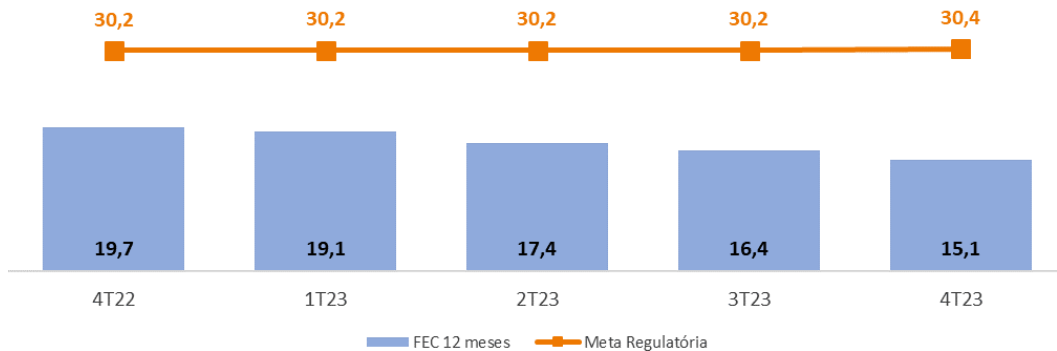
CEA (Amapá)

A Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL utiliza alguns índices para verificação da qualidade dos serviços prestados pelas concessionárias de energia elétrica aos seus consumidores. Os principais são: DEC - Duração Equivalente de Interrupção por Consumidor (medido em horas por consumidor por ano) e FEC - Frequência Equivalente de Interrupção por Consumidor (medido em número de vezes por consumidor por ano). O indicador de qualidade DEC apresentou uma queda de 25,06% em relação ao exercício anterior, o FEC apresentou uma queda de 23,24 % em relação ao exercício anterior.

CEA - DEC
(horas / consumidor / ano) - 12 meses



CEA - FEC
(vezes / consumidor / ano) - 12 meses

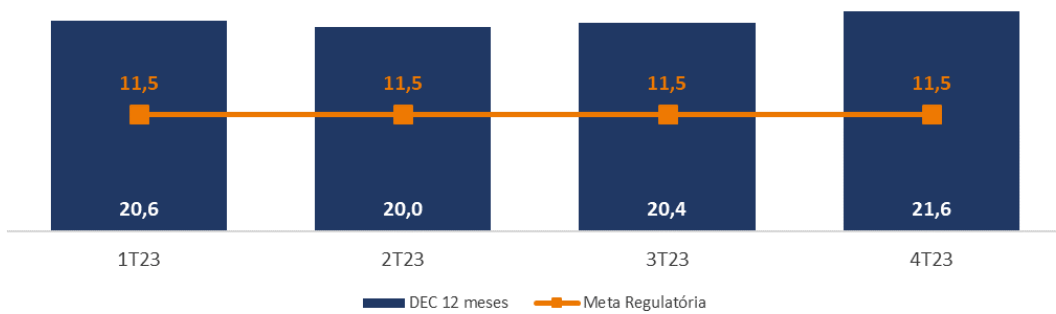


Goiás

A Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL utiliza alguns índices para verificação da qualidade dos serviços prestados pelas concessionárias de energia elétrica aos seus consumidores. Os principais são: DEC - Duração Equivalente de Interrupção por Consumidor (medido em horas por consumidor por ano) e FEC - Frequência Equivalente de Interrupção por Consumidor (medido em número de vezes por consumidor por ano). O indicador de qualidade DEC apresentou uma redução de 4,3% em relação ao exercício anterior, o FEC apresentou um aumento de 7,8% em relação ao exercício anterior.

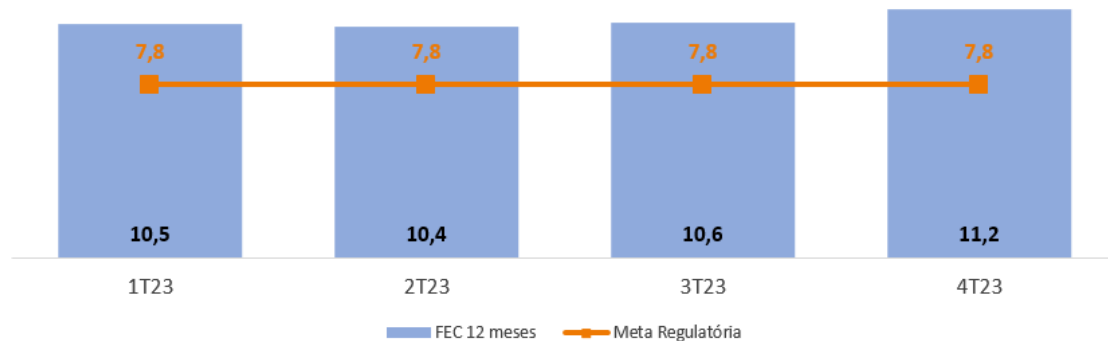
EQUATORIAL GOIÁS - DEC

(horas / consumidor / ano) - 12 meses



EQUATORIAL GOIÁS - FEC

(vezes / consumidor / ano) - 12 meses



05. Assuntos Regulatórios

Reajuste Tarifário Anual – Equatorial Maranhão

A Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”) através da Resolução Homologatória nº 3.251/2023 homologou o Reajuste Tarifário Anual da Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A. (“Equatorial Maranhão”) com

definição das tarifas para o período de 28 de agosto de 2023 a 27 de agosto de 2024, com um reajuste de 10,85% (dez vírgulas oitenta e cinco por cento), correspondendo ao efeito tarifário médio a ser percebido pelos consumidores/usuários/agentes supridos da distribuidora.

Reajuste Tarifário Anual – Equatorial Pará

Em 15 de agosto de 2023, por meio da Resolução Homologatória nº 3.243/2023 a Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”) homologou as tarifas da Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A. (“Equatorial Pará”) sendo, em média, reajustadas em 11,07% (onze vírgulas zero sete por cento), correspondendo ao efeito tarifário médio a ser percebido pelos consumidores da distribuidora para o período de 15 de agosto de 2023 a 6 de agosto de 2024

Reajuste Tarifário Anual – Equatorial Piauí

A Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), em Reunião de Diretoria pública extraordinária, aprovou o resultado definitivo da Revisão Tarifária Periódica (“RTP”) da Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A. (“Equatorial Piauí”), considerando-se os componentes financeiros incluídos nas tarifas da Companhia, o efeito médio a ser percebido pelo consumidor será de 14,70%, sendo a nova tarifa aplicada para o período de 02 de dezembro de 2023 a 01 de dezembro de 2024.

Reajuste Tarifário Anual – Equatorial Alagoas

Em 23 de maio de 2023, por meio da Resolução Homologatória nº 3.203/2023 a Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”) homologou as tarifas da Equatorial Alagoas Distribuidora de Energia S.A. (“Equatorial Alagoas”) sendo em média, reajustadas em 17,54% (dezessete vírgula cinquenta e quatro por cento), correspondendo ao efeito tarifário médio a ser percebido pelos consumidores da distribuidora para o período de 28 de maio de 2023 a 2 de maio de 2024.

Reajuste Tarifário Anual – CEEE-D

A Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”) através da Resolução Homologatória nº 3.283/2023 homologou o Reajuste Tarifário Anual de 2023 da Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D, vigente de 22 de novembro de 2023 a 21 de novembro de 2024, resultando no reajuste médio de -1,41% (menos um vírgula quarenta e um por cento), aplicável às tarifas dos consumidores da área de concessão da Equatorial CEEE-D.

Reajuste Tarifário Anual – CEA

Conforme Contrato de Concessão nº 01/2021, em 13 de dezembro de cada ano, a CEA deve aplicar novas tarifas, homologadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, para os consumidores conectados da rede de distribuição do Amapá. Em 2023, contudo, o processo tarifário não teve deliberação e assim, mesmo diante da prerrogativa contratual, a ANEEL não publicou novas tarifas para a CEA, que segue aplicando as tarifas homologadas no processo tarifário de 2022, por meio da Resolução Homologatória nº 3.163/2022. A não homologação do processo de 2023, se deu no contexto em que, diante do alto índice de reajuste tarifário para o ciclo, em média 34,54% (trinta e quatro vírgula cinquenta e quatro por cento), os Governo Federal, por meio do Ministério de Minas e Energia – MME, assumiu o compromisso de editar uma Medida Provisória para mitigar o efeito tarifário a ser

percebidos pelos consumidores do Amapá. Isso posto, a ANEEL se posicionou no sentido de aguardar a publicação dessa MP para assim, refletir essa medida excepcional no processo tarifário de 2023 da CEA.

Cabe destacar que, resta resguardado a direito da CEA de ter os efeitos financeiros decorrentes da postergação da aplicação de novas tarifas equalizados posteriormente. Assim, a CEA segue aguardando deliberação do processo

Reajuste Tarifário Anual - Goiás

A Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”) através da Resolução Homologatória nº 3.279/2023 homologou o resultado da Revisão Tarifária Periódica – RTP de 2023 da Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A. – Equatorial GO, com definição das tarifas para o período de 22 de outubro de 2023 a 21 de outubro de 2024, com um reajuste de 3,54% (três vírgula cinquenta e quatro por cento), correspondendo ao efeito tarifário médio a ser percebido pelos consumidores do Estado de Goiás.

A Diretoria da ANEEL, através do Despacho Nº 3.498, de 6 de dezembro de 2022, aprovou o Plano de Transferência apresentado pela Enel Distribuição Goiás – CNPJ nº 01.543.032/0001-04 para a Equatorial Participações e Investimentos S.A. – CNPJ nº 38.419.702/0001-87, nos termos da Subcláusula Oitava da Cláusula Décima Segunda do Quinto Termo Aditivo ao Contrato de Concessão de Distribuição de Energia Elétrica nº 63/2000-ANEEL, como alternativa à extinção da concessão, observado o afastamento do art. 9º do Anexo VIII da REN nº 948, de 2021, pelo período de 3 (três) anos (2023, 2024 e 2025), exclusivamente quanto à abertura de processo administrativo punitivo voltado à aplicação da penalidade de declaração de caducidade da concessão em caso de eventual descumprimento do DEC ou do FEC ou do critério de eficiência com relação à gestão econômico-financeira e a aplicação de fiscalização com o caráter orientativo no primeiro ano (2023) após a assinatura do aditivo ao Contrato de Concessão, assegurada a aplicação de penalidades nos casos de descumprimento de determinações feitas pela Diretoria da ANEEL.

A fim de acompanhar a evolução da melhoria na prestação do serviço, por meio do Ofício nº 65/2023-SFE/ANEEL, de 14 de fevereiro de 2023, a Agência estabeleceu o acompanhamento com envio de relatórios trimestrais para o ano de 2023, ainda em caráter orientativo, com indicadores e as principais ações adotadas pelo novo controlador contemplando os seguintes aspectos:

- a. Continuidade do Fornecimento (com abordagem dos expurgos realizados);
- b. Pedido de Ligação com e sem necessidade de Obras;
- c. Geração Distribuída;
- d. Faturamento de Energia Elétrica.

Ao final de 2023, por meio Ofício Nº 1969/2023/AGR, foi estabelecido o Plano de Resultados de Continuidade do Fornecimento - 2024 a 2028 - para a Equatorial Goiás, que deverá cumprir as metas de conformidade regulatória dos conjuntos elétricos para os indicadores de DEC e FEC, conforme tabela abaixo.

Tabela 1 - Trajetórias aprovadas para DEC e FEC

Indicador	2024	2025	2026	2027	2028
DEC	18%	29%	43%	61%	80%
FEC	35%	41%	53%	65%	80%

Reajuste Tarifário CSA

Em 30 de julho de 2022 a Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Estado do Amapá (“ARSAP”) homologou as tarifas da CSA – Concessionária de Saneamento do Amapá sendo reajustadas em 12,23% (doze vírgula vinte e três por cento), a ser percebido pelos consumidores da concessionária para o período de 01 de setembro de 2022 a 31 de agosto de 2023.

06. ESG

O Grupo Equatorial finda o ano de 2023 concretizando etapas importantes no fortalecimento de sua jornada ESG, cujo desenho estratégico teve início em 2021 a partir da adequação da companhia a indicadores básicos de reporte. É importante ressaltar que o desenho dessa mesma estratégia, que visa alavancar o Grupo a patamares de relevância no tema, tem por base o próprio modelo de negócio da Equatorial Energia, tendo em vista o papel de protagonismo que tem o setor elétrico como catalisador de oportunidades nas esferas econômica, social e ambiental.

No ano, a Companhia avançou em sua agenda de segurança, desenhando as bases para implementação e sua Jornada de Segurança, uma espécie de programa 360º que trabalha de forma integrada os pilares de capacitação, liderança, comportamento, fornecedores e população, de maneira a tonar cada vez mais robusta a gestão desse valor.

A Equatorial também em 2023 foi listada para a carteira de 2024 do índice de Sustentabilidade Empresarial da Bolsa de Valores, o ISE Bovespa, que reúne 78 empresas de 36 setores econômicos distintos com as melhores práticas nas áreas ambiental, de responsabilidade social, econômico-financeira e de governança corporativa.

A presença no índice auxilia a Companhia na avaliação e aprimoramento contínuos de sua gestão ESG, bem como desempenha um importante papel no auxílio a investidores em suas decisões de investimento.

No quesito diversidade, a Companhia passou a integrar o iDiversa B3, que é o primeiro índice latino-americano da bolsa de valores a reunir empresas reconhecidas pela diversidade de gênero e étnica em seus quadros de funcionários: mais de 60% dos colaboradores da Equatorial são pretos e pardos, entre líderes e não-líderes.

Em termos de governança corporativa, a Companhia conseguiu avançar na aprovação de políticas importantes, destacando-se a Política de Partes Relacionadas, que estabelece diretrizes e procedimentos para a gestão de relações e transações com diversos stakeholders, incluindo acionistas, diretores executivos e outras empresas do mesmo grupo econômico. Também aprovou a nova Política de Relacionamento com Grupos de Interesse, almejando estabelecer e consolidar as principais regras a serem observadas pelas empresas do Grupo junto a colaboradores, clientes, consumidores, acionistas, investidores, fornecedores, parceiros e demais públicos com os quais a Companhia se relaciona e/ou pretende relacionar. A Política de Saúde e Segurança do Trabalho também passou por atualização, tal qual a Política de Proteção de Dados Pessoais. A Equatorial Energia trabalhou, ainda, na aprovação de sua Política de Segurança Cibernética e da Informação.

A Equatorial Energia entende que a gestão das emissões de gases de efeito estufa não só agrega valor às suas operações, acionistas e investidores, mas também proporciona benefícios à comunidade, sociedade e ao meio

ambiente. É importante salientar que os GEEs desempenham um papel significativo na criação de cenários mais frequentes e severos de escassez hídrica, ameaçando principalmente a geração de energia e os serviços de saneamento.

A meta de reduzir em 8% a intensidade de emissões do gás SF6 (tCO2eq/GWh) em 2023, comparado a 2021, não apenas foi atingida, mas superada, alcançando uma diminuição superior a 40%. O SF6 é um gás importante para a atividade de distribuição de energia elétrica, pois está presente em aparelhos disjuntores. No entanto, possui um enorme potencial de aquecimento (cerca de 23.500 vezes maior do que o dióxido de carbono (CO2) em um período de 100 anos). Além disso, o SF6 contribui para a contaminação de águas subterrâneas (quando do vazamento de equipamentos que o utilizam) e, indiretamente pode causar danos à camada de ozônio, por meio da liberação de reações químicas. No ano de 2023, a Companhia investiu mais de R\$ 900 mil reais na manutenção de 46 equipamentos que utilizam SF6 nos estados do Maranhão, Pará, Piauí, Alagoas e Rio Grande do Sul. Essa iniciativa contribuiu para evitar a emissão de aproximadamente 250 tCO2eq para a atmosfera.

Plataforma E+

A plataforma E+ reúne todos os projetos sociais do Grupo Equatorial, com focos e iniciativas distintas. A pluralidade de temas permite à Equatorial Energia promover simultaneamente diferentes eixos de atuação: comunidade, meio ambiente, eficiência energética e desenvolvimento socioeconômico.

Programa Tarifa Social de Energia Elétrica

Por meio do Programa Tarifa Social de Energia Elétrica, famílias de baixa renda recebem da concessionária descontos na conta de energia. Em 2023, foram mais de 11 mil cadastros, o que resultou em mais de 2 mil famílias com o auxílio em 87 municípios goianos. São elegíveis para o programa famílias com renda de até meio salário mínimo por pessoa, inscritas no Cadastro Único, bem como famílias com integrantes que recebem o Benefício de Prestação Continuada (BPC), entre outras situações de vulnerabilidade previstas em regulamento da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

E+ Reciclagem

O projeto, que tem por objetivo trocar resíduos recicláveis por descontos na conta de energia, coletou mais de mil toneladas de resíduos em 2023, impactando na redução de mais de 3 mil toneladas de CO2. O cliente também tem a opção de doar o bônus para uma instituição filantrópica de sua escolha.

E+ Profissional e E+ Educação

Por meio dos programas E+ Profissional e E+ Educação são oferecidos cursos de qualificação profissional, bem como a realização de visitas em escolas, empresas e outras instituições de ensino. As atividades realizadas possuem o foco na disseminação de conhecimento na área de energia elétrica, cuidados com a segurança e economia de energia. Já no E+ Profissional, a concessionária ofereceu 18 cursos, capacitando mais de 13 mil profissionais em 57 municípios.

07. Desempenho Econômico-Financeiro

8.1.1 Receita Líquida

Em relação à Receita Líquida, o total registrado no ano foi de R\$ 40,985 bilhões, 51,1% superior à obtida no ano anterior.

8.1.2 Custos e Despesas Operacionais

No ano de 2023, o total de custos e despesas operacionais, excluindo custo de construção, depreciação e amortização foi de R\$ 22,308 bilhões, crescimento de 48,95% na comparação com 2022.

8.1.3 EBITDA

Em 2023, o EBITDA atingiu R\$ 10,094 bilhões, 44% maior que o valor registrado no ano anterior que foi de R\$ 7,002 bilhões.

8.1.4 Resultado Financeiro

Em 2023, o resultado financeiro líquido (consolidado) foi negativo em R\$ 4,613 bilhões, comparado ao resultado financeiro líquido de R\$ 2,584 bilhões, registrado no ano de 2022.

8.1.5 Lucro Líquido

Em 2023, a Companhia alcançou Lucro Líquido de R\$ 2,876 bilhões, aumento de 50% em relação ao ano anterior de R\$ 1,922 bilhões.

08. Investimentos

Investimentos (R\$MM)	4T22	4T23	Var. %	12M22	12M23	Var. %
Distribuição	1.624	2.025	24,7%	5.086	8.166	60,5%
Ativos elétricos	1.295	1.328	2,6%	3.961	6.318	59,5%
Obrigações especiais	175	397	126,5%	700	1.068	52,7%
Ativos não elétricos	153	300	95,5%	425	779	83,1%
Transmissão	12	25	103,3%	32	100	211,3%
Renováveis	26	526	1922,3%	103	2.444	2280,7%
Saneamento	39	15	-61,0%	61	73	18,8%
Serviços e Outros	9	47	433,1%	41	111	166,8%
Total Equatorial	1.710	2.638	54,3%	5.324	10.893	104,6%

Os investimentos do Grupo somaram **R\$ 10,9 bilhões** no exercício 2023, o que representou um crescimento de 104,6% em relação ao exercício de 2022. Esse crescimento foi fortemente concentrado no seguimento de Distribuição de energia e em Renováveis.

DISTRIBUIÇÃO

Equatorial Maranhão

Os investimentos da Equatorial Maranhão, excluindo os investimentos diretos relacionados ao PLPT e MLA, totalizaram R\$ 1,018 bilhão em 2023, crescimento de 16% em relação a 2022. Tais investimentos são principalmente focados em expansão da capacidade de transformação da rede de distribuição, tendo em vista o contínuo crescimento na demanda de energia do Estado.

Equatorial Pará

Os investimentos da EQTL PA totalizaram R\$ 2,5 bilhões em 2023, aumento de 34% em relação a 2022. Os investimentos se concentraram na expansão e melhoria da rede..

Equatorial Piauí

Em 2023, os investimentos da EQTL PI, excluindo os investimentos diretos relacionados ao PLPT, totalizaram R\$ 696 milhões, direcionados principalmente a manutenção e expansão da rede de distribuição de energia. Já os investimentos do Programa Luz Para Todos somaram R\$ 130 milhões.

Equatorial Alagoas

Em 2023, os investimentos da Equatorial Alagoas Distribuidora, na qual não temos PLPT, totalizaram R\$ 671 milhões, um aumento de 57%, direcionados principalmente à expansão e à manutenção da rede de distribuição de energia.

CEEE-D

Os investimentos da CEEE-D totalizaram R\$ 630 milhões em 2023, redução de 16% em relação a 2022. Tais investimentos são principalmente focados na melhoria e expansão da capacidade de transformação da rede de distribuição, tendo em vista o contínuo crescimento na demanda de energia do Estado, neste segmento destaque para as obras das Subestações do Salso e DMAE. Em 2023, aproximadamente R\$ 166 milhões foram direcionados ao combate às perdas.

CEA

Em 2023, os investimentos da CEA – Equatorial Amapá, totalizaram R\$ 450 milhões, aumento de R\$ 62 milhões em relação a 2022 que fechou em 388 milhões. Este cenário de crescimento se destacou devido o início das obras do PLPT (Programa Luz Para Todos) após o fechamento da BRR/RTE e início das compras dos Kits de Instalação do MLA (Programa Mais Luz para a Amazônia) depois do novo termo de compromisso assinado pela Equatorial Amapá como agente executora a partir de 2023. Em 2022 foi o ano de ajuste do aspecto regulatório do MLA e no segundo semestre com foco no avanço da BRR/RTE dos Ativos Elétricos. Nos investimentos em Ativos Elétricos não houve expressiva variação entre os anos, diferente dos Não Elétricos que, por sua vez, houve uma desaceleração dos investimentos, isso porque em 2022 havia a necessidade de novas agências, reformas e muros de SE para serem realizados com urgência.

GOIAS

Os investimentos da Equatorial Goiás, excluindo os investimentos diretos relacionados ao PLPT, totalizaram R\$2.075 bilhões em 2023, aumento de R\$2MM em relação a 2022. Tais investimentos são principalmente focados em expansão e melhoria da rede de distribuição e melhoria da percepção do cliente, tendo em vista o contínuo crescimento na demanda de energia do Estado

TRANSMISSÃO

SPE 01 – Lote 08

Os investimentos em 2023 totalizaram R\$ 16,15 milhões. Os desembolsos foram concentrados na finalização dos contratos de engenharia, processos de negociação fundiária com os proprietários das terras e obrigações e compensações ambientais obrigatórias.

SPE 02 – Lote 09

Os investimentos em 2023 totalizaram R\$ 2,60 milhões. Os desembolsos foram concentrados na finalização dos contratos de engenharia, processos de negociação fundiária com os proprietários das terras e obrigações e compensações ambientais obrigatórias.

SPE 03 – Lote 12

Os investimentos em 2023 totalizaram R\$ 1,50 milhão. Os desembolsos foram concentrados na finalização das obras, processos de negociação fundiária com os proprietários das terras e obrigações e compensações ambientais obrigatórias.

SPE 04 – Lote 14

Os investimentos em 2023 totalizaram R\$ 4,20 milhões. Os desembolsos foram concentrados na finalização dos contratos de engenharia, processos de negociação fundiária com os proprietários das terras e obrigações e compensações ambientais obrigatórias.

SPE 05 – Lote 15

Os investimentos em 2023 totalizaram R\$ 5,63 milhões. Os desembolsos foram concentrados na finalização dos contratos de engenharia, processos de negociação fundiária com os proprietários das terras e obrigações e compensações ambientais obrigatórias.

SPE 06 – Lote 16

Os investimentos em 2023 totalizaram R\$ 741,9 mil. Os desembolsos foram concentrados na finalização das obras, processos de negociação fundiária com os proprietários das terras e obrigações e compensações ambientais obrigatórias.

SPE 07 – Lote 23

Os investimentos em 2023 totalizaram R\$ 8,39 milhões. Os desembolsos foram concentrados na finalização dos contratos de engenharia, processos de negociação fundiária com os proprietários das terras e obrigações e compensações ambientais obrigatórias.

SPE 08 – Lote 31

Os investimentos em 2023 totalizaram R\$ 63,56 milhões. Os desembolsos foram concentrados na finalização dos contratos de engenharia, processos de negociação fundiária com os proprietários das terras e obrigações e compensações ambientais obrigatórias.

GERAÇÃO (ECHOENERGIA)

Na Echoenergia foram investidos R\$2,4 Bilhões no exercício de 2023.

SANEAMENTO (CSA)

Na CSA foram investidos R\$73 milhões no exercício de 2023,.

9. Governança Corporativa

Listada no Novo Mercado, mais alto nível de Governança Corporativa da Bolsa de Valores de São Paulo (B3), a Equatorial Energia S.A é uma Companhia comprometida com as melhores práticas de governança corporativa e com a transparência na relação com seus investidores e acionistas.

Diferenciais de governança corporativa:

- 100% de *tag along* aos acionistas minoritários;
- Seis dos oito membros independentes no Conselho de Administração;
- 100% do capital total como *free float*, muito acima do mínimo de 25% requerido pelos padrões do Novo Mercado;
- Obrigação de oferta de compra pelo valor econômico em caso de encerramento de listagem ou de fechamento de capital;
- Divulgação de operações com títulos da Companhia envolvendo acionistas controladores ou administradores;
- Adoção de um Código de Ética e Conduta Empresarial;
- Manutenção de Política de Divulgação de Ato ou Fato Relevante e de Negociação de Títulos por Pessoas Relacionadas.
- Publicação trimestral, juntamente com os ITRs, da Demonstração dos Fluxos de Caixa.
- Divulgação de demonstrações financeiras com padrões internacionais IFRS ou US GAAP.
- Realização de teleconferências de resultados a cada divulgação trimestral.

De acordo com o Contrato de Adesão ao Novo Mercado firmado com a B3, o Estatuto da Companhia prevê a utilização de Câmara de Arbitragem para resolução de conflitos.

Conselho de Administração

Carlos Augusto Leone Piani
Presidente do Conselho

Guilherme Mexias Aché
Vice-Presidente do Conselho

Eduardo Parente Menezes

Paulo Jerônimo Bandeira de Mello Pedrosa

Luís Henrique de Moura Gonçalves

Tania Sztamfater Chocolat

Tiago de Almeida Noel

Conselho Fiscal

Maria Salete Garcia Pinheiro
Conselheira Fiscal Titular

Saulo de Tarso Alves de Lara
Conselheiro Fiscal Titular

Vanderlei Dominguez da Rosa
Conselheiro Fiscal Titular

Paulo Roberto Franceschi
Conselheiro Fiscal Suplente

Claudia Luciana Ceccatto de Trotta
Conselheira Fiscal Suplente

Ricardo Bertucci
Conselheiro Fiscal Suplente

Diretoria Executiva

Augusto Miranda da Paz Júnior
Diretor Presidente

Leonardo da Silva Lucas Tavares de Lima
Diretor

José Silva Sobral
Diretor

Humberto Luis Queiroz Nogueira
Diretor

Bruno Cavalcanti Coelho
Diretor

Cristiano De Lima Logrado
Diretor

Maurício Alvares da Silva Velloso Ferreira
Diretor

Marcos Antônio Souza de Almeida
Diretor

Tinn Freire Amado
Diretor

José Ailton Rodrigues
Diretor

Relacionamento com auditores externos

Em atendimento ao artigo 27, parágrafo 1º, incisos V e VI, da Resolução CVM nº 80/22, os Diretores da Companhia Srs. Augusto Miranda da Paz Júnior, Diretor-Presidente; Leonardo da Silva Lucas Tavares de Lima, Diretor Financeiro e de Relações com Investidores; José Silva Sobral, Diretor; Sérgio Túlio dos Santos, Diretor; Humberto Luis Queiroz Nogueira, Diretor; e Tinn Freire Amado, Diretor; declaram que (i) reviram, discutiram e concordam com as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023; e (ii) reviram, discutiram e concordam, sem quaisquer ressalvas, com as opiniões expressas no Relatório emitido em 25 de março de 2024 pela Ernst & Young Auditores Independentes S.S., auditores independentes da Companhia, com relação às Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023.

Parecer do conselho fiscal

O Conselho Fiscal da Equatorial Energia S.A. (“Companhia”), no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais e estatutárias, examinou as demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, acompanhadas de suas notas explicativas, do relatório dos auditores independentes, do parecer do Comitê de Auditoria Estatutário (“Comitê”), do relatório do Comitê, do relatório da administração e as contas dos administradores referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, a proposta de orçamento de capital para o exercício social de 2024 e a proposta de destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023.

Com base nos exames efetuados e considerando o relatório dos auditores independentes da Ernst & Young Auditores Independentes S.S., sem ressalvas, de 25 de março de 2024, conclui, por unanimidade, que os referidos documentos refletem adequadamente a situação financeira e patrimonial da Companhia e que opina que os referidos documentos estão em condições de serem apreciados e votados pela assembleia geral ordinária dos acionistas.

Brasília, 25 de março de 2024

Paulo Roberto Franceschi

Vanderlei Dominguez da Rosa

Saulo Tarso Alves de Lara